



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Dayana Façanha de Carvalho

Sombra e escravidão:
tráfico de africanos e antiescravismo na literatura brasileira, 1830-1871.

CAMPINAS, SP
2020

Dayana Façanha de Carvalho

**Sombra e escravidão:
tráfico de africanos e antiescravismo na literatura brasileira, 1830-1871.**

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em História, na Área de Concentração História Social.

Orientador: Prof. Dr. Robert Wayne Andrew Slenes

*Este trabalho corresponde à versão final da tese
defendida pela aluna Dayana Façanha de Carvalho
e orientada pelo professor Dr. Robert Wayne Andrew Slenes.*

CAMPINAS, SP

2020

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

F11s Façanha, Dayana, 1986-
Sombra e escravidão : tráfico de africanos e antiescravismo na literatura brasileira, 1830-1871. / Dayana Façanha de Carvalho. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Robert Wayne Andrew Slenes.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Literatura. 2. Escravidão. 3. História social. 4. Tráfico de escravos. 5. Fantasmas. I. Slenes, Robert Wayne Andrew, 1943-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Shadow and slavery : african slave trade and antislavery movement in Brazilian literature, 1830-1871.

Palavras-chave em inglês:

Literature

Slavery

Social history

Slave trade

Ghosts

Área de concentração: História Social

Titulação: Doutora em História

Banca examinadora:

Robert Wayne Andrew Slenes [Orientador]

Denilson Botelho de Deus

Lília Katri Moritz Schwarcz

Márcia de Azevedo Abreu

Raquel Gryszczenko Alves Gomes

Data de defesa: 30-03-2020

Programa de Pós-Graduação: História

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-9753-1796>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/6713679735088202>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa da Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 30 de março de 2020, considerou a candidata Dayana Façanha de Carvalho aprovada.

Prof. Dr. Robert Wayne Andrew Slenes

Prof. Dr. Denilson Botelho de Deus

Prof. Lília Katri Moritz Schwarcz

Prof. Márcia de Azevedo Abreu

Prof. Raquel Gryszczenko Alves Gomes

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Para a Rosalie em meus pensamentos

Agradecimentos

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento da pesquisa (Processo nº2015/19848-5), pois em vista dos recursos e do diálogo disponível, me permitiu acreditar no trabalho intelectual e investir num processo de formação amplo. Agradeço à Graduate School of Arts and Sciences (GSAS), da Universidade de Harvard, pela bolsa concedida durante minha participação no programa de Visiting Fellow 2016-2017. Muito do material base da minha pesquisa encontrei disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, bem como no acervo online da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, da Universidade de São Paulo, e agradeço aos funcionários que mantêm essas plataformas, disponibilizam material, assim como por seu apoio por e-mail. Agradeço aos bibliotecários das seções de obras raras da Biblioteca Central César Lattes, da Universidade Estadual de Campinas, bem como aos funcionários da biblioteca Nacional de Portugal e das bibliotecas Widener Library, Houghton Library e Ernst Mayr Library, em Harvard University. Agradeço aos funcionários do Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp, pelo cuidado de sempre, e à Flávia Peral, do Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (CECULT), pelo apoio e por tudo que me ensinou.

Aos professores Ricardo Pirola e Lucilene Reginaldo, pela orientação em estágios docentes e pelas portas abertas para diálogo. Ao professor Sidney Chalhoub, pela oportunidade de participar do programa Visiting Fellow em Harvard University, pela experiência de pesquisa e diálogo internacional, e também pela oportunidade de trabalhar na produção de transcrições de entrevistas de uma comissão da LASA (Associação de Estudos Latino-Americanos), o que me fez pensar mais sobre a produção de textos. Ao professor Alejandro de la Fuente, à professora Lorgia Garcia Peña e aos colegas da turma de 2017 do The Mark Claster Mamolen Dissertation Workshop, do Hutchins Center, entre pessoas excelentes e muitos brasileiros, com quem partilhei um momento instigante de debate e troca de pesquisa.

Aos amigos e colegas do período no exterior, gente de todas as partes do mundo, cujas conversas, referências e refeições partilhadas me enriqueceram sem conta: Miao Xin, Tannishtha Sanyal, Tanvi Ranjan, Daniel Alabi, Rodrick Defo, Matthew Luxmoore, Rachel Steely, Laura Ochoa, Natasha Commissiong, Denisse Vásquez, Anna Carolina Venturini, Lihua Li, Louise Skydsbjerg; Ana Cândido Carneiro, Ana Paula Hirano, Maria Gatti, Maiara Knihs, Jorge Minella, Meg Weeks, Jake Richards e Anthony Otey. À Yifan Wang pelas longas conversas sobre tempo e curiosidades intelectuais em meio às pressões. À Aurora

Sanfeliz, do Bureau of Study Counsel, pelo suporte nos meses de adaptação à língua e à cultura locais; à Julie Salzinger pelos treinos de conversação. Ao Tuo Liu, que falava inglês rápido demais e me forçava a melhorar, e pela conversa sobre a proposta mais generosa que o doutorado pode ter.

Aos professores e colegas do grupo “Mundos do trabalho na literatura”, do CECULT, 2015/2017, pela troca de ideias e pelo diálogo inicial sobre a poesia antiescravista reunida em meu projeto de pesquisa. Aos colegas em torno do seminário sobre Maria Firmina dos Reis (SESC-SP/2017), principalmente aqueles com quem conversei mais de perto, Cristiane Tolomei, Régia Agostinho, Luciana Diogo, Sidinea Pedreira, Socorro Lira. Agradeço ao professor Robert Slenes, o Bob, pela rica experiência de pesquisa e diálogo ao longo de todos esses anos de orientação, num mergulho amplo entre livros e bibliotecas em busca de um entendimento macro da história por meio das pequenas conexões. Aprendi muito com os trabalhos e a meticulosidade analítica de Bob, cujos textos e procedimentos de pesquisa me enchiam os olhos desde as leituras de *Na senzala, uma flor*, na graduação. Agradeço seu apoio e incentivo, por meio de conversas e sugestões, aos meus interesses intelectuais mais amplos ao longo do doutorado.

Agradeço à Ana Flávia Ramos e à Letícia Canelas pela conversa chave que me ajudou a começar a estruturar as amplas incursões de pesquisa em caminhos circunscritos para capítulos. Obrigada pelo apoio, pela clareza e pela força. Agradeço aos professores Sidney Chalhoub e Lucilene Reginaldo, da banca de qualificação, pelas críticas e comentários que me fizeram ganhar perspectiva e ver melhor buracos a serem preenchidos até o final da tese. Aos colegas e amigos da Unicamp que ao longo dos anos deixaram conversas e incentivos variados, incluindo perspectivas sobre a pesquisa, Daniele Megid, Leca Pedro, Raquel Gomes, Edilson Britto, Richard Martins, Márcia Fernandes, Andrej Slivnik, Ana Paula Sansão, Larissa Mundim, Telma Santos, Daniela Cavalheiro, Andrea Mendes. À Cris Alfagali, pela gentileza em pequenas coisas. À Joice Oliveira, pelos papos e pelo diálogo no momento de pensar os capítulos. Ao João Viana por todo o incentivo, encorajamento e pela troca rica de ideias. Obrigada Israel Ozanam pelo apoio generoso em toda a minha preparação para o Visiting Fellow, da papelada ao lugar onde encontrar um casaco grosso, e por partilhar reflexões sobre aquela viagem. À Alessandra Belo, pelo companheirismo, pela alegria e pelas conversas sobre a pesquisa, a vida e tudo. À Tamires Saccardo, pelo companheirismo, pelo apoio, a casa acolhedora, e pelas coisas importantes que me ensinou.

À Noemi e às colegas e amigas da Escrevedeira – Lu, Caló, Vânia, Roberta, Chris, Cândida, Carol, Mari, Marina, Ângela, Iara, Renata, Dani, Raissa, Tana, Hanita–, pelo

repertório, a perspectiva, as leituras críticas sérias e cuidadosas (de outros textos) e pelo incentivo. Agradeço à Aline Chiaramonte pelo decisivo companheirismo a cada ano, pela troca de ideias, por me emprestar clareza, me socorrer e me infiltrar entre os sociólogos. À Allana Meireles e Vanessa Gatti, pela troca tão profícua, pelo calor humano e pelos referenciais que são. Ao Isaac, Israel, Esdras, Vittoria (c/ Robeto, Bela, Simba, Paçoca e Cia.), Matheus (c/ o Gato e etc.), Mayara, Gabi, e minha mãe e meu pai, por acreditarem no meu trabalho. À Nice, ao Bruno, à Amanda, à Paula e à dona Bianca, pelas melhores biritas, almoços, abraços e incentivo. Ao Wellington, pelo companheirismo, a alegria de viver, a música por toda parte; pela troca de ideias, a riqueza de sua curiosidade, suas referências e livros; pelo entendimento partilhado do caminho tortuoso, e por me trazer o Loguinho. Vamo que vamo.

São Paulo,SP, março, 2020.

[...]
eu dou com os ouvidos escutando
a memória dos meus ossos
a me catapultar pra loucura dum tempo
mais ou menos sórdido como o nosso
[...]

(Júlia Hansen, “Semana internacional do silêncio”)

Resumo

Esta tese reúne um conjunto de obras literárias brasileiras oitocentistas que discutem a escravidão, bem como a condição de personagens escravizados ou ex-escravos – africanos e descendentes. Enfatizando o período de 1830-1871, cruzando autores e textos inter-regionais, principalmente entre Rio de Janeiro e Maranhão, interpreta o material literário em paralelo aos principais debates políticos e culturais do país, discernindo as formas de diálogo que as obras produziam. Destacam-se debates sobre o papel de africanos e afrodescendentes na formação da nação, observando-se um conjunto diverso de possibilidades em pauta, entre opções de assimilação e inclusão, e um antiescravismo em diálogo com fontes internacionais. A tese estuda como certo conjunto de autores e obras registrou e criticou a vigência e o legado do tráfico ilegal de africanos entre 1831-1850. Nesse sentido, destaca o antiescravismo do poeta Gonçalves Dias mesmo em sua produção poética, e estuda o romance de Maria Firmina dos Reis em relação ao seu circuito literário imediato. O trabalho analisa como referências repetidas a fantasmas e assombrações, num conjunto, refletem tanto um diagnóstico crítico quanto um mal-estar difuso, subterrâneo, às escolhas do país na manutenção do cativeiro a todo custo.

Palavras-chave: literatura; escravidão; história social; tráfico de africanos; fantasmas

Abstract

This thesis brings together a set of 19th century Brazilian literary works that discuss slavery, as well as the condition of enslaved or former slave characters. Emphasizing the period of 1830-1871, crossing authors and interregional texts, mainly between Rio de Janeiro and Maranhão, it interprets the interplay between literature and the main political and cultural debates in the country. These discussions concerned the role of Africans and people of African descent in the formation of the nation. In addition, the thesis studies how a certain set of authors and works recorded and criticized the existence and the legacy of the illegal slave trade between 1831-1850. The research highlights the antislavery commitment of the poet Gonçalves Dias and analyzes the novel by Maria Firmina dos Reis in connection to its immediate literary circle. In a final chapter, this study analyzes how repeated references to ghosts reflect both a critical diagnosis and a diffuse sense of guilt in the maintaining of slavery in Brazil.

Keywords: literature; slavery; social history; slave trade; ghosts

SUMÁRIO

Introdução	13
 CAPÍTULO 1	
Um campo de referências intelectuais sobre o negro, Brasil, 1830-1871	21
Ambiente intelectual brasileiro em contato com o abolicionismo europeu: desvendando uma teia de relações	26
Antiescravismo e o contexto brasileiro na primeira metade do século XIX: um sonho de ser europeu	39
Outro viés – libertos, batuque escravo etc.	48
Maria Firmina dos Reis – argumento monogenista em <i>Úrsula</i>	60
A cena maranhense – argumento monogenista cristão católico	70
Um rastro entre Maranhão e Rio de Janeiro: Juvenal Galeno	84
 CAPÍTULO 2	
“Senhores de mil escravos”: literatura e comércio ilegal de africanos	87
O Maranhão e a crítica ao contrabando de africanos:	89
<i>Meditação</i> , de Gonçalves Dias	93
Senhores de mil escravos: 1831 e “o orgulhoso”	107
Desrespeito à lei de 1831: experiências de frustração	125
 CAPÍTULO 3	
Fantasmas e danação na literatura oitocentista sobre a escravidão	137
Zana	137
Sombra e escravidão: mal-estar instalado	143
Fantasmas e assombração	152
Senhores de escravos com remorsos?	168
A demanda dos fantasmas	176
 Comentário final	180
 Bibliotecas e arquivos	183
Fontes	184
Bibliografia	185

Introdução

Este é um trabalho que se inscreve no campo da História Social e interroga uma série de obras literárias brasileiras oitocentistas acerca de suas relações com a escravidão nas décadas de formação do país, dos anos 1830 a 1871¹. O impasse político e social ligado à continuação do comércio de africanos de forma ilegal perpassa os três capítulos da tese, respeitando seus enfoques particulares. Neste quadro de problemas, a interpretação se desenvolve por meio de três questões principais, a saber, o lugar que africanos e descendentes poderiam ocupar na formação da nação de acordo com debates que emergem com a Independência e percorrem os anos subsequentes, oscilando e sobrevivendo com dificuldades conforme o fortalecimento do consenso pela escravidão dificulta propostas inclusivas; a reflexão política que as obras literárias em foco desenvolvem sobre o problema da vigência e do legado do tráfico de escravos; a análise de uma tentativa simbólica de expurgar um sentimento de culpa e responsabilizar senhores de escravos – o tema dos fantasmas.

Os interesses de pesquisa que guiaram a tese surgiram da minha experiência acumulada na iniciação científica e no mestrado, de dentro das fontes então centradas nos romances que José de Alencar publicou no contexto da crise política de 1871 em torno da Lei do Ventre Livre. Considerando *O tronco do ipê* e *Til* como obras em estreito diálogo com a experiência do romancista naquele processo (1868-1871), restavam perguntas e vieses específicos de análise que me levaram a perguntar o quanto o discurso sobre a escravidão naqueles livros dialogava também com debates mais amplos, ao longo das décadas anteriores, sobre escravidão e liberdade. O paradigma bibliográfico sobre a ausência da escravidão na literatura brasileira romântica atrapalhou por um tempo², fazendo as representações de Alencar – ricas em detalhes sobre

¹ Para uma introdução aos estudos de literatura produzidos na área de História Social pelo CECULT (Centro de Pesquisa em História Social da Cultura), cf.: Sidney Chalhoub e Leonardo A. de Miranda Pereira (org.), *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; Sidney Chalhoub, Margarida de Sousa Neves e Leonardo A. de Miranda Pereira, *História em cousas miúdas. Capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas, Ed. da Unicamp, 2005; Daniela Silveira, *Fábrica de contos. Ciência e literatura em Machado de Assis*. Campinas, Ed. da Unicamp, 2010; Ana Flávia Ramos, *As máscaras de Lélío. Política e humor nas crônicas de Machado de Assis (1883-1886)*. Campinas, Ed. da Unicamp, 2016.

² Cf., por exemplo: Antonio Candido, *Formação da literatura brasileira. Momentos decisivos*. São Paulo | Rio de Janeiro. Ouro sobre azul, 2009, p. 589; Heloisa Toller Gomes, *O negro e o romantismo brasileiro*. São Paulo, Atual, 1988, p. 1; Lília Schwarcz, *As barbas do imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006, p. 139. Bernardo Ricupero, *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo, Martins Fontes, 2004, p. 175; David Treece, *Exilados, Aliados, Rebeldes*, o movimento indianista, a política indigenista e o Estado - nação

elementos de matriz africana – parecerem isoladas demais³. Quando descobri, por meio do livro de Raymond Sayers⁴, que personagens negras e escravidão compunham dezenas de outras tramas e canções, entre prosa e poesia, espalhadas por todo o período desde a Independência, as questões da pesquisa de doutorado foram se formulando.

Emergiram perguntas acerca dos referenciais que informavam a construção das personagens negras ao longo da primeira metade do século XIX, antes do estabelecimento do racismo científico dos anos 1870, marcando diferenças entre crioulos, nascidos no Brasil e ambientados à cultura local, e africanos aos quais se atribuíam fragmentos de origem em uma determinada África árida e chamada “país de Congo”. Observei as características presentes nos romances ligados a 1871, que eu havia estudado no mestrado, juntando José de Alencar (*O tronco do ipê* e *Til*) e Joaquim Manuel de Macedo (*As vítimas-algozes*). Em seguida, dentre as obras levantadas por Raymond Sayers, selecionei um conjunto de poemas de Gonçalves Dias, Trajano Galvão de Carvalho, Juvenal Galeno e Castro Alves que, a partir dos anos 1830 e chegando a 1871, falavam não só de escravidão, mas especificamente referenciavam África e africanos, me permitindo uma comparação com o material recolhido antes em busca de uma análise sobre a presença de escravidão e escravizados na literatura brasileira desde as primeiras décadas do império. Acrescentei ao conjunto o romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, que, depois de ficar esquecido, ganhava fôlego nas discussões acadêmicas, dentre outros, por sua força crítica à escravidão. Sendo original de 1859, o texto encontrava um lugar no conjunto que escolhi e prometia descobertas de pesquisa, já que pouco ainda se sabia sobre as redes de diálogo da escritora.

Com esses novos autores, a representação de África e africanos ganhava novos elementos: vozes de lamentos africanos, cantos de saudades de seus lugares de origem, denúncias à violência do tráfico de escravos, destacando-se laços familiares e complexos culturais que os escravizados eram obrigados a abandonar. Mesmo em literatura escrita por gente que nunca passara pela escravidão, e mesmo entre senhores possuidores de fazendas e escravos, havia um conjunto literário de crítica à escravidão empenhado na humanização de africanos e descendentes no Brasil: *Primeiros Cantos* e

imperial. São Paulo, Nankin; Edusp, 2008, 213-217; Roberto Schwarz, *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo, Duas Cidades, 1992. Para um contraponto: Sidney Chalhoub, *Machado de Assis, historiador...* op. cit.

³ Cf. Dayana Façanha, *Política e escravidão em José de Alencar. O tronco do ipê, Sênio, e os debates em torno da emancipação (1870-1871)*. São Paulo, Alameda, 2017.

⁴ Raymond Sayers, *The Negro in Brazilian Literature*. New York, Hispanic Institute in the United States, 1956.

Mensagem, de Gonçalves Dias; *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis; “O Calhambola”, “Nuranjan”, entre outros poemas da lira de Trajano Galvão de Carvalho; *Lendas e canções populares*, de Juvenal Galeno; *Os escravos*, de Castro Alves. Uma trilha de autores ligados às províncias do norte do país, que, sugerindo contatos entre si, conduziam caminhos até a corte, ao centro dos debates parlamentares sobre escravidão, encostando em Alencar, tirando seus romances do isolamento e destacando pioneirismos precedentes.

Deste modo, tornou-se objetivo da tese analisar as possíveis conexões entre esses autores e seus textos sobre a escravidão. Eles conversavam entre si? A pergunta era consistente, já que a leitura do material em conjunto distinguia uma série de pontos comuns no foco dos literatos – ainda que nem sempre eles oferecessem as mesmas saídas –, além de indícios de contatos. Aí se colocava um grande desafio, já que, por um lado, parte dos autores e obras eram pouco conhecidos e pouco estudados e, por outro, ainda não havia estudos sobre a conexão entre os autores selecionados, e menos ainda sobre a existência de uma rede consistente de escritores oitocentista brasileiros escrevendo sobre escravidão a partir dos anos 1830. Para cada autor, fiz um levantamento biográfico inicial em busca de suas experiências sociais e políticas, em particular nos contextos em torno das obras em foco na pesquisa, além disso, registrando os indícios de contatos diretos entre eles (visitas, troca de cartas, publicações em conjunto). Mapeei jornais e revistas com os quais mantiveram colaboração, que ajudassem a situar seus debates políticos e culturais mais imediatos entre as fontes primárias. Por sua vez, o estudo dessa rede de relações entre escritores se estruturou pela análise da inserção de suas obras nos confrontos políticos e sociais sobre os rumos da escravidão no Brasil, sobre o lugar da população afrodescendente na cultura nacional em formação, bem como seus posicionamentos quanto ao contrabando de africanos.

É por meio dos temas de análise da tese, em cada capítulo, que conjuguei a reunião entre os literatos, destacando um circuito entre o centro político no Rio de Janeiro e um pólo literário promissor no Maranhão, origem de metade dos escritores em foco. O volume de trabalho fez com que, ao longo da pesquisa, mantendo os autores iniciais ligados à corte, fosse preciso circunscrever o recorte nos maranhenses, deixando Castro Alves para outro momento. Juvenal Galeno permaneceu no conjunto à medida que iluminava conexões entre a corte e São Luís.

Neste trabalho, 1871, ano da aprovação da Lei do Ventre Livre, atua como marco divisor acerca dos conflitos políticos e percepções culturais sobre a escravidão e sobre o negro no Brasil⁵. Sendo um referencial ligado à minha especialização inicial no assunto, no mestrado, atua como ponto de partida das perguntas da tese, mas também como um ponto de chegada que, agora, alarga as reflexões da dissertação, fazendo pensar no modo como muitas das elaborações de políticos e literatos em 1871 tinham a ver com uma ruminação incômoda sobre o que sabiam e viveram nas décadas anteriores à sombra da ilegalidade do comércio de africanos.

No desvendamento do diálogo complexo – porque cheio de lacunas embora crivado de evidências – entre os autores durante os anos 1830 e 1871 foi fundamental o aprendizado decorrente do contato com os estudos de Robert Slenes sobre o problema do negro e da escravidão no livro de Johann Moritz Rugendas, *Viagem pitoresca ao Brasil* (1827-1835)⁶. Numa análise aprofundada e multifacetada das abordagens de Rugendas, junto com Victor Aimé Huber, ao relatar a passagem pelo Brasil destacando “Usos e costumes dos negros”⁷ a partir da observação local, Slenes observa o modo como, na verdade, o livro se empenha em construir uma representação daquilo que os viajantes observaram, viabilizando um viés favorável à figura de africanos e afrodescendentes. A pesquisa reconstrói o ambiente de debates no qual a *Viagem pitoresca* se inseriu, apropriando-se das discussões científicas emergentes sobre o negro, opondo-se a perspectivas depreciativas e valorizando vieses que sustentavam a capacidade de civilização e integração da população afrodescendente na sociedade dominante no Brasil. Com relação ao tema e ao contexto histórico, foi minha porta de entrada para as discussões antiescravistas da primeira metade do século XIX, partindo da Europa, iluminando possibilidades históricas de movimentos favoráveis à presença negra no Brasil oitocentista por meio de debates intelectuais entrecruzando fontes

⁵ Sigo o marco estabelecido pela historiografia, por exemplo: Joaquim Nabuco, *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, 2v; Robert Conrad, *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1975; Sidney Chalhoub, *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, Companhia das letras, 1990 e Machado de Assis, *historiador*, op. cit., cap. 4.

⁶ Conferir os três artigos: “As provações de um Abraão africano: a nascente nação brasileira na Viagem alegórica de Johann Moritz Rugendas”. *Revista de Arte e Arqueologia*, n. 2, 1995-1996, pp. 271-294; “Overdrawn from life: Abolitionist Argument and Ethnographic Authority in the Brazilian ‘Artistic Travels’ of J. M. Rugendas, 1827-35 ”. *Portuguese Studies*, vol.22, n. 1 (2006), pp. 55-80; “African Abrahams, Lucretias and Men of Sorrows: Allegory and Allusion in the Brazilian Anti-slavery Lithographs (1827-1835) of Johann Moritz Rugendas”. *Slavery&Abolition*, 23:2, pp. 147-168.

⁷ Trata-se do nome de uma série de litografias no livro de Rugendas. Sobre isso e sobre seu trabalho compartilhado com Victor Aimé Huber na produção da *Viagem Pitoresca*, conferir os artigos citados de Robert Slenes.

políticas, culturais e científicas. Porta de entrada para as discussões sobre o negro e a escravidão por dentro da história da arte oitocentista, em particular nas fontes europeias, que iluminaram pontos de contato que favoreceram um antiescravismo no Brasil, pela literatura.

Por sua vez, o método de Slenes na abordagem ao livro de Rugendas ofereceu ao meu trabalho forma de construir um caminho para navegar as lacunas entre autores dispersos e publicações diversas ao longo de décadas, com atenção aos detalhes, explorando notas de rodapé, pequenas citações ou citações implícitas de obras e autores, para reconstituir redes de relações entre personagens, e de interlocução entre textos e opções políticas. Experiência instigante e também um desafio quando muitas vezes era preciso procurar referências, ou apenas se informar um pouco em histórias e livros cuja relação com a pesquisa não era necessariamente óbvia, porém interessante, de onde se podia sair satisfeito ou de mãos vazias e, geralmente, com mais uma pista pequena; o que, de pouco em pouco, permitiu construir os argumentos que sustentam a tese. Um apego ao desvendamento do detalhe e até mesmo do detalhe aparentemente irrelevante – porém, repetitivo ou estranho o suficiente para ser notado – vem também de leituras sistemáticas de ensaios de Carlo Ginzburg desde o mestrado⁸, nos quais o conhecimento de relações entre fontes ou problemas históricos originava um discurso de prova baseado na exploração exaustiva e instigante de pequenas ligações entre documentos e personagens; com atenção a “rugas” e “sussurros” logo abaixo da superfície do texto assinalando a presença de tensões e dissonâncias, evitando os simples estereótipos⁹, nutrindo o que é uma base do trabalho do historiador: perguntar e desconfiar.

Partindo do conjunto principal de obras literárias que embasou a pesquisa – de 1871 para trás, da corte para as províncias ao norte do país: José de Alencar, *Til e O tronco do ipê*; Joaquim Manoel de Macedo, *As vítimas-algozes, quadros da escravidão*; Juvenal Galeno, *Lendas e canções populares*; Trajano Galvão de Carvalho, *Três liras*; Maria Firmina dos Reis, *Úrsula*; Gonçalves Dias, *Meditação e Primeiros Cantos* –, o

⁸ As questões em torno do método indiciário de Carlo Ginzburg são referenciais desde os anos de graduação, mas no mestrado fiz um curso de leituras sistemáticas com Robert Slenes, intitulado “Leituras de Carlo Ginzburg”.

⁹ Vide discurso de Carlo Ginzburg no recebimento do Balzan Prize for European History (1400-1700), em 2010. Eos livros: *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das letras, 2011; *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*. São Paulo, Companhia das letras, 2004; *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo, Companhia das letras, 2002; *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo, Companhia das letras, 2002; *O queijo e os vermes. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo, Companhia de bolso, 2006; *História Noturna. Decifrando o Sabá*. São Paulo, Companhia de bolso, 2012.

capítulo 1 da tese explora as possibilidades históricas em torno da representação do negro na literatura brasileira na primeira metade do século XIX, antes da radicalização do discurso racial que tomou o país a partir da década de 1870. Partindo de uma preocupação inicial em mapear os referenciais científicos embutidos nas construções literárias sobre africanos e afrodescendentes na diáspora, apresentam-se aproximações e, quando possível, apropriações específicas entre o texto dos literatos e textos de naturalistas, viajantes e cientistas europeus, explorando os sentidos políticos à aplicação no contexto brasileiro e na obra do autor.

O discernimento das representações, nas obras, em diálogo com determinado circuito de imprensa literária ao seu redor, fez ver que, além das discussões científicas, ao falar de africanos, afrodescendentes e escravidão ao longo de 1830-1840, os escritores brasileiros, entre a imprensa e a literatura, promoviam discussões antiescravistas em contato com argumentos do abolicionismo europeu em circulação, desde a Inglaterra, a França, e Coimbra, em Portugal. Assim, o capítulo também discute as estratégias desse antiescravismo no Brasil pós-independência, destacando a produção dos escritores maranhenses, começando por Gonçalves Dias, passando por Trajano Galvão de Carvalho e chegando em Maria Firmina dos Reis, cujo romance quem sabe influenciou um poema do cearense Juvenal Galeno, embora isso não esteja explícito. Por dentro do contexto brasileiro, entre os anos 1830 e 1850, de disputas sociais e debates intelectuais sobre os significados da cidadania prevista na Constituição de 1824, que na letra não vedou a ascensão de afrodescendentes, o capítulo analisa como os poemas e romances processavam as discussões sobre a formação da nação brasileira. Entre matizes, distingue-se vertente favorável à inclusão de negros e necessariamente crítica à escravidão, ao passo que, na corte, evidencia-se desde cedo uma tendência que, ao criticar o cativo, esperava varrer a influência negra da coloração cultural do país; tudo isso convivendo com um conjunto variado de ideias, às vezes conivente com a escravidão, tolerante a práticas culturais de matriz africana, defendendo a viabilidade de uma sociedade mestiça, porém de prevalência branca. Nesse sentido, o capítulo aponta uma persistência de pensamentos monogenistas, em particular explorando argumentos de fundo cristão católico, no Maranhão.

O capítulo 2, aproveitando a originalidade da produção maranhense, analisa a relação que as obras literárias estabeleceram com o registro e a crítica ao problema da vigência e do legado do tráfico de africanos mantido de forma ilegal até os anos 1850 no Brasil. Explorando manifestações explícitas, como discursos diretos de narradores ou

capítulos críticos em romances, e às vezes afirmações sutis descobertas na leitura lenta e entrecruzada do material, atentando a palavras e à construção gradual dos significados; apresenta-se uma vigorosa oposição às escolhas políticas que tentaram silenciar os crimes de escravização ilegal ao longo da primeira metade do século XIX. Ao refletir sobre as condições sociais particulares que poderiam embasar a crítica no Maranhão, o capítulo conversa com a historiografia recente, distinguindo o papel da Segunda Escravidão – o impulso renovado de produção agrícola para exportação e exploração de mão de obra africana, com algodão nos sul dos Estados Unidos, açúcar em Cuba, sob os espanhóis, e café no Brasil, na região do Vale do Paraíba¹⁰ – nas percepções dos literatos sobre o que se passava no país, conforme o cenário à sua volta, considerando proximidade e distância em relação ao poder central na corte. Nesse capítulo, como no primeiro, destaca-se a motivação crítica à escravidão no poeta Gonçalves Dias, ainda nos *Primeiros Cantos*, num diálogo surdo com as mesmas motivações, e até recursos literários com seu texto mais reconhecidamente antiescravista, posterior, *Meditação*. Quanto à Maria Firmina dos Reis, faz-se um esforço de inserir seu romance no circuito literário maranhense da época, apontando diálogos com o livro de Harriet B. Stowe, *A cabana do pai Tomás*.

O capítulo 3 analisa as referências repetidas a fantasmas e medo de assombração na literatura em foco. A experiência de ler as obras literárias em paralelo aos debates políticos sobre a escravidão e o tráfico de escravos a partir de 1830, alcançando a década de 1850, e conhecendo de perto os debates parlamentares dos anos 1860 que levaram à lei do Ventre Livre em 1871; e contrastando a indignação frustrada dos maranhenses com a disponibilidade em contemporizar com o cativo nos romances de José de Alencar, tornou possível distinguir sentidos políticos para as assombrações. Com a derrota gradual de projetos antiescravistas e mais inclusivos para a população afrodescendente, na primeira metade do século XIX, o recurso aos fantasmas, em parte, referenciava consciências incomodadas, acionadas por vozes dispersas por diferentes direções. Às vezes, no prisma da derrota política, as assombrações soam como o que restou para punir senhores escravizadores, de resto, guardados pelas altas autoridades do Império.

¹⁰ Cf. Rafael Marquese e Dale Tomich, “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX” in: Keila Grinberg e Ricardo Salles, *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2009. Vol.2.

Em todo caso, de forma hegemônica, tratou-se sempre de esconder o assunto, bem como as manifestações de repúdio ao acobertamento da ilegalidade, o que pode explicar a pouca visibilidade dessa produção mais crítica à escravidão nos principais compêndios literários. Tal supressão das coisas, no entanto, deixa rastros da indigestão mais geral do problema: numa palavra engasgada, num *mea-culpa* apressado e inesperado em livro, em geral, otimista sobre o Brasil, lembrando da obra de Perdigão Malheiro, por exemplo. Parece-me, deste modo, que os romances escravistas de Alencar, *O tronco do ipê* e *Til*, oferecem um espaço particular de observação sobre essa perspectiva, que, desenhando cenário ensolarado sobre as relações sociais do Brasil escravista, tenta ignorar os quartos escuros das casas-grandes, com tanta força, até que alguma coisa, dada a pressão exercida, vaza dali. A respeito de *O tronco do ipê*, no mestrado, analisei como a violência brutal sobre o corpo do africano Benedito escapava da pena do escritor quando ele menos esperava¹¹. Desta vez, acredito que algo parecido acontece na representação da loucura de Zana, em *Til*, por força da personagem e do processo histórico implicado, tocando uma ferida aberta.

O discurso de demonstração ao longo dos capítulos nem sempre é linear, pois segue a lógica de atração entre as pistas que ligam textos e autores a determinados debates políticos e sociais. Em parte, revelam o caminho tortuoso da pesquisa, não com a intenção de confundir o leitor, mas compartilhando o desafio de costurar as relações entre os escritores e as obras, devagar, segundo a lógica dos vestígios, buscando, de pouco em pouco, as interpretações mais amplas. Trata-se também de uma forma de construir o raciocínio conforme diferentes camadas dos textos e das experiências dos autores, trazendo ao texto apenas aquilo que interessa à interpretação do momento. Em todos os capítulos, optei por fazer a análise de cada escritor com suas obras de forma relacional, sem isolá-los, porém observando suas conexões e possíveis redes de relações. É por isso, por exemplo, que as mesmas obras são retomadas ao longo dos diferentes capítulos, adentrando novas camadas de discussão e de relação com os contextos.

¹¹ Cf. Façanha, *Política e escravidão...* op. cit., “sangue africano”, pp. 249-257.

CAPÍTULO 1

Um campo de referências intelectuais sobre o negro no Brasil, 1830-1871

Entre 1871 e 1872, José de Alencar publicou dois romances entranhados no mundo da escravidão das grandes *plantations* do sudeste, entre vale do Paraíba fluminense e interior de São Paulo. Na fazenda das Palmas, em *Til*, alguém armava tocaia para o senhor. Até o ponto secreto de encontro, movia-se pelo canavial personagem escrava com características de africano recém importado; o ano, 1846:

o próximo canavial ondulou e surdiu na orela um negro moço, com o corpo nu até a cintura e a camisa atada aos quadris à guisa de tanga. Os lanhos das faces indicavam a casta monjola do africano, em cujo rosto se desenhava a astúcia do gambá e alguma coisa do focinho deste animal¹².

Na mesma fazenda, em dia de festa, tinha lugar o festejo dos negros. O narrador atento: próximo à senzala, “em torno da fogueira” “dançam os pretos o samba com frenesi que toca o delírio”: “Não se descreve, nem se imagina esse desesperado saracoteio, no qual todo o corpo estremece, pula, sacode, gira, bamboleia, como se quisesse desgrudar-se”.

[...] o negrinho, a requebrar-se, abria o queixo e atroava os ares com esta cantiga:

Candongia, deixa de partes
É melhor enganar
Que este negro da carepa
Não há fogo pra queimar

Diz o narrador: “Salvo os rr finais que ele engolia e os ll afogados em um hiato fanhoso, tudo o mais era produção do estro africano e da sua veia de improviso”¹³. Num casebre longe da casa-grande uma escrava velha alucinava, em andrajos, “batendo a cabeça com um movimento oscilatório”. A intervalos, uma mesma cena de horror se repetia para ela¹⁴.

Em *O tronco do ipê*, os gestos de um velho ex-escravo feiticeiro intrigam o narrador: “De longe, esse vulto dobrado ao meio parecia-me um grande bugio negro”;

¹² José de Alencar, *Til*. São Paulo, Ateliê editorial, 2012 [1872], p.70.

¹³ Idem, pp. 274-5 para a toda a sequência citada.

¹⁴ Idem, pp. 128-9.

“cãs lhe cobriam a cabeça”¹⁵. Descia a rocha por um trilho cavado durante trinta anos de trabalho contínuo, aproximava-se de um tronco decepado: “Pareceu-me que abraçava e beijava o esqueleto da velha árvore”. Junto à raiz descobriam-se “pequenas cruzeiros toscas, enegrecidas pelo tempo ou pelo fogo”, depois, “uma imagem de Nossa Senhora em barro, um registro de São Benedito, figas de pau” etc. No natal, havia batuque dos escravos¹⁶. Numa cabana, uma escrava velha recebia as crianças da casa senhorial com guloseimas, trocavam-se prendas, ela contava histórias maravilhosas¹⁷.

Em 1869, Joaquim Manuel de Macedo também caracterizou um feiticeiro: “um negro africano” dentre “os últimos importados da África pelo tráfico nefando: homem de baixa estatura, tinha o corpo exageradamente maior que as pernas; a cabeça grande, os olhos vesgos, mas brilhantes e impossíveis de resistir à fixidade do seu olhar [...]”. Trazia “nas faces cicatrizes vultosas de sarjaduras recebidas na infância”, além de marcas de açoites¹⁸. “[P]ropinador de venenos vegetais”, “nunca falava aos parceiros na roça, e só com monossílabos” respondia a tentativas de aproximação¹⁹. Em narrativa colada às percepções culturais do autor, a modo de panfleto, se observa: o feitiço “tem seu pagode, seus sacerdotes, seu culto, suas cerimônias, seus mistérios”; nos encontros noturnos soam “os grosseiros instrumentos que lembram as festas selvagens do índio no Brasil e do negro d’África”; “vêm-se talismãs rústicos”; ao fogo, preparam-se beberagens e infusões, “uma peste que nos veio com os escravos d’África”, “vestígios negros da escravidão que nos trouxe da África as superstições, os erros, as misérias, e as torpidades da selvaticidade”²⁰.

Fora do eixo da corte, destaca-se literatura produzida no Maranhão.

Março de 1846. Antonio Gonçalves Dias publica o poema “A escrava” no jornal local *Archivo*. Por um instante longe da mira do senhor, uma mulher sem nome lamenta a separação forçada de seu lugar de origem: “Oh! doce país de Congo,/Doces terras d’além mar!/Oh! dias de sol formoso!/Oh! noites d’almo luar”; “Desertos de branca areia [...]/Onde livre corre a mente,/Livre bate o coração!”. Sob domínio de um senhor ríspido em seu “sofrer cruento,/Congo! dizia”. Em julho do mesmo ano o poema é

¹⁵ José de Alencar, *O tronco do ipê*. São Paulo, Martin Claret, 2006 [1871], pp. 11-15.

¹⁶ Idem, pp. 172-3.

¹⁷ Idem, pp. 39-44.

¹⁸ Joaquim Manuel de Macedo, *As vítimas-algozes. Quadros da escravidão*. Rio de Janeiro, Casa Rui Barbosa, 1991, p. 82.

¹⁹ Idem, p. 89.

²⁰ Idem, pp. 74-75.

inserido na coletânea *Primeiros Cantos*, publicada na corte²¹. Em 1859, no romance de Maria Firmina dos Reis: outra africana escravizada. Suzana rende um tributo de saudades “a tudo quanto me foi caro” – “pátria, esposo, mãe, filha e liberdade” – e perdido no tráfico de escravos – “dois homens apareceram e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira, era uma escrava!”. Metida com outros trezentos “companheiros de infortúnio” no porão de um navio: “trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida”²². Túlio, o filho de criação ao pé de Suzana, é descrito como rapaz “que na franca expressão de sua fisionomia deixava adivinhar toda a nobreza de um coração bem formado”: “O sangue africano refervia-lhe nas veias; o mísero ligava-se à odiosa cadeia da escravidão; e em balde o sangue ardente que herdara de seus, pais, e que o nosso clima e a servidão não puderam resfriar, [...] se revoltava”²³.

Na coletânea de poemas de Trajano Galvão de Carvalho, 1862, a revolta se alterna entre o eu lírico poético a questionar os rumos do país – “Por que gemes, porque choras/Tão triste assim, meu Brasil?/[...] n’alma te pesa algum crime”? – e a voz do “O calhambola”: “nasci livre, fizeram-me escravo/Fui escravo, mas livre me fiz./Negro, sim; mas o pulso do bravo/Não se amolda às algemas servis”; “Membro a membro meu corpo quebrava/A vontade ninguém m’a quebrou!”²⁴. Em outro poema, há festa escrava em algum lugar, sons de tambores ao redor, porém não atraem a escrava Nuranjan, cuja voz melancólica sustenta o conjunto das estrofes. “Em que cismo? Em que cisma a cativa/Ah! da negra o que importa o cismar?/ Destes sonhos ninguém não me priva,/Ah! deixai-me, deixai-me sonhar”. Porém sonhos de morte: “Em que cismo? Por acaso em que cisma/ Ao sepulcro pergunta-lhe alguém?”; pois “o roçado o que é? O sepulcro/Onde pousa a floresta, que ardeu;/ [...] Porque o sórdido lucro/Faz que o branco até zombe do céu!”; “Negro fumo no ar se derrama,/ Fere as nuvens, desperta o trovão!/Brilha o raio, terrível estala/[...] Vergam brancos imbeles os colos,/Pulsam medo seus vis corações!...”²⁵.

Tendo como referencial o conjunto de obras literárias acima, o objetivo deste capítulo é traçar e discutir as linhas gerais de um universo de pensamento disponível sobre o negro no Brasil pós-independência, dos anos 1830 até 1871. Trata-se de uma teia intrincada de temas, imagens, prognósticos sociais e argumentos dispersos na

²¹ *Arquivo: jornal científico e literário*, 31 de março de 1846.

²² Maria Firmina dos Reis, *Úrsula*. Belo Horizonte, Editora Mulheres, 2004 [1859], pp. 116-7.

²³ Idem, p. 22.

²⁴ Trajano Galvão de Carvalho, “O calhambola”, in Trajano Galvão de Carvalho, A. Marques Rodrigues, G. H. de Almeida Braga, *Três Lyras*. s/c. Tipografia do Progresso, 1862, p. 5.

²⁵ Idem, *ibidem*, pp. 21-24.

documentação segundo lógicas analíticas variadas, entre discursos políticos, relatos de viagens, textos de naturalistas, sermões e discursos críticos católicos, antiescravismo e abolicionismo na literatura. Longe de poder esgotar o assunto, o capítulo, porém, se esforça por construir uma relação coesa entre as evidências espalhadas. As obras literárias, em suas relações com debates sociais, políticos e culturais pertinentes, ao longo do tempo e dentro de seus ambientes literários, funcionam como fio condutor da análise.

Portanto é preciso explicar a escolha das obras literárias em foco, que é ao mesmo tempo subjetiva, ao mesmo tempo guiada pelos interesses da pesquisa, pela lógica de atração entre as fontes. Subjetiva porque o ponto de partida se dá por dentro de meu repertório inicial e limitado sobre o amplo problema: o que era falar do negro, falar de África, de africanos e afrodescendência nos anos 1860 no Brasil, a fim de interpretar as representações de José de Alencar em seus romances de 1871. Por um lado, ao longo das pesquisas de iniciação científica e de mestrado, explorei a fundo as relações entre *O tronco do ipê* e *Til* e os debates políticos em torno do que se tornou a Lei do Ventre Livre. Alencar romancista e deputado, ex-ministro da Justiça e candidato frustrado ao senado, reunia esse conjunto de experiências ao reconstruir na literatura um entendimento político sobre as relações sociais no Império, dentro das quais a escravidão. Seu diagnóstico sobre o cativo – controverso, pleno de armadilhas –, no contexto quente de 1871, desafia o pesquisador em busca dos significados políticos implicados. Parte do mundo da escravidão pintado nos romances dialoga diretamente com as questões do começo dos anos 1870 e parece pensada para aquele ambiente: incerteza sociais a partir da emancipação guiada pelo Estado, melancolia senhorial pelo desmoronamento do *status* de grandeza construído nos anos 1850, ao mesmo tempo, com uma ponta de crítica, uma defesa do modelo escravista brasileiro. Por outro lado, a complexidade dos elementos sobre a escravidão dentro dos textos de Alencar, discernível nos detalhes, sugeria uma construção mais longa de pensamento sobre cativo e liberdade no país, em diálogo com outras obras, com uma discussão mais ampla que os debates pela Lei do Ventre Livre²⁶.

Qual a lógica que informa o contraste na construção de personagens escravos crioulos ou africanos? Por que determinada imagem da África? Por que ela se estende

²⁶ Para as questões mencionadas em Alencar, cf. Dayana Façanha, *Política e escravidão em José de Alencar: O tronco do ipê, Sênio e os debates em torno da emancipação (1870-1871)*. São Paulo, Alameda, 2017.

ou por que é breve? O que organiza a curiosidade do romancista ao distinguir tantos e pequenos elementos de matriz africana, ou cada gesto específico em batuques e encontros escravos? Perguntas feitas a *O tronco do ipê* e *Til* no final do mestrado sem que houvesse tempo para novos aprofundamentos, e alimentadas pelo contraste, sobre os mesmos assuntos, no romance de Joaquim Manuel de Macedo, *As vítimas-algozes*. Além do discurso mais imediato sobre a escravidão em favor de uma lei emancipacionista, havia ali também uma percepção sobre o legado da África na cultura brasileira que pedia contexto mais amplo de interpretação.

Em busca de respostas iniciais a essas perguntas na bibliografia sobre raça nas relações sociais brasileiras, encontram-se explicações para o contexto a partir dos anos 1870, quando matrizes do racismo científico europeu se estabelecem no país, depois da Lei do Ventre Livre²⁷. Sobre o que vêm antes, os historiadores ficam num impasse: encontram na documentação este e aquele adjetivo sobre o negro, sobre ser negro, que, porém, não pode ser creditado anacronicamente à matriz racista ainda não estabelecida²⁸. Então quais significados extrair? Acostumada a explorar os assuntos por dentro da literatura, imaginei como seria estudar a questão por meio de uma série de obras, tendo como ponto de partida, para além de Alencar e Macedo, o romance *Úrsula*, da maranhense Maria Firmina dos Reis, de 1859. Ganhando espaço nos departamentos de história, sociologia e literatura na última década, o livro escrito por uma mulher negra, desfavorecida no cânone, desponta pelo vigor antiescravista, além do preciosismo em representar elementos de matriz africana, construir imagem positiva da África, buscar voz e perspectiva própria às personagens escravas.

O conjunto vai se tornando menos arbitrário conforme as fontes se atraem. Nesse momento, o livro de Raymond Sayers sobre o negro na literatura brasileira surge como um baú de novidades e de possibilidades de pesquisa²⁹. Entre dezenas de obras brasileiras da primeira metade do século XIX sobre escravidão, descobri a existência de

²⁷ Thomas Skidmore, *Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. São Paulo, Companhia das letras, 2012; Lilia Schwarcz, *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo, Companhia das letras, 1993; Gabriela Sampaio, *Juca Rosa, um pai de santo na corte imperial*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2009, cap. 2.

²⁸ Por exemplo, Jaime Rodrigues, *O infame comércio. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas, Ed. Unicamp, CECULT, 2000, p. 47; Sidney Chalhoub, *A força da escravidão. Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012, p. 186: “A visão que [os senhores] tinham sobre as pessoas cujo trabalho exploravam se caracterizava por um feixe de preconceitos culturais que pode ser anacrônico chamar ‘racismo’, mas cujo nome seja ele qual for não tornará a coisa menos virulenta”.

²⁹ Raymond Sayers, *The Negro in Brazilian Literature*. New York, Hispanic Institute in the United States, 1956.

poemas que, entre diferentes autores, compartilhavam assuntos e abordagens: representação do batuque, do feiticeiro, busca pelo ponto de vista escravo, tematização de sofrimentos e de saudades da África. Primeiro saltou aos olhos a relevância de uma análise conjunta de obras maranhenses, entre Gonçalves Dias, Trajano Galvão de Carvalho e Maria Firmina dos Reis, pelos paralelismos que apresentavam, sugerindo uma efervescência própria do contexto literário relacionado. Em diálogo com eles, ainda no rastro de Sayers, descobri o cearense Juvenal Galeno, cujo antiescravismo em poemas de 1865, entre aproximações e distâncias em relação aos maranhenses, tinha contato direto e indireto com José de Alencar. Sugestão instigante para sustentar a plausibilidade de uma série literária cujo diálogo disperso no tempo e nas regiões do país permitisse investigar em escala maior, além das trocas literárias, um ambiente compartilhado de reflexão sobre a escravidão e sobre o negro no país.

Seguiu-se um mapeamento das obras em foco em busca de influências intelectuais internacionais a compor percepções sobre África, africanos e afrodescendentes na primeira metade do século XIX, ao mesmo tempo investigando política e história social brasileira da escravidão antes de 1871. Em meio ao assunto incontornável entre os anos 1830 e 1850 – desdobramentos políticos e sociais do tráfico ilegal de africanos – descobri que, além da influência de discursos científicos europeus em disputa, o problema do negro nas primeiras décadas do Brasil independente ligava-se a uma rede entrelaçada de questões internas e externas inscritas, com nuances e desdobramentos, na literatura em foco. Por um lado, o tráfico e as consequências da escravidão na formação das instituições e da cidadania nacionais em constante debate; por outro, além da pressão diplomática externa pelo fim do tráfico, a influência, ainda pouco conhecida, do pensamento abolicionista inglês e francês na reflexão crítica sobre a escravidão no país.

Ambiente intelectual brasileiro em contato com o abolicionismo europeu: desvendando uma teia de relações

Interessante começar por lugar conhecido para olhá-lo de outra maneira: as duas primeiras revistas literárias da corte, *Niterói* e *Minerva Brasiliense*. Conhecidas como fundadoras do romantismo no Brasil, são um ponto de partida aos estudos que analisam formação da literatura brasileira, bem como os debates sobre os referenciais estéticos em jogo. Também se explora a relação editorial dessas revistas com projetos políticos

imperiais no estabelecimento simbólico de personagens e memória seletiva para o Brasil como nação independente, destacando-se indianismo, esquecendo-se escravidão, personagens e referências negras. Os periódicos às vezes são lembrados pela publicação esparsa de textos críticos à escravidão, destacando-se o artigo de Salles Torres Homem “Considerações sobre a escravatura”, na *Niterói*³⁰. Porém ainda se explora pouco a inserção desse material em debate mais amplo ou duradouro no contexto brasileiro, o que dificulta a compreensão das publicações para além de surtos pontuais de dor na consciência. O que é que estava acontecendo? Após uma varredura em todos os exemplares das duas publicações proponho uma leitura sobre a presença da escravidão nas revistas de acordo com as formas variadas como ela aparece, valorizando fragmentos que podem abrir caminho para discussões amplas.

A *Niterói* teve apenas dois números em 1836, publicados via Paris, enquanto a *Minerva* se estabeleceu no Rio de Janeiro, quinzenalmente, entre 1843 e 1845, com seis pontos de venda na corte, três em Portugal, além de distribuição para assinantes nas províncias: Bahia, Pernambuco, Ceará, Pará e Maranhão³¹. A esse tipo de publicação interessava contribuir a certa forma de progresso e civilização no Brasil. Distanciando-se das notícias cotidianas – “diárias e habituais discussões sobre coisas de pouca utilidade”³² –; publicavam artigos eruditos sobre arte, ciência e literatura. Visavam público seletivo, por um lado capaz de acompanhar os textos, por outro, objeto de um projeto cultural preocupado em treinar o gosto e o intelecto para os considerados temas do bem comum e de “glória da pátria”³³. O cativo não surge claramente como assunto para a arte, nem a experiência negra como fonte de inspiração. Mas às vezes se fica na dúvida. Longe de ser tema ausente, se desdobra de formas variadas, à margem ou no centro, incômodo mas incontornável. E não se pode dizer que não mexesse com a imaginação de escritores e leitores.

Alinhado a uma vertente de pensamento antiescravista que, como estratégia, contrastava trabalho livre *versus* trabalho escravo, às vezes o assunto surgia como

³⁰ Para o panorama mencionado, em particular sobre o tema da escravidão, cf., por exemplo, Lilia Schwarcz, *As barbas do imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006, p.139; Bernardo Ricupero, *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo, Martins Fontes, 2004, cap. 2; Antonio Candido, *Formação da literatura brasileira. Momentos decisivos*. São Paulo | Rio de Janeiro. Ouro sobre azul, 2009, pp. 589-590; Raymond Sayers, op. cit., pp. 71-72.

³¹ Recolhi essas informações em *Minerva brasiliense*, 15 de fevereiro de 1844, páginas iniciais sem numeração.

³² *Niterói brasiliense*, 1836, número 1, p. 6.

³³ A *Niterói* fala nesses termos. Idem, p. 5.

referência à suposta baixa qualidade do trabalho cativo. Por exemplo, A. de S. Lima de Itaparica lamentava o fato de a produção de aguardente no Brasil ficar a cargo de alambiqueiros, ditos ignorantes do conhecimento científico em torno dos processos de destilação³⁴. Em outro texto, “P” apontava desperdício na produção de açúcar, pois a etapa de concentração do xarope da cana era executada a “fogo nu em aparelhos, onde o grau de calor não tem outros reguladores além do capricho dos negros”. Em vez disso, preferia as máquinas do “mundo civilizado”³⁵. Em outros momentos, alguém levantava o problema do impacto social da permanência do cativo no país, como no artigo “Ideias de uma sociedade promotora da educação industrial”³⁶. Para o autor, era problema que

A máxima parte da classe produtora de todas as matérias primas da indústria, e mesmo a maior parte dos que exercem os diversos ramos das artes e dos ofícios não era nem podia ser admitida a gozar dos direitos naturais da liberdade individual, da propriedade real, e da igualdade civil³⁷.

Havia na “população brasileira”, continua, “uma contradição que tarde ou cedo há de arrastar por si a total ruína do Estado”, caso o governo e o zelo ilustrado dos cidadãos não prevenissem “uma tão deplorável catástrofe”³⁸.

Já J. da Cunha Barbosa preocupava-se em separar gente livre de gente escravizada, alertando a classe senhorial para os males da escravidão doméstica:

consideram os filósofos como um dos mais importantes deveres dos que são encarregados da educação dos meninos o separar deles, tanto quanto é possível, os escravos e os domésticos cujos discursos, e sobretudo exemplos, lhes podem ser de prejuízo³⁹.

Em 1843, um fragmento interessante surge no texto “Festas imperiais”, que comenta o desembarque de Teresa Cristina de Bourbon no Brasil. Ao descrever os enfeites que marcam a chegada da imperatriz, o ponto de partida é o cais do Valongo, onde ficou atracado o barco da realeza: “começaremos pelo Valongo, hoje cais da imperatriz”, mas “não entraremos na questão da propriedade do lugar, dos fatos históricos de que ele foi testemunha”. Afinal, “o fato consumou-se, o local acha-se hoje

³⁴ *Niterói brasiliense*, n.2, p. 89.

³⁵ *Minerva brasiliense*, 1 de novembro de 1843, p. 6.

³⁶ *Niterói brasiliense*, n.2, pp. 131-137.

³⁷ *Ibidem*, p.133-134.

³⁸ *Ibidem*, p.134.

³⁹ *Minerva brasiliense*, 1 de dezembro de 1843, “Ciências morais. A importância de uma boa educação”, p. 70

nobilitado: o espectro da calasta fugiu e deixou em seu lugar uma estrela luminosa”. Continua: “A pegada do Augusto Filho dos Bourbon [...] sagrou aquele terreno, *corramos um véu eterno sobre seu passado*”⁴⁰.

Mas seria impossível esconder quando a escravidão era cenário em toda parte, mesmo à margem do foco de discussão. É o caso, por exemplo, do texto de Araújo Porto Alegre sobre a importância da música como expressão cultural capaz de perpassar a hierarquia social: “Nas mais províncias do Brasil, a Música é cultivada desde a senzala até o palácio; de dia e de noite soa a marimba do escravo, a guitarra e a viola do *Capadocio*, e o piano do senhor”⁴¹. No romance *Maria ou vinte anos depois*, de J. Norberto S.S., aparece um escravo servindo uma família pobre do Rio de Janeiro do início do século XIX. Diz-se, além disso, que o patriarca distanciava-se da casa ao longo de meses, pois “se vai a longes terras se empregar no tráfico de africanos boçais”⁴². Alguma referência surge no poema “O dia 6 de abril de 1831”, que alude ao contexto da abdicação de d. Pedro I. Em meio à multidão que corria e se misturava nas ruas havia: “Os cidadãos, a tropa, o vil escravo”⁴³.

Reunindo trechos publicados entre 1836 (*Niterói*) e 1843 (*Minerva*), é preciso notar as referências ao comércio de africanos, que é assunto incômodo. Não por acaso, já que a prática era ilegal desde a lei antitráfico de 1831, cuja historiografia recente tem evidenciado que, longe de ter sido apenas “para inglês ver”, sustentou-se em disputas políticas reais para ser aplicada; atropelada de vez a partir de 1837 com o Regresso Conservador no parlamento, mantendo-se a prática até nova lei em 1850⁴⁴. Fala-se de trabalho escravo ineficiente, de prejuízos da presença escrava no seio das famílias, fala-se em contradição e em questões de cidadania: a maior parte da população trabalhadora excluída dos direitos de liberdade, propriedade, igualdade civil. Catástrofe? O Valongo como símbolo a ser encoberto e imediatamente reinterpretado.

Uma maneira de analisar o conjunto das passagens acima é seguir a pegada no texto famoso de Salles Torres Homem, tentando discernir a relação dele com linhas mais amplas da política brasileira, por sua vez ligada a debates internacionais. “Considerações sobre a escravatura” é um escrito antiescravista que se mostra de algum modo em contato com elementos do abolicionismo inglês do início do século XIX, via

⁴⁰ *Minerva brasiliense*, 1 de novembro de 1843, p. 23, grifos meus.

⁴¹ *Niterói brasiliense*, n. 1, p. 180. Grifo original.

⁴² *Minerva brasiliense*, 1 de abril de 1844, pp.323-324.

⁴³ *Minerva brasiliense*, 1 de maio de 1844, p. 400.

⁴⁴ Cf. Tâmis Parron, *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2011, pp. 84-90 (“Uma lei para inglês ver?”); cap. 2.

William Wilberforce e Thomas Clarkson⁴⁵. Embora os esforços emancipacionistas por meio da política, no Brasil, só tenham ganhado força nos anos 1870, tornando-se movimento abolicionista apenas na década seguinte, alguma discussão antiescravista esteve em pauta desde a Independência. Desde antes, na verdade, no contexto da vinda da coroa portuguesa para o Brasil com apoio inglês – a contrapartida sempre pressionou pela abolição do tráfico de africanos.

Mas para além desses momentos pontuais de atrito em negociações internacionais⁴⁶, é o caso de tentar mapear uma rede possível de contatos entre intelectuais e agentes diplomáticos brasileiros e o ambiente europeu de disputas abolicionistas do começo do século XIX. Durante o período da colonização portuguesa, por exemplo, era comum que intelectuais luso-brasileiros, futuros quadros administrativos do Império, fossem estudar em Coimbra, prática que continuou após a Independência⁴⁷. Durante o Congresso de Viena, em 1815, para retomar um momento específico sob pressão inglesa, condenou-se o tráfico de escravos⁴⁸, contexto em que a diplomacia de todos os membros representantes de Impérios escravistas ficou exposta a argumentos contra o comércio de africanos.

Aliás, as discussões europeias sobre o tema ferviam ao longo das primeiras décadas do século XIX, não só na política parlamentar, mas em publicações impressas e nas artes em geral. Em 1816, um desastre no mar envolvendo o governo francês da Restauração chama atenção. A fragata *Medusa*, próxima à costa ocidental africana, segue em direção ao Senegal, levando o novo governador da colônia. Sob comando de um capitão inexperiente mas favorecido pelo governo francês a embarcação começa a afundar. Os poucos botes disponíveis são preenchidos por oficiais e passageiros do alto escalão, rumo ao porto na costa africana, enquanto os demais cento e cinquenta e dois passageiros e tripulação subalternos são deixados numa balsa improvisada, ligada aos botes por cordas. Horas depois essas amarras são cortadas. Segundo relatos de sobreviventes, à deriva e sem instrumentos de navegação, instala-se pânico e um brutal

⁴⁵ Cf. *Niterói*, n 1, p. 37; a menção, porém, não cita textos específicos dos autores.

⁴⁶ A bibliografia básica sobre o tema geralmente explora esses aspectos, cf. Leslie Bethel, *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: Grã-bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869*. Rio de Janeiro e São Paulo, Expressão e cultura: USP, 1976. Um trabalho recente que enfatiza as pressões diplomáticas é: Tamis Parron, op. cit., cap. 1.

⁴⁷ Cf. José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2012, Parte I, cap. 3.

⁴⁸ Cf, por exemplo, Hugh Honour, *The Image of Black in Western Art*. Vol. IV, *From the American Revolution to World War I*. Cambridge, Harvard University Press, p. 129.

instinto de sobrevivência. Doze dias depois, apenas quinze sobreviventes são resgatados, dos quais cinco morrem em seguida⁴⁹.

Considerado um escândalo na época, a tragédia chama a atenção do pintor Théodore Géricault, que acessa relatos de sobreviventes e produz a tela *Le Radeau de la Méduse*⁵⁰. Ao levar o tema para exposições a partir de 1819, seu trabalho adentra, ao mesmo tempo em que promove, debates de todo tipo. Torna-se um marco do romantismo ao tematizar com vividez o drama da gente comum, além disso, colocando em perspectiva privilegiada personagens negras envolvidas⁵¹. Segundo Hugh Honour, o problema do tráfico atlântico de escravos possivelmente esteve entre as questões consideradas por Géricault, já que ocupou o centro das discussões na França de sua época. Ao passo em que a abolição do tráfico é decretada em 1815 por Napoleão, o governo da Restauração, mesmo pressionado internacionalmente, é ineficiente nesse sentido, e talvez de propósito⁵². De fato, a análise de Albert Boime sobre *Le Radeau de la Méduse* explora o contato de Géricault com Alexandre Corréard, um sobrevivente ligado a abolicionistas ingleses Quaker que, na segunda edição de seu relato sobre a tragédia, anexa argumentos pela imediata abolição do tráfico francês; o novo governador do Senegal havia permitido a retomada do comércio de africanos⁵³.

Tendo em vista o contexto brasileiro de discussões na análise em curso, é interessante transcrever as palavras de Corréard:

Let there be no more secret enterprises; no more connivance at fraudulent traffic, no more unhappy Negroes snatched away from their families; no more tears shed on the sad African soil, so long the witness of so many afflictions; no more human victims, degraded to the altars of the shameful, and insatiable divinities, which have already devoured such numbers [...]⁵⁴

Além do acesso à universidade de Coimbra e da importância de intelectuais portugueses, a França foi sempre referencial fundamental à formação cultural do pensamento brasileiro oitocentista. No contexto da primeira metade do século XIX, se

⁴⁹ Cf. Albert Boime, *The Art of Exclusion. Representing Blacks in the Nineteenth Century*. Washington&London, Smithsonian Institution Press, 1990, pp. 51-52.

⁵⁰ Idem, p. 53. Para imagens do quadro de Géricault, no Museu do Louvre, cf. <https://www.louvre.fr/oeuvre-notices/le-radeau-de-la-meduse> (acesso em abril de 2019)

⁵¹ Sobre isso, Hugh Honour, op. cit. pp. 119-126.

⁵² Idem.

⁵³ Albert Boime, op. cit., p. 53.

⁵⁴ Apud, Albert Boime, op. cit., p. 54.

por um lado a vinda da coroa portuguesa ao Brasil se faz com apoio inglês, abrindo linhas de contato por aí, destaca-se a influência de franceses; por exemplo, com a chegada da missão francesa, chefiada por Jean-Baptiste Debret. Segundo Valéria Lima, menos do que explorar as paisagens do país, o empenho da missão era introduzir a nova sede do Império português “ao que havia de mais elevado no campo das artes”⁵⁵, depois resultando na abertura da Academia de Belas Artes no Rio de Janeiro. Mais tarde, a revista *Minerva Brasiliense* dedicará textos a discutir seus trabalhos. Aliás, Araújo Porto-Alegre, membro do corpo editorial, manteve estreito contato com Debret nos anos 1830-1840 por meio de cartas⁵⁶.

Bernardo Ricupero ressalta a referência francesa para o romantismo, não só no Brasil como na América Latina, enfatizando os anos em que José Gonçalves de Magalhães, um dos fundadores da literatura nacional brasileira, viveu na França na década de 1830⁵⁷. Vale lembrar que vieram de tipografias francesas os dois volumes da *Niterói Brasiliense*. De modo geral, do ponto de vista das trocas artísticas, é bastante conhecido o trânsito entre os intelectuais brasileiros do período romântico e a produção francesa, a leitura desenfreada, no Brasil, dos mais diversos autores, entre Madame de Staël, René de Chateaubriand, Lamartine e Victor Hugo, para ficar com nomes ligados ao abolicionismo francês⁵⁸. A pergunta é: de que modo, além dos debates estéticos e junto com eles, os intelectuais brasileiros poderiam acessar o universo de ideias abolicionistas? Isso afetava suas discussões no Brasil?

Nos anos 1820, em contato com os ingleses, o abolicionismo francês ganha novo fôlego, disparando faíscas que atingiam o ambiente luso-brasileiro. *The cries of Africa*, de Thomas Clarkson, livro crítico ao comércio de africanos, é traduzido para o francês em 1821 e reeditado no ano seguinte com prefácio de Abbé Gregoire, aguerrido abolicionista desde antes da Restauração. Além da oposição ao tráfico e à escravidão,

⁵⁵ Cf. Valéria Lima, *J.-B. Debret, historiador e pintor. A viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1816-1839)*. Campinas, Editora da Unicamp, 2007, pp. 33-34.

⁵⁶ Vide Lima, op. cit., pp. 110-111.

⁵⁷ Bernardo Ricupero, op. cit., pp. 45-57.

⁵⁸ Desde a vinda da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, favorecendo o aumento das remessas de livros para o Rio de Janeiro, havia entre o público leitor em geral um interesse pela produção francesa de romances. Observando a circulação de textos de “Belas Letras”, Márcia Abreu destaca que a partir de 1808, o interesse por livros originais em francês aumenta, ao passo que o envio de obras anglo-saxãs diminui, em comparação ao período anterior. Cf. “Livros ao mar – circulação de obras de Belas Letras entre Lisboa e Rio de Janeiro ao tempo da transferência da corte para o Brasil”. *Tempo*. Revista do departamento de história da UFF, v.12, pp. 74-97, 2008, p. 85. Para um panorama sobre livros e livreiros em anúncios da imprensa nas primeiras décadas do Brasil independente, com referência constante aos franceses, embora a autora também mencione outros referenciais, cf. Regiane Mançano, “Livros à venda: a presença de romances em anúncios de jornais”. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2010, caps. 1-2.

seus textos confrontavam preconceitos culturais e de cor que emergiam contra os africanos desde o final do século XVIII⁵⁹. Segundo Honour, Grégoire se dedicou a escrever aos haitianos, reconhecendo, além de seu direito à independência, sua legitimidade para somar-se à fé católica ocidental. No parlamento francês, entre membros da *Société de la Morale Chrétienne*, fortalecia-se uma campanha para “propagar um senso de horror pelo vergonhoso comércio de escravos”⁶⁰. Em 1822, a academia francesa anuncia um prêmio para um poema sobre o tema da abolição do tráfico de escravos. Dentre os cinco merecedores de publicação, todos se apropriavam de Clarkson, dentre outros abolicionistas, trazendo imagens benevolentes sobre a vida na África⁶¹.

Alastram-se pinturas e textos literários de cunho abolicionista, trazendo para o centro do drama personagens africanos, afrodescendentes e o problema da liberdade. Personalidades influentes no imaginário oitocentista brasileiro romântico, como Alexander Von Humboldt, além dos escritores citados, frequentam os mesmos salões parisienses, trocando percepções abolicionistas⁶². Ainda em 1822, membros da *Society of Friends* inglesa, os Quakers, enviam documentos aos franceses, dirigindo-se também “aos irmãos” “na Espanha, na Holanda e Portugal” em favor “de nossos irmãos africanos”. Destacavam que, embora o tráfico tivesse sido condenado no Congresso de Viena e que França e outras nações tivessem aprovado legislação contra o comércio de escravos, a prática não apenas tinha continuado como “se tornou ainda mais extensiva e cruel do que antes”⁶³. Em 1823, surge uma edição traduzida do livro de Clarkson para o português: “Os gemidos dos africanos, por causa do tráfico da escravatura; ou breve exposição das injúrias e dos horrores que acompanham este tráfico homicida”. No prefácio, uma advertência que, dentre outros, toca o mundo das transações luso-brasileiras: “Não altera os casos se o tráfico é feito por franceses, holandeses,

⁵⁹ Acompanhei esses detalhes na discussão feita por Hugh Honour, op. cit., pp. 128-129. Robert Slenes destaca a ampla difusão do panfleto de Clarkson nos anos 1820, em diversas línguas, responsável pela divulgação do modelo do navio negreiro “Brooks”, com a disposição dos africanos espremidos no convés da embarcação. cf. “Overdrawn from life: Abolitionist Argument and Ethnographic Authority in the Brazilian ‘Artistic Travels’ of J. M. Rugendas, 1827-35”. *Portuguese Studies*, vol.22, n. 1 (2006), pp. 55-80; pp. 65-66, 72.

⁶⁰ Apud Honour, op. cit., p. 129. Conferir também, Boime, op. cit., pp. 56-59. Segundo Robert Slenes, a *Société*, conduzida por homens de prestígio social e político, promovia um “abolicionismo conservador e bem pensante”, favorecendo planos graduais de emancipação, por exemplo, distanciando-se de propostas radicais que poderiam ser rejeitadas mais rapidamente. Cf. “As provações de um Abraão africano: a nascente nação brasileira na Viagem alegórica de Johann Moritz Rugendas”. *Revista de Arte e Arqueologia*, n. 2, 1995-1996, pp. 271-294, p. 281.

⁶¹ Honour, op. cit., p. 130.

⁶² Honour, op. cit., pp. 132-133.

⁶³ Cf. Albert Boime, op. cit., p. 56.

portugueses, alemães [...]: a natureza humana é semelhante em todos os países [...]: os males que acompanham o tráfico não são casuais, são inseparáveis da sua mesma natureza”⁶⁴.

No trecho, a preocupação é desarmar contra-argumentos que sugerissem como particularidades do tráfico inglês as atrocidades listadas por Clarkson. No mundo português, de fato, já havia afirmações equivocadas sobre um estilo menos violento de conduzir o comércio de seres humanos vide textos do padre Azeredo Coutinho⁶⁵. A edição em língua portuguesa de *The cries of Africa* tem origem em casa publicadora londrina e não dispõe de qualquer texto introdutório assinado por autoridade luso-brasileira. Simples tradução do inglês, não parece que tenha havido intervenção de um projeto português abolicionista. Por outro lado, é difícil que personalidades do mundo luso-brasileiro tenham ficado distantes do texto, dada a cutucada no prefácio, junto à efervescência das trocas no mundo atlântico.

Ao publicar “Considerações sobre a escravatura” na *Niterói*, 1836, Salles Torres Homem estaria bem informado sobre o ambiente que descrevi. Ciente da atmosfera carregada de emoções e estratégias retóricas, promete evitar sentimentalismos ou cinismos⁶⁶, centrando a reflexão sobre os efeitos da escravidão em relação à produção das riquezas. Ponto de partida: situa a origem do cativo no Brasil, recuando às ações dos invasores portugueses dos séculos XVI e XVII. Ainda que representassem o gérmen

⁶⁴ Thomas Clarkson, Os gemidos dos africanos, por causa do Tráfico da Escravatura, ou Breve exposição das injúrias e dos horrores que acompanham este tráfico homicida. Londres, Harvey & Darnton, 1823, pp. III-IV. Encontrei a versão em português no site da brasileira USP, sem querer, na última fase da pesquisa: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000010079&bbm/7335#page/8/mode/2up>. Meu primeiro contato com o texto de Clarkson foi com a versão em inglês por meio do sistema de bibliotecas da Universidade de Harvard, durante o período sanduíche do doutorado, quando adquiri uma cópia digitalizada do original. Uma noção sobre a existência e a influência de *The Cries of Africa* pelo mundo havia ficado comigo desde a leitura do artigo citado de Slenes, que enfatizava a influência do panfleto sobre Rugendas, e nos círculos intelectuais franceses, mencionando diversas traduções. Eu pretendia ler o texto em algum momento, por curiosidade, em busca de conexões possíveis; sabia que Salles Torres Homem tinha o abolicionismo inglês em mente, mas ainda não tinha noção do que isso significava. Nas discussões sobre o abolicionismo europeu do começo do século XIX, em seu impacto no mundo das artes, quando mencionam a pressão sobre os portugueses, Albert Boime e Hugh Honour me fizeram buscar o texto em português. Só ao final da pesquisa, quando se tornou claro que o abolicionismo em Portugal, poderia ter afetado os brasileiros, via Coimbra, é que consultei o livro de João Pedro Marques, que menciona a tradução de *The Cries of Africa* para o português como parte de um abolicionismo luso de inspiração inglesa. Cf. *Os sons do silêncio: o Portugal de Oitocentos e a abolição do tráfico de escravos*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1999, pp. 173-174. Cheguei a esse livro por meio do trabalho de Alain Youssef, *Imprensa e escravidão. Política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*. São Paulo, Intermeios, 2016.

⁶⁵ Cf. João P. Marques, *Os sons do silêncio*, op. cit., pp. 73-79.

⁶⁶ Em artigo que analisa estratégia antiescravista em Rugendas, Robert Slenes observa que, para atingir o público de interesse, era preciso evitar grande identificação com os sofrimentos escravos, sob pena de ser identificado a vertentes negrófilas, conferindo descrédito à obra. Cf. “As provações de um Abraão africano...”, op. cit., p. 281.

da “vindoura civilização”, afirma, cometeram “calamidades e horrores”. Teriam exterminado os índios, já que “nada deles podiam obter, porque erradios sempre resistiam a assentar morada, onde pudesse prender o grilhão da dependência”⁶⁷. Desse modo, os primeiros colonos teriam se visto sozinhos, “no seio da solidão de uma terra”, sendo que, sem os indígenas, não se produzia espontaneamente. Sem condições de recrutar trabalhadores na “mãe-pátria” a única alternativa teria sido “ir buscar escravos em África”, dita “terra povoada com a raça amaldiçoada de Cam”⁶⁸. Assim explica a inserção no “solo virgem do continente americano o elemento do trabalho por escravo, chaga [roe]dora”, um erro do passado que antepunha “o trabalho bruto, instintivo e forçado ao livre, e inteligente”.

Interessante observar que se, por um lado, o autor justifica o problema da escravização de africanos no país conforme passado longínquo, ao mesmo tempo mostra-se afinado aos debates atlânticos, incomodado com a prática contemporânea. Pois a introdução do cativo protegia “como altamente útil ao país um gênero de tráfego” que além de “abrir uma larga ferida à humanidade, corrompe as nascentes da prosperidade pública”. No contexto específico, Torres Homem toca o problema do desrespeito à lei brasileira antitráfico de 1831:

é doloroso espetáculo para os amigos do país, que ao mesmo tempo em que ou paixões generosas, ou interesses bem calculados da indústria militam açodadamente para o termo definitivo da servidão, seja o Brasil assinalado como um dos países recalcitrantes, onde o tráfico de Africanos continua à escala vista, mediante um contrabando que renunciamos a qualificar.

As razões para isso, continua, talvez se encontrassem em arraigadas preocupações de lavradores brasileiros e proprietários de escravos que “difícilmente cedem campo às inovações da economia social”. Interessante a próxima frase: “Lamentamos semelhante oposição, *mas não criminamos*”, afinal seria natural que o espírito humano se apegasse a idéias adquiridas⁶⁹. Naquele momento, ao fazer reconstrução histórica do problema da escravidão no Brasil, mostrou-se central para o autor reconhecer a agência histórica de seus coetâneos da classe senhorial em fazer prosperar o cativo, insistindo em prática moralmente condenada e ilegal. Ao lamentar sem criminalizar, porém, mostra-se cauteloso em relação a um problema político em construção cujo emaranhado vai se complicar até 1850 e assombrar a classe senhorial ao

⁶⁷ *Niterói brasiliense*, n. 1, “Considerações...” op. cit., p. 35.

⁶⁸ Para todas as citações neste e no próximo parágrafo: idem, pp. 36-38.

⁶⁹ Idem, p. 39. Grifo meu.

longo de todo o século XIX: pela lei, os senhores de escravos poderiam ser considerados criminosos junto com traficantes e mediadores do contrabando; do ponto de vista político e da sustentação das instituições imperiais, da sociedade entendida civilizada em construção, era preciso poupar os senhores, cuja influência se disseminava no parlamento e na sustentação econômica do país⁷⁰.

Todas essas complicações em jogo, a estratégia antiescravista do texto opta pelo convencimento por meio de discurso científico. Se por um lado, citando o abolicionismo inglês, a “mais compreensiva concepção da unidade humana” rejeitava “por desarmoniosa, e imoral a exploração do homem pelo homem” – Wilberforce e Clarkson convidavam os discípulos do cristianismo a “não desmentir das crenças pela opressão dos negros”⁷¹; por outro, a ênfase de Torres Homem é dizer que a ciência “d[ava] cabal sanção aos ditames da moral”, provando que o trabalho escravo não prosperava como o trabalho livre⁷², além de criar problemas sociais: desprezo da classe livre “para quantas ocupações tem por fim dar utilidade” e decadência da agricultura e das artes⁷³. “Fatos” que o autor se propunha a provar com base na experiência passada de outras nações. Assim, na Roma antiga, antes da disseminação da escravidão, os homens livres se aplicavam a todo tipo de atividade e prosperavam com riquezas e abundantes colheitas. Com o cativo, os romanos teriam abandonado os trabalhos na indústria e na agricultura a fim de manter distância da condição de escravo, de modo que a agricultura entra em decadência tornando-se a propriedade rural elemento nas mãos de poucos⁷⁴. A indústria também ia mal, comparando-se com as “nações” contemporâneas de Roma que não possuíam escravos⁷⁵: “a ciência não entrava nas oficinas”, o que havia era um “espantoso consumo de homens empregados como força muscular”, o que prejudicava, na antiguidade e na contemporaneidade, afirma o autor, o uso de máquinas. Ademais, continua, o trabalho escravo caracterizava-se pela “negligência, incapacidade e má vontade” dos cativos, ao passo que o trabalho livre era sempre superior qualquer que fosse o gênero de cultura. O elogio das máquinas e do

⁷⁰ Para uma discussão sobre o problema do esforço em evitar criminalizar os senhores de escravos, com todas as consequências políticas implicadas, cf. Sidney Chalhoub, *A força da escravidão. Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo, Companhia das letras, 2012. Sobre tentativas de libertar escravos nos anos 1860 com base na denúncia da prática ilegal até 1850, ver atuação de Luiz Gama: Elciene Azevedo, *Orfeu de carapinha. A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas, Editora da Unicamp, 1999, cap. 4.

⁷¹ *Niterói brasiliense*, n. 1, “Considerações...” op. cit., p. 37.

⁷² *Niterói brasiliense*, n. 1, “Considerações...” op. cit., p. 37.

⁷³ Idem, p. 40.

⁷⁴ Idem, p.41.

⁷⁵ Idem, p.44.

trabalho livre tinha a ver com a valorização das nações industriais europeias como referenciais de desenvolvimento humano, afinal o que diferenciava uma civilização de uma “sociedade grosseira” consistia “em que um prodigaliza suas forças naturais, entretanto que o outro as economiza”⁷⁶. Aí vinha o exemplo da construção das pirâmides do Egito, considerado um esforço inútil para a simples glória do tirano, a custo do sacrifício de vidas humanas⁷⁷.

“[S]em mudar de fisionomia”, acrescenta Torres Homem, os mesmos problemas do passado se reproduziam na contemporaneidade, haja vista o exemplo da colônia holandesa na região do “Cabo da Boa-Esperança”, onde nem mesmo o holandês de origem social modesta trabalha: “cuidam desonrar-se aplicando-se à indústria”, almejando posições mais altas do que aquela, “logo que conseguem a posse de escravos”⁷⁸. A seguir, comentava o caso dos Estados Unidos. Sem escravos, o homem do norte nascia “agricultor, manufatureiro, negociante, artista”. Já no sul escravista, o sujeito nascia talhado para empregado público que nada produzia⁷⁹. Seguindo Tocqueville, Torres Homem apresenta o paralelo entre os estados de Kentucky e Ohio: no primeiro, escravos engolfados na ociosidade percorriam terras desertas e florestas primitivas, ao passo que no segundo havia bulício, indústria, campos cobertos de searas, homens contentes com seu trabalho⁸⁰. O objetivo da comparação era patentear “a escravatura” como “instrumento ruinoso de produção”⁸¹.

Da instituição para as pessoas escravizadas. O argumento economicista adotado em “Considerações” constrói uma imagem depreciativa do negro à medida que desumaniza os escravizados, afirmando que se transformavam em uma “máquina obstinada” e “difícil de conduzir”. Afinal não viam objetivo no trabalho, não auferiam interesses próprios e entregavam-se à preguiça, conforme a explicação científica adotada. Ademais, segundo assegurava o autor, “a experiência de todos os dias” mostrava “que o escravo acaba por habituar-se aos suplícios mais duros”⁸². Com

⁷⁶ *Niterói brasiliense*, n. 1, “Considerações...” op. cit., p. 45.

⁷⁷ Idem. A referência ao Egito vem de Heródoto, cuja referência aparece como “liv II. Euterpe”, no rodapé da página. É importante reparar no modo como essa alusão aparece no texto de Torres Homem, pois em outros contextos o Egito é utilizado para ressaltar a capacidade do continente africano em produzir civilização.

⁷⁸ *Niterói brasiliense*, n. 1, “Considerações...” op. cit., p. 51.

⁷⁹ Cf. Idem, p. 54.

⁸⁰ Idem, p. 55.

⁸¹ Idem, p. 60.

⁸² *Niterói brasiliense*, n. 1, “Considerações...” op. cit., p. 61.

facilidade, a defesa do trabalho livre adquire conotações depreciativas de raça. Se o trabalho escravo era prejudicial à lavoura, tanto mais à manufatura, cujos produtos

requerem por consequência mais que tudo *aquela inteligência, habilidade, e zelo, de que é absolutamente incapaz o escravo Africano, não só pela desgraçada conformação do seu crânio*, como pelo embrutecimento, e má vontade inseparável da condição servil, que o impedem de levantar-se acima de uma estúpida rotina, e de aplicar à produção outro trabalho além do físico, maquinal, esclarecido apenas pelo pálido reflexo de inteligência⁸³.

Torres Homem não cita referência direta pela qual embasa a relação entre anatomia do crânio e capacidades intelectuais, mas provavelmente ligava-se a correntes francesas de discussão sobre o tema no início do século XIX⁸⁴. Quanto às comparações entre práticas de trabalho livre e trabalho escravo, o autor recorre a relatos de observadores externos, porém sem refletir sobre os filtros que informavam aqueles textos⁸⁵, frequentemente julgando formas e práticas não europeias segundo um padrão europeu de compreensão sobre progresso e desenvolvimento humano, o que, nem sempre óbvio para os sujeitos da época, gerava mais distorções do que argumentos científicos.

Nesse quadro de referências, Torres Homem, afinal, faz comentário mais explícito sobre a presença negra africana e afrodescendente. Segundo ele, “outro mal” contra o qual o sul dos Estados Unidos tinha de se precaver era “a presença dos numerosos negros libertos em seu território”. “A fim de varrer o solo desta ruim laia de população”, uma sociedade de colonização havia fundado a Libéria - “na costa de Guiné ao 7º grau de latitude norte” -, em 1820, para enviar negros livres. Segundo comentário do autor, não parecia fácil fazer migrar para lá o número desejado, por conta dos custos envolvidos, ademais, quando a população negra continuava crescendo, donde concluía: “Ora que grandíssimo dispêndio não é mister fazer, para eliminar a raça negra, quando os nascimentos enchem por um lado o que a colonização vasa fora pelo outro”⁸⁶.

⁸³ Idem, pp. 62-63. Grifo meu.

⁸⁴ Segundo Philip Curtin, uma técnica de medição do crânio discutida por Petrus Camper ainda no século XVIII disseminava percepções depreciativas dos africanos. Cf. *The Image of Africa. Brithish ideas and actions, 1780-1850*. Madison, University of Winsconsin Press, 1964, vol. 1, pp. 39-40. Além de Camper, Robert Slenes observa o papel de Virey no processo de estereotipação dos africanos na primeira metade do século XIX, cf. “African Abrahams, Lucretias and Men of Sorrows: Allegory and Allusion in the Brazilian Anti-slavery Lithographs (1827-1835) of Johann Moritz Rugendas”. *Slavery & Abolition*, 23:2, pp. 153-154.

⁸⁵ Para o exemplo da colônia holandesa, Torres Homem se baseia em relato de viajante. Cf. *Niterói brasiliense*, n. 1, “Considerações...” op. cit., pp. 50-52.

⁸⁶ Idem, p. 75, nota 1.

Até aqui, o conjunto de fragmentos sobre a escravidão publicados entre a *Niterói* e a *Minerva*, em paralelo com o texto mais longo de Salles Torres Homem, sugerem a presença de debates antiescravistas no ambiente brasileiros dos anos 1830 e 1840 como parte do contexto atlântico de discussões. No centro de preocupação dessas revistas, está, junto a uma interpretação econômica do cativo, uma interrogação sobre as consequências da presença escrava e negra na formação das instituições e do ajuntamento social do país em formação, marcado, particularmente, por uma rejeição do elemento negro. É possível enxergar o quadro com mais nitidez aprofundando a leitura da *Minerva brasiliense* no ambiente de debates políticos brasileiros.

Antiescravismo e o contexto brasileiro na primeira metade do século XIX: um sonho de ser europeu

Diálogo com a historiografia recente permite perceber que “Considerações sobre a escravidão” compõe uma cadeia mais longa de discussão dentro do contexto brasileiro. Quando lamenta o apego ao tráfico de escravos, está confrontando uma corrente que ganha força em meados da década de 1830, quando se fortalece uma campanha pró-contrabando que ganha a assembleia provincial do Rio de Janeiro e a partir de 1837 terá incentivo no próprio parlamento, no âmbito do Regresso Conservador⁸⁷. Decisiva é a apresentação do projeto do marquês de Barbacena ao propor, além da supressão do tráfico, a revogação da própria lei de 1831⁸⁸. Daí em diante, como mostra Tâmis Parron, a câmara dos deputados é inundada, ao menos até 1840, por abertas manifestações e petições em favor da continuação do comércio de africanos e pela revogação da lei antitráfico em vigor⁸⁹. Destaque para representações ligadas a municípios do Vale do Paraíba fluminense, região cafeeira em pleno desenvolvimento, à qual se destinou a maioria absoluta de africanos importados no período de ilegalidade. Concentração que tem a ver com a reconfiguração econômica internacional que resulta no que Dale Tomich chamou de segunda escravidão: após a revolução escrava em São Domingo e independência do Haiti, a queda e a desorganização da produção de gêneros da *plantation* na ilha favorece o comércio dos

⁸⁷ Tâmis Parron afirma que a campanha pró-tráfico começa em 1836 no contexto da campanha eleitoral para a nova regência. Cf. op. cit., pp. 137-156. Ver também: Sidney Chalhoub, *A força da escravidão. Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

⁸⁸ Cf. Parron, op. cit., cap. 2; Chalhoub, op. cit., cap. 4.

⁸⁹ Cf. Parron, op. cit., pp. 138-156.

mesmos insumos a partir do sul dos Estados Unidos, das possessões espanholas no caribe, e no Brasil focado na cafeicultura do sudeste. Processo que resulta no aumento drástico da exploração escrava entre o final do século XVIII e primeira metade do XIX, interferindo no aumento do tráfico de africanos apesar das proibições e pressões internacionais⁹⁰.

E nesse ambiente de debates, quando Salles Torres Homem publica o texto na *Niterói*, na verdade, está engajado com discussões em curso em diversos jornais do Rio de Janeiro. Concentrado na imprensa política das primeiras décadas do Império do Brasil, Alain El Youssef desfaz a noção de que teria havido silêncio inflexível sobre o tema do contrabando⁹¹. Seu trabalho familiariza o leitor com debates acalorados nos quais tomavam parte tanto defensores quanto contrários ao tráfico de africanos, nos contextos políticos específicos até 1850. Ressaltando empenho de parte das autoridades e da população brasileira pelo fim do comércio de africanos, Youssef registra uma campanha, nesse sentido, desde antes da lei brasileira antitráfico de 1831, por exemplo, quando terminava o prazo legal para que navios atracados na costa d'África pudessem trazer carga humana para o Brasil em 1830. Entre as manifestações de apoio e celebração ao fim do tráfico, recorta um registro vívido dos jornais: “No dia estabelecido para a abolição do tráfico conforme a letra do tratado anglo-brasileiro de 1826-27, a *Luz Brasileira* decretou ‘hoje 13 de março todos os navios da costa da África, com transporte de escravos para o Brasil, devem levantar a âncora, e virem de volta para cá, e o que for encontrado com o passaporte, posterior a esta data, será tomado, como pirata’”⁹².

Segundo o autor, até 1836, durante domínio liberal, mantém-se, além do esforço administrativo e político de supressão do comércio de escravos, uma tendência antitráfico na imprensa⁹³. Contra a resistência senhorial, o jornal *Aurora fluminense*, na Corte, destacava-se pela missão de persuadir o público apegado à escravidão em favor de ideias “mais sãs e judiciosas”⁹⁴. Nesse sentido, além de elogiar o abolicionismo inglês ligado a Wilberforce, disseminava noção sobre as vantagens do trabalho livre em

⁹⁰ Dale Tomich, *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo, Editora da USP, 2011; Rafael Marquese e Dale Tomich, “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX” in: Keila Grinberg e Ricardo Salles, *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2009. Vol.2.

⁹¹ Cf. Youssef, *Imprensa e escravidão*, op. cit.

⁹² Idem, ibidem, pp. 116-117, grifo original.

⁹³ Idem, cap. 3.

⁹⁴ Idem, p. 136.

relação ao trabalho escravo, dito alienado e sem estímulos⁹⁵, por fim, depreciando a presença africana e afrodescendente no país. A semelhança da estrutura de pensamento em relação ao que se encontrará no texto de Salles Torres Homem não é por acaso quando se descobre que o autor de “Considerações...” esteve mergulhado nos debates antitráfico na imprensa ao longo de toda a década de 1840 desde os anos 1830⁹⁶. Durante o fortalecimento das ideias pró-tráfico e escravidão, a partir do Regresso Conservador em 1837⁹⁷, Torres Homem mantém em voga as ideias da *Aurora fluminense*, com a mesma linha de raciocínio, em mais de um jornal⁹⁸. Desse modo, quando assume o papel de editor da *Minerva brasiliense*, em 1843, mais do que retomar as discussões literárias da *Niterói*, trata-se de continuar o elo de reflexões antiescravistas por dentro dos debates eruditos que a revista propunha.

E por dentro das obras literárias. Não que isto fosse proposta definida nas duas revistas. Mas houve discussão? Talvez. A ênfase na bibliografia é pensar que não⁹⁹. Em 1859, à sombra do sucesso do romance abolicionista de Harriet Becher Stowe, de 1852, *A cabana do pai Tomás*, alguém diz que, sim, deveriam escrever sobre os escravos, embora “muitos entendam que eles não podem ser elevados à altura da arte”. Afinal não seria apenas nos índios “que o poeta encontra material fértil”; “Temos os escravos”, dizia, “leiam a cabana do pai Thomaz”¹⁰⁰. Então em algum momento houve debate entre literatos brasileiros, sendo talvez o mais comentado: a polêmica entre José de Alencar e Joaquim Nabuco nos anos 1870¹⁰¹. Mas, aqui, ainda estamos na década de 1840, no início das coisas. Não se encontra discussão aberta sobre o tema em textos teóricos sobre literatura entre a *Niterói* e a *Minerva*, mas o problema aparece indiretamente.

Em “Estudos sobre literatura”¹⁰², J. M. Pereira da Silva afirma a importância da produção literária para o desenvolvimento da civilização de uma nação, apresentando um quadro histórico progressivo da produção literária no mundo. Valoriza o legado dos gregos, ainda que sua população não fosse extensa, ressaltando “somente as pessoas livres”, “de que unicamente se podem esperar melhoramentos intelectuais e morais”.

⁹⁵ Idem, pp. 136-138.

⁹⁶ Traços da trajetória de Sales Torres Homem, vide Youssef, op. cit., caps. 3 e 4.

⁹⁷ Cf. Sobre o tráfico e o Regresso Conservador, cf. Parron, *A política da escravidão*, op. cit., cap. 2.

⁹⁸ Cf. Youssef, op. cit., pp. 228-233.

⁹⁹ Dentro do consenso bibliográfico mencionado sobre a ausência dos temas do negro e da escravidão na maior parte da literatura brasileira oitocentista. Além das obras já citadas, cf. Heloisa Toller Gomes, *O negro e o romantismo brasileiro*. São Paulo, Atual, 1988.

¹⁰⁰ Cf. *Revista da Academia de São Paulo*, 1 de agosto de 1859.

¹⁰¹ Cf. Afrânio Coutinho (org.), *A polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro, Edições Tempo brasileiro, 1965.

¹⁰² *Niterói brasiliense*, n.2, pp. 214-243.

Pois “que o escravo nada esperando nos descobrimentos, que estão ao seu alcance, prefere deixá-los amortecer na poeira do esquecimento, ao prazer de dar a seus senhores dados de felicidade e de riqueza”¹⁰³. No contexto, o raciocínio desconsidera a influência da população cativa na construção da cultura. Por outro lado, talvez outros pensassem diferente. Há uma pequena sugestão no artigo “Da nacionalidade da literatura brasileira”¹⁰⁴, segundo o qual, a poesia tipicamente nacional seria aquela a incorporar elementos do ambiente brasileiro. A seguir, se transcreve trecho de poema de M. Odorico Mendes o qual toca o tema do sofrimento do africano escravizado no Brasil: “O’ compassiva tarde! Olha-te o escravo/ Sopea em si os agros pesadumes”¹⁰⁵. Logo após a citação, porém, o autor encerra o texto sem aprofundar o debate: “Nada mais acrescentaremos por agora ao que contra os nossos críticos dissemos”¹⁰⁶. Sem resposta definitiva, ficamos ao menos com a dúvida¹⁰⁷.

Em paralelo com a produção do ambiente abolicionista inglês e francês do início do século XIX, percebe-se o potencial que as obras literárias teriam para desdobrar argumentos defendidos nos campos da política formal. Afora esse aspecto mais estratégico, e mesmo sem poder afirmar por ora um projeto comum entre escritores, interessa aproveitar nas obras brasileiras como desenharam um quadro de problemas sobre a escravidão ao longo das décadas, com variações entre as regiões do país. De frente para trás, de Alencar em 1871 até Gonçalves Dias em 1846, forma-se uma teia de assuntos co-relacionados ligados à vigência do cativeiro no país e às consequências humanas e sociais envolvidas. No fundo, se parecem com as questões que Salles Torres Homem tinha em mente: como começou e para onde vai a escravidão? O que ela trouxe e como ficam as coisas em terras brasileiras? O tráfico de escravos é uma sombra pairando com maior ou menor ênfase nos romances e na poesia, inscrita nas marcas étnicas de Monjolo enquanto corta o canavial de uma fazenda no sudeste. Nas descrições do tambor, de apetrechos, dos rodopios e de gestos incomuns, na transcrição ou não de modos próprios de falar existe o estranhamento branco senhorial, entre condescendente, raivoso, curioso; entre culpado e criminoso.

¹⁰³ Idem, p. 224.

¹⁰⁴ *Minerva brasiliense*, 15 de dezembro de 1843, pp. 111-115

¹⁰⁵ Idem, p. 115.

¹⁰⁶ Idem, idem. No contexto do artigo, o autor respondia a críticos que questionavam a possibilidade de haver literatura brasileira produzida em português, quer era língua de Portugal. Não se tratava de discutir propriamente a tematização da escravidão.

¹⁰⁷ O poema “O mendigo”, de J. Norberto de S. S. parece humanizar o cativo, apresentando como escravo inseparável do senhor um pedinte que esmolava para o seu amo e lhe fazia companhia, cf. *Minerva brasiliense*, 15 de janeiro de 1844, p. 179.

Nesse ambiente, as percepções dispersas sobre africanos, afrodescendentes e escravidão na literatura têm a ver com as grandes questões em debate sobre o tipo social e cultural de nação que se estava construindo após a Independência. No Rio de Janeiro, *Niterói* e *Minerva* brasilienses em conjunto representam, não um silenciamento sobre o negro e a escravidão, mas uma vertente de percepção hostil que permanecerá em disputa até a década de 1870, quando o racismo científico fincar pé no Brasil. Na *Minerva*, nos anos 1840, sob chefia editorial de Salles Torres Homem, os principais eixos críticos de “Considerações sobre a escravatura” ganham contornos de projeto ao longo de publicações. Enquanto reafirma a crítica ao contrabando de escravos, os próprios termos desse posicionamento têm a ver com um entendimento sobre a presença africana e afrodescendente na formação do país.

Sob o título geral “Colonização”, como se instituísse uma seção na revista, a *Minerva* discutiu o tema com vigor ao longo do segundo semestre de 1844, retomando-o algumas vezes no ano seguinte quando deixa de existir. Coesos quanto a um diagnóstico sobre população no Brasil, os formatos dos textos variavam, desde notas editoriais, até cartas de correspondentes e projetos parlamentares apresentados em algum contexto¹⁰⁸. No ambiente inflamado das tensões internas e externas sobre a continuação do comércio de africanos no Brasil àquela altura, Salles Torres Homem foi enfático na condenação à prática. Indignou-se com a ineficiência parlamentar em preparar a substituição do comércio de escravos, escancarando o problema:

Que deplorável incúria[parlamentar]!
[...] o contrabandista de homens, o introdutor da barbárie no meio da nossa civilização retardada, está seguro da impunidade. Por essa longa costa do Brasil, o tráfico se tem tornado franco e livre de riscos [...]¹⁰⁹.

Preocupado com a produção e com a situação dos fazendeiros, afirma haver uma “crise suspensa sobre a cabeça de nossos lavradores como uma nuvem carregada de tempestades”. Que a sombra pairava particularmente no sudeste se percebe em outro texto, assinado por N. R., da redação, ao ressaltar a falta de “braços” – mão de obra – “nos distritos mais florescentes das províncias industriais”. Ou seja, a região cafeeira do vale do Paraíba em plena expansão nos anos 1840¹¹⁰, auge da exploração ilegal de

¹⁰⁸ Porém, não vinham de discussões parlamentares de 1844 no Brasil, embora deva haver uma relação com a política, sim.

¹⁰⁹ *Minerva brasiliense*, 1 de junho de 1844, p. 448.

¹¹⁰ Sobre a consolidação do café no Vale do Paraíba, cf. Ricardo Salles, *E o Vale era escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2008;

africanos. N. R. continua: “Os [braços] que podem obter-se são comprados por um preço enormíssimo e *com a imoral transgressão de uma lei de estado*”¹¹¹.

Ao posicionar o foco na necessidade de repor trabalhadores, os dois autores optam por obscurecer a discussão sobre a posição dos senhores como compradores de mão de obra ilegal, preferindo outros alvos. Afinado a elementos do abolicionismo inglês, responsabiliza-se o traficante de escravos como introdutor da barbárie¹¹²; por outro lado, se espera dos parlamentares uma medida que substitua a prática vigente.

A situação dos escravizados não é foco nesses textos, onde figuram como sujeitos pensados não em si mesmos mas *em relação* aos interesses da nação, ou dos senhores e etc. Torres Homem ia dizendo que pela longa costa do Brasil o tráfico se tornava franco e livre de riscos, até que: “nosso país vai sendo inundado sem medida de gente grosseira e estúpida, cujo número existente deverá seriamente assustar-nos”. Alinhado à interpretação de 1836 e ao antiescravismo de Evaristo da Veiga na *Aurora Fluminense*¹¹³, os argumentos do editor da *Minerva* tendem a misturar o problema da escravidão à pessoa, à origem, dos escravizados num mesmo caldo de ideias sobre ineficiência do trabalho cativo em relação ao livre: “[o escravo é] máquina caduca, embrutecida pelo seu próprio estado, e pela vida selvática, que passou na terra natal”¹¹⁴. Incutia hábitos ruins na classe senhorial, imoralidade, depravação na educação de crianças, “corrupção e vício até o centro das famílias”, dizia; “estúpidos escravos, só pedagogos da infâmia, e preceptores do crime”: “A existência dos escravos, e o que é mais fatal à civilização, a sua continuada importação desses sertões d’África, perpetua a ignorância, e a ignávia em uma classe numerosa de nossos lavradores”¹¹⁵.

A defesa da colonização como saída testemunha haver já na década de 1840 um desejo de europeizar a nação, rejeitando população e matriz cultural africanas. Continuam as palavras de Torres Homem: “procuremos para o Brasil *uma população melhor*, convidando de outras nações colonos” que cultivem o solo brasileiro¹¹⁶. Idealização do tipo europeu é uma marca em outros artigos da série, por exemplo, em

Stanley Stein, *Vassouras: um município brasileiro do café*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990; Mariana Muaze, *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil império*. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.

¹¹¹ *Minerva brasiliense*, 1 de agosto de 1844, p. 571, grifo meu.

¹¹² Dizer que os traficantes perdiam o senso moral e se tornavam monstros compunha o argumento abolicionista de Wilberforce e Clarkson. Cf. Boime, op. cit., pp. 61-62.

¹¹³ Cf., por exemplo, Youssef, op. cit., p. 166.

¹¹⁴ *Minerva Brasiliense*, 1 de junho de 1844, p. 448, grifo meu.

¹¹⁵ Idem, pp. 448-449.

¹¹⁶ Idem, p. 448, grifo meu.

texto de M. C. Van Lede sobre proposta da Companhia Belgo-brasileira de Colonização¹¹⁷. Após a supressão do tráfico de escravos “o futuro da agricultura e da indústria brasileira depende inteiramente do estabelecimento, no império, de colônias europeias, populosas”, origem belga e alemã, alimentadas “por enxames de trabalhadores hábeis e corajosos”¹¹⁸. Com a colonização, imaginava resolver dois problemas com uma tacada: acabar com a escravidão e substituir “pouco a pouco, e sem sobressaltos, a raça preta e escrava pela raça branca e livre”¹¹⁹. Em outro texto, um brasileiro em viagem entre a França e a Suíça dispunha-se a procurar imigrantes: “eu poderia obter no menor tempo possível um grande número de homens bem morigerados, todos com ofícios, e amantes do trabalho”, afinal, na Europa “os bons trabalhadores abundam”¹²⁰. Outro artigo enfatiza a necessidade da presença europeia “tanto para a agricultura como para as artes”, no longo prazo, idealizava, contribuindo à indústria, à ciência, ao espírito de associação no Brasil¹²¹.

Em fevereiro de 1845, um certo “Dr. Masson” elogiava a imigração europeia que trouxesse o suíço, o francês, o italiano, o alemão, até o russo, considerado “pouco dotado de expansão de imaginação”, porém fiel, laborioso, capaz de trabalho árduo¹²². Achava premente afastar da população branca no Brasil “toda espécie de traços de escravidão”¹²³. Seria preciso desacostumá-la das práticas do cativo, afinal, era necessário criar uma “nova raça” ou um “novo povo” para o país. Ele diz: “para *criar uma nova raça* no Brasil nós quiséramos que cada colônia fosse um complexo de Europeus de diversas nações”¹²⁴, cada qual contribuindo com sua característica. Assim “o Brasil chegará ao grande resultado de ter uma população nova e permanente, *tirada de bons elementos*”¹²⁵. Continua:

É por isso que queremos afastar as gerações futuras dos troncos primitivos, espalhando sobre este belo solo, *um novo elemento tirado de boas fontes*, capazes pela sua fusão, de fertilizar dignamente todo o império, no material como no moral; *enfim, fazer um novo povo*, o qual, pela posição de seu território, é designado a fazer um papel importante na história das nações¹²⁶.

¹¹⁷ *Minerva Brasiliense*, 15 de agosto de 1844.

¹¹⁸ Idem, pp. 604-605.

¹¹⁹ Idem, p. 606. A palavra “substituir” vem do texto: “para substituir pouco a pouco e sem sobressaltos, a raça preta e escrava pela raça branca e livre”

¹²⁰ *Minerva Brasiliense*, 1 de junho de 1844, p. 450.

¹²¹ *Minerva Brasiliense*, 1 de agosto de 1844, p. 572.

¹²² *Minerva Brasiliense*, 15 de fevereiro de 1845, p. 97.

¹²³ Idem, p. 97.

¹²⁴ Idem, p. 97, grifo meu.

¹²⁵ Idem, p. 98, grifo meu.

¹²⁶ Idem, p. 98, grifos meus.

M. C. Van Lede disse algo em sintonia: “[s]em falar das vantagens que resultarão do acréscimo da população branca, a única que pode colocar o império no posto que lhe compete por seu extenso território, entre as nações as mais poderosas e as mais civilizadas”¹²⁷.

Esse conjunto depreciativo de percepções sobre o africano existia para além das páginas da *Minerva* nos debates políticos brasileiros mais amplos sobre o fim do tráfico, como mostra o trabalho de Jaime Rodrigues, por exemplo¹²⁸. O desafio interpretativo está em distinguir com alguma clareza essa corrente em particular em relação a outras possibilidades de pensamento sobre as mesmas questões num momento histórico de fluidez e disputas no campo das definições raciais¹²⁹. Diante disso, é curioso observar os paralelismos entre o antiescravismo disseminado pela *Minerva* e aquele que se encontrará na trilogia *Vítimas-algozes*, de Joaquim Manuel de Macedo, também publicado na corte, em 1869. Dentre os romances, “Pai-Raiol, o feiticeiro” se destaca pela reflexão cruzada entre escravidão e origem africana dos cativos. Interessado em pressionar o parlamento brasileiro em favor de uma lei de emancipação, tenta quebrar as últimas resistências enfatizando prejuízos da escravidão sobre os senhores. O mote: a condição latente do cativo como conspirador, enquanto o dono de escravos seria um opressor inconsciente¹³⁰. Macedo ainda imagina o escravizado como um humano como qualquer outro, “homem que nasceu homem”¹³¹; ou seja, ainda não adere a postulados científicos que definam em si uma inferioridade biológica do escravizado. Ainda assim, a representação de Pai-Raiol é carregada de hostilidades. Para além de caricaturá-lo

¹²⁷ *Minerva Brasiliense*, 15 de agosto de 1844, p. 606.

¹²⁸ *O infame Comércio*, op. cit.

¹²⁹ Sobre essa fluidez, cf. Philip Curtin, *The Image of Africa...* op. cit. Para uma perspectiva analítica diferente, cf. Y. V. Mudimbe, *The invention of Africa. Gnosis, Philosophy, and the order of knowledge*. Bloomington; London, Indiana University Press: J. Currey, 1988; *The Idea of Africa*. Bloomington Indiana University Press: J. Currey, 1994. Em contraste com a metodologia de Curtin, de incursões analíticas dentro de contextos específicos, Mudimbe investiga o problema das percepções sobre África/africanos nos termos da análise de uma estrutura epistemológica de longa duração. Para o autor, houve entre os séculos XIV-XX o que chama de ordem ocidental de conhecimento sobre a África, na qual o continente foi invariavelmente pensado em relação à Europa, como diferença e estigma. Se o racismo científico só se consolida no século XIX, Mudimbe enxerga na longa duração uma continuação; no passado, as sementes do preconceito racial do futuro. Acredito que a lógica da análise de Mudimbe posiciona um problema político que é preciso considerar, já que ainda afeta o presente; propõe uma perspectiva que é preciso ter em vista. Ao mesmo tempo, do ponto de vista da pesquisa em andamento, preciso atentar a aspectos teóricos em outro sentido, analisando o passado dentro de seus termos e possibilidades, evitando restringi-lo demais à luz de interpretações a partir do presente. O ponto de vista das questões da história social busca entender o processo histórico no interior de disputas entre os atores sociais. Nesse sentido, considerar a fluidez de interpretações/aplicações raciais tenta discernir as lutas em andamento, não apenas quanto ao estabelecimento de ideias discriminatórias, mas as alternativas a elas, às vezes no limiar de palavras e gestos ambíguos.

¹³⁰ Macedo, op. cit., pp. 4-5.

¹³¹ Idem, p. 5.

como bruxo feio em constante maquinação, capaz de matar com a força do olhar¹³², coisas a serem descartadas até por leitores da época¹³³, o crucial é distingui-lo como anti-social:

Fora do serviço o Pai-Raiol abrigava-se em sua senzala que demorava isolada no cabeço de uma colina do campo, tendo em sua frente pedregoso precipício: ele não tinha, não procurava, nem aceitava amigos; ninguém o via rir, nem lhe ouvia queixas [...] ¹³⁴

E somando-se ao problema da insociabilidade do escravizado vinha sua origem: “assim o negro d’África, reduzido à ignomínia da escravidão, malfez logo e naturalmente a sociedade opressora, viciando-a, aviltando-a [...] com as prática e crenças que trazia consigo. “O negro d’África africanizou quanto pôde e quanto era possível todas as colônias e todos os países” onde esteve. A chamada feitiçaria, utilizada como metonímia da influência cultural de matriz africana na formação do país é dita “peste que nos veio com os escravos d’África”:

que desmoraliza, e mata muito mais do que se pensa, e que há de resistir invencível a todas as repressões, enquanto houver escravos no Brasil, e ainda depois da emancipação dos escravos, enquanto a luz sagrada da liberdade não destruir todas as sombras, todos os vestígios negros da escravidão que nos trouxe da África as superstições, os erros, as misérias, e as torpidades da selvaticueza. ¹³⁵

Entre as publicações da *Minerva* e de “Pai-Raiol, o feitiçeiro” os momentos históricos são diferentes. Nos textos dos anos 1840, parece haver mais expectativa de interferir no processo em andamento, uma esperança, ainda que alarmada, de frear a máquina do tráfico; no fim dos anos 1860, tendo o comércio ilegal durado até a década anterior, insistente, parece só restar raiva de ter que lidar com as consequências. Porém, ambos partilham um discernimento hostil e violento à presença africana na formação do país. Joaquim Manuel de Macedo fora membro colaborador da *Minerva brasiliense* e, ainda que não tenha assinado textos nas discussões sobre colonização, sem dúvida esteve bem informado, e conservou os pressupostos expressos ali.

¹³² Idem, p. 101.

¹³³ Essa possibilidade interpretativa é posta por Alencar ao representar pai Benedito, em *O tronco do ipê*, dois anos depois do lançamento do texto de Macedo. Seu narrador enfatiza a existência de dois discursos sobre o feitiçeiro: a caricatura do bruxo feio e malvado não passaria de credence, papo de fofoqueiros e supersticiosos. No livro, o personagem verdadeiro seria um velho inofensivo ao qual se creditava poderes sobrenaturais.

¹³⁴ Macedo, op. cit., p. 90.

¹³⁵ Para o conjunto de citações acima, Macedo, op. cit., pp. 73-75.

Outro viés – libertos, batuque escravo etc.

Se franca hostilidade à matriz africana é apenas uma dentre as possibilidades na fluidez do entendimento racial até 1871, há que discernir outros vieses. Existe um gancho interessante em comentário feito por Antonio Henriques Leal à experiência amorosa frustrada na vida Antonio Gonçalves Dias. Nos anos 1850, autor consagrado, inclusive na corte, e incumbido de funções importantes na administração imperial¹³⁶, o poeta tem um pedido de casamento rejeitado por família maranhense distinta. Ao que tudo indica, a razão tem a ver com a cor e a origem de Gonçalves Dias, filho natural de um português com uma “mulher de pele acobreada”, mestiça de negro com índio¹³⁷. Ao relembrar o caso, o biógrafo mostra-se indignado:

É força, pois, que caiam essas injustas antemurais interpostas à felicidade e à fraternização de parte de nossos semelhantes, *sendo bem-vindos na sociedade brasileira todos aqueles que foram dignos por seus talentos e virtudes*, havendo nas relações de família tão fácil acesso quanto o que *há na carreira política, onde os homens livres são iguais entre si* [...].

[...]

A quem considera os fatos à luz da sã filosofia, e com ânimo desprendido e despreocupado, não há de revoltar essa muralha chinesa insuperável e ameaçadora, levantada contra aqueles que tiveram *a desdita de provirem da ilegitimidade, ou em cujas veias corre sangue africano ou indígena* [...]¹³⁸

De um lado, a rejeição sofrida pelo poeta encarna em experiência social as contradições e preconceitos as quais estavam sujeitos afrodescendentes no país. De outro, assumindo voz de comentador social, Henriques Leal confronta o contexto, oferecendo outro modo de pensar a presença de origem africana nas relações sociais, igualando os definidores de distinção e dignidade entre pessoas conforme capacidades comprovadas por resultados, não restritas a sangue ou origem. Em particular, criticava uma esfera ligada aos costumes e intimidades de família, aparentemente atrasadas em relação às práticas na vida pública do país, na carreira política, como ele disse. Nesse sentido, movia-se pelo terreno existente, ainda que instável – em processo de formação e em disputa –, de possibilidades de inclusão política e social para afrodescendentes. Em parte, com base na prática, porque havia sujeitos com esse perfil ocupando quadros administrativos, intelectuais e nas armas do Império até ali; em parte, no contexto da

¹³⁶ Antonio Henriques Leal, *Pantheon Maranhense. Ensaio biográfico dos maranhenses ilustres já falecidos*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1874. Tomo III, pp.96-98.

¹³⁷ Cf. Marisa Lajolo, “Gonçalves Dias” in: Eduardo de Assis Duarte (org), *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2011, pp.95.

¹³⁸ Leal, op. cit. (1874), pp. 101-102, grifos meus.

Carta Constitucional de 1824, que não estabelecia distinção de cor entre os cidadãos e que garantia direitos iniciais a libertos¹³⁹.

O que não significa que as possibilidades de inserção fossem francas, como o comentário pode fazer parecer. Porém, no contexto, talvez mais do que afirmar um quadro realista, estivesse em jogo a disputa em trincheiras argumentativas em conflito pela definição do processo histórico – a construção da sociedade brasileira oitocentista – em andamento¹⁴⁰. Lembrando um pouco a postura de Abbé Gregoire na França do início do século, Henriques Leal provoca o público, enfatizando conquistas intelectuais incontornáveis de negros: “Não nos honram e não aplaudimos os homens de cor que são poetas, romancistas, dramaturgos e publicistas?”. Portanto, haveria negar-lhes “a partilha de nossos lares, quando o caso do nascimento imprimiu-lhes uma tez mais tostada do que a nossa?”¹⁴¹.

É possível cruzar o comentário do biógrafo maranhense com um episódio pontual discutido na *Minerva brasiliense* em 1844. Em outubro daquele ano, os editores da revista estavam furiosos com um artigo negativo sobre o Brasil na francesa *Revista dos dois Mundos* (a tradução é dos editores), por um “Sr. Chavagnes”, e publicam respostas. Uma delas é escrita pelo colaborador Araújo Porto-Alegre e revela o medo de que aquela “resenha” ruim sobre o Brasil atrapalhasse os interesses em atrair imigrantes europeus. Percebe-se o incômodo dos editores ao verem o país apresentado na França como pouco civilizado e, mais ainda, porque Chavagnes faz alguma referência à população não branca local. Essa passagem específica não foi traduzida e transcrita por Porto-Alegre, mas está inscrita no comentário segundo o qual o problema seria menos a ausência de população distinta no Brasil, do que os contatos do francês em sua passagem pelo Brasil: quem sabe Chavagnes tivesse sido admitido em casas de fama

¹³⁹ Cf. Keila Grinberg, *O fiador dos brasileiros. Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 2002; Ana Flávia Magalhães Pinto, “Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX”. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2014. Para uma discussão sobre noção inclusiva dos libertos nos debates constitucionais luso-brasileiros, cf. Márcia Berbel, Rafael Marquese, Tâmis Parron, *Escravidão e política. Brasil e Cuba, 1790-1850*. São Paulo, Hucitec, 2010, p. 157. Os autores enfatizam que, embora os dispositivos inclusivos não se tratassem de retórica, fundavam-se num “complexo jogo de incorporação social com contínua produção de desigualdade”.

¹⁴⁰ Ao mesmo tempo, não se sabe se, para além da experiência do amigo Gonçalves Dias – em que pese sua origem, nascido livre e socializado desde cedo entre os membros da classe senhorial maranhense em Coimbra –, Henriques Leal, ele mesmo fazendeiro proprietário de escravos, defenderia a mesma abertura para afrodescendentes em geral.

¹⁴¹ Leal, op. cit. (1874), pp. 101-102.

duvidosa, “onde encontrou esses rostos cor de cobre que tão palidamente dá [confere às] os (sic) senhoras do Brasil”¹⁴².

A opinião de Porto-Alegre não surpreende pelo que sabemos da orientação da *Minerva*, porém contrasta com um segundo texto publicado em oposição ao artigo estrangeiro. O autor desta vez é Emile Adêt, francês radicado na corte, colaborador do periódico brasileiro. Escrevendo como amigo do Brasil, ao mesmo tempo confortável na posição de cidadão francês, reconhecida origem civilizada à época, o texto de Adêt, mais objetivo, não externa raiva ou vergonha, apenas propõe argumentos. No geral, concorda com a visão do Brasil como nação em desenvolvimento, jovem, cheia de falhas; porém ressalta o interesse local em se aproximar e aprender com a Europa. De resto, reprova a pouca generosidade e observa falta de conhecimentos em Chavagnes acerca do país. Sobre pessoas negras na composição da nação, os comentários de Adêt divergem do que havia na linha editorial da revista da corte:

Os antigos preconceitos contra os homens de cor vêm do tempo em que o Brasil ainda dependia da metrópole; porém D. Pedro I, dando o grito da independência, igualou todas as condições no império. Depois, quando saiu a famosa carta das *liberdades brasileiras*, que foi talvez o motivo principal da revolução de 7 de abril, e da abdicação do imperador, que, induzido, parecia, por assim dizer, ter renegado seus santos princípios de igualdade, os homens de cor tornaram-se contra aquele com quem tinham dado o primeiro grito da independência, pois estavam ofendidos em seus direitos, e por ele, pugnavam¹⁴³.

Interessante a contextualização política que Adêt mobiliza ao definir o cenário de controvérsia no qual situar a gente de cor. Reconhecia como legítima a luta dessa parcela por direitos de participação e inclusão na nação independente, numa expectativa de que discriminações ficassem para trás, junto com o governo da colônia. Enfatiza sua participação nas lutas de Independência. Alude a uma experiência de decepção por parte dos negros com o resultado das discussões constitucionais, sugerindo que a Carta de 1824 garantia menos do que se esperava. Em termos de ideias e disputas, de fato esteve na mesa a possibilidade de uma Constituição mais inclusiva, haja vista, por exemplo, a proposta famosa de José Bonifácio, que já trazia plano de emancipação com doação de terras aos libertos¹⁴⁴. A pesquisa de Keila Grinberg sobre a luta de Antonio Pereira Rebouças pelos direitos dos negros afirma que a constituinte de 1823 foi marcada por

¹⁴² *Minerva Brasiliense*, 1 de outubro de 1844, p. 715.

¹⁴³ Idem, p. 722, grifo original.

¹⁴⁴ Cf. José Bonifácio de Andrada e Silva, “Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura” in: Graça Salgado (org), *Memórias sobre a escravidão*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1988, p. 72, artigo 10º.

pressão para a definição dos termos da cidadania dos libertos¹⁴⁵. Para alguns, tratava-se de inscrever no direito prática que existia nos costumes. Venâncio Henriques Rezende, por exemplo, disse que “os escravos, desde que se forravam, sentavam praça no corpo competente: nem se diga que era desde então que eles ficavam sendo cidadãos; mas supõe-nos”¹⁴⁶.

O problema sempre fazia refletir sobre as circunstâncias a partir das quais os escravizados poderiam adquirir direitos, o que, por outro lado, inflamava medos e preconceitos senhoriais de revolta e de perda de status social¹⁴⁷. Como se sabe, a constituinte de 1823 foi dissolvida, o texto de 1824 escrito a portas fechadas e outorgado por d. Pedro I. Ao passo em que garantia status de cidadão aos libertos, o fez restringindo direitos políticos e silenciando sobre a escravidão no país, evitando regular qualquer projeto de emancipação. E assim “os homens de cor” andavam ofendidos e em luta por seus direitos, de acordo com Adêl. Segundo Grinberg, entre a profusão de revoltas provinciais, a dispersão de notícias antiescravistas pelo Atlântico, e o ambiente de circulação misturada entre escravos e libertos nas ruas das grandes cidades coloniais, as primeiras décadas do século XIX são marcadas pela pressão por liberdade e direitos negros por dentro do possível no contexto¹⁴⁸.

Adêl também falou de status social e cor da pele:

Acaso diferenciam-se dos outros homens mais que por um acidente natural, pela cor da epiderme? Não são homens filhos do mesmo Deus, descendentes do mesmo pai, unidos pela mesma religião, que manda a fraternidade?
[...]
Não era pois uma injustiça revoltando excluí-los dos negócios públicos, tirar-lhes os seus direitos de homens [...]!
[...]
O que importa o exterior do homem, só nele há o fogo divino, o gérmen das grandes e nobres coisas? Para o Criador a única diferença que há entre os homens é a da cultura do espírito e a virtude!¹⁴⁹

Com uma indignação parecida com a de Henriques Leal, o colaborador francês também rejeitava raciocínio que distinguisse seres humanos conforme características externas, como a cor. À noção de que o potencial humano se media pelas ações e feitos do sujeito adicionava o entendimento monogenista de fundo cristão sobre haver entre as

¹⁴⁵ Keila Grinberg, *O fiador dos brasileiros. Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 2002.

¹⁴⁶ Apud Grinberg, op. cit., p. 108. A autora observa que Rezende muda de ideia em 1832, mostrando a guinada conservadora pela qual passava o país.

¹⁴⁷ Grinberg, op. cit., pp. 107-111.

¹⁴⁸ Idem, pp. 51-57.

¹⁴⁹ *Minerva Brasiliense*, 1 de outubro de 1844, p. 722.

populações humanas irmandade e igualdade essenciais. Sem negar o papel da intervenção europeia, embora contrastando com a hostilidade da linha mestra editorial da *Minerva* à matriz afrodescendente, a questão é que Adêl confiava na possibilidade da civilização nos trópicos:

Por que não seria o Brasil o ovo que contém um grande pensamento chocado pelo calor da civilização europeia? E por que, quando nascer este grande pensamento, *pois se há de desenvolver na atmosfera americana*, por que não cobriria os dois hemisférios com suas asas? Deus só tem em sua mão *o segredo do porvir!*¹⁵⁰

O pensamento do colaborador francês não estava isolado e, na verdade, serve de indício da circulação no Brasil de argumentos discutidos nos salões franceses desde o começo do século XIX acerca da viabilidade de surgir na “atmosfera americana” um modelo de civilização tão sólido quanto consideravam o europeu. Robert Slenes analisou exatamente esse tipo de defesa no livro que Johann Moritz Rugendas escreveu com Victor Aimé Huber acerca da viagem ao Brasil na década de 1820, *Viagem pitoresca através do Brasil*¹⁵¹. O historiador observa que, unindo as formas de linguagem entre texto e litografias, mais do que a transmissão de um relato neutro a partir da observação, o livro compõe o quadro de uma organização social própria em construção.

Valorizando a influência trazida pelos europeus, por outro lado, segundo Slenes, o centro do argumento do livro está na apresentação da jornada gradual de adaptação do africano à sociedade dominante, desde a África até o Brasil, contribuindo com elementos de suas culturas de origem aos usos e costumes locais¹⁵². Ligados a círculos intelectuais liberais franceses, opostos à escravidão e ao tráfico de escravos, adotando estratégias discursivas da *Société de la morale chrétienne*, *Viagem pitoresca* tratava especialmente de reabilitar a imagem do negro nos debates de interesse, afirmando suas capacidades intelectuais, assim como atributos humanos reconhecidos como civilizados, dentre os quais, a virtude feminina, o apego ao trabalho, as relações de família, a capacidade de aderir ao cristianismo¹⁵³. Por fim, afirmava estar em curso um processo de assimilação, não só religiosa, como de costumes dos negros e dos senhores, como

¹⁵⁰ Idem, p. 725, grifos meus.

¹⁵¹ Cf. “As provas de um Abraão africano...” op. cit.; “Overdrawn from life...”, op. cit.; “African Abrahams, Lucretias and Men of Sorrows”, op. cit.

¹⁵² Sobre a jornada do africano, conferir especialmente os artigos de Slenes “As provas de um Abraão africano...” e “African Abrahams, Lucretias and Men of Sorrows”.

¹⁵³ Cf. Slenes “Overdrawn from life...”, op. cit., p. 61; “African Abrahams, Lucretias and Men of Sorrows”, pp. 154-158.

representativa da formação de uma “nova nacionalidade”¹⁵⁴. Pode-se intuir um eco desse referencial de reflexão política na indisposição de Adêl sobre as distinções fenotípicas, de cor, preferindo julgar segundo o referencial “da cultura do espírito e [d]a virtude”.

O colaborador da *Minerva* também falou em “segredo do porvir”.

Outro que disse algo assim foi Alexandre Von Humboldt – um frequentador dos salões franceses com quem Rugendas tinha relações¹⁵⁵ –, no livro em que narrou suas viagens à América entre 1799-1804: “Il y a quelque chose de grave et de prophétique dans ces inventaires du genre humain: *tout l’avenir du Nouveau-Monde y semble inscrit*”¹⁵⁶. A frase é o ponto final de um capítulo no qual apresenta um apanhado geral sobre “a assembleia bizarra de tantos elementos diversos”, referindo-se às “diferentes castas e cores” que “a funesta indústria colonial reuniu”¹⁵⁷. Curioso pelo fenômeno da mistura de raças na América, Humboldt afirma ter feito observações cuidadosas durante suas viagens as quais reuniu nas tabelas “Distribuição de raças na América espanhola” e “Distribuição de raças na América insular”, inserindo informações sobre o Brasil. Sendo contrário à escravidão e sem adjetivar a experiência para o bem ou para o mal, embora estranhe a mistura, o autor constata como inevitável a formação de uma nova civilização na América por meio da mistura racial.

Quem leu esse texto de Humboldt foi José de Alencar, cujo comentário publicado no final dos anos 1860 se afina alguma coisa ao raciocínio de Emilie Adêl:

Longe de enxergar a diminuição da gente africana pelo *odioso prisma de um precoce desaparecimento*, cumpre ser justo e considerar este fato como a consequência de uma lei providencial da humanidade, o cruzamento das raças, que lhe restitui parte do primitivo vigor. Bem dizia o ilustre Humboldt fazendo o inventário das várias línguas ou famílias transportadas à América e confundidas com a indígena: “Aí está inscrito o futuro do Novo Mundo!”.

Verdade profética. *A próxima civilização do universo será americana como a atual é europeia*. Essa transfusão de todas as famílias humanas no solo virgem deste continente ficara incompleta se faltasse o sangue africano, que, no século VIII, afervorou o progresso da Europa¹⁵⁸.

¹⁵⁴ Cf. Slenes, p. 278, “As provações de um Abraão africano...” op. cit., p. 278. Slenes distinguiu aí um empréstimo do livro de Henry Koster, *Travels in Brazil* (1917).

¹⁵⁵ Cf. Slenes, “Overdrawn from life...”, op. cit., p. 61.

¹⁵⁶ Cf. “Chapitre XXVII”, “Livre X”, in A. Von Humboldt, *Relation historique du voyage aux régions équinoxiales du nouveau continent (1799-1804)*. Stuttgart, F. A. Brockhaus Komm, Abt. Antiquarium, 1970, Tomo III, p. 344, grifo meu. (Widener Library, Harvard University)

¹⁵⁷ Idem, p. 330.

¹⁵⁸ José de Alencar, *Cartas de Erasmo*, José Murilo de Carvalho (org.), Rio de Janeiro, ABL, 2009, p. 293, grifos meus.

O texto de Alencar permite interpretação ambivalente, como quase tudo que ele escreve sobre escravidão. As armadilhas às vezes parecem intencionais, para o próprio autor, que, se era teimoso, também não seria ingênuo¹⁵⁹. O trecho acima, que integra as *Novas Cartas Políticas de Erasmo*, publicadas já no ambiente de disputas políticas sobre o papel do parlamento no processo de emancipação escrava, se liga ao conjunto de manifestações do autor contra uma lei do ventre livre. Por um lado, o que quer que dissesse sobre a instituição do cativo estaria condicionado à convivência à exploração do trabalho africano cativo, ao compromisso senhorial na manutenção de valores que sustentavam as relações sociais hierarquizadas na sociedade brasileira¹⁶⁰. Quanto à opinião sobre a população africana e afrodescendente na formação do país, Alencar parece ligar-se a alguma vertente de pensamento inclusivo, assim como Adêl, sem abrir mão do referencial europeu no processo. É curioso o destino que o autor confere a uma personagem da peça *Mãe*, de 1861, que após a liberdade ganha um cargo de oficial de justiça.

O conjunto da caracterização em determinada passagem aciona elementos para as interpretações políticas possíveis do caso: a cena I do ato II da peça é protagonizada apenas pelos dois antigos parceiros de escravidão, Joana e Vicente. O orgulho do liberto acerca da nova condição, bem como o desejo de caber no novo contexto, se expressa num diálogo. Os dois se encontram:

VICENTE.

Como vai isto por cá?

JOANA.

Oh! Bilro! ... Vamos indo, como Deus é servido!

VICENTE.

Há saúde e patacos, é o que se quer.

JOANA.

Saúde não falta, não, Bilro. No mais vai-se vivendo, como se pode.

VICENTE.

Olhe, Sra. Joana... Há muito que estou para lhe pedir uma coisa.

JOANA.

Sra. Joana ! ... Estás doido, Bilro?

VICENTE.

Não, mas é que. Sim. Bem vê que tenho hoje uma posição ... E este modo de chamar a gente de Bilro...

JOANA [rindo].

Ah! ah! ah! . Então porque és pedestre, ou meirinho. Não sei o quê!

VICENTE.

Menos isso! Oficial de justiça!

JOANA.

¹⁵⁹ Alencar foi considerado de caráter inflexível, por seus pares, quando se tratava de negociar interpretações sobre questões de interesse público e social. Cf. Façanha, op. cit. cap. 1.

¹⁶⁰ Sobre o posicionamento político de Alencar sobre a escravidão nos debates pré Lei do Ventre Livre, cf. Façanha, op. cit., caps. 2-3.

Pois que seja. Oficial da justiça, ou da injustiça ...
 Porque és isto, julgas que ficas desonrado se eu te chamar Bilro?... Ora, não vejam só este meu senhor! Que figurão ! ... V. S. faz obséquio...ou V. Ex.? ... Queira ter a bondade... Por quem é... Sr. Vicente ...

[...]

VICENTE.

Está zombando.

[...]

JOANA.

Pois olha ! Cá comigo está se ninando ! ... Eu te conheci assim tamaninho, já era rapariga, mucama de minha senhora moça, que Deus tem, e foi sempre Bilro para lá, tia Joana para cá. Se quiseres há de ser o mesmo... senão, passar bem. Ninguém há de morrer por isso.

VICENTE.

Mas, Joana.

JOANA.

Tia Joana!

VICENTE.

Está bom, para fazer-lhe a vontade... Tia Joana!...

[...]¹⁶¹

Por um lado a construção das cenas e personagens se faz pelo filtro branco senhorial do autor que, longe de poder encarnar a experiência das personagens, escreve conforme as próprias expectativas e visão de mundo. É exatamente isso, porém, que interessa observar no contexto da análise em curso, já que, até aqui, trata-se de cotejar discursos de gente dos extratos sociais mais privilegiados, falando entre si; trata-se de discernir confrontos nesse eixo. A aceitação da condição de Vicente se faz pelo humor inserido na cena, conferindo à ansiedade do liberto em demonstrar a nova condição social um olhar benevolente, ao passo em que não há comentários de outros para além dos dois em cena. Ou seja, busca-se alguma noção de individualidade para eles. A perspectiva crítica de Joana, construída pelo ar de espontaneidade conferido a ela, bem como a própria perspectiva de mundo – patacos? Saúde não falta, no mais vai-se vivendo; oficial da justiça *ou da injustiça*... – e interpretação da situação, entre o riso e a ironia meio maternal, ajuda a evitar que a cena resvale em pura pieguice senhorial. A confusão que Joana faz acerca do cargo que Vicente ocupa, faz lembrar o contexto da fala do deputado citado por Keila Grinberg: quando se libertavam, os ex-escravos sentavam praça, o que subentenderia – no costume – alguma noção de cidadania.

Até aqui, os exemplos tem em vista preferencialmente uma perspectiva inclusiva para libertos ou negros livres. O olhar sobre os escravizados e suas práticas também influencia as percepções em debate. As evidências se espalham por dentro das obras literárias ou de comentários a elas. Nos romances de Alencar situados em fazendas

¹⁶¹ José de Alencar, *Mãe*. Drama em quatro atos. Rio de Janeiro, Tipografia de F. de Paula Brito, 1861, pp. 31-33. Grifo original.

escravistas no sudeste, publicados entre 1871-1872, os elementos de matriz africana estão por todo lugar. Em *O tronco do ipê*, no natal, “os pretos da roça tinham licença para fazer também seu folguedo”, festa que iniciava “pelo infalível batuque”. Perto da senzala “repercutia o som do jongo e os adufos do pandeiro”, enquanto a família senhorial se aproximava para assistir a abertura. Os escravos usavam “trajes de fantasia, uns à moda oriental e outros conforme os antigos usos europeus; mas tudo de uma maneira extravagante, misturando roupas de classe e até de povos diferentes”:

Depois da algazarra formidável com que foi saudada a chegada do senhor, começou o samba, mas sem o entusiasmo e o frenesi que distingue essa dança africana e lhe dá uma semelhança do mal-de-são-guido; tal é a velocidade do remexido e redobre das contrações e trejeito, que executam os pretos ao som do jongo.

Isso porque a presença dos brancos impunha recato “do qual se pretendiam desforrar apenas se retirasse o senhor, e se desarrolhasse o garrafão escondido abaixo do balcão de ramos”¹⁶². Que é o que se vê em *Til*, durante uma festa de São João, quando o batuque acontece distante do olhar senhorial. Chama atenção o caráter quase etnográfico do registro de Alencar, como se descrevesse aquilo que observou e anotou, preocupado em situar um desenho analítico – disposição material de objetos, pessoas, movimentos – da cena. Diz-se que o “samba” dos escravos acontecia dentro do quadrado da fazenda “nome que tem um grande pátio cercado de senzalas, às vezes com alpendrada corrida em volta, e um ou dois portões que o fecham como praça d’armas”. Transcrevo os trechos mais importantes:

Em torno da fogueira [...] dançam os pretos o samba com um frenesi que toca o delírio. Não se descreve, nem se imagina esse desesperado saracoteio, no qual todo o corpo estremece, pula, sacode, gira, bamboleia, como se quisesse desgrudar-se. Tudo salta, até os crioulinhos [...] no cangote das mães, ou se enrolam nas saias das raparigas. Os mais taludos viram cambalhotas e pincham à guisa de sapos em roda no terreiro. Um desses corta jaca no espinhaço do pai, negro fornido, que não sabendo mais como desconjuntar-se, atirou consigo ao chão e começou de rabanar como um peixe seco. No furor causado pelo remexido infernal, alguns negros arremetiam contra a fogueira e sapateiam em cima do borralho ardente, a escorrer do braseiro.

Dentre eles, destaca-se Monjolo, cuja cantiga improvisada o narrador insere no papel – “Candonga, deixa de partes/É melhor desenganar,/Que este negro da carepa/Não há fogo pra queimar” – e comenta: “Salvo os rr finais que ele engolia e os ll afogados em um hiato fanhoso, tudo o mais era produção do estro africano e da sua veia

¹⁶² Para o conjunto de citações acima, cf. Alencar, *O tronco do ipê*, op. cit., pp. 172-173.

de improviso”. Monjolo esbarra e derruba a fogueira, mas continua “saltando-lhe em cima com ímpetos de possesso”, “moe[ndo] as brasas com os calcanhares, berrando”:

Monjolinho soca milho
 Bem socado, pa-ta-pá!
 O mamãe, que dê a gamela
 Pra juntar este fubá!
 Tuque, tuque, tuque, tuque,
 Tuque, tuque, zuque, zuque¹⁶³.

O trecho é marcado pelo estranhamento do narrador, que, apesar disso, não deprecia a cena, em contraste com o que havia em Joaquim Manuel de Macedo, por exemplo. Ao mesmo tempo em que o espanto do observador destaca seus limites para compreender os movimentos, percebe-se que se insiste no registro cultural do que se vê, ressaltando a técnica de improvisação africana, também marcando a pronúncia dos sons e das letras no canto de Monjolo. Em contraste, o narrador de Macedo se recusa a esse tipo de registro, hostilizando as características da fala escrava:

Depois de breve silêncio, o Pai-Raiol falou. Por negação, incapacidade, ou enfim por amor de sua língua ou dialeto selvagem, mas pátrio, o rancoroso escravo apesar de trazido ao Brasil há cerca de vinte anos, exprimia-se mal e deformemente em português, introduzindo muitas vezes na sua agreste conversação juras e frases africanas. O leitor deve ser poupado à interpretação dessa algaravia bárbara¹⁶⁴.

Batuque escravo durante festejos de natal aparece em poema do maranhense Trajano Galvão de Carvalho, datado de 1852, em Olinda. O tema se constrói por dentro do que inicialmente é um canto de saudades do poeta, longe de sua cidade natal, Mearim-MA. Ele imagina os preparativos de natal em meio à imagem bucólica da natureza, onde inclui o festejo escravo:

Tudo lá respira festa
 Singelez, ledice, amor,
 A cativa já se apresta,
 Afina a chama o tambor:
 Eis se fecha a vasta roda,
 Já começa à pátria moda.
 Tosco e bárbaro folgar:
 Tambor soa, a onça ruge,
 D'além os ecos estruge
 Do negro o rude cantar.

¹⁶³ Para o conjunto de citações acima, cf. José de Alencar, *Til*, op. cit., pp. 274-275.

¹⁶⁴ Cf. Macedo, op. cit., pp. 95-96.

Segue o comentário:

Co' o tambor a mente aturdem,
Esquecem que escravos são:
Que saudades ali surdem
Do tambor ao coração!...¹⁶⁵

O batuque surge também no poema “A Crioula”, do mesmo autor:

Ao tambor, quando saio da pinha
Das cativas e danço gentil,
Sou senhora, sou alta rainha,
Não cativa, de escravos a mil!¹⁶⁶

Nesses textos, o batuque escravo aparece como parte harmoniosa da paisagem local, elemento entranhado na cultura brasileira em construção, ligado ao calendário de festas, o que introduz noção de negociação do espaço para a expressão escrava. O registro de Trajano Galvão se destaca pela percepção do batuque como forma escrava de sobreviver ao cativo, esquecendo-o momentaneamente ou, no caso de “A crioula”, afirmando humanidade para além da condição cativa.

Antonio Henriques Leal, que também escreveu sobre Trajano Galvão, repara no batuque. Num elogio ao poema “A crioula”, afirma ver nele uma “pintura tão fiel” de cena brasileira, que qualquer pessoa que o lesse, se lembraria de cenas vistas a olho nu em fazendas pelo Brasil: “Quem é que, tendo visitado nossas fazendas, e ao ler essa canção, se não recorda de ter assistido o quadro debuxado tão ao vivo e com tanta singeleza e primor?”. Como observador, Leal comenta a alegria no rosto da escrava durante os “ruidosos folguedos da noite de sábado”, capaz de fazê-la “esquecer-se do cativo”. Por fim, o biógrafo compõe a própria anotação sobre o batuque escravo, não mais como elemento de composição literária, mas prática social:

No terreiro da *Fazenda* estão sentados os músicos em três troncos de árvores, de diversos comprimentos e diâmetros [...], cobertos de um lado de couro de boi destendido: são os tambores – os instrumentos músicos, imitados d'África. Neles tangeram esses *professores* boçais e rudes com os punhos e os dedos de ambas as mãos, e os afinam ao calor da fogueira.

¹⁶⁵ cf. “O natal”, in Trajano Galvão de Carvalho, *Sertanejas*. Rio de Janeiro, Imprensa Americana, 1898, pp. 35-38.

¹⁶⁶ Cf. “A crioula” in Trajano Galvão de Carvalho, A. Marques Rodrigues, G. H. de Almeida Braga, *Três Liras*. São Luís, Tipografia progresso, 1862, pp. 12-14.

A cena transmite a ideia de evento grande, capaz de ouvir-se à distância e de movimentar, mais do que a escravaria de uma única fazenda, comunidade ampla, espalhada na região: “os escravos de toda a redondeza acham-se ali reunidos, convidados por esses sons fortes e estrugidores que atroam longe e lhes afagam os ouvidos e os alegam”. Num estilo parecido com o que se encontrará no narrador de Alencar, Leal finaliza descrevendo o movimento de danças em círculo, em contato com o fogo:

São as delícias do infeliz africano essa vertiginosa rotação de calcanhares, esse movimento de quadris e nádegas, esse bracejar desordenado, esses esgares e momos, executados enquanto rodeia o circuito todo e termina cada um a sua vez de dança por uma embigada, a que chamam *punga*, em um dos circunstantes, que o substitui nesse estranho e fatigante exercício coreográfico¹⁶⁷.

Percebe-se aí também um estranhamento no narrador de perspectiva senhorial, ao mesmo tempo em que reconhece a legitimidade da expressão africana, ainda que pensada como bárbara. Note-se a característica etnográfica em discernir os gestos, assim como a tentativa de reconhecer os elementos africanos, equiparando-os a referenciais culturais conhecidos e valorizados pela matriz europeia: o tambor como *instrumento musical*, os instrumentistas como *professores*, mesmo que rudes.

O conjunto de textos-registros de elementos de matriz africana, dispersos entre as décadas da primeira metade do século XIX, até 1871, parecem apontar para uma tradição de pensamento social que topava negociar com elas¹⁶⁸. Em Trajano Galvão, é certo, há mais que isso; o que pede um mergulho no conjunto literário maranhense.

¹⁶⁷ Todo o comentário de Leal apud Trajano Galvão de Carvalho, *Sertanejas*. Rio de Janeiro, Imprensa americana, 1898, pp. 122-123. Grifos originais.

¹⁶⁸ É possível que tais ideias de negociação, e talvez principalmente quando expressas entre membros da classe senhorial preocupados com a manutenção da ordem social estabelecida, tivessem relação com a sobrevivência de um substrato de pensamento luso-brasileiro colonial que não definiu como central a classificação racial da população no Brasil, em contraste com distinções em outras regiões das Américas. Bruno Carvalho observa o fenômeno, distinguindo apego às explicações climáticas sobre as diferenças entre os povos, mantendo-se entendimento sobre uma essência humana comum. Cf. “Writing race in Two Americas: Blackness, Science, and Circulation of Knowledge in the Eighteenth-Century Luso-Brazilian World and United States”. *The Eighteenth Century*, Volume 57, Number 3, Fall 2016, pp. 303-324; p. 314. Segundo o autor, o contexto não caracterizava uma abertura portuguesa particular à mistura racial, porém, apropriações seletivas do pensamento científico em curso a fim de manter a política de incentivo a casamentos inter-raciais no Império Português, que carecia de população colonial (p. 305). A questão é a possibilidade de que tal eixo de ideias autóctones tenha permanecido disponível ao longo do século XIX, capaz de embasar propostas inclusivas na releitura dos sujeitos dentro do novo contexto após 1822.

Maria Firmina dos Reis – argumento monogenista em *Úrsula*

Ao mesmo tempo em que o Rio de Janeiro dos anos 1830-1840 em diante fervilhava de diálogos cruzados entre literatura e política, em meio a ascensões e quedas de governo, cada um com o seu pitaco sobre o que era, para onde rumava, o que fazer pelo Brasil; em São Luís do Maranhão, havia uma própria efervescência política e literária, ao mesmo tempo atenta aos lances na corte. Lembrando que ainda não havia o Brasil inteiriço como se conhece hoje – em que pese os abismos e contradições vigentes – já que as diferentes províncias, aqui e ali, ainda explodiam em revoltas às vezes separatistas. Tendo oferecido à história literária brasileira alguns nomes duradouros, há vários estudos sobre jornalistas e escritores maranhenses, assim como referências à vida intelectual local. Porém, até onde pude pesquisar, ainda faltam análises que sistematizem a percepção dispersa sobre a atuação de escritores, gramáticos, jornalistas num circuito literário que esclareça as interações. Ainda faltam estudos com base em pesquisa empírica sistemática de história social que permitam aprofundar conhecimento sobre as lógicas sociais locais, interagindo cultura, escravidão, política, relações ao longo dos estratos sociais. Deste modo, além do diálogo com a bibliografia pertinente, proponho conexões que surgiram ao longo da pesquisa por dentro das obras literárias.

Anotei acima as informações básicas de família ligadas ao nascimento do poeta Gonçalves Dias, em 1823, filho natural de mãe negra e pai branco na região de Caxias, interior do Maranhão. No mesmo momento, por volta de 1822 ou 1825, nascia Maria Firmina dos Reis, em São Luís, também fruto de uma relação fora do casamento entre a mãe branca Leonor Felipa dos Reis e o pai negro João Pedro Esteves, conforme o registro de nascimento¹⁶⁹. As pesquisas ainda não oferecem informações mais amplas sobre esse contexto inicial da vida da futura poeta, romancista e professora que, criada por família de posses modestas, não teve uma educação privilegiada. Pesava o fato estrutural de ter nascido mulher no ambiente patriarcal da época, quando apenas se enviavam rapazes às universidades, de resto, franqueando-lhes, sozinhos ou entre pares, as ruas, os cafés, os salões literários até altas horas, ambientes proibidos ou limitados para mulheres desacompanhadas ao longo de seus anos de formação. Firmina insere uma nota sobre isso em seu prólogo de estréia:

¹⁶⁹ Cf. Maria Helena P. T. Machado, “Maria Firmina dos Reis: invisibilidade e presença de uma romancista negra no Brasil do século XIX ao XXI” in Maria Firmina dos Reis, *Úrsula*. São Paulo, Penguin Companhia das letras, 2018, pp. 21-22.

Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima [...] e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo¹⁷⁰.

Enquanto Gonçalves Dias, morando com o pai, tornou-se caixeiro, chegou a Coimbra, em dificuldades financeiras, podendo contar com apoio de colegas homens ligados a famílias de posse no Maranhão, Maria Firmina, ao que consta, teve uma vida reclusa. Morou na cidade de Guimarães, na propriedade de uma tia, com a mãe e outras mulheres da família¹⁷¹. Existe incerteza sobre uma possível intervenção de Sotero dos Reis na educação da escritora. Em posfácio à edição de *Úrsula* de 2004, Eduardo de Assis Duarte cita trabalho de Luiza Lobo segundo o qual Firmina teria obtido ajuda do escritor e gramático, “a quem deve sua cultura, como afirma em diversos poemas”¹⁷². Em texto de 2011, a própria Lobo demonstra menos confiança nessa possibilidade, ao afirmar: “De pouco lhe serviu o parentesco com Sotero dos Reis para uma apresentação na vida cultural de São Luís, apesar de Maria Firmina ter lhe dedicado um poema”¹⁷³. Em prefácio à edição de 2018 de *Úrsula*, Maria Helena P. T. Machado diz algo parecido: “Embora ela fosse aparentada ao principal filólogo maranhense [...], conexões concretas, contatos ou apadrinhamentos por parte deste estiveram ausentes”¹⁷⁴.

A ênfase de Machado, em sintonia com orientação presente nos estudos mais recentes sobre a produção da escritora, tem a ver com iluminar o protagonismo de Maria Firmina dos Reis ao escrever e publicar sua obra, evitando obscurecê-lo para além do que já fizeram as estruturas desiguais de gênero, classe e raça que constroem a sociedade brasileira. Até meados do século XX a obra da maranhense ficou esquecida, deixando-a de fora do cânone literário nacional, sem que fosse menos competente que a de pares escritores homens; um problema de reconhecimento que não tem a ver só com qualidade literária, mas com a capacidade circular e mobilizar contatos dor dentro da teia social, dos jogos políticos e disputas culturais pertinentes. O que distancia tanto a experiência de Maria Firmina dos Reis da de Antonio Gonçalves Dias? É fato, porém,

¹⁷⁰ Cf. Reis, *Úrsula* (2004), op. cit., p. 13.

¹⁷¹ P. T. Machado, op. cit., p. 22.

¹⁷² Eduardo de Assis Duarte “Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira” in: REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Florianópolis, Ed. Mulheres; Belo Horizonte, PUC Minas, 2009, pp. 263-264.

¹⁷³ Luiza Lobo, “Maria Firmina dos Reis” in: Eduardo de Assis Duarte, *Literatura e afrodescendência*, op. cit., p. 112.

¹⁷⁴ P. T. Machado, op. cit., p. 20.

que a autora conquistou um lugar no círculo literário de sua época, participando de coletâneas e atuando na imprensa.

Explorando a questão de ser a própria Maria Firmina dos Reis uma autora negra, os estudos recentes em torno de sua figura e de sua obra têm enfatizado seu pioneirismo antiescravista muito antes da atuação de figuras consolidadas no cânone brasileiro como Castro Alves, o conhecido poeta dos escravos. Destaca-se seu empenho em inscrever na literatura elementos de matriz africana¹⁷⁵, e principalmente sua disponibilidade em se aproximar do ponto de vista escravo, conferindo às personagens cativas voz e interpretações próprias de mundo. Sabendo que Firmina dos Reis não passou ela própria pela escravidão, ao mesmo tempo atentando à experiência de discriminações ligadas a sua condição de nascimento, destaca-se a proximidade com que conviveu com escravizados como elemento formador da empatia da autora¹⁷⁶. Episódio sempre lembrado é o comportamento de Firmina, em 1847, quando recebe o título de professora de primeiras letras. Sua mãe sugeriu que fosse buscar o diploma carregada por escravos de sua tia, ao que Firmina responde indignada – “negro não é animal para se ir montado nele” –, preferindo ir a pé¹⁷⁷. Consta, além disso, ter cultivado, ao longo da vida, amizade com mulheres escravizadas, ajudando a cuidar de seus filhos, dedicando-lhes composições de música¹⁷⁸. Concordando com os principais aspectos das interpretações sobre o antiescravismo de Firmina dos Reis até o momento, meu objetivo, centrado em *Úrsula*, é aprofundar a complexidade da crítica à escravidão no romance, analisando, além de passagens pontuais, um conjunto de estratégias aplicadas pela autora. Acredito que por esse viés é possível encontrar caminhos para os diálogos intelectuais e políticos travados por Firmina, discernindo como seu trabalho, e ligado a ele uma teia de obras maranhenses, adentrou as discussões sobre escravidão, populações africanas e afrodescendente no Brasil.

O romance *Úrsula* aparece pela primeira vez em 1859, em São Luís, Maranhão. E apesar da auto-depreciação no texto de abertura, na prática, Firmina dos Reis soa menos intimidada pelas limitações de seu entorno. Pediu ao público que amparasse a

¹⁷⁵ Eduardo de Assis Duarte, “Maria Firmina...” op. cit.; Régia Agostinho da Silva, “A escravidão no maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre a escravidão e mulheres no Maranhão da segunda metade do século XIX”. Tese de doutorado. USP, 2013; Luciana Diogo, “Da sujeição à subjetivação: a literatura como espaço de construção da subjetividade, os casos das obras *Úrsula* e *A escrava de Maria Firmina dos Reis*”. Dissertação de mestrado. USP (IEB), 2016.

¹⁷⁶ P. T. Machado, op. cit., p. 23.

¹⁷⁷ Cf., por exemplo, Nascimento Moraes Filho, *Maria Firmina: fragmentos de uma vida*. São Luís, s/e, s/d, p. 21.

¹⁷⁸ P. T. Machado, op. cit., pp. 23-24.

autora para que pudesse ir mais longe, para que incentivasse outras mais tímidas que ela¹⁷⁹. Centrando o enredo num eixo romântico simples de menino e menina idealizados que se apaixonam mas se vêem impedidos de casar, a autora, por outro lado, constrói um pensamento antiescravista complexo e bem construído que perpassa o livro. Úrsula e Tancredo são o par apaixonado, gente branca e livre. A moça é pobre, de família dilapidada por conflitos internos e erros estratégicos. Na juventude, a mãe Luísa B. teimara em casar-se com Paulo B., um partido a quem seu irmão, Fernando P., desaprovava, por isso retirando-lhe o apoio financeiro. Em breve viúva, Luísa termina ainda mais empobrecida pela incompetência de Paulo com os negócios, restando-lhe apenas uma casa simples e dois escravos: Túlio e Suzana. Tancredo, membro de um povoado distante, pertence à família reconhecida e de posses, chefiada por um pai autoritário que adoece a esposa e rouba a noiva do filho, levando o rapaz a partir em disparada. Servindo o drama de Tancredo apenas como cenário para situar seu encontro com Úrsula – talvez, principalmente, com Túlio –, o cerne da ação acontece com as personagens em torno da casa da moça, sua mãe à beira da morte abençoando a união da filha com o jovem rico a quem dera asilo. Tudo se complica com a intervenção de Fernando P., próspero fazendeiro senhor de escravos da região que se apaixona pela sobrinha e tenta forçá-la a casar-se com ele. Entre ansiedades, pressentimentos, fugas; visitas a cemitérios na alvorada, lágrimas, trocas de tiros, gritos, punhaladas e mortes, o enredo se desdobra na problematização do mundo da escravidão.

A construção elaborada do foco antiescravista do livro se dá ao longo do desenvolvimento do enredo alternando-se intervenções diretas de opinião do narrador, falas explicativas das próprias personagens e, de modo mais sutil, por meio da forma como os sujeitos interagem. Na cena de abertura, o narrador vem elogiando a natureza como lugar de encontro com a subjetividade, solidão propícia, enquanto um homem melancólico seguia no lombo de um cavalo exausto. Num trecho acidentado, os dois caem, ficando o rapaz desacordado no ambiente meio deserto, o sol cada vez mais quente. Até que alguém desponta no horizonte, numa rota familiar em busca de água para casa, percebe a pessoa ferida no chão, e corre “para o desconhecido”. Segundo o narrador: “tocou-lhe piedoso interesse” pela situação do rapaz sob o cavalo. Ao curvar-se e observá-lo, ele encontra sinais vitais, e fica alegre: “assomou-lhe ao rosto riso fagueiro de completo enlevo, da mais íntima satisfação”; “Que ventura! – então disse

¹⁷⁹ Cf. Reis, *Úrsula* (2004), op. cit., pp. 13-14.

ele erguendo as mãos ao céu – que ventura podê-lo salvar!”. Entra intervenção do narrador, explicando tratar-se de um escravizado:

O homem que assim falava era um pobre rapaz, que ao muito parecia contar vinte e cinco anos, e que na franca expressão de sua fisionomia deixava adivinhar toda a nobreza de um coração bem formado. O sangue africano refervia-lhe nas veias; o mísero ligava-se à odiosa cadeia da escravidão; e em balde o sangue ardente que herdara de seus pais, e que o nosso clima e a servidão não puderam resfriar [...] se revoltava; porque se lhe erguia como barreira – o poder do forte contra o fraco!... Ele entanto resignava-se; e se uma lágrima de desesperação lhe arrancava, escondia-a no fundo de sua miséria. Assim é que o triste escravo arrasta a vida de desgostos e martírios [...] Oh! esperanças! [...] Gozos!... Só na eternidade os antevêem eles!

O comentário se estende num monólogo perguntando-se quando, afinal, se gravaria a máxima divina no coração dos homens – “ama o teu próximo como a ti mesmo” – deixando-se de oprimir com “injustiça ao seu semelhante!... aquele que também era livre no seu país... aquele que é seu irmão?!”. Continua:

E o mísero sofria; porque era escravo, e a escravidão não lhe embrutecera a alma; porque os sentimentos generosos, que Deus lhe implantou no coração, permaneciam intactos, e puros como a sua alma. Era infeliz; mas era virtuoso; e por isso seu coração enterneceu-se em presença da dolorosa cena, que se lhe ofereceu à vista.¹⁸⁰

Antes de analisar a intervenção do narrador é preciso continuar a cena. O cativo tira o ferido de debaixo do cavalo e cuida dos seus ferimentos com água fresca, enquanto o desconhecido oscila entre reanimar e voltar a desfalecer no colo do escravo. Até que ocorre um diálogo:

– Quem és? [...] Por que assim mostras interessar-te por mim?!...
 – Senhor! [...] suposto nenhum serviço vos possa prestar, todavia quisera poder ser-vos útil. Perdoai-me!...
 – [...] eu, perdoar-te? Pudera todos os corações assemelharem-se ao teu.

Diz o narrador que “nesse breve cambiar de vistas, como que essas duas almas mutuamente se falaram”; o ferido “sentiu pelo jovem negro interesse igual talvez ao que este sentia por ele”, afinal “As almas generosas são sempre irmãs”. O ferido tira as luvas e oferece a mão ao cativo, que, “confundido e perplexo”, beija-a, ao passo que o cavaleiro “retirando dos lábios do negro, a mão, e malgrado a visível turbacão deste”, aperta-lhe “a mão grosseira; mas onde descobria [...] lealdade e pureza”. Os dois enfim se apresentam: Tancredo e Túlio, a quem se interroga “qual tua condição?”. Com

¹⁸⁰ Para o conjunto de citações acima, cf. Reis, *Úrsula* (2004), op. cit., pp. 22-23.

amargura Túlio diz ser escravo, questionando: “sondastes vós a distância que nos separa?”. Tancredo não a aceita, pois esperava pelo dia em que “os homens reconheçam que são todos irmãos”, e engata num discurso crítico-religioso:

[...] o branco desdenhou a generosidade do negro, e cuspiu sobre a pureza dos seus sentimentos! Sim! Acerbo deve ser o seu sofrer, e eles que o não compreendem!! Mas, Túlio, espera; porque Deus não desdenha aquele que ama ao seu próximo... e eu te auguro um melhor futuro¹⁸¹.

Se por um lado, o discurso antiescravista em *Úrsula* é marcado por intervenções do narrador, junto a comentários explicativos das personagens, esse tipo de esclarecimento representa esforço em tornar inequívoco aquilo que se disse indiretamente por meio da ação. Antes de qualquer explicação, o modo como as personagens se aproximam, aquilo que pensam consigo mesmas umas das outras, a forma como se relacionam, conduzem o leitor por linhas de pensamento e possibilidades de ação antiescravistas, quer se concordasse ou não com isso. No trecho em questão, destaca-se um argumento que afirma, quanto aos elementos essenciais, uma igualdade entre os seres humanos, sem distinção de cor ou condição social. Havia um homem ferido na estrada, outro homem o encontra e o socorre; o socorrido acorda e agradece, ambos têm pensamentos positivos em relação ao outro e se tratam com gentileza. Há na narrativa uma estratégia de construir o encontro entre um branco e um negro escravizado livre de hostilidades. Não exatamente livre de tensões e expectativas informadas pelas relações sociais vigentes, haja vista o desencontro das personagens na cena do beijo-aperto de mão.

Nesse sentido, Túlio e Tancredo encarnam um argumento político que o livro promove. A noção de irmandade essencial entre negros e brancos é uma teoria subterrânea que perpassa o romance. Capítulos adiante na trama, já amigos inseparáveis, tendo Tancredo alforriado Túlio, os dois se unem contra o esforço de Fernando P. em raptar Úrsula. Em busca do caminho mais rápido até a moça, seguem por uma estrada que margeia a propriedade do fazendeiro, sobre a qual Túlio guarda memórias amargas as quais compartilha com Tancredo. A fazenda de Santa Cruz fora o lugar onde acabaram os dias de sua mãe “à força de tratos os mais bárbaros”¹⁸². O ex-escravo fora separado dela quando Luísa B. ficou viúva e teve de ceder ao irmão parte da propriedade que tinha, a fim de pagar as dívidas deixadas pelo marido. Segundo Túlio,

¹⁸¹ Para o conjunto de citações acima, cf. Reis, *Úrsula* (2004), op. cit., pp. 25-28.

¹⁸² Cf. Reis, *Úrsula* (2004), op. cit., p. 167.

sua mãe já sabia o que lhe esperava, recomendando o menino aos cuidados de Suzana, que o acalentou: “cuidava dos meus brinquedos, sorria-se quando me via, e procurava fazer-me esquecer minha mãe e seus afagos”¹⁸³. Foram sempre proibidas as visitas entre os dois, até que, Túlio, crescido, recebeu a notícia da morte da mãe. Na estrada, desatando a chorar, ele diz: “gemi de ódio, e confesso-vos que longo tempo nutri o mais hediondo desejo de vingança. Oh! eu queria vê-lo sufocado entre meus braços [...] Susana, essa boa mãe, arrancou-me do coração tão funesto desejo”. O narrador acrescenta que Tancredo, que tinha no coração as próprias feridas da vida em família, sentiu as dores do outro: “e as dores do negro encontram eco em seu coração”; por fim, “chorou também”. Sem mais comentário, o livro retoma a ação.

Com essa passagem, a estratégia argumentativa do romance vai à raiz da questão, pois reafirma a irmandade essencial entre os dois não por discurso, mas, na prática, posicionando os dois homens de forma simétrica. Há, num lado como no outro, correspondências idênticas: família e mãe; sofrimentos ligados à perda da mãe, memórias dolorosas. Sem trazer de novo à tona a história de Tancredo, a narrativa faz com que bastem as memórias de Túlio para que os pontos simétricos no interior do rapaz abastado se afinem às memórias do ex-escravo, de modo que os dois se identifiquem. No ambiente dos debates da primeira metade do século XIX, trata-se de humanizar e elevar as personagens negras, escravizadas ou libertas, ao mesmo patamar da gente livre e branca. Os desdobramentos disso ao longo da narrativa se desenvolvem na caracterização positiva do negro por meio da fala do narrador, como da ação das personagens. Aí o sentido da construção cruzada na cena de abertura entre colocar diante do leitor uma personagem identificada antes de tudo por impulsos generosos e altruístas, só depois revelando a condição social de escravizado, enfatizando-se a nobreza do coração bem formado¹⁸⁴.

Destaca-se o perfil de Susana, a africana que cuidou de Túlio. Personagem interessantíssima, rica de nuances e apetrechos. No capítulo que protagoniza, ela quase se materializa na frente do leitor:

¹⁸³ Esta e demais citações até o final deste parágrafo vide Reis, *Úrsula* (2004), op. cit., p. 169.

¹⁸⁴ Luciana Diogo também observou que o modo como Firmina fez aparecer o escravo Túlio na abertura do romance, enfatizando sua descrição como “um homem”, atuou como forma de valorizá-lo a despeito de sua condição ou da cor da pele. Cf. “Da sujeição à subjetivação...”, op. cit., pp. 133-134.

trajava uma saia de grosseiro tecido de algodão preto, cuja orla chegava-lhe ao meio das pernas magras, e descarnadas como todo o seu corpo: na cabeça tinha cingido um lenço encarnado e amarelo, que mal lhe ocultavam as alvíssimas cãs¹⁸⁵.

Não tem a ver apenas com a descrição objetiva das coisas – embora seja importante ao trazer ao repertório literário de tecidos, texturas, cores e formas, em pleno século XIX, os adereços no corpo de uma africana escravizada; intui-se uma presença profunda e sólida no próprio silêncio de Susana¹⁸⁶. A cena é a seguinte: restabelecida a saúde de Tancredo, ele fará uma viagem para finalizar assuntos de família e então voltar e casar-se com Úrsula; Túlio, mesmo alforriado, prefere segui-lo. Por isso procura mãe Susana para contar as novidades e se despedir – seus sentimentos confusos diante da velha escrava: “Túlio estava ante ela com os braços cruzados sobre o peito”, “seu semblante transparecia um quê de dor mal reprimida”. Susana percebe, prepara-se para a conversa, porém movendo-se dentro dos seus termos, impondo uma sabedoria e um tempo próprios:

A velha deixou o fuso em que fiava, ergueu-se sem olhá-lo, tomou o cachimbo, encheu-o de tabaco, acendeu-o, tirou dele algumas baforadas de fumo, e de novo sentou-se: mas desta vez não pegou no fuso.

Cravou os olhos no rapaz e disse “Onde vais, Túlio?”.

Em seu trabalho, Régia A. Silva sugeriu pensar a figura de Susana como um tipo de memorialista, “tratando do passado ancestral e do movimento de diáspora dos africanos para o Brasil”¹⁸⁷, o que oferece uma dimensão da complexidade política da personagem escrita por Maria Firmina dos Reis. Assim como no caso de Túlio, a narrativa se empenha em desfazer a tensão entre a cor da pele e o caráter da personagem: “aí havia uma mulher escrava, e negra como ele [Túlio]; mas boa, e compassiva”¹⁸⁸. No desenrolar da trama, diante da violência e dos abusos de Fernando P. em relação a todas as personagens, em particular aos seus escravos, o perfil de Susana se eleva, pelo contraste, tornando-se o exemplo moral do romance. Em busca do paradeiro de Úrsula com Tancredo, o fazendeiro interroga Susana com violência, que

¹⁸⁵ Reis, *Úrsula* (2004), op. cit., p. 112.

¹⁸⁶ Sempre me chamou a atenção a caracterização detalhada de Susana com alusões a cores e tecidos. Mas talvez eu tenha me tornado ainda mais sensível aos sentidos sociais desses elementos depois de ler, recentemente, o livro de Gilda de Melo e Souza, *O espírito das roupas. A moda no século XIX*. São Paulo, Companhia das letras, 1987.

¹⁸⁷ Régia A. Silva, op. cit., p. 141.

¹⁸⁸ Cf. Reis, *Úrsula* (2004), op. cit., p. 111.

mantém a dignidade, embora “aflita e angustiada”¹⁸⁹. Seu comportamento dobra os sentimentos de outras personagens, embora nunca os do fazendeiro. Na casa de Úrsula, ele grita com Susana e se arremessa contra ela “como um tigre”, até que um padre intervém: “Prudência, filho! Por que vos encolerizais contra essa mísera velha?”. Mais tarde, sozinho, maquinando entendimento sobre a fuga da sobrinha, fantasiando segredos que os subalternos lhe escondiam: “Susana! hás de pagar-me – bradou fora de si – Não zombarás de mim [...]”; “Tancredo! Tu não te hás de rir de um rival desprezado. Não”. Grita pelo feitor branco, que aparece imediatamente. Fernando P. ordena que voem em busca da africana: “Que me tragam sem detença Susana. [...] Que a tragam de rastros. Que atem à cauda de um fogoso cavalo, e que o fustiguem sem piedade, e...”. É interrompido pelo feitor, incomodado, com um alerta de que isso mataria a escrava. O fazendeiro insiste, o feitor imagina outro subterfúgio, Fernando P. continua, até que, indignado, o feitor se recusa definitivamente e abandona a fazenda. O padre, afinal, é quem busca a africana que, segundo o narrador, não vinha atada à cauda do cavalo, mas “caminhava com a fronte erguida, e com a tranquilidade do que não teme; porque é justo”, enquanto recitava um Salmo. Encontrando-a na estrada, o feitor lhe implora que fuja, ao que ela rejeita por ser inocente, agradece o gesto, o despacha com uma benção: “Ide, meu filho! o céu vos abençoe”. Diz-se que o homem vai “tocado pela sublime brandura daquela velha africana”, lamentando “a sorte mesquinha” que Fernando P. lhe preparava¹⁹⁰.

Por sua vez, a fibra de Susana tem a ver com sua origem africana, começando pelo entendimento do significado da liberdade, comparada à experiência de Túlio, que mesmo alforriada sentia-se preso por laços de gratidão ao seu benfeitor. Verdadeira liberdade, diz Susana, “gozei eu na minha mocidade”, “ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu”:

Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em tudo que aí respira amor, eu corria às descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração! [...] mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha querida, em quem me revia, em quem tinha depositado todo o amor da minha alma [...].

¹⁸⁹ Idem, p. 182.

¹⁹⁰ Para o conjunto de citações acima sobre a ira de Fernando P. sobre Susana, cf. Reis, *Úrsula* (2004), op. cit., pp. 186-189.

A força dos laços entre Susana e sua pátria se reforçam enquanto ela narra a perda de tudo para o tráfico de escravos:

[...] ah Túlio! tudo me obrigaram os bárbaros a deixar!

[...]

Tinha chegado o tempo da colheita, e o milho e o inhame e o mendubim eram em abundância nas nossas roças. Era [...] uma manhã risonha, e bela, [...] entretanto eu tinha um peso enorme no coração. [...] Minha filha sorria-se para mim, era ela gentilzinha, e em sua inocência semelhava um anjo. [...] Deixei-a nos braços de minha mãe, e fui-me à roça colher milho. Ah! nunca mais devia eu vê-la...

Antes de chegar ao seu destino, Susana foi pega por dois homens, amarrada e levada ao porão de um navio: “Era prisioneira – era uma escrava!”, arrastada “por bárbaros” que “sorriam-se das minhas lágrimas”¹⁹¹.

Publicado em 1859, *Úrsula* se insere num conjunto de publicações sobre a escravidão que se tornava cada vez mais comum na cena literária brasileira ao longo de províncias diferentes; afirmação ainda sem consenso, dado o peso do entendimento estabelecido no século XX sobre a ausência da escravidão na literatura brasileira oitocentista, mas que aos poucos ganha corpo no âmbito das novas pesquisas entre literatura e escravidão¹⁹². O fato é que o texto da autora, partindo de São Luís, adentra um repertório em formação que vai desde as peças de José de Alencar – *O demônio familiar* (1857) e *Mãe* (1861) –, até a experiência da circulação em português do livro *A cabana do pai Tomás*, de Harriet B. Stowe, cuja versão traduzida, com prefácio dirigido ao público brasileiro, existe desde 1853¹⁹³. Alguma influência da abolicionista

¹⁹¹ Para o conjunto de citações acima cf. Reis, *Úrsula* (2004), op. cit., p. 116.

¹⁹² Parte desse esforço de pesquisa se deu no Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (CECULT) da Unicamp no contexto de pesquisas orientadas por Sidney Chalhoub com base em fontes da imprensa oitocentista entre literatura, charge etc. Cf. Silvia C. M. Souza Silva, “Ideias encenadas: uma interpretação de O demônio familiar”. Dissertação de mestrado, Unicamp, 1996; Marcelo Balaban, Poeta do lápis. Sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil imperial (1864-1888). Campinas, Editora da Unicamp, 2009; Daniela Silveira, Fábrica de contos. Ciência e literatura em machado de Assis. Campinas, Editora da Unicamp, 2010; Ana Flávia C. Ramos, As máscaras de Lélío: política e humor nas crônicas de Machado de Assis (1883-1886). Campinas, Editora da Unicamp, 2016; Dayana Façanha, Política e escravidão em José de Alencar. São Paulo, Alameda, 2017; Sidney Chalhoub e Leonardo Affonso de Miranda Pereira (org.), *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; Sidney Chalhoub, *Machado de Assis, historiador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003; e “Literatura e escravidão” in: Lília M. Schwarcz e Flávio Gomes, *Dicionário da escravidão e liberdade. 50 textos críticos*. São Paulo. Companhia das letras, 2018. Para exemplos além de pesquisas no CECULT: Eduardo de Assis Duarte e Maria N. S. FONSECA (org.), *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica. História e Polêmica*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014. Vol. 4; Wilton José Marques, *Gonçalves Dias, o poeta na contramão. Literatura e escravidão no romantismo brasileiro*. São Paulo, Edufscar, 2010. Por fim, ver ao longo deste capítulo os trabalhos citados sobre a obra de Maria Firmina dos Reis.

¹⁹³ Cf. STOWE, Harriet Beecher, *A cabana do pai Thomaz, ou a vida dos pretos na América*, Paris, 1853. Sobre o texto: Hélio Seixas Guimarães, “Pai Tomás no romantismo brasileiro”. *Teresa, revista de literatura brasileira*. [12] [13], pp. 421-429, 2013. Ludmila Maia enfatiza a emergência de uma nova

estadunidense sobre *Úrsula* parece incontornável. O comportamento de Susana perante o castigo injusto, recitando versos bíblicos, fazendo orações – “Pedi a Deus que lhe pusesse um selo nos lábios, e o valor do mártir no coração”¹⁹⁴ – assemelha-se muito aos movimentos do pai Tomás, em circunstâncias similares, numa *plantation* de algodão no sul dos Estados Unidos¹⁹⁵. O diálogo entre as autoras, de qualquer modo, é complexo. Analisando paralelismos, Luciana Diogo ressalta distanciamentos marcados pelas opções de Firmina na construção de escravizados mais críticos, saindo da boca deles discursos antiescravistas centrais ao livro¹⁹⁶. Além disso, a valorização dos elementos africanos em *Úrsula* é algo que não tem paralelo em *A cabana do pai Tomás*.

Quanto ao cenário brasileiro desenhado ao longo deste capítulo, *Úrsula* coloca em circulação uma versão crítica ao comércio de escravos e à escravidão oposta à linha de raciocínio veiculada pela *Minerva brasiliense*, na corte. Como nos textos de Salles Torres Homem, há uma aversão ao tráfico, aos abusos da escravidão, porém, as coisas são ditas pela perspectiva das vítimas do cativeiro, condenando os horrores da escravidão não pela ênfase na desumanização dos cativos mas pela afirmação da força de sobrevivência que aquela humanidade apresentava sob as maiores pressões. Em vez da depreciação da origem africana, a história apresentada por Susana, marcando sua formação num ambiente socialmente estruturado, evidenciando memória e laços de família, é aquilo que estrutura seu perfil inteiriço, sua posição no mundo enquanto personagem.

Maria Firmina dos Reis falava sozinha no Maranhão?

A cena maranhense – argumento monogenista cristão católico

Num capítulo sobre “o grupo maranhense”, José Veríssimo observa que, concomitante aos românticos fluminenses, havia um grupo importante de intelectuais no Maranhão – eruditos, jornalistas, poetas. Marco da relação entre imprensa e literatura, destaca um periódico que Sotero dos Reis editou em 1840, *A revista*. Restrito a uma visão geral do quadro, o crítico cita nomes como Gonçalves Dias, Odorico Mendes e

sensibilidade crítica à escravidão por meio da literatura na esteira do romance de Stowe. Cf. “Páginas da escravidão: raça e gênero nas representações de cativos brasileiros na imprensa e na literatura oitocentista”. *Rev. Hist.* (São Paulo), n.176, 2017.

¹⁹⁴ Cf. Reis, *Úrsula* (2004), op. cit., p. 191.

¹⁹⁵ Stowe, op. cit., vol. 2, capítulo 39, “O mártir”.

¹⁹⁶ Diogo, op. cit., pp.90-105.

João Francisco Lisboa; entre os menores aparece Trajano Galvão de Carvalho como “um dos primeiros que aqui cantou compassivamente o escravo”¹⁹⁷.

Tendo a poesia de Gonçalves Dias como fio da meada para um mergulho na imprensa local, é possível cavar algum detalhe no ambiente de discussões a partir dos anos 1840 na região. Ao retornar de Coimbra em 1845, o poeta traz na mala um conjunto de poemas que começara a escrever na Europa, finalizando-os no Maranhão, entre Caxias e São Luís, e que iria compor seus *Primeiros Cantos*, publicados em 1846 na corte. Porém, antes disso, imprimiu alguns deles nas folhas locais *Jornal de instrução e recreio* e *Archivo: jornal científico e literário*. Publicados entre 1845 e 1846, embora sem citar diretamente o Rio de Janeiro, compartilhavam um pouco da lógica que havia na *Minerva*, misturando literatura a discussões sobre economia e arte, trazendo fontes e traduções europeias, mantendo uma coluna de “Variedades” para anedotas de fundo moral. Num texto de abertura mais descontraído que aqueles entre a *Niterói* e a *Minerva*, o *Jornal de instrução e recreio* escapa algum registro sobre as trocas intelectuais locais: o impulso para promover a publicação surgiu em “reuniões de amigos” quando “rolava a conversa sobre diferentes assuntos de Literatura”¹⁹⁸. Fruto da única Associação literária no Maranhão, segundo afirmam, o periódico tinha o objetivo de promover a produção local e espalhar os benefícios da literatura: “apurar os costumes, inspirar independência, renovar a face do mundo por instituições liberais”, além de servir como distração¹⁹⁹.

Em contraste com os exemplares da corte não encontrei textos explicitamente antiescravistas como os de Salles Torres Homem. Enquanto percebe-se no editor da *Minerva* algum sentido de urgência e possibilidade de intervir nos debates locais, no centro do poder, sobre tráfico e escravidão, não parece haver o mesmo no material maranhense analisado. Porém, os assuntos “escravidão”, “escravo”, “africano”, aparecem de forma inequívoca nos periódicos maranhenses como tema para a literatura. No exemplar de estréia, há um texto de P. S. G.: “Poesia. Sua origem, fim e utilidade”²⁰⁰. Definida como “Linguagem da paixão ou da imaginação”, era considerada ferramenta por meio da qual um sujeito “comunicava estes sentimentos” fruto de experiências de prazer e dor. Enquanto expressão humana, não estaria restrita apenas às

¹⁹⁷ José Veríssimo, *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1998, p. 257.

¹⁹⁸ *Jornal de instrução e recreio*, 15 de fevereiro de 1845, p. 1.

¹⁹⁹ Idem.

²⁰⁰ Para todas as citações do texto de P. S. G. nesta página, cf. *Jornal de instrução e recreio*, 15 de fevereiro de 1845, p. 3.

consideradas nações civilizadas, “mas também [às] bárbaras, nas quais se tem observado canções rudes, já nos festejos dos seus triunfos, já na perda dos seus parentes e amigos &”. Continua:

Em toda parte, e em todos os séculos a linguagem harmoniosa da poesia tem influído nas turbas – Em toda parte tem retumbado no coração humano o gemido da aflição, o cântico do prazer, o hino do entusiasmo – Estas inspirações não dependerão jamais do aumento da civilização, quanto à sua essência, mas só quanto à forma acessória.

A ideia de nações bárbaras nos anos 1840 estava aberta a interpretações, sem necessariamente aprisionar numa categoria negativa. Podia ser acionada por dentro dos debates científicos monogenistas europeus que, enquanto enfatizavam uma essência humana compartilhada, equacionavam o problema da diferenças entre as culturas imaginando uma linha evolutiva dividida em etapas hierarquizadas. Dentro desse referencial, bárbaro podia significar um passo além de selvagem, no rumo da civilização²⁰¹. Dentro dos debates acirrados em torno do comércio de africanos poderia veicular uma estratégia humanitária, a favor da capacidade de superação da escravidão e inserção social nas Américas²⁰². Ao mesmo tempo, poderiam sustentar percepções hostis, como na *Minerva* e em Joaquim Manuel de Macedo, que não imaginavam inferioridade biológica dos africanos, porém, agarrando-se na diferença cultural, rejeitavam uma influência que, mesmo sob climas e instituições consideradas civilizadas, demorariam tempo demais para se aperfeiçoar.

O texto de P. S. G. sugere que pessoas de nações bárbaras seriam tão humanas quanto qualquer europeu, capazes de traduzir experiências em linguagem poética. Esta tese aparece refletida em poemas variados ao longo do *Jornal de instrução e recreio*. No mesmo exemplar, na coluna ao lado do artigo de P. S. G., havia um poema de A. F. C. Sob o título “À saudade”, o primeiro verso dizia tratar-se de “Sentimento só próprio de almas nobres”, imprimindo melancolia “Em corações sensíveis” tocados por dificuldades e tragédias. A certa altura, o poeta canta os sofrimentos dos escravos:

Do malfadado e mísero cativo
Companheira fiel [a saudade] nunca o abandonas

²⁰¹ Cf. Curtin, op. cit., Vol.1, caps. 9-10.

²⁰² Robert Slenes analisa esse tipo de estratégia nas primeiras décadas do século XIX na obra de Rugendas, cf. “As provações de um Abraão africano: a nascente nação brasileira na Viagem alegórica de Johann Moritz Rugendas”. *Revista de Arte e Arqueologia*, n. 2, 1995-1996, pp. 271-294; “Overdrawn from life: Abolitionist Argument and Ethnographic Authority in the Brazilian ‘Artistic Travels’ of J. M. Rugendas, 1827-35”. *Portuguese Studies*, vol.22, n. 1 (2006), pp. 55-80; “African Abrahams...” op. cit.

Regando com seu sangue a terra ingrata
 Da dura escravidão, ele da pátria
 Um só momento olvida o colmo amigo,
 Bárbaro e tosco sim, mas venturoso²⁰³

Percebe-se que a alusão à origem bárbara não impede que se valorize o lugar de origem do cativo: “tosco sim, mas venturoso”. Mais do que isso, ao enfatizar a saudade no escravo vivendo na “terra ingrata”, o poeta o iguala à gente de alma nobre e coração sensível, dentro dos termos da primeira estrofe. Preocupação com a condição escrava se repete no poema “O futuro”²⁰⁴, mesmo autor, que discute a vida após a morte. Quaisquer que fossem os sofrimentos terrenos, seriam aplacados pelo acolhimento de um ser divino. O primeiro exemplo mencionado é a situação escrava:

Entre os ferros gemer se escuta o escravo
 Longe dos climas, que nascer o virão;
 [...]
 Entre roxos pulsos o grilhão lhe aperta
 [...]
 Que vida mais cruel fadar se pode!
 - Homem livre nascer, morrer escravo! -

Conduzindo uma imagem positiva da África – “O livre céu das africanas plagas!” –, o poema classifica a escravidão como algo que “insulta a natureza”, desconhecendo o que chamou de leis da humanidade e da clemência.

Entre outros de temas variados, em maio de 1845, com destaque na primeira página, Gonçalves Dias publica “A ideia de Deus”. Mobilizando imagens da tradição cristã sobre a criação do mundo guiada pela mão prodigiosa de um ente soberano, o poema compõe uma voz ao mesmo tempo laudatória e profética com a missão de advertir a humanidade, pois Deus velava sobre os acontecimentos e observava os aflitos. Corrupção, vingança, roubo, injustiças, tudo se sujeitaria “À justa punição”. Enquanto esse momento final não chegava, Deus enviaria conforto psicológico aos infelizes, dentre os quais, os escravizados: “Um sonho ao desgraçado/Que agro viver entre misérias/De ferros rodeado”²⁰⁵. Quase um ano depois, Gonçalves Dias retoma mais abertamente o tema da escravidão no poema “A escrava”, outro destaque da primeira página no periódico *Archivo*, que surge como versão amadurecida do *Jornal de instrução e recreio*, no qual o poeta atua como membro do corpo editorial. Poema lírico, dava ao público o lamento de uma africana saudosa do seu “doce país de Congo”:

²⁰³ *Jornal de instrução e recreio*, 15 de fevereiro de 1845, pp.3-4.

²⁰⁴ Para todas as citações de “O futuro” cf. *Jornal de instrução e recreio*, 3 de março de 1845, p.19.

²⁰⁵ *Jornal de instrução e recreio*, 15 de maio de 1845, p. 1.

Oh!doce país de Congo,
 Doces terras d'além mar!
 Oh! dias de sol formoso!
 Oh! noites d'almo luar!

Desertos de branca areia
 De vasta, imensa extensão,
 Onde livre corre a mente,
 Livre bate o coração!

Onde leda caravana,
 Rasga o caminho passando,
 Onde bem longe se escuta
 As vozes que vão cantando!²⁰⁶

Construindo uma imagem positiva da África, situando certo país de Congo, o poema se constrói como narrativa de memórias de uma mulher escravizada durante um instante longe da vista de seu senhor. Exaltado não apenas belezas naturais, o lugar se caracteriza por experiências de liberdade e descontração.

As aproximações entre a abordagem de Maria Firmina dos Reis e Gonçalves Dias até aqui intrigam e têm chamado a atenção de pesquisadores no entorno da obra da maranhense, enfatizando-se sua originalidade – porque vai mais longe²⁰⁷, porque aprofunda os perfis humanos dos cativos²⁰⁸ –; porém, para além das comparações, ainda falta explorar nesse paralelismo de abordagens uma teia de diálogos que testemunhe o ambiente de trocas literárias por dentro das relações sociais e políticas em jogo. Entre os membros da associação, em algum lugar, com alguma frequência, formal ou informal, “rolavam” as tais conversas sobre literatura. Quantos lugares como esse haveria? Não parece que apenas um. No círculo “Jornal de instrução e recreio/Arquivo”, Gonçalves Dias, por exemplo, que se tornará ilustre, cruza com Alexandre Teófilo de Carvalho Leal e Antonio Henriques Leal, dentre uma dezena de outros. Alexandre, ligado a outros, é amigo do poeta desde Coimbra, não só amigo como apoio financeiro; no Maranhão, é quem hospeda Gonçalves Dias em São Luís, além de incentivar e arranjar o caminho que o leva ao Rio de Janeiro. Antonio Henriques Leal será o biógrafo dos primeiros grandes nomes maranhenses oitocentistas mantendo amizade e troca de cartas com diversos autores²⁰⁹. Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, que presidiu o *Arquivo*, talvez fosse a cabeça de um desses espaços de debate.

²⁰⁶ *Arquivo: jornal científico e literário*, 31 de março de 1846.

²⁰⁷ Cf. Régia A. Silva, op. cit., pp. 64-73.

²⁰⁸ Cf. Diogo, op. cit., pp. 132-166.

²⁰⁹ Para esse contexto de contatos entre Gonçalves Dias, Alexandre T. C. Leal e Antonio H. Leal, cf. Leal,

Quem frequentava quem?

Em agosto de 1845, Sotero dos Reis ainda não tinha encontrado pessoalmente o poeta Gonçalves Dias, porém acompanhava seus poemas, pois publicou um elogio na *Revista*, que foi reproduzido no *Jornal de instrução e recreio*²¹⁰. Maria Firmina dos Reis também não teria topado com o poeta, mas leu sua obra. Na própria coletânea de poemas usa como epígrafe um trecho de Gonçalves Dias, que também é homenageado em “Nenia” no contexto da sua morte nos anos 1860; depois de dedicar o primeiro poema de seu livro à mãe, o segundo, “Minha terra”, é oferecido a Sotero dos Reis²¹¹. Ele talvez não tenha ajudado Firmina, mas consta que ensinava “gramática portuguesa e francesa a suas parentas e a outras meninas de família de sua amizade”²¹². Trajano Galvão de Carvalho tinha fama de ser recluso²¹³, mas esteve em contato com Antonio Henriques Leal na década de 1840. Quando Sotero dos Reis publicou apostilas de gramática em 1852, Trajano Galvão escreveu um juízo crítico elogioso²¹⁴. Em 1861, todos os literatos em foco publicaram poemas na coletânea *Parnaso maranhense*. Em 1859, Maria Firmina dos Reis tinha publicado seu romance. Em 1862, Trajano Galvão de Carvalho participa junto com A. Marques Rodrigues e G. H. de Almeida Braga da coletânea *Três Lyras*. No mesmo ano, o jornal *A coalizão*, de Almeida Braga, promove conjuntamente as obras *Úrsula* e *Três Lyras*²¹⁵. O periódico era impresso pela Tipografia do Progresso, a mesma que produziu o *Parnaso*. Em sua coletânea de poemas, Maria Firmina dos Reis dedicou um deles a G. H. de Almeida Braga – chamado “sonoro e mavioso poeta”²¹⁶ –, e outro a Antonio Henriques Leal, “como prova de profunda e sincera gratidão”²¹⁷. Pelo quê?

No esforço de adentrar o ponto de vista escravo entre os maranhenses parece haver um crescendo na capacidade de imaginar formas de rebeldia como expressão de sobrevivência e auto-afirmação de humanidade. Dentro dos debates dos anos 1840, “A escrava” de Gonçalves Dias é uma afirmação pela existência de memórias e tradições

Pantheon (1874) Op. cit., Tomo III.

²¹⁰ Cf. 1 de agosto de 1845.

²¹¹ Cf. Maria Firmina dos Reis, *Cantos à beira mar*. São Luís, s/e, 1976, edição fac-similar de 1871, p. 5 (epígrafe de G. Dias e dedicatória a Sotero dos Reis); p. 192 (Nénia).

²¹² Antonio Henriques Leal, *Pantheon Maranhense. Ensaio biográfico dos maranhenses ilustres já falecidos*. Rio de Janeiro, Alhambra, 1987, tomo 1, p. 72.

²¹³ Leal, *Pantheon...* (1987), op. cit., Tomo 1, p. 287.

²¹⁴ Data de publicação das apostilas vide Leal, *Pantheon* (1987) op. cit., p. 85; para a crítica de Trajano Galvão, cf. Carvalho, *Sertanejas*, op. cit.

²¹⁵ Cf. *A coalizão*, 8 de maio de 1862.

²¹⁶ Reis, *Cantos...* op. cit., p. 95.

²¹⁷ Idem, p. 107.

culturais numa África imaginada “país de Congo”. Unindo-se a “Ideia de Deus” abre-se espaço para reconhecer os sofrimentos escravos em algum contexto de injustiça, de mal a ser sanado. Mantendo esses elementos, *Úrsula* faz a repreensão de forma mais longa, insistente, colocando reprimendas e pensamento crítico nos próprios escravizados; pela força do seu caráter, além do mais, elevam-se acima de senhores injustos, embora mantendo níveis de resignação. Já a poesia de Trajano Galvão de Carvalho traz conflito aberto.

Ao lado dos colegas A. Marques Rodrigues e G. H. de Almeida Braga, em *Três Lyras*, Trajano Galvão se destaca por uma perspectiva crítica de Brasil, da memória histórica em construção; o único que trata da escravidão, que observa impasses na experiência de africanos e afrodescendentes no país. É curioso, já que, sendo fazendeiro, o poeta teria senão comprado ao menos herdado escravos²¹⁸. Uma reflexão sobre a subjetividade escrava se desenvolve no poema “Nuranjan”, outra personagem feminina. Num momento de amargura, ela se esquivava de um batuque no terreiro da fazenda e põe-se a refletir sobre si e sobre a condição de escravizada. Existe em sua voz uma revolta contra a experiência de sufocamento das perspectivas escravas em relação à vida que se levava nos roçados; algum testemunho sobre a impossibilidade de se manifestar sem a iminência do castigo, sem estereotipações prévias sobre “negro é isso ou aquilo”²¹⁹:

Em que cismo? Em que cisma a cativa?
 Ah! da negra o que importa o cismar?
 Destes sonhos ninguém não me priva,
 Ah! deixai-me, deixai-me sonhar!...
 [...]
 Amo a lua, porque amo a tristeza
 Porque a lua jamais se despreza
 D’escutar meus queixumes de dor
 [...]
 Assim eu os meus ais comprimidos
 Desabafo na livre solidão.
 [...]
 Minha dor [...] é segredo,
 Que meus lábios proferem a medo,
 [...] sozinha, ao luar:
 É soluço que o peito comprime,
 Porque o negro, que chora, tem crime
 Porque o negro não deve chorar!

Imbuída de lógica escatológica cristão, algo próximo do que havia em “Ideia de Deus”, mas sem a altivez empolada do profeta, desta vez nutrida de raiva, justiça

²¹⁸ Cf. dados biográficos de Trajano Galvão em Leal, *Pantheon...* (1987), tomo 1, op. cit.,

²¹⁹ Para todas as citações de “Nuranjan”, cf. Carvalho, *Três Lyras*, op. cit. pp. 21-24.

frustrada, a voz de Nuranjan chama uma ira divina destruidora. Seu pensamento é também histórico, consciente do abuso senhorial no contexto da fúria branca pela acumulação de lucro, a custo das florestas e das vidas escravizadas:

E o roçado o que é? O sepulcro,
Onde pousa a floresta, que ardeu;
Por que ardeu? Porque o sórdido lucro
Faz que o *branco* até zombe do céu!
Profanadas tais obras divinas,
Este templo perdido em ruínas,
Que a si próprio o senhor levantou!
[...]
Mas das ondas de nítida chama,
Que o roçado prostraram no chão,
Negro fumo no ar se derrama,
Fere as nuvens, desperta o trovão!
Brilha o raio, terrível estala,
Deus ao mundo colérico fala
Nos ribombos dos roucos trovões:
[...]
Vergam brancos imbeles [covardes] seus colos,
Pulsam medo seus vis corações.

O sentimento de raiva se desdobra no poema “O calhambola” que oferece fuga e confronto aberto como saídas. Colocado na voz de um africano, faz-se um elogio à capacidade escrava de se rebelar: “Nasci livre, fizeram-me escravo,/Fui escravo, mas livre me fiz”. Como Susana, de Maria Firmina dos Reis, cuja força de caráter de algum modo ligava-se às raízes africanas, a intrepidez do quilombola de Trajano Galvão se faz pela valorização do elemento negro de origem africana²²⁰:

Negro, sim; mas o pulso do bravo
Não se amolda às algemas servis!
Negra a pele, mas o sangue no peito,
[...]
Negro, sim; mas é forte o meu braço
Negros pés, mas que vencem o espaço,
Assolando quais negros tufões!
[...]
Oh! que sim! estes ombros possantes
Digno assento da frente de um rei
[...]

Nem mesmo a escravidão poderia dobrá-lo: “Negro o corpo, afinou-se minh’alma/No sofrer, como ao fogo o tambor”; “Membro a membro meu corpo quebrava,/A vontade ninguém m’a quebrou!”, “Homem forte que brada aos verdugos/“Guerra, guerra ou quebrai-me estes jugos”.

²²⁰ Para todas as citações de “O calhambola”, cf. Carvalho, *Três Lyras*, op. cit., pp. 4-7.

Em contraste com a estratégia conhecida na corte pelos textos de Salles Torres Homem, o antiescravismo maranhense insere nos debates brasileiros a vertente sentimentalista que se encontrava entre ingleses e franceses, desde o final do século XVIII e, nos Estados Unidos com a *A cabana do pai Tomás*. Ao longo das obras literárias, a ênfase numa imagem positiva da África, afirmando-se, além de tradições culturais e laços de família, o sofrimento dos africanos, parece haver um diálogo com estratégias de Clarkson e Wilberforce. O predomínio do poema como a forma literária mais empregada, por sua vez, lembra o ambiente francês ao propor prêmios para a produção de poesia antiescravista. Algumas das palavras de Corrêard, o sobrevivente da tragédia com a fragata *Medusa*, lidas paralelamente às fontes maranhenses, o romance *Úrsula*, por exemplo, realçam aproximações de pensamento e sensibilidade – que não houvesse mais negros infelizes arrebatados de suas famílias – entre os dois lados do Atlântico. Não é preciso pensar que os escritores maranhenses tenham lido exatamente o livro de Corrêard, basta terem partilhado a matriz de reflexão.

A insistência no argumento monogenista acerca de uma essência humana compartilhada entre povos de culturas variadas é uma característica fundamental tanto da crítica à escravidão como da representação positiva de africanos e afrodescendentes na literatura maranhense analisada. Nesse sentido, a pesquisa sugere ter havido um circuito mais amplo e complexo de ideias em circulação por dentro de argumentos católicos disponíveis, mobilizados politicamente. Alguma coisa pode ter vindo de Coimbra quando uma leva de estudantes formados ali retornou para o Maranhão. Antonio Henriques Leal conta que, em 1840, quando Gonçalves Dias se empenhava em estudar literatura, todo o ambiente universitário mergulhado na influência romântica de autores franceses e portugueses, surgiu uma *Revista acadêmica* em Coimbra. Uma varredura inicial na hemeroteca da biblioteca nacional de Portugal permitiu encontrar um volume com exemplares reunidos entre 1845 e 1848²²¹. O subtítulo da publicação era “jornal literário e científico”, parecido com o que propunham as folhas brasileiras, entre Rio de Janeiro e Maranhão, no mesmo período. Com data de agosto de 1845, encontrei sob o título “Influência do cristianismo sobre a legislação” um texto crítico à escravidão. Nessa data Gonçalves Dias tinha acabado de deixar Portugal. Ainda que não tenha lido o exemplar específico em questão, é possível explorar no material uma

²²¹ *Revista acadêmica: jornal literário e científico*. Coimbra. Imprensa de E. trovão, 1848. (Biblioteca Nacional Portugal)

vertente de pensamento disponível aos estudantes em Coimbra durante os anos de formação do poeta. Existem aproximações.

O texto, assinado por S. B., compõe um antiescravismo inflamado, arraigado numa interpretação cristã do mundo. Explicava o impulso de escravizar outros povos como marca do “pecado original da humanidade”, a qual o cristianismo deveria sanar. Para o autor não passava de erro fazer com que história e legislações legitimassem o cativeiro, fruto de um comportamento de soberba e ambição em detrimento de fundamentos religiosos. Na base estava um entendimento sobre a condição de irmandade entre os humanos: “todos os homens são ramos do *mesmo* tronco, todos são filhos pela carne do *mesmo* homem, e pelo espírito, do *mesmo* Criador”. Chamou a escravidão: “crime de lesa humanidade”. “Diferença de raça” ou noções como “o parto segue o ventre” – que condicionava à escravidão crianças nascidas de mãe escrava – não seriam senão sofismas. Reconhecendo a prática da escravização como elemento espalhado em diversas sociedades humanas, contemporâneas e antigas, interpreta-as como abusos, buscando imaginar a perspectiva dos escravizados, destacando a problema das mães escravas: “[tudo aquilo] a despeito das lágrimas da maternidade, e dos gemidos da inocência! Bárbaros são por certo todos os meios que a ambição inventou para privar o homem da liberdade”. Nada, porém, havia mais “cruel, mais covarde, mais ignóbil” do que a prática que “assemelha o homem ao tigre que devora seus próprios filhos” condicionando a mulher escrava a gerar crianças na mesma condição²²².

O argumento do texto, afinal, é demonstrar que o cristianismo, quando aplicado, corrigiria esses males. O autor fala em “verdades sociais do Cristianismo”, destacando transformações a partir da influência cristã. Recorre à antiguidade romana e, mesmo num contexto de perseguição aos cristãos, afirma que legislações favoráveis aos escravos foram aprovadas à luz dos princípios em questão, limitando-se os castigos, favorecendo a manumissão. Destacando o período de Constantino, o imperador convertido, S. B. interpreta as práticas de libertação na época como “restituição de direitos usurpados” e não como generosidade senhorial. Tratava-se de restabelecer o princípio de irmandade essencial entre os humanos²²³. Desde o início da pesquisa, ainda sem saber que chegaria a esse antiescravismo católico, percebi que os intelectuais brasileiros, entre *Niterói* e *Minerva*, *Jornal de instrução...* e *Archivo*, enfatizavam um apego religioso. Entre as publicações da corte isso se distinguia, por exemplo, na

²²² Para todas as citações neste parágrafo, cf. *Revista acadêmica...* op. cit., pp. 161-164. Grifos originais.

²²³ Idem, pp. 164-166.

reafirmação da existência de Deus e no distanciamento em relação a relativismos e ceticismos do ambiente da Revolução Francesa. Algumas vezes, Voltaire foi um nome rejeitado.

No Maranhão, a mesma ênfase na manutenção de um pensamento de matriz cristã, ao mesmo tempo, parece destacar um matiz particular de catolicismo, necessariamente comprometido com a crítica à escravidão e a reabilitação dos escravizados. O texto de Coimbra ilumina uma relação de contato entre debates na Europa e no Maranhão. Além da noção de irmandade fundamental entre os humanos, uma rede de significados se repete lá e cá. A palavra “gemidos” ligada aos sofrimentos dos africanos aparece tanto na tradução em português de *The cries of Africa*, de Thomas Clarkson, quanto no texto da *Revista acadêmica*. Desdobrando-se, os significados internos à palavra, na época – “dor”, “aflição de ânimo”²²⁴ –, são aquilo que estrutura a opção política na literatura maranhense na busca pela perspectiva escrava. “Bárbaro” parece um termo em disputa entre os entendimentos científicos e políticos da primeira metade do século XIX, entre distinguir estágio e capacidade de progresso social de africanos/afrodescendentes – com todas as ambiguidades relacionadas – e depreciar a prática de escravizadores. “Tigre”, representando a voracidade do escravismo, aparece tanto na *Revista acadêmica*, quanto no romance de Maria Firmina dos Reis: Fernando P. se arremessou contra a preta Susana “como um tigre”.

Esse entremeado de textos, argumentos e metáforas mobilizadas contra a escravidão parece mover o quadro de referências para o ambiente de debates em torno de Lamennais na França das primeiras décadas do século XIX. Frank Bowman situa a atuação do padre num contexto de esforço de reabilitação da igreja católica após a iconoclastia da Revolução Francesa, um apelo à reorganização da sociedade por meio de benefícios do cristianismo²²⁵. É interessante perceber na bibliografia sobre o tema como a crítica à escravidão reunia, além de religiosos, literatos e pintores cuja produção, ao tratar de arte, ao mesmo tempo repensava as relações sociais, às vezes por meio de simbologias e metáforas²²⁶. Considerado um revolucionário das barricadas, de fato perseguido pelo Vaticano, Lamennais disseminava uma reinterpretação teológica centrando o sacrifício de Cristo como elemento estruturante de uma nova ordem social

²²⁴ Cf. Antonio de Moraes Silva, *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira, s/d, Tomo I, p. 656 - “Gemigo”, “Gemer”.

²²⁵ Frank Paul Bowman, *Le christ des barricades, 1789-1848*. Paris, Les éditions du CERF, 1987, p. 39.

²²⁶ Cf. Bowman, op. cit.; Honour, op. cit.

de fraternidade²²⁷. Nesse contexto, o sofrimento do escravo é às vezes pareado à figura do Cristo sofrendo no trabalho de reabilitação da humanidade, insistindo-se na reafirmação de serem os pobres e os infelizes os verdadeiros amigos de Jesus²²⁸. A ênfase de Lamennais em um de seus textos, segundo Bowman, é convencer a humanidade de que todos deveriam concorrer, com a própria parte, para o sacrifício de Cristo em busca da regeneração social²²⁹. Pela lógica, tal entendimento das coisas deveria abrandar as relações senhor-escravo até que se pudesse superar a escravidão. A *Revista acadêmica* de Coimbra parece ecoar algo desse debate ao falar em verdades sociais do cristianismo. Além disso, sua estratégia ao abordar mudanças legislativas inseridas pelo cristianismo é semelhante ao que se encontra nos círculos de discussão de Lamennais.

Embora ainda não se saiba muito sobre o contato dos brasileiros com o padre francês, Wilton Marques afirma ter havido uma influência do estilo do padre na prosa antiescravista de Gonçalves Dias, *Meditação*²³⁰. Segundo o autor, aspecto ainda ignorado pela crítica brasileira, os trabalhos do padre foram lidos avidamente no Brasil, com destaque para *O livro do povo* e *Palavras de um crente*, marcados por um tom profético indignado com a situação dos pobres²³¹. Numa busca inicial, indícios da circulação das obras de Lamennais no Brasil, encontrei diversos anúncios de venda de seus livros no *Jornal do Commercio* ao longo dos anos 1840. Num anúncio de 1848, é interessante encontrá-lo pareado a outros referenciais franceses ligados ao debates antiescravistas e diferenças raciais: Buffon, cujo *Histoire Naturelle* ainda era famoso pela descrição dos diferentes tipos humanos conforme a distribuição geográfica no planeta; Lamartine, referencial romântico incontornável para os estudantes das faculdades de direito e que, segundo Hugh Honour, frequentava os salões parisienses onde se disseminavam ideias antiescravistas; Victor Hugo, que além de influenciar toda a geração romântica brasileira, era conhecido internacionalmente pelo romance *Bug-jargal*, que tematizava a revolução de escravos em São Domingos – Haiti –, construindo Pierrot, um africano descendente da realeza escravizado, como a personagem mais elevada do livro.

²²⁷ Bowman, op. cit., pp. 56-57.

²²⁸ Idem, p. 55.

²²⁹ Idem, idem.

²³⁰ Cf. Wilton José Marques, *Gonçalves Dias, o poeta na contramão. Literatura e escravidão no romantismo brasileiro*. São Paulo, Edufscar, 2010, pp. 111-112.

²³¹ Idem, pp. 116-117.

O apelo de Lamennais no circuito maranhense talvez se torne mais plausível pela conexão que poderia estabelecer com ideias arraigadas ali, na memória sobre sermões do padre Antonio Vieira sobre a escravidão²³². Tendo atuado por quase uma década entre a Amazônia e o Maranhão no século XVII, Vieira deixou centenas de sermões, alguns dos quais organizou antes de morrer. No conjunto Maria Rosa Mística, reunidos durante seu período final na Bahia entre 1681-1697, os sermões décimo quarto, vigésimo e vigésimo sétimo concentram uma reflexão detalhada sobre a escravidão, sobre as relações senhor-escravo, sobre *status* humano e condição dos africanos e afrodescendentes no Brasil. Por um lado, a estrutura geral dos textos tolera, aceitando, a escravização de africanos, em contraste com uma atuação veemente contra a aplicação da mesma exploração sobre os indígenas do Brasil. Sem poder resolver o paradoxo, Alfredo Bosi destaca no padre um perfil aguerrido, crítico de abusos e defensor de uma prática de avaliação e aperfeiçoamento das relações sociais conforme interpretação cristã do mundo²³³.

Em seus sermões, dirigindo-se a comunidades escravas ligadas à irmandade do rosário, ele claramente justifica o cativo dos africanos, segundo lógicas vigentes de pensamento: cristianizar pagãos, resgatando-os do sofrimento eterno após a morte, donde se segue uma série de argumentos dirigidos aos escravizados a fim de apaziguá-los ao cativo. Porém, ao mesmo tempo, permanece inquieto com a escravidão dos africanos, assombrado com o tráfico, com a riqueza e a doçura produzidas nos engenhos de açúcar a custo de “tanto sangue inocente”: “Uma das grandes coisas que se vêem hoje no mundo, e nos pelo costume de cada dia não admiramos, é a transmigração imensa de gentes e nações etíopes” da África para a América²³⁴. Acrescenta: “Oh trato desumano, em que a mercancia são homens! Oh mercancia diabólica, em que os interesses se tiram das almas alheias”. Segundo Vieira, a condição dos escravos no Brasil, ainda mais dos miseráveis, eram para ele “matéria de profunda meditação”.

²³² Foi Robert Slenes quem me chamou a atenção para os trabalhos de Lamennais, na França, e para os sermões de padre Vieira, no Brasil colonial, em particular o conjunto Maria Rosa Mística, ademais, abrindo caminho para pensar uma articulação das ideias dos dois autores entre pensadores oitocentistas. Em seus estudos sobre Rugendas, Slenes já observava o quando imagens do campo francês de renovação cristã em torno do padre Lamennais podiam influenciar argumentos abolicionistas que aproximassem a figura de Cristo aos escravizados. Cf. “African Abrahams, Lucretias and Men of Sorrows”... op. cit., p. 165.

²³³ Alfredo Bosi, “Antônio Vieira: Vida e obra. Um esboço” in Padre Antonio Vieira. *Essencial*. São Paulo. Penguin Companhia das letras, 2011, pp. 39-57.

²³⁴ Padre Antonio Vieira, op. cit., p. 532.

Entretanto não se opôs à prática, o que, afinal, comprometeria sistemicamente o projeto colonial no qual desempenhava uma missão.

A escravidão posta como fato incontornável, os sermões de Vieira se destacam pela defesa da humanidade dos escravizados, rejeitando diferenças essenciais entre brancos e pretos, alertando os senhores sobre o castigo que lhes sobreviria dos céus nas condições em que abusavam de seus cativos – o que, pela reiteração de Vieira, parecia estrutural. No sermão vigésimo, Vieira mostra-se indignado com a separação entre irmandade do Rosário dos brancos e irmandade do Rosário dos pretos. O sermão recolhe uma série exaustiva de exemplos da tradição católica bíblica e de interpretação teológica segundo a qual Deus, a Virgem Maria e Jesus não desprezavam os escravizados, tendo varias vezes aparecido na terra sob a pele de cativos, desprezados e sofredores, sempre ouvindo e atendendo as suas preces. A irmandade entre os humanos se estabelecia pela origem no “primeiro homem”, Adão, cujo nome queria dizer “ruber, vermelho, por ser esta a cor do barro do campo damasceno, de que o formou”²³⁵. Para Vieira, tal origem humilde deveria ser remédio contra as manifestações da altivez humana. Tampouco os preconceitos de cor eram tolerados por qualquer das divindades cristãs, continua o padre, seguindo-se exemplos de personagens ilustres dos textos do Antigo Testamento entre os etíopes da África.

A complexidade dos sermões de Vieira sobre a escravidão pertence a um próprio contexto de análise cultural e política sobre os empreendimentos escravistas dos séculos XVI e XVII. A proposta que desenvolvo aqui tem a ver com imaginar o quanto o universo de pensamento crítico do padre poderia estar disponível a leituras, seleções e interpretações pertinentes aos debates do próprio século XIX. A ênfase de Lamennais em aproximar a experiência de escravos à imagem do Jesus sofredor, poderia recordar movimentos de Vieira no mesmo sentido, assim como remexer nos debates maranhenses um repertório já existente de formas, adjetivos e metáforas de indignação contra abusos aplicados a escravos. A relação é plausível quando se percebe que Padre Vieira e seus sermões de fato se mantinham vivos na vida intelectual local no século XIX. Um dos livros de Francisco Lisboa, um dos principais referenciais da vida literária maranhense oitocentista, era a biografia *A vida do padre Vieira*. Na década de 1860, o gramático aparentado com Maria Firmina dos Reis, Francisco Sotero dos Reis, dava um curso de literatura sobre a “vida do grande padre Antonio Vieira”²³⁶. De novo, se por

²³⁵ Idem, pp. 224-225.

²³⁶ Cf. *Publicador Maranhense*, 3 de abril de 1865, p. 2, “curso de literatura”.

um lado a falta de pesquisa sistemática dificulta uma reconstrução cuidadosa de círculos literários ligados a debates culturais e políticos no Maranhão nas primeiras décadas do Brasil independente, ao mesmo tempo, os indícios esparsos em torno da produção literária se atraem, tornando a discussão incontornável.

Um rastro entre Maranhão e Rio de Janeiro: Juvenal Galeno

Juvenal Galeno foi um literato cearense que escreveu poesia antiescravista nos anos 1860. Segundo um biógrafo, seus poemas foram “instrumento de agitação”, recitados nos “serões da [...] cidade de Fortaleza”, “ao lado da poesia revolucionária de Castro Alves”²³⁷. Em 1871, sua segunda seleção de textos sai publicada no Rio de Janeiro com uma carta elogiosa de José de Alencar servindo de prefácio. O romancista teria lido também os poemas da primeira coletânea, de 1865, *Lendas e canções populares*? Considerado o principal livro do autor, existe nele um poema “A escrava”. O narrador é “uma velha” que, à noite, junto à fogueira, conta uma história que ouviu próximo a uma senzala: “Vou contar-vos sua história.../Francisco, dá-me um tição;/Antonio, traz-me o cachimbo”. Solitária, em prantos, uma africana chamada Maria remeia a má sorte: “Nascera livre na pátria,/Como as auras do vergel...”, “Filha do Congo, portanto/Livre fora o seu nascer”. Após a infância feliz com os carinhos da mãe, foi sequestrada por traficantes: “Chorando viu-se embarcada/Vendida em breve também/Curtindo extrema saudade/De suas terras d’além”. Na terra de Santa Cruz, o Brasil, tornara-se escrava “de brancos” rigoroso, “tão crus!”. Maria se casa com um cativo que se torna “Seu companheiro na dor”. Mas, assim quem têm um filho, o senhor separa a família, vendendo o marido. Por causa do sofrimento, o leite de Maria seca, o seu bebê morre e ela enlouquece; grita, e, nos momentos de calma, remói seu apresamento no Congo: “Eu sozinha no bosque a cismar.../Quando vejo... que susto... que mágoa.../[...] Sou escrava do branco perverso...”²³⁸.

Nos anos 1850, Gonçalves Dias fora encarregado por d. Pedro II a chefiar a seção de etnografia de um grupo exploratório pelas chamadas províncias do norte do país. Visitou a Amazônia e enviou objetos variados para exposições particulares, além de material para estudos no Museu Nacional. José de Alencar estava de olho no que

²³⁷ João Clímaco Bezerra, *Juvenal Galeno. Poesia*. Rio de Janeiro, Agir, 1959, p.5.

²³⁸ Para todas as citações de “A escrava” cf. Juvenal Galeno, *Lendas e canções populares*. Fortaleza, UFC, 1965 [1865], pp. 278-288.

acontecia e recebeu “um par de mesas de saboarana”²³⁹. Ao que parece, os expedicionários estavam preocupados em observar as culturas indígenas existentes, com um olhar atento às misturas raciais no nordeste, aparentemente enfatizando, ali, miscigenação entre índio e branco²⁴⁰. Mas os elementos de matriz africana estavam sempre no caminho. Segundo Lorelai Kury, durante as paradas, os membros da comissão frequentavam jantares e reuniões nas casas da gente graúda. Dentre as iguarias culinárias, os jogos e conversas da noite, às vezes havia o “samba dos negros”:

festa que tinha lugar no quintal das casas dos proprietários, e não só nas palhoças onde viviam os escravos. Enquanto estes dançavam, tocando seus tambores de herança ancestral, os assistentes acompanhavam com prazer o samba e participavam da roda, para grande espanto dos forasteiros vindos da corte, onde essa mistura não ocorria tão facilmente²⁴¹.

Vasculhando os indícios maranhenses de conexão entre os autores, descobri “A escrava” de Juvenal Galeno publicado pela primeira vez no jornal *A coalizão*, em 1864, copiado de um texto do *Publicador da Paraíba*. Durante passagem pelo Ceará, por ocasião da expedição, Gonçalves Dias foi hospedado pela família de Juvenal Galeno, com quem conversou sobre poesia, sugerindo atenção aos temas populares²⁴². Com um projeto literário próprio, o antiescravismo do cearense parece emprestar dos maranhenses. Imagens de jovens africanas livres e felizes no lugar de origem, sequestradas pelo tráfico e injuriadas por senhores brutais no Brasil repetem-se entre “as escravas” de Gonçalves Dias e Juvenal Galeno, passando pela Susana de Firmina dos Reis. O cearense parece ter mesmo lido e se inspirado em *Úrsula*, pelo intrigante paralelismo entre as narradoras velhas que acendem um cachimbo antes de contar a história. Porém, distanciando-se do Maranhão, o antiescravismo de Galeno se aproxima de pensamentos que enfatizavam o estado de anomia em que o escravo terminava esmagado pelo cativo. Maria enlouquece. Já em outros poemas de *Lendas e canções populares* existe “O escravo suicida”, além de “O escravo”, caracterizado fundamentalmente por sofrimentos e impossibilidade de reação.

²³⁹ Encontrei a informação ao acaso em: Josué Montello, *Gonçalves Dias na Amazônia. Relatório e diário da viagem ao Rio Negro*. Rio de Janeiro, ABL, 2002, 62.

²⁴⁰ Cf. o conjunto de textos em Lorelai Kury (org.), *Comissão científica do Império, 1859-1861*. Rio de Janeiro, Andrea Jakobson, 2009.

²⁴¹ Kury, *Comissão...*, op. cit., “Introdução”, p. 12.

²⁴² F. Alves Andrade, “Introdução” in GALENO, Juvenal, *Lendas e Canções populares*. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1965, pp. 6-7.

As aproximações e distanciamentos que Juvenal Galeno permite estabelecer entre meu ponto de partida de análise – a escravidão em J. Manuel de Macedo e José de Alencar – e seu desdobramento – os maranhenses – apresenta talvez um elo para a linha tracejada que o capítulo constrói entre autores variados, entre regiões e períodos distintos da história brasileira oitocentista até 1871. Embora se imponham lacunas entre as obras analisadas por não se poder identificar um projeto literário único, os textos atraem uns aos outros por partilharem problemas centrais da formação do país sobre o que fazer com a escravidão e como lidar com escravizados e libertos. Nos matizes de representação, além dos empréstimos e trocas de influência, os autores constroem um diálogo político sobre as principais vertentes em discussão no país, que culminam no abismo de incerteza que a historiografia reconhece em torno de 1871.

CAPÍTULO 2

“Senhores de mil escravos”: literatura e comércio ilegal de africanos

Existe, numa literatura brasileira oitocentista produzida por maranhenses, uma crítica acirrada à vigência da escravidão no Brasil. Mais do que isso. São textos que se estruturam por um entendimento político inconformado acerca da tolerância às práticas do contrabando de africanos nas primeiras décadas do século XIX, bem como das transações parlamentares que, na lei antitráfico de 1850, favoreceram um acordo de silêncio sobre as ilegalidades cometidas até ali. No capítulo que segue, proponho uma análise do problema por meio de um cotejo entre obras de Antonio Gonçalves Dias, Trajano Galvão de Carvalho e Maria Firmina dos Reis, entre prosa e poesia produzidas entre os anos 1840-1860.

Raramente estudados em conjunto, os autores citados adquiriram status variados nos registros da história literária brasileira até o momento. Gonçalves Dias é fundamentalmente o poeta ícone do romantismo indianista; incontornável, dos grandes compêndios literários às apostilas da educação básica. Sua produção crítica à escravidão é quase desconhecida fora do ambiente especializado e pouco referenciada²⁴³. Já os dois outros escritores têm suas obras reconhecidas pela representação de africanos e afrodescendentes, além da tematização do cativo, porém sem destaque no cânone. Trajano Galvão de Carvalho aparece entre os poetas menores tanto na *Formação da literatura brasileira*, de Antonio Candido, quanto no capítulo de José Veríssimo sobre os maranhenses em *História da literatura brasileira*²⁴⁴. Seu interesse pelo tema da escravidão foi comentado primeiro em notas biográficas escritas após sua morte nos anos 1860²⁴⁵. No final do século XIX, Silvio Romero lhe deu destaque no que chamou de quarta geração romântica; não teria sido grande poeta, porém indispensável como “o primeiro a dar ingresso à raça negra e cativos dessa raça em nossa poesia”²⁴⁶.

²⁴³ Como referencial crítico influente, por exemplo, Antonio Candido, *Formação da literatura brasileira. Momentos decisivos*. São Paulo | Rio de Janeiro. Ouro sobre azul, 2009, cap. X. Em publicação do final do século XIX, Silvio Romero fala de Gonçalves Dias como “O poeta dos timbiras”: cf. *História da literatura brasileira*, Rio de Janeiro: Imago Ed.; Aracaju, SE:Universidade federal de Sergipe, 2001, Tomo II, p. 767. Num panorama mais recente, ver: Gerald Martins, “A literatura, a música e a arte na América Latina da Independência até 1870” in: Leslie Bethell (org.), *História da América Latina. Da independência a 1870*. São Paulo, Edusp, 2014, vol.3, pp. 829-874.

²⁴⁴ Cf. Candido, *Formação da literatura brasileira...*, op. cit. p. 518; José Veríssimo, *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1998, p. 257.

²⁴⁵ Cf. Antonio Henriques Leal, *Pantheon Maranhense. Ensaio biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos*. Rio de Janeiro, Alhambra, 1987, Tomo I, cap. XIII.

²⁴⁶ Silvio Romero, *História da literatura brasileira*, op. cit., p. 925.

Pioneirismo na discussão do tema tem sido reclamado em favor da figura de Maria Firmina dos Reis, cuja produção ficou ignorada pelos principais compêndios literários brasileiros até ser redescoberta nos anos 1970²⁴⁷. Desde então aumentaram os estudos que buscam restabelecer a atuação da autora, destacando sua originalidade ao publicar romances e poesia num ambiente que limitava a atuação de mulheres, ainda mais com seu perfil: filha ilegítima, negra, solteira, no ambiente patriarcal e escravista brasileiro²⁴⁸. Na ênfase ao tratamento particular conferido por Firmina ao problema da escravidão, as pesquisas acadêmicas da última década, num novo mergulho à produção literária maranhense, reconhecem a presença do tema na poesia de Gonçalves Dias e de Trajano Galvão de Carvalho ao lado da autora, pontuando textos e distinguindo abordagens²⁴⁹. Porém, uma reflexão que se estruture sobre o diálogo entre os escritores ainda é necessária.

Na coletânea *Literatura e afrodescendência no Brasil*, publicada em 2011, empenhada no trabalho de revisar a construção do cânone literário brasileiro pela atuação de autores e experiências afrodescendentes, além de Maria Firmina dos Reis, existe também o verbete Gonçalves Dias. Embora não se explorem trocas entre os autores, traz-se ao espaço de debates uma percepção do poeta como autor mestiço que se interessou pelas componentes não brancas da cultura brasileira²⁵⁰. Destacando o problema dos poucos estudos sobre os “textos gonçalvinos nos quais negros e mestiços se fazem presentes”, Marisa Lajolo afirma haver no autor uma “reflexão muito original sobre o estatuto ético e político da escravidão”, além de lirismo e “alteridade étnica”²⁵¹. Ao final do verbete são citados excertos do poema “A escrava” e da prosa *Meditação*. O antiescravismo de Gonçalves Dias ganha destaque em livro de Wilton José Marques ao propor uma discussão sobre literatura e escravidão no romantismo brasileiro²⁵². O autor analisa as ambiguidades ligadas à posição do poeta entre criticar o cativo ao mesmo

²⁴⁷ Cf. Eduardo de Assis Duarte, “Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira” in: REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Florianópolis, Ed. Mulheres; Belo Horizonte, PUC Minas, 2009.

²⁴⁸ Para um resumo objetivo desse processo, cf. MACHADO, Maria Helena P. T., “Maria Firmina dos Reis: invisibilidade e presença de uma romancista negra no Brasil do século XIX ao XXI” in: REIS, Maria Firmina dos, *Úrsula*. São Paulo, Companhia das letras, 2018.

²⁴⁹ Por exemplo, Régia Agostinho da Silva, “A escravidão no maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre a escravidão e mulheres no Maranhão da segunda metade do século XIX”. Tese de doutorado. USP, 2013, pp. 65-73; Luciana Diogo, “Da sujeição à subjetivação: a literatura como espaço de construção da subjetividade, os casos das obras *Úrsula* e *A escrava* de Maria Firmina dos Reis”. Dissertação de mestrado. USP (IEB), 2016, pp. 105-114.

²⁵⁰ Eduardo de Assis Duarte (org.), *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014, vol. 1, p. 100.

²⁵¹ Marisa Lajolo, “Gonçalves Dias” in: Duarte, *Literatura e afrodescendência...*, op. cit., p. 99.

²⁵² Wilton José Marques, *Gonçalves Dias, o poeta na contramão. Literatura e escravidão no romantismo brasileiro*. São Paulo, Edufscar, 2010.

tempo dependendo das relações com o poder e do emprego público para se manter, manter-se como literato. A seguir, apresenta uma análise de *Meditação* como cerne do antiescravismo de Gonçalves Dias, em 1850.

Dentro desse quadro de referências, a escravidão aparece como um problema de contornos gerais sob o foco dos escritores oitocentistas, localizado em certo período da história brasileira. Meu empenho ao longo do capítulo é discernir embates históricos específicos nos quais mergulhavam autores e literatura, conforme as dinâmicas sociais mutáveis da escravidão em andamento, em particular, sob a tensão de debates políticos específicos que implicaram experiência e posicionamentos dos escritores por meio de suas estratégias estéticas. Contexto que estrutura a viabilidade de discernir uma conversa entre os autores, descobrindo em Gonçalves Dias uma relação profícua entre sua obra poética e *Meditação*. Entre Rio de Janeiro e Maranhão, destaca-se a questão do tráfico de escravos e um empenho em falar do tema, vazar informação, em vez de calar.

O Maranhão e a crítica ao contrabando de africanos

Durante os anos 1840 e 1860 o auge da economia escravista brasileira centrava-se no sudeste, na produção das *plantations* de café, em seu pico produtivo, caracterizadas pelo predomínio de grandes propriedades escravas nas mãos de poucos senhores²⁵³. Era o destino principal da maioria absoluta de escravizados recém chegados do tráfico atlântico até 1850, o que elevou a importância demográfica de africanos na região²⁵⁴. Presença negra em destaque, não só nas fazendas como nas cidades, na vida cotidiana do país, baralhando as formas sociais da hegemonia imperial de matriz branca europeia; multiplicando-se batuques e cantos de improviso, linguagens e palavras; encontros dentro de casa e no meio da rua, negros descalços, negros com sapatos, adereços de contas, panos e estampas da costa; técnicas e dizeres de cura, cantos de lavadeiras, braços e coxas nus; cochichos, aromas e comidas vendidas nas ruas por negros ao ganho²⁵⁵.

²⁵³ Robert W. Slenes, “Peasants into precarious masters: Hard Bargaining and Frequent Manumission in Brazilian Small Slave Holdings, c. 1750-1850”, Texto inédito; Stanley Stein, *Vassouras, um município brasileiro do café, 1850 – 1900*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.

²⁵⁴ Sobre isso, por exemplo, Robert W. Slenes, *Malungo, ngoma vem! África coberta e descoberta no Brasil*. Revista USP (12), 1992, pp. 48-67; Ricardo Figueiredo Pirola, *Senzala insurgente. Malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832)*. Campinas, Ed. da Unicamp, 2011.

²⁵⁵ Um mergulho em imagens e experiências sociais que fui adquirindo ao longo das pesquisas por meio de bibliografia variada sobre história social oitocentista, por exemplo: Sidney Chalhoub, *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, São Paulo, Companhia das letras,

Um quadro geral que implicava todo o Brasil, mas se acentuava, em termos demográficos, no sudeste, naquele momento. Ainda assim, a crítica mais incisiva ao cativo, centrada num esforço de imaginação sobre a condição escrava, se concentra na produção maranhense. Uma hipótese inicial para isso pode ter a ver com a contínua perda de importância econômica da escravidão nas províncias do norte/nordeste do país, à época, comparativamente, tornando mais fácil a emergência da crítica mais dura em lugares onde o impacto das investidas contra o cativo seria menor²⁵⁶. Faz sentido, mas não seria um único fator. Respeitando distâncias e particularidades, é possível que o mote antiescravista na literatura maranhense se ligasse tanto a questões internas e próprias quanto ao modo como se relacionava com os debates mais amplos na corte fluminense²⁵⁷.

Constatação mais ou menos geral na bibliografia sobre história da escravidão no Maranhão é a de que faltam pesquisas sistemáticas em muitas áreas²⁵⁸. Ainda assim, alguns entendimentos se estabelecem. A escravidão teve impacto importante na província até meados do século XIX, pelo menos. Segundo Matthias Röhring Assunção, o Maranhão foi a região com maior proporção de escravos no Brasil até os anos 1820²⁵⁹. Daniel Sousa Barroso e Luiz Carlos Laurindo Jr. destacam a importância do cativo na economia da macro-região Grão-Pará e Maranhão entre o final do século XVIII e

1990; Robert W. Slenes, *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil, sudeste, século XIX*. Campinas, Editora da Unicamp, 2011 [1999]; Silvia Hunold Lara & Gustavo Pacheco, *Memórias do jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein. Vassouras, 1949*. Rio de Janeiro, Folha seca; Campinas, CECULT, 2007; João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês, 1835*. São Paulo, Companhia das letras, 2003, e *Domingos Sodré, um sacerdote africano: Escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo, Companhia das letras, 2008; Gabriela Sampaio, *Juca Rosa, um pai de santo na corte imperial*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2009; Flávio dos Santos Gomes, *Histórias de Quilombolas. Mocambos e comunidades de senzala no Rio de Janeiro imperial, século XIX*. São Paulo, Companhia das letras, 2006; Regina C. Lima, Xavier, *Religiosidade e escravidão, século XIX: mestre Tito*. Porto alegre, Editora da UFGGS, 2008.

²⁵⁶ Hugh Honour, por exemplo, comenta a diferença entre os abolicionismos ingleses e franceses e nos Estados Unidos; neste último caso, a escravidão sendo um problema logo do lado de fora da porta, ao passo que os críticos europeus tinham o Atlântico a separá-los do impacto cotidiano, econômico etc., do cativo. Cf. *The Image of Black in the Western Art*. Vol IV, From the american revolution to world war I. Cambridge, Massachusetts, and London, England. Harvard University press, 1989, pp. 155-156.

²⁵⁷ Acredito que o aprofundamento das pesquisas nesse sentido deve mostrar uma relação mais intensa de trocas nas discussões literárias – sempre também políticas e sociais naquela época – nas diferentes províncias do país; os autores centrados na corte atentos ao que havia no interior; muitos vinham de lá, quando não passavam pela faculdade de direito em Recife.

²⁵⁸ Conferir o que dizem, por exemplo, Matthias Röhring Assunção, *De caboclos a bem-te-vis. Formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão, 1800-1850*. São Paulo, Annablume, 2015; Daniel B. Domingues da Silva, “The Atlantic Slave Trade do Maranhão, 1680-1846: Volume, Routes and Organizations”. *Slavery and Abolition*. Vol. 29, No 4, December 2008, pp. 477-501. Eu mesma esbarrei o tempo todo em limitações na bibliografia sobre os mais variados assuntos.

²⁵⁹ Cf. Assunção, *De caboclos a bem-te-vis...* op. cit., p. 16; Matthias Röhring Assunção, “A memória do tempo de cativo no Maranhão”. *Tempo*, n. 29.

primeiras décadas do século XIX, cultivando e exportando cacau, dentre outros²⁶⁰. O aumento da produção de arroz e algodão em 1755, com demanda mais intensa de mão de obra, sob a administração da Companhia Geral do Grão-Pará de Maranhão (CGGPM), é o que teria feito a região adentrar a economia internacional do tráfico de escravos, segundo Daniel B. Domingues da Silva²⁶¹.

Interessante observar os dados que esse autor traz acerca do volume do tráfico de africanos para o Maranhão. Passando por fases distintas, iniciando em 1680, o último registro de desembarque se dá no ano de 1846, portanto, dentro do momento crítico de debates parlamentares pelo fim do comércio atlântico de escravos no Brasil. Enquanto o total de africanos desembarcados na região durante todo o período é de 100. 525, a chegada da maior parte absoluta de escravizados, 87.521 pessoas, concentra-se no período curto 1778-1846. Na falta de pesquisa sobre o tema, fica sugerida uma experiência histórica de enorme impacto social ligado à presença dos cativos²⁶².

O comércio ilegal de africanos. Em geral, quando se fala do problema tem-se em vista o período entre 1831 e 1850, datas das duas leis antitráfico brasileiras, entremeadas pelo período de pressão diplomática inglesa sobre o país. Pelo alto volume e concentração de africanos nas fazendas do vale do Paraíba fluminense, vem à cabeça a região sudeste do país. A lei de 7 de novembro de 1831, por certo tempo considerada como “lei para inglês ver”, tem sido foco de pesquisas que reavaliam o movimento das forças políticas em seu entorno ao longo do tempo, assim como do impacto social e institucional – incluindo costumes – do desrespeito às suas prescrições, até 1850 e depois, na formação do país e nos principais debates sobre a escravidão. Longe de artifício para enganar os ingleses em cruzada atlântica contra o tráfico, as pesquisas mostram que havia interesse, esforço político e até estratégias para poder reprimir o tráfico de africanos nos anos 1830, interrompidos pela ascensão de uma força parlamentar ligada aos interesses cafeeiros em expansão, em demanda de africanos²⁶³. Centradas nos debates na corte ou numa documentação sobre a escravidão

²⁶⁰ Daniel Souza Barroso e Luiz Carlos Laurindo Jr., “À margem da segunda escravidão? A dinâmica da escravidão no vale amazônico nos quadros da economia-mundo capitalista”. *Revista Tempo*, vol. 23, n. 3, Set./Dez. 2017, pp. 573-588.

²⁶¹ Daniel B. Domingues da Silva, *The Atlantic...* op. cit., p. 481.

²⁶² Idem, pp. 484-485.

²⁶³ Cf. Tâmis Parron, *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2011; Alain El Youssef, *Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*. São Paulo, Intermeios, 2016; Beatriz Mamigonian, *Africanos livres. A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo, Companhia das letras, 2017; Sidney Chalhoub, *A força da escravidão. Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo, Companhia das letras, 2012.

principalmente ligada ao Rio de Janeiro, essas pesquisas reafirmam o quadro de referência no sudeste, de fato, fundamental às questões políticas inerentes ao processo histórico em foco.

Porém o problema da compra ilegal de africanos no Brasil se estende desde 1810, quando dom João VI, morando no Rio de Janeiro, assina o tratado de amizade com a Inglaterra. Entre 1815, 1817 e 1826 novos acordos e convenções são firmados, o último deles, já o país independente, estipulando março de 1830 como prazo para o fim do tráfico, a partir de então tornando-se pirataria. E depois disso vem 7 de novembro de 1831. Desde 1815, o tráfico de escravos acima da linha do equador estava abolido. Dentro desse contexto mais amplo, o Maranhão, junto a outras províncias do norte/nordeste do Brasil tem seu papel no comércio ilegal de africanos. Beatriz Mamigonian observa que no Maranhão, “o comércio de escravos com a Guiné se fazia normalmente”, ignorando-se os tratados. A “importação de dezenas de milhares de africanos desde a proibição do comércio ao norte do equador demonstrava que comerciantes e compradores de escravos haviam se adaptado à ilegalidade”, assim como as autoridades encarregadas pela repressão “haviam formulado um protocolo de convivência com o tráfico”²⁶⁴.

Em 1826, por exemplo, a chegada da escuna *Carolina* se torna alvo de uma devassa por insistência de um representante britânico no local. Resultando na emancipação de 110 africanos, a carga tinha um consignatário no Maranhão preparado para vendê-la. Segundo Mamigonian, o cônsul britânico obteve documentação que continha relação oficial de onze embarcações vindas dos portos de Bissau, Cachéu e Santiago entre 1818 e 1823: desembarcavam escravos declarados domésticos para serem posteriormente vendidos; 1.024 (mil e vinte quatro) desses africanos pertenciam a um mesmo homem, João Pereira Barreto. Sua proximidade com governantes locais é o que garantia a autorização da entrada de navios suspeitos nos portos maranhenses, conferindo verniz de legalidade à propriedade adquirida por contrabando²⁶⁵.

No geral, considerando o período de ilegalidade como um todo, Daniel B. Domingues da Silva acredita que o volume do contrabando para o Maranhão não tenha sido expressivo, já que a província se situava em meio a outras mais ricas, por exemplo, quando a produção de açúcar chamava mais a atenção²⁶⁶. De fato, o lugar que o

²⁶⁴ Cf. Mamigonian, *Africanos livres...* op. cit., p. 63.

²⁶⁵ Idem, ibidem, pp. 63-64.

²⁶⁶ Daniel B. Domingues da Silva, “*The Atlantic*”... op. cit., p. 482.

Maranhão ocupou nos anos da expansão cafeeira foi o de exportador de mão de obra escrava, por dentro da malha crescente do tráfico interprovincial, enviando mão de obra para Rio de Janeiro e São Paulo²⁶⁷. De qualquer modo, até aqui se pode situar um ambiente no qual, do ponto de vista da própria condição local, o tema do contrabando de africanos existia como experiência, memória e problema para políticos e escritores maranhenses. Por exemplo, percepções de que a questão da ilegalidade começava cedo, podendo implicar as províncias do norte do país apareceu nos debates dos anos 1830. Já durante a discussão do projeto antitráfico de 1831 houve quem levantasse a necessidade de punir os casos de escravização ilegal até ali. Tendo em vista o acordo de 1826, ecoando ideias compartilhadas por outros parlamentares, o visconde de Alcântara diz que “o tratado libertou estes homens, que entraram no nosso solo, e a violência de quem abusivamente os conservou e os vendeu, não pode fazer caducar seus imprescritíveis direitos”²⁶⁸. Na contramão, ventilando ideias de uma maioria de senadores que rejeitava inscrever tal prescrição na lei, o marquês de Barbacena afirmou a necessidade de equilibrar “os sentimentos filantrópicos” com “o sentimento dos males, que devem cair sobre todo o Brasil”, caso aparecessem “de chofre milhares de pretos forros sem ofício” – “principalmente nas províncias do Norte”, ele disse²⁶⁹.

Meditação, de Gonçalves Dias

Em agosto de 1850, enquanto, em sessões secretas, o parlamento discutia forma de reprimir o tráfico de escravos após anos de violação à lei de 1831, o *Publicador Maranhense* noticia as investidas inglesas contra navios suspeitos na costa brasileira no mês anterior. Transcrevendo informação do *Correio Mercantil*, da corte, descreve o périplo do vapor de guerra *Cormorant* ao longo do litoral da província do Rio de Janeiro. Primeiro identifica presas, seguindo pistas por lugares onde encontrar a gente ligada ao tráfico: “o vapor viu alguns navios, que igualmente lhe pareceram suspeitos, fundeados em frente à ilha Cotinga, que é habitada unicamente por pescadores e agentes

²⁶⁷ Idem, ibidem, p. 483; Barroso e Laurindo Jr., “À margem da segunda escravidão?...” op. cit., pp. 583-588. Para um mergulho nas lógicas internas do tráfico interprovincial, cf. Joice Oliveira, “Atando e desatando nós: negociantes e cativos no comércio interno de escravizados, 1850-1888”. Campinas, Universidade Estadual de Campinas. Tese de doutorado, 2019.

²⁶⁸ Apud Mamigonian, *Africanos livres*, op. cit., p. 77.

²⁶⁹ Apud Mamigonian, *Africanos livres*, op. cit., p. 78.

do tráfico”²⁷⁰. A notícia conta que, além de revistar, debaixo de tiro, o vapor inglês reboca e incendeia as embarcações ligadas ao comércio ilegal de africanos.

Sem dúvida ciente das discussões que circulavam em sua província de origem – mantinha correspondência com os locais –, em 1850 o poeta Gonçalves Dias já vivia na corte. Após uma temporada no Maranhão, entre Caxias e São Luís, em 1845-1846, embarcara para o Rio de Janeiro em busca de melhores oportunidades literárias, além de emprego. Durante toda a década de 1840 o problema do tráfico ilegal de africanos fora pedra no sapato de parlamentares e administradores do império, assunto vazado na imprensa com maior ou menor alarde. Pelo menos desde 1848 a temperatura das discussões na corte andava alta. Na câmara dos deputados tentavam passar nova lei de repressão ao tráfico, entre bate-bocas e pedidos de sessão secreta – sem audiência nem registro público –, pois, afinal, o que fazer com a vigência da lei de 7 de novembro de 1831²⁷¹. O *Correio Mercantil* passou a publicar papéis do parlamento inglês com depoimentos sobre a situação do tráfico no Brasil. O jornal *O philantropo* inicia uma campanha contra a escravidão, de tempos em tempos tocando sirene contra o tráfico “escandaloso”: que acontecia “com graves ultrajes das leis do império”, “[na cara] das autoridades, da liberdade dos Africanos”²⁷². Beatriz Mamigonian descobriu que por trás desses jornais havia um grupo secreto de agentes brasileiros contra o tráfico em diálogo com autoridades inglesas e recebendo financiamento²⁷³. Mesmo sem ligações com esse grupo – não há evidências –, Gonçalves dias andava por ali; durante o período 1848-1850 atuou como jornalista cobrindo os debates parlamentares: o senado para o *Jornal do Commercio*, a câmara para o *Correio Mercantil*²⁷⁴.

No começo de 1850, junto a Joaquim Manuel de Macedo e Araújo Porto-Alegre, o poeta encetou a publicação de uma nova revista literária, a *Guanabara*, onde publicou o texto *Meditação*, abordando, dentre outros, o problema da escravidão no país. Foi distribuído em três capítulos separados entre fevereiro, março e abril daquele ano. Pouco depois, Gonçalves Dias deixa a revista. Para Wilton Marques, cujo trabalho inicia um esforço em perceber o poeta para além do indianismo, sua saída do corpo editorial da *Guanabara* esteve ligada a divergências em torno da publicação de

²⁷⁰ *Publicador Maranhense*, MA, 8 de agosto de 1850.

²⁷¹ Sobre isso, cf. Chalhoub, *A força da escravidão...* op. cit., caps. 3-5.

²⁷² *O philantropo*, RJ, 6 de abril de 1849, p. 3, “contrabando da escravatura”. No começo da pesquisa cogitei estudar o assunto no jornal, de onde vem essa leitura inicial. Para leitura mais aprofundada do jornal, cf. Kaori Kodama, “Os debates pelo fim do tráfico no periódico *O philantropo* (1849-1852) e a formação do povo: doenças, raça e escravidão”. *Revista Brasileira de História*. N. 28 (2008), pp. 407-430.

²⁷³ Mamigonian, *Africanos livres...*, op. cit., cap. 6.

²⁷⁴ Cf. Marques, *Gonçalves Dias...* op. cit., pp. 45-48.

Meditação, que teve passagens do terceiro capítulo censuradas. A publicação desse texto teria se oferecido ao poeta como um tipo de margem de manobra na qual ensaiava sua independência intelectual – fazer crítica política, e sobre a escravidão – ao mesmo tempo em que dependia de relações de favor e do emprego público para se manter²⁷⁵. De acordo com o crítico, concentrando a análise sobre o cativo no primeiro capítulo de *Meditação*, o foco dos trechos censurados seria uma denúncia de conchavos políticos, às vezes noturnos, no palácio imperial²⁷⁶.

Meditação é um texto riquíssimo de reflexão crítica sobre elementos centrais na construção do Brasil das primeiras décadas da independência, porém desafia a interpretação pela forma e por seu caráter inacabado. Apresenta estilo de escrito profético, marcado por tópicos e figuras da narrativa bíblica. Um diálogo entre duas personagens, o velho e o jovem, se desenvolve como desdobramento de visões sobre passado, presente e futuro, arrematando advertências e exortações. São camadas de intertextualidade, símbolos e significados possíveis. Wilton Marques destaca as influências do padre francês Félicité de Lamennais e do literato português Alexandre Herculano. Ambos, cada qual a seu modo e em seu contexto, se destacavam por uma defesa da regeneração social por meio do poder espiritual com foco na condição dos oprimidos e na necessidade de educar o povo; construíam narradores de estilo grandiloquente e vozes messiânicas²⁷⁷.

Analisando o texto conforme os capítulos separados, Marques distingue um foco particular para cada um deles. No primeiro, há o problema da escravidão. Para o autor, seria uma análise mais econômica que humanitária, sem diálogo com a obra poética de Gonçalves Dias, considerada inexpressiva do ponto de vista da crítica ao cativo. Marques percebe um entendimento de inspiração liberal, impressionado com a presença massiva de africanos no Brasil, indignado com as práticas degradantes do cativo, porém depreciativa dos escravizados, percepções compartilhadas, à época, nas publicações de memórias sobre a escravidão²⁷⁸. Uma advertência sobre perigos de insurreição seria uma sombra do medo da revolta escrava que levou o Haiti à independência²⁷⁹. Compartilhando do consenso bibliográfico sobre o pouco empenho dos escritores brasileiros oitocentistas em retratar a escravidão, Wilton Marques enfatiza

²⁷⁵ Idem, ibidem, pp. 96-97.

²⁷⁶ Idem, ibidem, pp. 240-241.

²⁷⁷ Idem, ibidem, pp. 111-117.

²⁷⁸ Idem, ibidem, pp. 173-175.

²⁷⁹ Idem, ibidem, pp. 178-179.

o esforço de Gonçalves Dias em pelo menos “tocar na ferida”²⁸⁰. Nos capítulos dois e três de *Meditação*, o crítico destaca uma reflexão sobre o Brasil, ligada à agenda romântica na busca por definições de nacionalidade. Percebe ênfase na necessidade de alterar as estruturas sociais do país; crítica à forma da colonização portuguesa pela introdução da escravidão, a perseguição indígena, dentre outros²⁸¹.

Mesmo ciente da atuação de Gonçalves Dias na cobertura dos debates parlamentares entre 1848-1850, Wilton Marques não levanta relações entre a crítica antiescravista de *Meditação* e os debates brasileiros em torno do tráfico de escravos. Por um lado, pode ter a ver com o fato de que Gonçalves Dias escrevia o texto anos antes, durante 1845-1846. Esse é um ponto. Porém, não teria acontecido nenhuma reescrita, qualquer ajuste, durante a estada do poeta no Rio de Janeiro? De todo modo, outra questão é que o problema do contrabando de escravos, bem como os debates em torno dele ao longo de toda a década de 1840, não está no foco da análise de Marques, exceto por breve menção ao assunto. Por outro lado, acredito que, mesmo tendo sido escrita antes de 1848, existe uma forte relação entre *Meditação* e o problema do contrabando de africanos no Brasil. Desafiando vetos de silêncio, tornando-se eloquente por meio de figuras, empregando palavras precisas, Gonçalves Dias produziu um entendimento político do país como algo desvirtuado pelas opções políticas que protegiam a escravidão.

Sem esgotar as possibilidades interpretativas em *Meditação*, é possível ler conjuntamente os três capítulos como uma reflexão sobre os impasses da formação do país em debates acumulados desde 1822 chegando num ponto de inflexão nos anos 1840. A escravidão perpassa os temas de todos os capítulos como elemento incontornável das relações sociais e políticas em jogo²⁸². Ao longo do texto, no confronto entre o velho e o jovem, apresenta-se um conflito de interpretações políticas sobre o país, partindo do ancião a capacidade de produzir visões: “Então o velho estendendo a mão descarnada e macilenta tocou as minhas pálpebras [...] E diante dos

²⁸⁰ Idem, ibidem, p. 185.

²⁸¹ Idem, ibidem, pp. 191-198; 218-229.

²⁸² Para interpretações entre literatura e história da escravidão, nesse sentido, que influenciam o modo como interpreto as obras dos literatos em foco: Sidney Chalhoub e Leonardo Affonso de Miranda Pereira (org.), *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; Sidney Chalhoub *Machado de Assis, historiador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003, e *A força da escravidão...* op. cit., cap. 10; Ana Flávia Cernic Ramos, *As máscaras de Lélío. Política a humor nas crônicas de Machado de Assis (1883-1886)*. Campinas, Editora da Unicamp, 2016.

meus olhos se estendeu uma corrente de luz”²⁸³. O jovem vê diante de si um lugar de território extenso, vegetação rica, povoado por tipos humanos variados: “milhares de homens de fisionomias discordes, de cor vária e de caracteres diferentes”. Alusão à marca exótica do Brasil oitocentista do ponto de vista de viajantes e naturalistas: população étnica variada, disposta à miscigenação. Hierarquias sociais, cor e escravidão descrevem os contornos da sociedade em foco:

E esses homens formam círculos concêntricos, como os que forma a pedra caindo no meio das águas plácidas de um lago.

E os que formam os círculos externos têm maneiras submissas e respeitosas, e são de cor preta; – os outros, que são como um punhado de homens, formando o centro de todos os círculos, têm maneiras senhoris e arrogantes, e são de cor branca.

E os homens de cor preta têm as mãos presas em longas correntes de ferro, cujos anéis vão de uns a outros, eternos, como a maldição que passa de pais a filhos.

O velho pede ao jovem que olhe em volta. Ele vê cidades, vilas e aldeias fervilhando de gente correndo em “direções diversas e com rapidez diferente, como carentes de juízo”. Ruas tortuosas, estreitas, mal calçadas; casas baixas e feias, “templos sem dignidade e sem religião”; por toda parte, escravos:

E nessas cidades, vilas e aldeias; nos seus cais, praças chafarizes – vi somente – escravos!

E à porta do interior dessas casas mal construídas, e nesses palácios sem elegância – escravos!

E no adro ou debaixo das naves dos templos, de costas para as imagens sagradas, sem temor como sem respeito – escravos!²⁸⁴

A percepção sobre o lugar, uma figura do Brasil, é negativa. Sugere uma falta de projeto claro que dirigisse o rumo do país, o progresso, como se diria então. Por um lado, a multidão de escravos disseminada por todos os aspectos da vida social parece trazer imagem inespecífica do problema, consequência geral de séculos de expansão do cativeiro pelo território no período colonial. Ao mesmo tempo, no clima da percepção aguda sobre a contínua entrada de africanos no Brasil por contrabando, a presença deles por todos os lados, a constante tensão diplomática desde os anos 1830, é difícil que o texto não falasse do crescimento populacional escravo irrefreável em andamento. Com certeza faria pensar nisso; principalmente quando diz que o lugar começava a se parecer com África: “o estrangeiro que chega a algum porto do vasto império” consulta seus

²⁸³ É possível encontrar os três capítulos da *Meditação* em *Guanabara*. *Revista mensal, estatística, científica e literária*. Tomo I, Rio de Janeiro, 1850. Coleção da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Todas as citações nessa página referem-se à: *Meditação*, cap. 1, pp. 102-103.

²⁸⁴ Cf. *Meditação*, cap. 1, pp. 103-104.

instrumentos de navegação “porque julga que um vento inimigo o levou às costas d’África”²⁸⁵. A perspectiva do velho é pessimista diante do apego à escravidão, entendida como cerne das limitações ao desenvolvimento do país. Todos os problemas mencionados ligavam-se ao contexto. Tudo era pequeno, estreito, mal feito “porque o belo e o grande é filho do pensamento, e o pensamento do belo e do grande é incompatível com o sentir do escravo”²⁸⁶.

Na percepção negativa sobre a figura do escravizado, sobre o contato com a África em geral, o texto aponta realmente para uma aproximação com um entendimento liberal sobre a escravidão no país – por sua vez, em diálogo com o abolicionismo inglês e outras vogas europeias nem sempre favoráveis a africanos e descendentes. O escravo seria negligente e inerte, seu trabalho mal feito, porque não poderia usufruir de seus frutos – “sua obra não será a recompensa do seu trabalho” – etc. Eixo semelhante de pensamento fora disseminado nos anos 1830 e 1840 por antiescravistas como Evaristo da Veiga e Salles Torres Homem na imprensa fluminense. Ao mesmo tempo, *Meditação* se destaca por uma formulação crítica própria sobre as escolhas políticas do país desde a Independência, discernindo problemas que, observados de perto, tinham a ver com a permanência do cativo em suas relações com o desmoronamento do curto período de repressão ao tráfico de africanos e as consequências daí advindas.

É preciso recolher devagar as peças do quebra-cabeça, encontrando a reflexão histórica e social no diálogo entre o velho e o jovem, em *Meditação*, por dentro da orientação cristã que utilizavam para explicar as contingências humanas. Em paralelo à percepção depreciativa dos escravizados, o texto sustenta um princípio de irmandade essencial entre humanos qualquer que fosse a origem: “os homens são feitos do mesmo barro, sujeitos às mesmas dores e às mesmas necessidades”²⁸⁷. Princípio que se desdobra em momentos nos quais, longe de teorias, as visões do profeta enfocam experiências escravas. Uma delas:

E eu falava assim quando um mancebo, imberbe, saindo dentre os homens de cor branca, açoitou as faces de outro de cor preta com o reverso da sua mão esquerda.
E o ofendido, velho curvado sob o peso dos anos, cruzou os braços, musculosos apesar da velhice, e deixou pender a cabeça sobre o peito.
E após um instante de silêncio profundo, arrojou-se aos pés de um ancião de cor branca, clamando justiça com a voz abafada²⁸⁸.

²⁸⁵ Idem, cap. 1, p. 104.

²⁸⁶ Idem.

²⁸⁷ Idem.

²⁸⁸ Idem, cap. 1, p. 103.

Alguém fulminado de raiva entra em cena, de repente, e lança por terra o injuriado que pedia justiça. O ancião branco fica desalentado e suspira. O narrador tenta explicar esse comportamento: “longe do bulício do mundo”, ele havia meditado por muitos anos; teria entendido a injustiça da escravidão. Mas por algum motivo não é capaz de intervir. Talvez pela magnitude do peso das correntes do cativeiro vigente:

E os elos da corrente que manietava os homens de cor preta soltaram um som áspero e discorde, como o rugido de uma pantera.

E eu vi que esses homens tentavam desligar-se das suas cadeias, e que dos pulsos arrochados lhes corria sangue sobre as algemas pesadas.

E vi que o ferro resistia às suas tentativas; mas também vi que a sua raiva era frenética, e que o sangue que lhes manava das feridas cerceava o ferro, como o enxofre incendiado²⁸⁹.

A visão previa um futuro sombrio. Ao quadro das ruas tortuosas e malfeitos do povo sem direção se somava o perigo de uma revolta escrava avassaladora. A imagem acima inicia o presságio enfatizando a teima em se soltar, fazendo barulho, sangrando, ainda que as algemas fossem pesadas. Enquanto o jovem fica absorvido no que vê, o velho assume voz de profeta e tece censuras a uma figura coletiva que representava o Brasil. Em diálogo com teorias da história segundo as quais haveria uma linha progressiva ideal a ser percorrida para a formação das nações, considerava que, embora jovem, o país queimava etapas e já nascia com defeitos: “Um dia apareceste sobre a terra com todos os vícios de uma nação decadente, como se houvesse vivido longos anos”. “E como a juventude”, continua, “orgulhosos e fátuos, julgais que todos vos obedecem quando a todos vos sujeitais”. Na história de antigos povos reconhecidos pela tradição ocidental – Helenos, Romanos, Bretões –, antes de se tornarem grandes, todos teriam se construído passo por passo, da idade da força à idade da razão, das armas à inteligência, “para depois adormecerem sobre o fruto dos seus trabalhos”. O que seria do Brasil, considerando-se os feitos das gerações que passavam, se lhe pedissem o registro “d[os] vossos anais para que [se] soubesse que passo andastes no caminho do progresso, e que bem fizestes à humanidade!”. Para o velho, o país parecia uma anomalia social, nascido adulto “com os vícios e fraquezas [...] e com o ceticismo do homem pervertido”²⁹⁰.

²⁸⁹ Idem.

²⁹⁰ As citações nesse parágrafo referem-se à *Meditação*, cap. 1, p. 106.

Segue-se o lance final do primeiro capítulo de *Meditação*. Enquanto o velho fala, o jovem vai ficando atordoado com uma coisa que começa a ver até que perde os sentidos e desmaia. “[M]eus olhos seguiam um objeto – horrível como o talvez de um grande infortúnio”:

Os homens que sofriam reuniram-se como um só homem, e soltaram um grito – horrísono, como seria o desabar dos mundos.
E pareceu-me que eles se transformavam em unidade como um colosso enorme e válido, cuja fronte se perdia nas nuvens, e cujos pés se aterravam em uma sepultura imensa e profunda como um abismo.
E o colosso tinha as feições horrivelmente contraídas pela raiva, e com os braços erguidos tentava descarregar às mãos ambas um golpe que seria de extermínio.
E a vítima era um povo inteiro; era os filhos de uma numerosa família levados ao sacrifício por seus pais, como Abraão levou Isaac, seu filho²⁹¹.

Segundo a visão, assim como no mito bíblico referido, as vítimas do sacrifício tinham trazido os elementos para o próprio martírio: cortaram “a lenha para a sua fogueira e adormeceram sobre ela, sonhando um festim suntuoso”, acordando com “as espadas sobre as suas cabeças”²⁹², num despertar terrível.

Em diálogo com aspectos da cultura e das guerras europeias, Gonçalves Dias parece aludir a Goya cujas pinturas sobre a invasão francesa à Espanha em 1807 ficaram famosas pela demonstração da violência. Em particular, a imagem do colosso transposta para o ambiente brasileiro parece oferecer diálogo com questões em torno do monstro de mesmo nome pintado por Goya sobre a guerra com o qual o poeta parece ter tido contato durante o período em Coimbra ou numa curta passagem pela Espanha em 1845²⁹³. Somando-se às passagens anteriores de crítica à escravidão conforme argumentos liberais, na *Meditação*, o trecho citado abre caminho para uma reflexão mais estreita sobre o contexto brasileiro – que se desdobra nos capítulos dois e três do texto de Gonçalves Dias. É significativa a imagem do povo ao mesmo tempo vítima e agente construtor da cena do seu desastre. Surgem paralelismos com prognósticos

²⁹¹ *Meditação*, cap. 1, p. 107.

²⁹² *Idem*.

²⁹³ Robert Slenes me abriu os olhos para essa referência, que é muito interessante e plausível. Para uma imagem da pintura de Goya: <https://www.museodelprado.es/coleccion/obra-de-arte/el-coloso/2a678f69-fbdd-409c-8959-5c873f8feb82?searchMeta=el%20colos> (acesso 05/07/2019). Antonio Henriques Leal menciona a passagem de Gonçalves Dias pelo norte da Espanha, logo antes de voltar para o Brasil, num período em que viajava ao norte de Portugal. Segundo o biógrafo, o poeta escreveu parte das obras que a seguir publicou no Brasil. Ainda busco aprofundar esse contato possível entre Gonçalves Dias e a obra do pintor espanhol; as informações de Leal são fragmentárias. Cf. o livro de Leal, *Pantheon maranhense*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1874. Tomo III, pp. 42-43.

negativos sobre as consequências da continuação ilegal do comércio de africanos no Brasil.

Segundo Beatriz Mamigonian, havia no começo dos anos 1830, por parte da classe senhorial, incluindo administradores do império – não apenas fazendeiros –, um incômodo com a instabilidade da propriedade escrava adquirida por contrabando²⁹⁴. Enquanto ainda havia interesse em fazer cumprir a lei antitráfico de 1831, enquanto ainda se reconhecia o dispositivo como legítimo, haveria sempre uma sombra de revolta, conforme os africanos tomassem consciência da sua condição e dos seus direitos. Em 1833, o secretário do Ministério da Justiça, Aureliano Coutinho, apontava o cativo ilegal como ameaça à ordem vigente:

além de cometerem um crime com semelhante tráfico, promovem e cavam um abismo futuro para si, e suas famílias, pois que tais africanos, quando ladinos e conhecedores de que são livres, não deixarão de esforçar-se para subtraírem-se ao cativo condenado hoje pelas leis [...] ²⁹⁵

Em tal caso, acrescentou, nem as leis nem o governo poderiam garantir aos possuidores dos escravizados a sua posse, tampouco livrá-los “das penas em que se acharem incursos”, podendo-se imaginar “as consequências funestas que podem surgir-se da continuação de tal abuso”²⁹⁶. Assim, o colosso ia ganhando forma na imaginação assombrada pelos crimes de escravização ilegal.

Os capítulos restantes de *Meditação* trazem mais subsídios para a interpretação dos problemas brasileiros ligados à permanência da escravidão no país. Inconformado com os prognósticos do velho, o jovem repele o pessimismo de sua visão – “as tuas palavras são como vinagre que se misturou com o fel”²⁹⁷ –, contrapondo com elogios às potencialidades da nação: “Observastes atentamente a multidão dos seus vícios, e não atentastes na força da sua vitalidade”²⁹⁸. Aludindo a “uma infinidade de mancebos” que se erguiam, “bons de vontade”, em busca do progresso, o jovem talvez se referisse ao conjunto de bacharéis em torno das revistas literárias, da imprensa política, das faculdades de direito, do IHGB (Instituto histórico e geográfico do Brasil), que, com maior ou menor proximidade a d. Pedro II, tentavam emplacar projetos em prol de

²⁹⁴ Mamigonian, *Africanos livres...* op. cit., pp. 109-110.

²⁹⁵ Apud Mamigonian, *Africanos livres...* op. cit., p. 110.

²⁹⁶ Idem.

²⁹⁷ *Meditação*, cap. 2, p. 126.

²⁹⁸ Idem.

conhecimento, crítica e aperfeiçoamento do Brasil²⁹⁹. Seu contraponto, entretanto, falha, pois não consegue ultrapassar a dimensão dos elogios: “Eles marcham rápido como a corrente da catadupa, como a flecha certa, como a bala invisível”; “ai do que ousar antepôr-se-lhes!”. Não chega a propor soluções ou projetos por meio da observação de cenas ou contextos específicos, como faz o velho, que questiona: “Por ventura basta sobrepor um dia a outro, um ano a outro, e um século a outro, para avançarmos em civilização?”³⁰⁰.

Representando a voz da razão, da ciência fruto da meditação, o contraponto do ancião retorna. Seu conjunto de referências explícitas e alusões cifradas tece reflexão sobre as escolhas políticas feitas no Brasil, permitindo um diálogo com o contexto da escravidão. Formação do povo era premissa básica. De modo geral ligado ao receituário romântico que vinha da Europa, enfatiza-se a necessidade de estruturar a imaginação intelectual da sociedade com base em conhecimentos como matemática, mecânica, geografia, astronomia³⁰¹, temas que de fato povoavam as revistas românticas dos anos 1830 e 1840 no Brasil, de norte a sul. Falava-se em dar ao povo “ideias do útil e do justo”, até que caminhasse sozinho rumo ao progresso; instruí-lo até que fosse livre. Distanciando-se das correntes laicas do Iluminismo, enfatizava “Deus” como base da instrução, “princípio da moral e da justiça”, eixo coerente com a estrutura de raciocínio da *Meditação*. Assim, o texto de Gonçalves Dias, a própria construção da crítica social, se faz alternando entre a explanação de princípios gerais filosófico-religiosos e a menção a contingências históricas específicas, quando acredito que alude a debates pontuais desde os anos 1820.

Numa passagem difícil de interpretar, destaca-se o problema do “orgulho”:

Mas vós disseste no vosso orgulho: o povo manda, o povo é soberano e eu governo o povo. Porque eu lhe infundo respeito, e ele anima as minhas palavras [...].
Porque eu o intimido com a minha presença, e ele se curva diante de mim, como um tigre diante do homem que o soube domar.
Porque eu não censuro os seus vícios, nem repreendo as suas maldades; mas projeto vícios e maldade, que me prejudicam, e domino por via da lisonja.³⁰²

²⁹⁹ Sobre os bacharéis, cf. José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem, Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2012, parte I, cap. 3; Sobre projetos com o IHGB, cf. Bernardo Ricupero, *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo, Martins Fontes, 2004; Lilia Schwarcz, *As barbas do imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

³⁰⁰ *Meditação*, cap. 2, p. 128.

³⁰¹ Idem, p. 129.

³⁰² Idem, p. 130.

A partir do que vem depois, é possível pensar que o trecho acima esteja tratando de elementos ligados à elaboração da Constituição brasileira de 1824, que misturava princípios laicos de inspiração democrática – d. Pedro I imperador por “unânime aclamação dos povos” – com religiosos, de caráter divino – d. Pedro I, imperador “por graça de Deus”. O profeta desconfia de projetos que dispensem a orientação divina, daí apontar orgulho nos princípios da soberania do povo e conferida por ele. Seria um pilar constitucional bambo. A seguir, põe a nu a armadilha do projeto do imperador que, não realizando os princípios do profeta para a formação do povo – pois mantinha “vícios” e “maldades” em vez de corrigi-los –, sustentava-se em vaidades pessoais do governante: “infundo respeito”, “intimido com minha presença”. O raciocínio do profeta sugere que, em breve, as reivindicações do povo colocariam a estrutura em perigo, ainda mais porque havia promessas de igualdade no ar:

E o povo disse: Se eles nos lisonjeiam, é que somos os mais fortes; e se sofremos, por que não faremos sofrer também?

Não nos disseram eles: O homem é livre? E o que é ser o homem livre senão fazer aquilo que lhe aprouver [...]?

Não nos disseram eles: Todos somos iguais, todos somos irmãos? – E o que é sermos iguais se não formos aferidos todos pela mesma medida? O que é sermos todos irmãos se não é devermos ter uma igual porção de bens, como se partilha a herança de um pai de família pelos filhos que lhe sobrevivem.

Parece-me que, no conjunto da reflexão do profeta, o problema seria menos o povo adquirir certa noção de liberdade do que a falta de preparação para isso. Ele, em parte, parece desconfiar da ideia de igualdade, em parte, parece temer que o problema seria menos a igualdade do que prometer determinadas coisas sem distribuir conforme sugerido; porque as censuras feitas pelo profeta inclinam-se mais à crítica dos poderes e dos governantes do que dos subordinados, já que existe uma preocupação em afirmar que as desgraças no horizonte são consequências dos atos do poder:

E os que os julgavam dominar por todo o tempo da sua vida, serão os primeiros ludibriados, escarnecidos e martirizados, porque eles [o povo] se lembrarão que obedeceram passivamente, e ser-lhes-á grato saborear a vingança do escravo feito senhor.

O povo com instinto de fera, continua, achará doce a vingança e a crueldade³⁰³.

³⁰³ Idem, p. 131.

Mas, afinal, o que fundamentava um cenário tão sombrio? Segundo o profeta, havia fundamentalmente uma “cisma” entre o povo. Aliás, tal coisa fora obra dos poderes instituídos, bem como da forma como resolviam as questões:

Vós introduzistes uma cisma entre o povo, iludindo-o com palavras dobradas, entusiasmando-o com lábios dolosos.
Deste-lhes esperanças de uma néscia utopia, assegurando-lhe direitos impossíveis de se realizarem.
Nas trevas e em silêncio preparastes um veneno sutilíssimo com uma máscara de vidro no rosto.
Nas trevas e em silêncio aguçastes o punhal da discórdia, e dissestes: nós o embotaremos quando nos aprouver!³⁰⁴

O desenrolar da análise crítica em *Meditação* não é linear. Alguns dos sentidos apresentados no começo do texto, entrecortados ou sugeridos, só ficam mais claros depois. O trecho acima fala de promessas mentidas, de esperanças que mais pareciam utopias, destacando-se uma aura de engano e segredo em torno das decisões tomadas pelo poder. Acredito que o cerne do problema em questão toca expectativas e conflitos em torno das condições que garantiriam o status de cidadania para a população do Império, e que se trata de considerar a questão à luz da manutenção da escravidão de africanos e afrodescendentes, decidindo-se o futuro do problema a portas fechadas nas altas esferas do governo. O trecho que encerra a *Meditação*, no capítulo três, traz mais contexto para essa interpretação. Após uma consideração geral sobre a origem dos problemas brasileiros durante a colonização portuguesa, o comentário elogia a Independência, destacando expectativas entre os atores sociais: “os homens que eram livres regozijaram-se com a vitória do povo emancipado, e os que eram tiranizados afiaram com mais ardor a espada da liberdade nas escadas dos potentes”³⁰⁵. O profeta, porém, se decepciona, pois “a obra da redenção” em breve passa a sacrificar os princípios em favor das contingências políticas e das relações de poder. O chamado “concílio do povo” acaba por se dividir “não segundo a diversidade das opiniões, porém segundo a variedade das cores”³⁰⁶. Então o velho enfatiza como um conjunto de opiniões aceita a permanência da escravidão, cedendo aos argumentos das contingências, cada vez mais associando o trabalho escravo à cor da pele:

E os homens que costumam raciocinar sobre as coisas como são, e não como devem ser, levantaram-se e disseram.

³⁰⁴ Idem, p. 132.

³⁰⁵ Idem, cap. 3, p. 175.

³⁰⁶ Idem, p. 176.

Os homens de cor preta devem servir, porque eles estão acostumados à servidão de tempos mui remotos, e o costume também é lei.

E os filósofos disseram: Os homens de cor preta devem servir, porque são os mais fracos, e é lei da natureza que o mais fraco sirva o mais forte.

E os proprietários disseram: Os homens de cor preta devem servir, porque são o melhor das nossas fortunas, e nós não havemos de as desbaratar³⁰⁷.

O profeta oferece aí um apanhado geral dos diferentes aspectos favoráveis à escravidão nas arenas de discussão das primeiras décadas do século XIX. Mantida a escravidão, a *Meditação* destaca a emergência do problema da cidadania para a população negra e indígena, pois “os homens de cor branca”, mantido seu status social, reivindicam precedência política: “Nós constituímos a maioria da nação e somos de entre todos os mais ricos. Fomos nós os autores da regeneração política, e a inteligência é o nosso apanágio. [...] Nós então ficaremos como o poder, porque somos os mais ricos e os mais inteligentes”³⁰⁸. Nesse momento erguem-se “os homens de cor e de raça indígena”, dizendo “em voz alta”:

E nós que faremos?

Qual será o nosso lugar entre os homens que são senhores e os homens que são escravos?³⁰⁹

A conclusão do raciocínio sobre o problema denuncia o fortalecimento de uma política que vai deixando de lado a presença e a potencialidade da população indígena e negra livre e liberta; de fato, destaca a ausência de projeto político estabelecido que valorizasse e incluísse a diversidade brasileira, deixando uma parcela da população num tipo de vácuo. Nos termos do século XIX, destaca-se o ócio: “Os brancos governam, os negros servem, bem é que nós sejamos livres”, dizem os indígenas e homens de cor, acrescentando: “Vivamos, pois na indolência e na ociosidade”³¹⁰. Porém, longe de se tornarem massa irrelevante, o profeta destaca, nesse desequilíbrio de relações, aquilo que construía a instabilidade do Brasil sob perigo de revoltas e desestruturação social com uma parte da população desalojada do projeto de nação. Pois ao longo do “vasto império” haveria sempre uma massa disponível a quem quisesse “fomentar uma revolução”, assim como todo tipo de violência “no sertão e no interior das províncias” como lugares sem lei, onde sempre haveria indivíduo que fizesse “assassinar outro

³⁰⁷ Idem.

³⁰⁸ Idem.

³⁰⁹ Idem, pp. 176-177.

³¹⁰ Idem, p. 177.

impunemente por um punhado de cobre envilecido”; pois “os homens que habitavam as grandes cidades” esqueciam que “o ócio produz crimes”³¹¹.

Ao mesmo tempo em que o texto oferece uma discussão ampla sobre a construção da sociedade imperial pós-independência, os elementos contidos na fala do profeta, no momento em que responde aos questionamentos do jovem no capítulo dois da *Meditação*, situam um contexto de frustrações políticas graduais com o cerceamento da cidadania para a população africana, afrodescendente e indígena. A referência insistente a decisões tomadas em segredo – “nas trevas e em silêncio” – parece figurar contextos específicos em que as prerrogativas do poder se sobrepuseram a princípios de liberdade sonhados por grupos variados durante a Independência. Pode haver uma referência inicial ao fechamento da Assembleia Constituinte em 1823, cancelando o avanço de debates de propostas pelo fim da escravidão e ampliação da cidadania para a população negra livre. Afinal, a Constituição outorgada de 1824 acaba por ser redigida a portas fechadas e sem debate público. Na continuação dos eventos decisivos na formação da política e das relações sociais do Império, sendo a escravidão um incômodo fundamental na *Meditação*, tanto o veneno sutil quanto o punhal de discórdia instigados nas trevas e em segredo parece aludir à prática das sessões secretas no parlamento, sempre que vinha à tona o problema da permanência do contrabando de africanos desrespeitando-se a lei antitráfico de 1831.

Por fim, por dentro contexto histórico de debates sobre o desrespeito à lei de 1831, acredito que a contundência desse viés da crítica em *Meditação* ganha profundidade quando colocada em diálogo com a produção poética de Gonçalves Dias, em *Primeiros Cantos*. Para além dos poemas indianistas geralmente enfatizados, é possível encontrar na coletânea uma visão de mundo orientada pelas expectativas do profeta da *Meditação*, que empresta voz aos poemas de crítica social necessariamente mesclada a uma interpretação cristã do mundo.

³¹¹ Registro, sem poder aprofundar por enquanto, que esses problemas são parecidos com os que José de Alencar discutirá entre 1871-1872 por meio do romance *Til*. Por seu turno, em nota de rodapé num dos textos sobre José de Alencar, em *Ao vencedor as batatas*, Roberto Schwarcz afirma que *Til* prenunciava elementos depois encontrados nas lutas de jagunços do *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa. São textos literários em contextos históricos e estéticos distintos; ainda assim, as relações paralelas são interessantes.

Senhores de mil escravos: 1831 e “o orgulhoso”

A quantidade de africanos desembarcados no Brasil pelo tráfico de escravos caiu sensivelmente nos primeiros anos da década de 1830, evidenciando uma expectativa de que os tratados antitráfico com a Grã-Bretanha fossem finalmente respeitados, reforçados pela lei brasileira de 7 de novembro de 1831³¹². Em seu texto, declarava “livre todos os escravos vindos de fora do império”, a partir de então, impondo penas aos importadores, que apareciam definidos no artigo terceiro: além da tripulação do navio negreiro – comandante, mestre, contramestre –, considerava-se importadores, “todos os interessados na negociação”, assim como os que cientemente enviassem ou recebessem o frete, incluindo “os que cientemente comprarem, como escravos,” aqueles que a lei declarava livres. Assim, previam-se penas também para os senhores que adquirissem propriedade ilegal. Os africanos resgatados do contrabando deveriam ser reexportados para a África, prescrição que, em geral, não atuou, por dificuldades de dinheiro, logística e porque as coisas foram se assentando de outra forma. Uma nova categoria social se estabeleceu nesse contexto, sendo considerados *africanos livres* aqueles que, fruto de carregamento ilegal, fossem resgatados pelas autoridades inglesas ou brasileiras nos navios negreiros ou logo após o desembarque³¹³. Nunca deveriam ser confundidos com escravos.

De acordo com regulamentações e decretos específicos, esses africanos eram registrados e postos sob tutela do Estado imperial, que lhes deveria prover o básico para sobrevivência, além de trabalho. Inspirado em política inglesa, inicialmente, tratava-se de inseri-los num processo de aprendizagem depois do qual receberiam liberdade completa; de acordo com a regulamentação da lei de 1831, tinha mais a ver com proverem meios de pagar os custos da própria reexportação, que, como não funcionou, marcou na história do Brasil império um contexto específico de relações de trabalho forçado, entre abusos e luta por direitos e liberdade, até que um decreto nos anos 1860 garantisse definitivamente a liberdade de todos os africanos livres existentes³¹⁴. Nos anos 1830, além da tutela do Estado, centenas de africanos livres foram entregues ao serviço de particulares, pessoas de apregoada índole destacada que deveriam educar além de aplicar a mão de obra dos africanos. Segundo Beatriz Mamigonian, a doação

³¹² Os números em: Chalhoub, *A força da escravidão...* op. cit., pp. 47-48.

³¹³ Cf. Mamigonian, *Africanos livres...* op. cit., caps. 1-3.

³¹⁴ Idem, *ibidem*, caps. 3-4, 9.

desses africanos atuou, na prática, como moeda de troca e demonstração de prestígio entre autoridades e figuras destacadas do Império. Por motivo de abusos e dificuldades de controlar a trajetória dos africanos cuja liberdade deveria ser assegurada, se tornou proibido entregá-los a particulares³¹⁵.

Essa história toda ganhava corpo enquanto o tráfico ilegal de escravos gradualmente voltava a crescer na segunda metade dos anos 1830, contra a vontade de uma parcela da sociedade, cavando um problema social de proporções assombrosas. Por um lado, povoava o país de uma população sobre a qual sempre haveria a dúvida: até que ponto, olhando em volta e interpretando o contexto, entenderia sua condição, exigiria direitos? Ao mesmo tempo, quais seriam as consequências da construção institucional da nova nação desrespeitando-se uma lei de Estado? Em que pé ficava o entendimento sobre o decoro, as regras e as figuras sociais, já que a lei criminalizava senhores de escravos que adquirissem propriedade ilegal?³¹⁶ É fruto desse ambiente a declaração de Salles Torres Homem na revista *Niterói*, em 1836, lastimando a insistência do Brasil na manutenção de um tráfico que, àquela altura, afirma: “continua à escala vista”. Porém, jornalista, editor, membro da elite, se via enroscado nas questões – poderiam dizer – de força maior: “Lamentamos semelhante oposição, *mas não criminamos*”³¹⁷; afinal, enviariam tantos e respeitáveis senhores, gente com representação no parlamento, aos tribunais do Império por adquirir africanos?

Observando os debates dos anos 1820 e 1830 no Brasil, é possível perceber, em contextos, efervescência de ideias e pressão política visando sustentar propostas graduais de abolição junto com o fim do tráfico de escravos. E, se para alguns – como o circuito liberal no qual orbita Salles Torres Homens, cuja linha de pensamento sobre escravidão pode chegar à literatura de Joaquim Manuel de Macedo em 1869 –, tratava-se de imaginar um Brasil sem africanos, impedidos de entrar, reexportados, um Brasil que embranqueceria; para outros, na mesma arena de disputas, tratava-se de incentivar superação do cativo por meio de inclusão social e política para a população livre afrodescendente, com direito à terra, atuação e cargos públicos. Era o que havia no projeto de José Bonifácio, de 1823, assim como na atuação de mestiços como Antonio

³¹⁵ Idem, *ibidem*, cap. 3-4.

³¹⁶ Para o contexto que fundamenta tais perguntas, cf. Chalhoub, *A força da escravidão...* op. cit.; Mamogonian, *Africanos livres...* op. cit.

³¹⁷ *Niterói brasiliense*, RJ, n. 1, pp. 38-9, grifo meu.

Rebouças, no parlamento³¹⁸, e Francisco Jê Acaiaba de Montezuma, no curto período em que pôde reprimir o tráfico enquanto Ministro da Justiça³¹⁹. Isso para lembrar de nomes na esfera dos debates oficiais.

Era esse redemoinho de forças em jogo quando a balança começa a ceder, pendendo para a escravidão e para a continuação do comércio de africanos ainda nos anos 1830. Em meados da década, se fortalece uma campanha pró-contrabando que ganha a assembléia provincial do Rio de Janeiro e a partir de 1837 terá incentivo no próprio parlamento, no âmbito do Regresso Conservador³²⁰. Foi decisiva a apresentação do projeto do marquês de Barbacena, ao Senado, propondo, num novo dispositivo de repressão ao tráfico, a revogação da lei de 7 de novembro de 1831³²¹. Seguindo a análise de Beatriz Mamigonian, desde o começo dos anos 1830, do ponto de vista da pura defesa dos interesses senhoriais, autoridades e parlamentares se preocupavam com o lhes parecia um desequilíbrio de coisas em favor da liberdade. Bernardo Pereira de Vasconcelos chama a lei de 1831 de “fatal”, responsável por um avanço excessivo da liberdade, quando apenas a aparência de africano boçal poderia lhe garantir tal coisa, imaginava³²². Numa manifestação controversa, talvez apenas para manter-se na Regência, Feijó fala em revogação da lei 1831, mantendo-se a repressão ao tráfico de escravos no mar, assim evitando a instabilidade da posse escrava em terra³²³.

O interesse era anistiar os compradores de africanos novos até ali, garantindo-lhes a posse da propriedade que, era comum justificar, teriam adquirido “de boa-fé”³²⁴. O marquês de Barbacena diz coisas assim no discurso de 1837, que costuma impressionar pelo modo como desenha os senhores de escravos, além da desfaçatez como nomeia as estratégias vigentes na burla à fiscalização do contrabando: o estabelecimento de depósitos para a recepção dos escravizados, o ensino da língua portuguesa, o estabelecimento de corretores “organizados em força” para levar os cativos a cada fazenda³²⁵. O “horroroso crime dos importadores de escravos achou

³¹⁸ Cf. Keila Grinberg, *O fiador dos brasileiros. Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 2002.

³¹⁹ Cf. Chalhoub, *A força da escravidão...* op. cit., p.

³²⁰ Tâmis Parron afirma que a campanha pró-tráfico começa em 1836 no contexto da campanha eleitoral para a nova regência. Cf. *A política da escravidão...* op. cit., pp. 137-156.

³²¹ Cf. Parron, *A política da escravidão...* op. cit., cap. 2; Chalhoub, *A força da escravidão...* op. cit., cap. 4.

³²² Mamigonian, *Africanos livres...* op. cit., pp. 108-109.

³²³ Idem, ibidem, pp. 110-111. Sobre o movimento de Feijó ser considerado apenas uma manobra, cf. Parron, *A política da escravidão...* op. cit., pp. 123-137.

³²⁴ Mamigonian, *Africanos livres...* op. cit., p. 108.

³²⁵ Apud Chalhoub, *A força da escravidão...* op. cit., p. 73.

apoio da parte dos nossos lavradores”, reconheceu Barbacena, porque já “não duvidavam comprar quantos apareciam ladinos ou novos, seduzidos pelo irresistível desejo, natural em todos”, disse, “de conservar e aumentar a própria fortuna”³²⁶. Houvesse benevolência; afinal, tantos senhores assim não passavam de: “proprietários tranquilos chefes de família respeitáveis, homens cheios de indústria e virtude, que promovem a fortuna particular e pública com o seu trabalho, os quais, por dobrados títulos merecem completo esquecimento sobre a infração que cometeram”³²⁷.

O projeto de Barbacena segue em discussão no Senado entre julho e agosto de 1837. Sidney Chalhoub coloca uma lupa nesse cenário a fim de examinar o que a maioria dos envolvidos tentava esconder no esforço em enterrar a lei brasileira antitráfico de 183³²⁸. O debate alternou entre sessões públicas e secretas, evitando alardear projetos e argumentos das vozes divergentes que rejeitavam os pilares da proposta em discussão³²⁹. O senador Teixeira de Gouvêa, por exemplo, se pôs contra o projeto de Barbacena, pois comprometia “‘a sorte dos escravos’, que tinham direito à liberdade”, além de proteger “‘a inconstitucionalidade imoral, e injusta importação de escravos no Brasil’”³³⁰. O senador insistiu em manter a vigência da lei antitráfico em curso, propôs emendas; outras vozes se levantaram, porém, quanto aos registros do parlamento, tudo se manteve escondido e entrecortado, até que o projeto Barbacena acabou aprovado pela maioria, seguindo para análise na Câmara dos Deputados. Nesta casa, repetem-se protestos contra o projeto, que não segue adiante.

Na prática, porém, vencia o consenso pela escravidão³³¹. O tráfico continuou, e os debates que deveriam ser pela liberdade dos africanos transformaram-se cada vez mais em preocupação com a proteção jurídica dos senhores proprietários de posse ilegal³³². Daí em diante, ao menos até 1840, a câmara dos deputados foi inundada de petições e manifestações abertas em favor da continuação do comércio de africanos, revogando-se a lei antitráfico em vigor³³³. Destaque para representações ligadas a municípios do Vale do Paraíba fluminense, a região cafeeira em expansão na onda

³²⁶ Idem, pp. 73-74.

³²⁷ Idem, p. 75.

³²⁸ Cf. *A força da escravidão...* op. cit. caps. 3-5.

³²⁹ Idem, ibidem, pp. 77-83.

³³⁰ Idem, ibidem, p. 77.

³³¹ Cf. Idem, ibidem, p. 83-84.

³³² Mamigonian, *Africanos livres...* op.cit., p. 112.

³³³ Cf. Parron, *A política da escravidão...* op. cit., pp. 138-156.

internacional da segunda escravidão³³⁴. Nesse ambiente, a análise de Chalhoub destaca a disseminação de experiências de escravização ilegal ao longo da década de 1840: curadores de africanos livres que os declaram como escravos em lugar de cativos recentemente falecidos; um acordo tácito para considerar africano que falasse meia dúzia de palavras em português como ladino, logo, escravo legítimo de alguém; chefes de polícia que apreendiam africanos para averiguação, faziam vista grossa e empregavam a mão de obra em serviços públicos; contexto que, segundo o historiador, consolida um “direito senhorial costumeiro de escravizar ao arrepio da lei”³³⁵. Segundo Tâmis Parron, estabelecido um contexto de política pró-contrabando, diminuem também os espaços públicos de crítica ao tráfico. Havia receio em se posicionar e, conforme afirmou o Ministro dos Estrangeiros, em 1840, jornal que quisesse fazer fortuna “não admite artigos contrários a esta opinião [pró-contrabando]”³³⁶.

Um misto de interdição e desconforto, de fato, embasa a posição ambígua como a revista *Minerva Brasiliense* seleciona o que publicar sobre escravidão e tráfico de escravos na corte dos anos 1840. Herdeira da *Niterói brasiliense*, marco do romantismo brasileiro, reafirmava, com a marca editorial de Salles Torres Homem, um projeto crítico ao cativo e ao comércio de africanos. Em 1843, quando a imperatriz Teresa Cristina chega ao Brasil, a revista reluta em reconhecer como “cais do Valongo” o nome do chão onde a alteza desce os pés ao desembarcar, por décadas o lugar símbolo do desembarque de africanos escravizados e tudo o que lhes acontecia após meses de travessia do Atlântico: o cheiro pesado dos navios, entre mortos e sobreviventes cambaleantes, doentes; avaliações secas da qualidade das “peças”, cada parte do corpo, potencial de produção; mortes e enterros em valas comuns... “não entremos na questão da propriedade do lugar, dos fatos históricos de que ele foi testemunha”, diz a revista; afinal, fato consumado, a partir de então aquele chão seria “cais da imperatriz”; assim, “corramos um véu eterno sobre seu passado”, finaliza³³⁷. A ânsia em declarar obsoleto o problema do Valongo talvez dissesse algo sobre o peso de manter e silenciar o que se dava em portos clandestinos ao longo das praias do império do Brasil. Em 1844, a *Minerva* publica o que seria uma crítica ao comércio de africanos, um excerto de relato

³³⁴ Rafael Marquese e Dale Tomich, “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX” in: Keila Brinberg e SALLES, Ricardo Salles, *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2009. Vol.2.

³³⁵ Para um panorama da experiência mencionada, Cf. Chalhoub, *A força da escravidão...* op. cit., caps.3-4.

³³⁶ Apud Parron, *A política da escravidão...* op. cit., p. 200.

³³⁷ *Minerva Brasiliense*, RJ, 1 de novembro de 1843, p. 23.

inglês de apresamento de navio negreiro: “Tráfico da escravatura: cenas terríveis a bordo de uma presa. É possível a extinção do tráfico?”³³⁸. O enunciado que antecede a tradução afirma uma preocupação política editorial em não se engajar no debate, ao menos não frontalmente. Ciente de que “o tráfico de escravos há de ocupar as páginas da história de nossos dias”, dedicava a publicação aos historiadores do futuro, para dar-lhes a ver “algumas cenas a que o tráfico dá lugar”. Porém notava que “repetindo a exposição dos fatos não pretendemos tirar deles consequência alguma pró, ou contra, favorável ou desfavorável ao tráfico”³³⁹. Talvez o posicionamento da revista fosse esse ou talvez o enunciado servisse de artifício a lhe abrir espaço para publicar texto contra o comércio de africanos sem fazer da *Minerva* alvo da sanha contrabandista. Ambas as possibilidades talvez expressem alguma pluralidade de opiniões dentro do corpo editorial, mantendo-se a reticência como tônica geral.

Já na imprensa literária maranhense, discutia-se muito o problema da escravidão por meio da literatura nos anos 1840, em diálogo com influências europeias que, dentre outros, chegavam de Portugal junto com os bacharéis. Entre 1839 e 1845, o poeta Gonçalves Dias viveu em Coimbra estudando direito, escrevendo poesia, e deve ter acompanhado de lá a repercussão internacional sobre a pressão inglesa contra o tráfico de escravos no Atlântico, em particular sobre o Brasil. Em 1839, o papa Gregório XVI condenou o tráfico, o que talvez significasse alguma coisa para um escritor cuja crítica social buscava sentido para as coisas na cosmologia cristã³⁴⁰. Uma manifestação antiescravista publicada na *Revista acadêmica* de Coimbra, à época, que pode iluminar repertório disponível aos estudantes, era toda embasada em filosofia da história de lógica cristã. De um lado, respondia a debates e revoluções europeias no contexto das transformações sociais do capitalismo industrial, com a emergência de uma população operária depauperada nos centros urbanos; teorias econômicas liberais *versus* formulações socialistas de distribuição das riquezas. De outro, definia a escravidão, em particular a escravidão racializada, como injustiça ao longo das relações humanas para a qual a religião cristã oferecia remédio. A interpretação de ambos os contextos se baseia num entendimento da existência de princípios fundamentais divinos a serem

³³⁸ *Minerva Brasiliense*, RJ, cf. exemplares em 15 de novembro e 15 de dezembro de 1844.

³³⁹ *Minerva Brasiliense*, RJ, 15 de novembro de 1844, p. 5.

³⁴⁰ Sobre a manifestação do papa, cf. Hugh Honour, *The Image of the Black...* op. cit., p. 184. Segundo o autor, o Vaticano em geral não se engajou em discussão contra o tráfico, mantendo distância do movimento abolicionista por seu caráter protestante.

restabelecidos, anulando-se as diferenças sociais profundas³⁴¹. Contra o elogio das disparidades, a afirmação da mesma essência humana compartilhada, como uma fraternidade fundamental, reiterada no princípio de que Cristo igualava os homens perante Deus³⁴²; de que haveria algo como “verdades sociais do cristianismo”³⁴³, portanto, a serem aplicadas.

O conjunto das ações humanas se explicava por um sentido de peregrinação na terra como forma de expiar um “pecado original”. Nessa história, enquanto, por um lado, o trabalho aparece como “meio indispensável para a existência do homem”, por outro, era pena a ser distribuída entre todos, já que fundamentava a jornada de expiação: “O primeiro homem pecara, e com ele todo o gênero humano – [...] *o teu pão cotidiano será amassado com o suor do teu rosto* – Eis a pena [...] que foi imposta a todo o gênero humano [...]”³⁴⁴; “O fim do trabalho é altamente moral e religioso, e portanto não pode nem deve ser dirigido a fins imorais, porque seria dar-lhe uma direção oposta à que lhe foi marcada”³⁴⁵. A orientação do texto tenta equilibrar a interpretação cristã com os debates filosóficos e econômicos da época, questionando interpretações que, fundamentalmente materialistas, prescindissem do repertório teológico de interpretação do mundo. Negando ser inimigo da economia política, o texto afirmava a necessidade de legislar conforme as regras do que chamou “caridade”. Segundo o autor, o problema era que, enquanto seguiam a escola de Adam Smith, os economistas aumentavam “os embaraços para que fossem escutadas as vozes da caridade”. Embora evitando associar-se a “Samsonianos” ou “Fourrierianos” – não representaria nem uns nem outros – questionava a capacidade da economia política para guiar os legisladores enquanto se ocupasse da “*riqueza como fato material*”³⁴⁶, ignorando o que se chamava de “verdadeira noção do trabalho dada pela revelação”³⁴⁷.

Quando retorna ao Maranhão em 1845, Gonçalves Dias se reúne, em São Luís, num círculo de letrados, incluindo amigos de Coimbra, que publicam o *Jornal de instrução e recreio*, seguido do *Archivo*, mantendo um eixo de reflexão social sem desprender-se de fundamentos religiosos. Passo por passo, percebe-se que a crítica à escravidão dialoga com esse referencial ao mesmo tempo em que se faz de alusões à

³⁴¹ *Revista acadêmica. Jornal literário e científico*. Coimbra, Volume Primeiro. 1845-1848, cf. pp. 161-163, 353-354. A compilação encontra-se disponível no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal.

³⁴² *Revista acadêmica*, Coimbra, op. cit., p. 166.

³⁴³ Idem, p. 165.

³⁴⁴ Idem, p. 353. Grifo original.

³⁴⁵ Idem, p. 354.

³⁴⁶ Idem, p. 354, nota “***”, grifo original.

³⁴⁷ Idem, p. 354.

experiência brasileira, formando uma narrativa em diálogo com os debates políticos e sociais implicados nas tramas do tráfico Atlântico. Em contraste com a reticência da corte, escravidão e escravizados eram temas recorrentes na poesia de autores variados em São Luís. Destacavam-se, ademais, por uma característica inspirada no sentimentalismo abolicionista europeu, via ingleses e franceses, trazendo para a base da crítica ao cativo tentativa de imaginar a perspectiva escrava, dando voz a personagens africanos e afrodescendentes, humanizando-os apesar da escravidão, narrando sofrimentos, valorizando origens africanas. É o quadro de referência, por exemplo, para os versos a seguir: “Oh! doce país de Congo,/Doces terras d’além mar!/Oh! dias de sol formoso!/Oh! noites d’almo luar!”, “Desertos de branca areia/De vasta, imensa extensão,/Onde livre corre a mente,/ Livre bate o coração!”³⁴⁸; “malfadado e mísero cativo” que regava “com seu sangue a terra ingrata”, a saudade, “Companheira fiel”, nunca o abandonava³⁴⁹. Elogiar o “país e Congo”, afirmar liberdade na África, contrastando com o sofrimento da escravidão, persistindo memória do lugar de origem; são detalhes que situam politicamente a poesia.

Poemas que Gonçalves Dias publicou na imprensa de São Luís foram reunidos a outros inéditos na coletânea *Primeiros Cantos*, levada para publicar no Rio de Janeiro em 1846. Famoso pelos textos indianistas da seção “poesias americanas”, o livro também reúne escritos em “poesias diversas” e “hinos”. Cientes da relação com o ambiente intelectual maranhense mais geral, é interessante como se forma dentro do livro a narrativa crítica à escravidão. Não sei se Gonçalves Dias consideraria ter encontrado a forma final para o que gostaria de expressar em termos de crítica social, principalmente tratando-se de poemas de estréia. É possível que *Meditação* realizasse melhor seus objetivos; ainda assim, também se constitui como texto inacabado. Em ambos, o diálogo com o referencial de Coimbra ajuda a distinguir uma lógica.

Acredito que uma crítica à escravidão aparece de forma difusa entre poemas variados de *Primeiros Cantos*³⁵⁰. Configurando-se como problema social incontornável e injustificável, não compõe em si a estrutura do projeto crítico do poeta, funcionando, na verdade, como peça numa engenhoca maior de explicação sobre os problemas humanos no mundo. Certa visão escatológica do progresso das relações humanas, num raciocínio guiado por símbolos e interpretação cristãos, é o elemento central. A voz

³⁴⁸ Gonçalves Dias, “A escrava”.

³⁴⁹ A. F. C., “À saudade”.

³⁵⁰ Gonçalves Dias, *Primeiros cantos*. Rio de Janeiro, Eduardo e Henrique Laemmert, 1846.

poética assume atitude profética, muitas vezes, lançando prognósticos, advertências, escolhendo contextos os quais observar detidamente. Este é o fio que sintoniza a conversa entre diferentes poemas e que, distinguindo contextos e personagens sociais, entre tópicos pertinentes ao gênero e desenhos específicos do contexto escravista Atlântico e brasileiro, situa o problema do cativo.

É possível percorrer o território dessa forma de pensar entre os poemas “Visões”, “O vate”, “A vila maldita – cidade de Deus”, “Ideia de Deus” e “Romper d’Alva”, distribuídos entre “poesias diversas” e “hinos”. Existe um lugar: o mundo; um drama: o conjunto das relações humanas; um começo: criação e imanência divina; um final: intervenção divina e distribuição de justiça; um limiar para a escolha humana: morte e consequência. O entendimento das coisas se dá pela compreensão da existência em duas realidades, antes e depois da morte, mantidas pela soberania de um ente divino na figura do Deus cristão. Em alguma medida ligado ao movimento em torno do padre Felicité de Lamennais, trata-se de adesão a um posicionamento intelectual que reagia às formulações e projetos revolucionários laicos desde a Revolução Francesa. Segundo Frank P. Bowman, havia entre os franceses das primeiras décadas do século XIX um interesse em resgatar um lugar para a atuação social da igreja católica e de suas formas de pensar³⁵¹. Em alguma sintonia com demandas de transformação social incontornáveis, no ambiente das revoluções europeias, as ideias analisadas por Bowman mostram interesse em produzir opções por dentro da tradição cristã. Em seu estudo sobre a imagem do negro na arte ocidental no século XIX, Hugh Honour também destaca o fenômeno. Por um lado, se queria fazer reviver a arte religiosa posta de lado por um quarto de século; por outro, entre protestantes e católicos ligados a causas sociais, a abolição da escravidão, a figura de Jesus é reencenada como exemplo para atender sofredores e necessitados; personagens escravizados apareciam como os mais miseráveis entre os despossuídos. Em manifestações mais radicais, as pinturas afirmam interpretações de igualdade entre os humanos e redenção dos negros, podendo ser ordenados para o clero católico³⁵². Trata-se de um eixo de reflexão compartilhado pelo texto antiescravista de Coimbra em 1845.

“Ideia de Deus” e “Romper d’alva” constroem uma noção de existência divina criadora: “À voz de Jeová infindos mundos/ Se formaram do nada;”³⁵³ dia e noite, mar,

³⁵¹ Frank P. Bowman, *Le Christ des barricades, 1789-1848*. Paris, Les édition du cerf, 1987, cap. 2.

³⁵² Cf. Honour, *The image of the Black...* op. cit., pp. 182-193.

³⁵³ “Ideia de Deus” in: Gonçalves Dias, *Primeiros Cantos*, op. cit. p. 229.

terra e astros celestes. A natureza como memória constante da presença prodigiosa: “O arvoredor n’essa língua/Que diz, por que assim sussurra?/ Que diz o cantar das aves?/Que diz o mar que murmura? [...], “O nome do Criador”³⁵⁴. Afirmam soberania e domínio sobre a contingência dos elementos criados. Morte, aflições, espaço, “o tempo roedor”, seriam pequenos em vista do ser “imenso” e “Eterno”, com poder capaz de “[...] aniquilar os mundos,/Tão forte como ele é”³⁵⁵. Daí vinha seu posto no universo como observador e julgador final de todas as causas, em vista do desvirtuamento das práticas humanas: “[...] quando corrupto um povo inteiro/O Nome seu maldiz,/Quando só vive de vingança e roubos”, quando a justiça era venal e o justo sofria, o conjunto das coisas atrairia punição. Logo surge a figura do profeta, o chamado vate. No poema em questão, constrói-se um sujeito intermediador entre Deus e os humanos. Pálido e enfiado em meditações, visitado por visões, cabia-lhe interpretar, anunciar o futuro e a ira divina, “Maldizendo a soberba, o crime, os vícios”. Percebe-se que a características desse “vate” compõe a voz que se repete no diversos poemas críticos de estilo profético em Gonçalves Dias. Não sei até que ponto o próprio poeta reclamaria para si essa posição. Segundo Wilton Marques, Gonçalves Dias filiava-se a uma tradição que entendia o poeta como gênio, capaz de ver com distanciamento, sentir as dores do mundo, ter a responsabilidade de dizer os males³⁵⁶. Em “O vate”, de fato, nomes de literatos reconhecidos na tradição ocidental são mencionados: Homero, Dante e Milton³⁵⁷.

O lugar da crítica social se dá no contexto da reflexão sobre as ações humanas e suas consequências em relação aos desígnios divinos. Em “Vila Maldita – cidade de Deus”, a crítica dos “vícios” que aparece salpicada em outros poemas ganha mais espaço. Oferece-se o exemplo de uma cidade que acumula reprovações: libertinagens, um padre que desvirtua suas funções e atua por dinheiro; assassinatos, “turba carniceira”, guerra; um ancião e uma donzela como figuras respeitáveis, postas a perigo pelo conjunto dos outros³⁵⁸. São figuras gerais sem compromisso específico com o ambiente social brasileiro. Mas, entre eles, começa a aparecer outro sujeito. Alguém que mora num “imenso aposento”, onde há “mesas de banquete” num “vasto salão”, onde se desenrola uma festa: “E os instrumentos palpitantes soão/Frenética harmonia;/E o coro

³⁵⁴ “Romper d’Alva” in: Gonçalves Dias, *Primeiros Cantos*, op. cit. pp. 237-238.

³⁵⁵ “Ideia de Deus” in: Gonçalves Dias, *Primeiros Cantos*, op. cit. p. 230.

³⁵⁶ Marques, *Gonçalves Dias...* op. cit., pp. 107-110.

³⁵⁷ “O vate” in: Gonçalves Dias, *Primeiros Cantos*, op. cit. p. 134.

³⁵⁸ “Vila maldita – cidade de Deus” in: Gonçalves Dias, *Primeiros Cantos*, op. cit. pp. 192-195.

dos convivas se levanta”, “ébrio” de alegria. A voz profética do poema condena o anfitrião, chamado vicioso, infame, envilecido, orgulhoso:

Ali se ostenta o nobre vicioso
Rebuçado em orgulho, - o rico infame,
Cheio de mesquinhez, - o envilecido,
Imundo pobre no seu manto envolto
De misérias, d’infâmia e vilanias³⁵⁹.

Vem a condenação divina. Ao anunciá-la, o vate menciona escravos, reprovando o que lhe soa como acomodação: “E Deus maldisse a terra criminosa,/Maldisse os homens dela,/Maldisse a covardia dos escravos/Dessa terra tão bela”³⁶⁰. A cidade cai em destruição, transformada em cinzas³⁶¹.

“Visões” compõe uma reunião de seis poemas: “Prodígio”, “A cruz”, “Passamento”, “Fantasmas”, “...” e “A morte”. É um conjunto enigmático. Parece-me que reafirma os elementos centrais da linguagem escatológica para fazer análise social, entremeando elementos da tradição cristã a aspectos do romantismo, por exemplo, a produção de imagens sombrias, espíritos que saem da tumba, cemitérios, leituras de Shakespeare – Hamlet. Considero “Passamento” e “A morte” como chaves para a compreensão do todo; o primeiro por enfocar uma cena de tema histórico-social concreta, o segundo, por costurar um entendimento comum, ligando o problema de “Passamento” aos elementos transcendentais que informam o restante da composição. “Prodígio” toca a questão geral da ira divina; “A cruz” aparece como símbolo místico, testemunho de verdades fundamentais. “Fantasmas” e “...” trazem a figura de espíritos que pairam no mundo terrestre. O primeiro dá voz a uma alma penada tardiamente arrependida. Antes, encarnada, prendera-se ao que tinha na terra, julgando-se “sem porvir além da vida”, livre de penas; só depois descobriu o engano, fruto de seu orgulho, porém tarde demais, condenada a vagar sem descanso; o segundo traz outro exemplo concreto, social, do que poderia levar uma alma impenitente a um destino ruim; o deslize, dessa vez, fora o adultério³⁶².

“A morte” confere voz à entidade que vem tirar as vidas humanas. Personificada, ela explica seu ofício, assim como seu lugar no movimento da engenhoca sobre o sentido da passagem humana na terra. Contra a imagem de coisa cruel, a morte

³⁵⁹ Idem, ibidem, pp. 191-192.

³⁶⁰ Idem, ibidem, 193.

³⁶¹ Idem, ibidem, 199.

³⁶² Para o conjunto de poemas, cf. Gonçalves Dias, *Primeiros Cantos*, op. cit. pp. 103-130.

reclama seu quinhão de sofrimento; cumpre suas tarefas com dor e dificuldade, apaziguadas apenas pela realização de um bem maior: resgatar o que se apresenta como fundamental: fazer justiça ao designar os destinos finais – “Lembro aos humanos que a terra/É só passagem pra o céu”;

– Faço o triste erguer os olhos
Para a celeste mansão;
Em lábios que nunca oraram
Derramo pia oração

Cabia aos poderes da morte, afinal, “apurar” “Os vícios que a mente encerra”: “Sou quem prendo aos céus à terra,/ Sou quem ligo a criatura/ Ao ser do seu Criador”³⁶³.

O conjunto das coisas expressas nesses poemas se resume: reconhecendo uma divindade ordenadora das relações humanas, nomeiam-se condutas e experiências inaceitáveis. Afinado aos princípios que havia no texto “Influência do cristianismo sobre a legislação”, de Coimbra, faz-se um diagnóstico negativo acerca da falta de “caridade” nas relações sociais. As consequências dos atos na vida definem os destinos após a morte, por sua vez, o grande juiz em tal equilíbrio de relações. Ao longo dos poemas, a voz do vate distingue os elementos condenáveis, abrindo espaço para reflexão e crítica social. Num quadro geral de figuras sofredoras deixadas à margem, como o “pobre velho” desterrado e “A mendiga”, situam-se os escravizados³⁶⁴. O poema “A escrava” dá voz a uma cativa que, por um momento longe da vigilância do seu senhor, chora e expressa saudades do seu “doce país de Congo”. Seu lamento é bruscamente interrompido pela realidade da escrava no Brasil, marcada pela “voz irada” do “ríspido Senhor” a chamá-la. Diz-se que “Sem o pranto enxugar a triste escrava” corre a atendê-lo, tomada de pavor. A voz do poeta surge nos versos finais, explicando que a africana demorava-se em “Cismar na terra/Onde nascera,/Onde vivera tão ditosa, e onde/Morrer devera!”. Ademais,

Sofreu tormentos, porque tinha um peito,
Que inda sentia;
Mísera escrava! No sofrer cruento,
Congo! Dizia³⁶⁵.

³⁶³ Cf. “A morte” in: Gonçalves Dias, *Primeiros Cantos*, op. cit. pp. 128-129.

³⁶⁴ Cf. Gonçalves Dias, *Primeiros Cantos*, op. cit. pp. 139-145, 160-163.

³⁶⁵ “A escrava” in: Gonçalves Dias, *Primeiros Cantos*, op. cit. p pp. 146-150.

Nesse poema, de forma sutil, talvez ainda temendo o veto generalizado contra críticas abertas ao contrabando de africanos, ainda mais sendo *Primeiros Cantos* publicado no Rio de Janeiro, Gonçalves Dias posiciona crítica ao contrabando. Note-se que além de apontar “as doces terras de Congo” como lugar onde a africana viveu ditosa, o poeta afirma ser também ali o lugar onde ela deveria terminar os seus dias – “[onde] morrer de vera”. É dizer que fora indevidamente tirada de lá pelo comércio de escravos.

Atenção à figura do irado e ríspido senhor de escravos. Ao longo de todos os poemas que fundem crítica social com repertório religioso em *Primeiros Cantos*, faz-se a construção gradual de um vilão em particular: o “nobre vicioso”. Trata-se da figura que pouco a pouco faz vínculo entre a poesia e o chão das questões brasileiras dos anos 1840. Tal senhor de escravos volta a aparecer nos poemas: “Passamento” e “Orgulhoso”. Ambos mórbidos e sombrios, neles, novamente, a crítica à escravidão não é enunciada abertamente, embora se possa dizer que seja contundente e com alvo certo. “Passamento” – que compõe o conjunto “Visões” – narra os últimos momentos de um opulento moribundo que resiste à partida. Morrer soava-lhe loucura insana: “Quem me pode/Levar d’aquí - da terra – d’onde hei sido/Motor de tudo a um sobrececho – a um gesto”, questionava. Roia-lhe o ego considerar que os “Mesquinhos seres” abaixo dele, até então abatidos ao simples “volver dos meus olhos”, “hão de rir-se talvez com a minha morte”. Vem um padre oferecer-lhe os últimos rituais de comunhão, enquanto se diz que os “cúpidos” herdeiros do doente dividiam “Por si a vasta herança”. Segue-se incômoda sequência de estrofes entre a grandiloquência do padre, o cochicho dos familiares e o delírio do doente que “Parecia sorrir, - era qual louco/Que sofre e um riso finge”, até que ele se vai:

E o orgulhoso que feliz vivera
Movendo a seu bom grado mil escravos
Querendo a terra dominar co’um gesto,
Ora mesquinho, solitário e louco,
Face a face lutando com os seus crimes,
Morria impenitente³⁶⁶.

A revelação na estrofe final, de tratar-se do passamento de opulento senhor de escravos, politiza todas as anteriores, iluminando sujeito social específico ao qual se

³⁶⁶ “Passamento” in: Gonçalves Dias, *Primeiros Cantos*, op. cit. pp. 108-114.

lançava a crítica. O tema da resistência à morte dissecava em forma de metáfora a crença ególatra da classe senhorial escravista brasileira acerca da suposta inviolabilidade da sua vontade, inclusive de escravizar à revelia da lei³⁶⁷. Note-se como o poema ressalta o delírio de fazer mover todas as coisas a simples sinal, se dirigindo a grandes proprietários de terras e cativos da década de 1840, os principais beneficiários do contrabando. Dizer que o sujeito morria impenitente, a debater-se com seus crimes, pode figurar a conflituosa experiência em andamento no período de publicação de *Primeiros Cantos*, sobre: de um lado, na sombra, se adquirir propriedade escrava ilegal, de outro, tentar convencer o parlamento a revogar a lei de 1831, por meio das petições enviadas.

Repete-se em “O orgulhoso” a estratégia de deixar que o leitor entenda por si tratar-se de crítica a grandes proprietários de escravos a partir de informações cifradas em meio aos versos, tornadas mais claras na última estrofe. O poema retoma o perfil do sujeito de olhar terrível cujo “cenho carregado pretendia/O globo dominar”. Senhor de voz tremenda “quando no peito/Fervia-lhe o rancor!”, tratava-se de indivíduo considerado superior em relação aos outros homens. Acrescentando nuances ao perfil senhorial delineado criticamente desde “A escrava”, sugere tratar-se da espécie de gente que, além de escravos, explorava pequenos agricultores entre a população livre pobre da época:

E o pobre agricultor, junto a seus filhos,
Dentro de humilde lar,
Quisera, antes os d’dele [senhor], ver de um Tigre
Os olhos fuzilar;

Pois ao dirigir o olhar inclemente ao agricultor pobre o senhor talvez quisesse tomar um de seus filhos para atuar como “Executor”, se não fosse querer “para o leito infesto alguma filha/Do triste agricultor”. No contexto social da época, o poema parece situar a relação desigual entre grandes senhores de terra e pequenos proprietários que, habitando as imediações da fazenda, podiam atuar nela como algum tipo de “executor” – feitor, capataz etc. O poema conclui com a repercussão da morte do tipo orgulhoso descrito:

E o bárbaro tropel do que os serviam
Exulta com o seu fim!
E a turba aplaude; e ninguém chora a morte

³⁶⁷ Para uma análise da crença senhorial na inviolabilidade de sua vontade, cf. Sidney Chalhoub, *Machado de Assis, historiador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003. Sobre a afirmação do direito senhorial de escravizar a despeito da lei, cf. *A força da escravidão...* op. cit.

Do homem tão ruim³⁶⁸.

Vê-se que em “O orgulhoso” realiza-se aquilo que temia o sujeito em “Passamento”. Exultante, a massa explorada pelo homem tão ruim não chora, ao contrário, celebra sua partida. Sendo “Bárbaro tropel” provável alusão aos escravos, a expressão sugere o pouco apreço conferido à condição humana dos escravizados por senhores de “mil escravos”, o que aponta outra vez para a experiência do contrabando de africanos havido entre as décadas de 1830 e 1850. Robert Conrad descreve como “vidas breves” a dos cativos que aportavam no Brasil no período mencionado, quando a voracidade senhorial considerava mais barato importar mão de obra nova do que manter em condições dignas o que havia no país para que fosse longeva e procriasse³⁶⁹. Dentre os abusos cometidos, o historiador registra quantidade excessiva de horas de trabalho, negligência em relação à porção necessária de alimentação e descanso, somando-se ainda a prática desmesurada de castigos³⁷⁰. Portanto, ao dizer “tropel”, o poema de Gonçalves Dias ressalta o modo como, aos olhos gananciosos de senhores como “O orgulhoso”, a população escravizada não passava de “grande quantidade de coisa qualquer”³⁷¹.

Um desdobramento das práticas de exploração abusiva do trabalho de africanos na época do contrabando aconteceu no contexto da concessão de africanos livres a particulares, no Rio de Janeiro, antes que pudessem adquirir “a plena liberdade”. Beatriz Mamigonian observa casos em que os conflitos entre concessionários e africanos livres destacavam a afirmação ilícita de interesses senhoriais. Em 1855, Dionísia Angola solicita sua emancipação, pois já trabalhava a quase dezesseis anos e tinha condições de “viver sobre si” por meio de seu ofício de lavadeira, com o qual se sustentava, além de pagar um jornal a sua concessionária. Esta por sua vez, Joaquina Amália de Almeida, reclamou, dizendo à polícia que aquela era sua única fonte de renda, achando natural manter o ócio à custa da africana³⁷². Em outro caso, o concessionário João Caetano de Almeida França ameaça vender – ! – João Benguela, o africano sob sua guarda, cujo

³⁶⁸ “O orgulhoso” in: Gonçalves Dias, *Primeiros Cantos*, op. cit. pp. 164-165.

³⁶⁹ Robert Conrad, *World of Sorrow. The African Slave Trade to Brazil*, Baton Rouge and London, Louisiana State University, 1986, p. 15

³⁷⁰ Idem, *Ibidem*, pp. 15-22.

³⁷¹ Antonio Houaiss, *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2009. Versão digital sem indicação de páginas.

³⁷² Mamigonian, *Africanos livres...* op. cit., pp. 141-142. O comentário sobre o ócio está em Mamigonian: “Assim como ela, muitos outros não escondiam do governo que seu ócio era garantido pelo rendimento do trabalho dos africanos livres e além disso achavam que esse era um argumento legítimo para mantê-los sob seu domínio” (p. 142).

trabalho rendia muito, pois ele se recusa a concordar com o aumento do pagamento que sempre devia entregar³⁷³.

Em 1854, o ilustre Honório Hermeto Carneiro Leão, medalhão da política imperial, foi acusado de enriquecimento ilícito e precisou se explicar. Justificou o aumento da sua riqueza ao longo dos anos como fruto de vida sem luxos, além de investimentos, empréstimo de dinheiro a juros, até que adquiriu uma fazenda e passou a cultivar café em 1836, com uma mão de obra inicial de 26 africanos livres lhe confiados; mas que não seriam mais que um “auxílio”, acrescentando ter adquirido escravos, sempre ladinos, depois mais terras, sempre a preços módicos etc. Mamigonian observa que, ainda que H. Carneiro Leão insistisse na afirmação de um estilo de vida sem ostentação, apresentando-se como modelo de senhor, conferindo “dias de guarda” aos escravos, pagando-lhes trabalho excedente nesses dias etc., era improvável que a escravaria adquirida fosse inteiramente livre do contrabando, sendo parte de suas terras obtidas, ao longo do tempo, fruto de sua proximidade com o poder; sendo o seu caso um exemplo documentado da exploração de africanos livres no favorecimento de “acumulação de fortuna por parte do concessionário [...] em uma das atividades mais lucrativas da época”³⁷⁴. O conjunto de exemplos desenha um espectro de experiência social que ajuda a compor o quadro de entendimentos em torno do perfil literário do “orgulhoso”.

Padre Antonio Vieira, o jesuíta que atuou entre o Grão-Pará e Maranhão e a Bahia durante a colonização portuguesa do século XVII, ainda era influente entre os maranhenses oitocentistas, figurando como tema em cursos de literatura e biografias de sucesso. Em seus sermões sobre a escravidão havia uma forma de fazer crítica social e política por meio de uma parafernália coordenada de símbolos católico-cristãos e explicações encadeadas “começo, meio e fim” da jornada humana na terra em busca de expiação de pecados, atingindo o paraíso na outra vida. Contemporizando com a permanência da escravização de africanos no Brasil – embora assombrado com o problema –, imaginando como justificativa trazê-los ao cristianismo, logo, ao paraíso após a morte, Vieira construía argumentos fundamentais contra práticas que não se ajustavam ao entendimento de mundo que defendia. Rejeitava discriminações raciais ligadas à cor da pele, afirmando em Adão um mesmo barro como origem de toda a população humana. Não podendo derrubar a escravidão, era duro na crítica ao

³⁷³ Cf. Mamigonian, *Africanos livres...* op. cit., pp. 14-142.

³⁷⁴ Idem, pp. 148-149. Para o caso completo de H. Carneiro Leão, ver pp. 144-149.

comportamento dos senhores, principalmente quando considerados soberbos e orgulhosos, valorizando mais suas posses e luxos materiais, aumentando a carga dos sofrimentos escravos, em detrimento do prêmio após a morte. Enquanto a fé dos escravizados em Nossa Senhora do Rosário os levaria ao paraíso, soberba e orgulho levariam os senhores a cumprir penas e sofrimentos após a morte³⁷⁵. No sermão vigésimo sétimo do Rosário, Vieira repreende maus-tratos: “que teologia há, ou pode haver que justifique a desumanidade e sevícia dos exorbitantes castigos com que os mesmos escravos são maltratados?”³⁷⁶. Enfatizando, ele diz:

Maltratados, disse, mas é muito curta esta palavra para a significação do que encerra [...] Tiranizados, devera dizer, ou martirizados; porque ferem os miseráveis, pingados, [...] retalhados, salmoados e outros excessos maiores que calo, mais merecem nome de martírios que de castigos³⁷⁷.

O sermão vigésimo do Rosário, por seu turno, era dirigido em grande parte aos senhores na tentativa de lhes gravar na memória um temor sobre o perigo que pairava sobre suas cabeças. Seu papel era acolher e educar os escravizados, reafirmando os interesses e as formas da fé cristã, já que a preocupação das próprias divindades – Deus, Virgem Maria, Jesus Cristo – pendia sempre para o lado do mais pobre e do sofredor, tendo elas mesmas encarnado tais personagens, conforme a tradição católico-cristã. Assim questionava os senhores: “se os escravos são como Cristo, e se os senhores tem fé, epa!, como é que vão tratar os escravos?”³⁷⁸. Por meio de uma parábola, Vieira tenta materializar os princípios em jogo, enfatizando um elemento fundamental: a morte. Havia um rico que vivia no fausto e era invejado; e havia um lázaro – doente de lepra – que vivia mal e desgraçado. Até que “chegou ali de repente a morte, deu um pontapé na roda da Fortuna, e foi tal a volta em um momento, que o Lázaro se achou descansado no seio de Abraão, e o rico ardendo no Inferno”³⁷⁹. Havia um esforço de juntar interpretação social com explicação filosófico-religiosa:

Lázaro também teria alguns pecados, como têm os escravos; mas esses purgam-se pela sua pobreza, pela sua miséria, pelos seus trabalhos: e o rico também teria algumas boas obras, como hoje têm os senhores; mas essas pagou-lhas Deus com os bens que logram nesta vida³⁸⁰.

³⁷⁵ Cf. Padre Antonio Vieira. *Essencial*. São Paulo. Penguin Companhia das letras, 2011.

³⁷⁶ Idem, p. 569.

³⁷⁷ Idem.

³⁷⁸ Idem, ibidem, pp. 216-217.

³⁷⁹ Idem, ibidem, p. 235.

³⁸⁰ Idem, ibidem, p. 237.

E assim, completava:

Tal é, senhores, os que assim vos chamais, a vossa fortuna, e tal a que desprezais nos vossos escravos: eles por miseráveis têm sempre abertas as portas de misericórdia da Mãe de Deus, e abertos e prontos a suas queixas seus piedosos ouvidos: e vós com as vossas fortunas, pode ser que nem ouvidos, nem conhecidos sejam em seus altares³⁸¹.

Vieira advertia, para os que duvidassem, que esperassem a hora “quando a morte der a volta à roda da Fortuna”³⁸².

Enfatizo os sermões de Vieira sem afirmá-los como uma fonte única ou principal sobre a produção antiescravista maranhense, que estaria em diálogo tanto com fontes e argumentos do debate abolicionista Atlântico, nas primeiras décadas do século XIX, como com aspectos do abolicionismo estadunidense via *A cabana do pai Tomás*, de Harriet Beecher Stowe, nos anos 1850. Porém, a lógica de raciocínio do padre, presente no repertório maranhense oitocentista, provavelmente ligava-se ao universo de argumentos oitocentistas, principalmente se se pensar o eixo de referência católico-cristão como um elemento comum tanto na Europa quanto no Brasil, do século XVII ao XIX. Os mesmos problemas da soberba e do apego à riqueza embasam a insatisfação que existe em “A influência do cristianismo sobre a legislação”, de 1845, em Coimbra:

São os ricos e os poderosos os que fizeram, e farão as leis, e por conseguinte enquanto a verdade do Cristianismo [...] não abrandar os corações enregelados [...] não será a legislação outra coisa senão o escudo com que se acobertem a avidez e a soberba dos que têm e não trabalham contra os que não têm e trabalham³⁸³.

Note-se como o conjunto de reflexão social-religiosa nos poemas de Gonçalves Dias se afina ao repertório dos elementos simbólicos existentes nos sermões de Vieira e no texto da revista de Coimbra. “Passamento”, dentro do conjunto “Visões”, tenta materializar, no ritmo do poema, a experiência da morte do senhor impenitente que, assim como em “O orgulhoso”, apegava-se aos privilégios de sua condição social em detrimento da qualidade de vida conferida a seus dependentes pobres, incluindo escravos. Cruzando referências variadas e valorizando o acesso a debates Atlânticos por meio da experiência na Europa, Gonçalves Dias se beneficiou, no Maranhão, de um

³⁸¹ Idem, ibidem, p. 241.

³⁸² Idem.

³⁸³ *Revista acadêmica*, Coimbra, op. cit., p. 354.

ambiente intelectual menos restrito de crítica à escravidão, configurando o engajamento que apresenta em *Primeiros Cantos*.

Desrespeito à lei de 1831: experiências de frustração

Aliando o recrudescimento da pressão inglesa a devassar navios suspeitos, sob troca de tiro, na costa brasileira, às tensões internas em torno de revoltas escravas, os debates antitráfico ganham força no fim da década de 1840³⁸⁴. Retomando versão do projeto de lei do Marquês de Barbacena, de 1837, a câmara dos deputados leva à discussão texto que insistia na revogação da lei antitráfico de 1831³⁸⁵. Nesse contexto, Sidney Chalhoub ressalta bate-boca havido na câmara, iniciado por deputados que discordavam da medida, taxando-a como “desonesta” e “iníqua”³⁸⁶. Um dos deputados levantava a questão incômoda sobre como ter certeza de que nova legislação antitráfico seria respeitada se os agentes do governo se esquivavam da lei de 1831 em vigor, particularmente de autuar os responsáveis pela compra da propriedade ilegal³⁸⁷.

Em meio a tais conflitos parlamentares, caem Gabinete de Ministros e Câmara dos Deputados, dando lugar à nova agremiação que retoma os debates antitráfico em 1850. Desta vez, sempre em sessões secretas, fugindo aos ouvidos do público e às transcrições parlamentares registradas no *Jornal do Commercio*, a seguir espalhadas em outras folhas pelo país. Aprovada a lei antitráfico de 1850, Chalhoub observa que, embora tenha excluído o artigo que revogava a lei de 1831, na prática anistiou os compradores de propriedade ilegal até ali, dentre outras coisas, deixando de apontá-los na lista de autores do crime de contrabando no projeto aprovado³⁸⁸. Interessante notar até aqui como, apesar do empenho do parlamento em silenciar sobre do que se tratava realmente a nova lei em discussão - ou seja, por meio do dispositivo novo tornar obsoleto o anterior, assim como as penas previstas -, apontamentos incômodos sobre o tema já estavam na literatura nacional. Gonçalves Dias caricaturou a figura do grande proprietário de escravos da década de 1840, assinalando-o como mesquinho explorador de gente, “com os seus crimes”, impenitente.

³⁸⁴ Cf. Chalhoub, *A força da escravidão...* op. cit., p.127.

³⁸⁵ Cf. Parron, *A política da escravidão*, op. cit., pp. 125-156; Chalhoub, *A força da escravidão...* op. cit., cap. 4.

³⁸⁶ Chalhoub, *A força da escravidão...* op. cit., pp. 111-117.

³⁸⁷ Cf. os questionamentos de Moraes Sarmento em Chalhoub, *A força da escravidão...* op. cit., pp.114-116.

³⁸⁸ Sobre isso Cf. a análise de Chalhoub, *A força da escravidão...* op. cit., pp. 122-126.

Como literatura e imprensa no século XIX eram acostumadas a diálogos e trocas³⁸⁹, vale a pena checar que informações veicularam jornais importantes enquanto o parlamento confabulava. Em geral, o *Jornal do Commercio* e o *Publicador Maranhense*, ambos comprometidos com a veiculação de notícias oficiais, seguiram a sugestão parlamentar e deram pouco espaço para a publicação de polêmicas em torno dos debates. Ainda assim, as informações que veicularam deixam ver um eixo de preocupações: por um lado, uma noção de que o problema do contrabando estava entranhado no tecido social, por outro, um sentimento de vergonha nacional.

Nas semanas em que a câmara e o senado atuaram em sessão secreta, a seção “Correspondência” do *Jornal do Commercio* trouxe textos de gente tentando arredar suspeitas sobre a própria conduta. Alguém pediu ao redator “o favor de inserir no seu muito acreditado *Jornal*” documentos para comprovar que navio recentemente apresado no porto de Macaé por cruzadores britânicos não estava envolvido no contrabando. Ao contrário, afirmava: “sempre se empregou no comercio de cabotagem”³⁹⁰. A seguir, vinha texto do deputado Jansen do Paço, preocupado em emendar o *Jornal*, negando ter proferido um aparte lhe atribuído em transcrição parlamentar recente. Apreensivo, explicava que “Talvez se colija dos meus apartes, que sou favorável ao tráfico, mas é um engano”. Ao contrário, dizia-se “avesso ao comércio de carne humana”, *embora* acreditasse tratar-se de elemento “indispensável ao país”, e também não aceitasse os atos praticados pelos cruzeiros ingleses, qualificados como “manifesta infração de todas as regras do direito das gentes”. Por fim, na tentativa de livrar a própria pele, fez ver que não seria o único a quem se podia apontar o dedo:

O que porém não posso ouvir ninguém dizer é que a maioria da nação brasileira encara com horror o tráfico: infelizmente, não há um só dos nossos lavradores que não esteja convencido da necessidade dele, para que o Brasil possa progredir. Considero essa questão, não puramente dos [contrabandistas], que não defendo e com quem não tenho relações de qualquer qualidade, *mas da grande maioria da nação, que compra quantos Africanos são importados por contrabando.*³⁹¹

Se houve resposta a esse tipo cáustico de afirmação, talvez não tenha sido escrita e enviada ao periódico; se o foi, o *Jornal* não publicou. Sobre o assunto, apenas acrescentou na seção “Exterior” notícias de debates ingleses do último mês de maio

³⁸⁹ *História Social. Revista dos pós-graduandos em História da Unicamp*, Dossiê “Literatura nos arquivos”. n. 22/23, 2012 <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/issue/view/77> ; Marie-Ève Thérenty, *La littérature au quotidien. Poétiques journalistiques au XIX siècle*. Paris, Éditions du seuil, 2007.

³⁹⁰ *Jornal do Commercio*, RJ, 19 de julho de 1850, pp.2-3.

³⁹¹ *Jornal do Commercio*, RJ, 19 de julho de 1850, p. 3, grifo meu.

sobre proposta para boicotar açúcar oriundo de regiões ligadas à escravidão, o que serviria para engrossar o caldo do ódio local às ações inglesas³⁹². Dedicada às últimas atualizações sobre o andamento dos debates parlamentares, a seção editorial do *Jornal do Commercio* informa em 7 de agosto que o senado “constituiu-se em sessão secreta”; em 9 de agosto, que continuava em sessão secreta, e, no dia 13, que retornava às sessões públicas após aprovar as emendas da câmara ao projeto de 1837. Não ventilou polêmicas.

O *Publicador Maranhense* tinha o *Jornal* como referencial sobre as transcrições oficiais dos debates na corte, mas não apenas ele, de modo que, as notícias que veiculou trazem um panorama da efervescência dos debates ao longo de províncias diversas. Destaca-se no mês de agosto a cobertura sobre o patrulhamento britânico. Na seção “Interior”, transcrevia notícia do *Diário de Pernambuco*, que por sua vez citava folhas fluminenses sobre “o insólito procedimento dos cruzadores ingleses”. Citando carta de correspondente da corte ao *Diário*, informa que parecia haver estado de guerra da Inglaterra para com o Brasil, pois “tem aprisionado e queimado embarcações dentro de nossos portos”³⁹³. A notícia de 8 de agosto sobre o apresamento de embarcações na ilha da Cotinga, dita “habitada unicamente por pescadores e agentes do tráfico” soma-se à afirmação incômoda de Jansen do Paço. Pois corrobora a percepção de que a convivência era generalizada, tanto que sujeito interessado saberia apontar aonde encontrar os envolvidos.

Interessante como a carta do correspondente do Rio de Janeiro ao *Diário de Pernambuco*, por sua vez transcrita no *Publicador Maranhense*, fez comentários que o parlamento em sessão secreta preferia ocultar. Sobre a confusão no litoral: “A opinião é que nenhum dos navios apresados é inocente; porque alguns pelo menos se empregaram no tráfico em época não muito remota”. A seguir, historia os debates no parlamento:

Em 1848, discutia-se na câmara dos deputados uma lei proposta no senado pelo Marquês de Barbacena em 1837, proibindo o tráfico e revogando a lei de 7 de novembro de 1831: ao chegar-se ao artigo 13 que era o último, tornou-se a sessão secreta e ficou ele adiado. Dizia esse artigo: -Nenhuma ação poderá ser intentada em virtude da lei de 7 de novembro de 1831, que fica revogada³⁹⁴.

Deste modo, o empenho parlamentar solidário à classe senhorial envolvida na compra ilegal de africanos ficava registrado e posto a circular em português claro pela

³⁹² Cf. *Jornal do Commercio*, RJ, em 19 de julho e 11 de agosto de 1850.

³⁹³ *Publicador Maranhense*, MA, 6 agosto de 1850, p. 3. O tema se repete na edição de 8 de agosto.

³⁹⁴ *Publicador Maranhense*, MA, 6 de agosto de 1850, p. 3.

imprensa. O missivista reconhecia os inconvenientes da lei antitráfico em vigor, porém considerava a “violação da palavra legislativa” mais grave. Era da opinião de que o governo deveria se esforçar para reprimir o tráfico de forma eficiente, ao mesmo tempo repelindo os ingleses da costa nacional. Sobre as sessões no parlamento, o correspondente lamentou terem-se tornado secretas:

[...] bom fora que, em matéria em que se acham envolvidos interesses vitais do país, fosse este ilustrado pela discussão, já que durante 20 anos que tem decorrido depois da lei de 1831, e 24 depois do tratado, alguns gênios maus só se tem tratado de obcecar e extraviar o espírito dos agricultores e da população em geral [...].

Por um lado, otimista com o andamento dos debates no parlamento, por outro, responsabilizando figuras elusivas como “gênios maus”, a intenção do missivista não é lançar crítica à convivência do governo brasileiro com o tráfico. Ainda assim, o modo despreocupado como fala dos eventos torna límpido como os sujeitos que acompanhavam os debates na época tinha clareza sobre a longevidade do tráfico. Em editorial, *O Publicador Maranhense*, por seu turno, deu voto de confiança ao empenho do gabinete no poder em combater o contrabando, opondo-se ao acirramento dos conflitos com a Inglaterra, afinal: “empreender uma guerra por uma causa tão vergonhosa como o tráfico, era expor o Brasil à desonra na opinião do mundo civilizado inteiro”³⁹⁵.

Tal contexto de acirramento dos debates em torno do tráfico de escravos, no final dos anos 1840, escancarando-se o problema do desrespeito à lei de 1831, enriquecem a percepção sobre como a *Meditação* de Gonçalves Dias lança luz a elementos importantes em jogo. A ênfase do profeta na existência de um “cisma” entre o povo, enganado com mentiras e esperanças utópicas, se afina ao clima crescente de frustração e vergonha nacional; e não apenas por causa da pressão inglesa nas praias brasileiras, mas pelo entendimento, ainda que reprimido, da permanência de um crime contra a liberdade dos africanos contrabandeados. Este é um elemento que o testemunho literário ilumina. Após o desfecho dos debates antitráfico de 1850, é possível encontrar um aprofundamento do sentimento de frustração, assim como da crítica aos problemas ligados ao tráfico de escravos, em autores maranhenses como Trajano Galvão de Carvalho e Maria Firmina dos Reis.

³⁹⁵ *Publicador Maranhense*, MA, 10 de agosto de 1850, p. 3.

Na abertura de *Três Lyras*, sua coletânea de poemas de estréia em 1862, o poeta inseriu um texto intitulado “O Brasil”, datado de 1850, em Olinda, dos tempos em que frequentava a faculdade de direito:

Por que gemes, por que choras
Tão triste assim, meu Brasil?
Por que nos lábios demoras
Esse sorriso febril?...
N'alma te pesa algum crime,
Seu ferrete vil te imprime
Na fronte *remorso atroz?*³⁹⁶

Quem sabe ecoavam na mente do poeta as notícias do *Diário de Pernambuco* sobre “o insólito procedimento dos cruzadores ingleses”: “tem aprisionado e queimado embarcações dentro de nossos portos”; “A opinião é que nenhum dos navios apresados é inocente”. No parlamento discutia-se: “uma lei proposta no senado pelo Marquês de Barbacena em 1837, proibindo o tráfico e revogando a lei de 7 de novembro de 1831”; “Nenhuma ação poderá ser intentada em virtude da lei de 7 de novembro de 1831, que fica revogada”; “20 anos que tem decorrido depois da lei de 1831”. Desta vez, o delirante riso febril que em Gonçalves Dias aparecia na boca do moribundo escravocrata de “Passamento” é colocado na figura personificada do país em agonia. Mais incisivo, Trajano Galvão retoma também a menção aos crimes. Dada a ebulição da crise nos portos brasileiros e no parlamento, os crimes a pesar na alma, marcados a ferro na fronte do país, relacionam-se à vergonha dos 20 anos impenitentes de contrabando.

Entretanto, a possibilidade de que houvesse remorso talvez tomasse por base a manifestação dos poucos parlamentares que se opuseram à proposta de revogação da lei de 1831. “O Brasil”, talvez escrito antes do desfecho da sessão parlamentar de 1850, parece ainda refletir uma expectativa de que se fizesse algum tipo de reparação, pois, afinal, mais otimista, sugeria ao país que cobrasse alento: “Despe esse luto, essa dor.../Meu Brasil é um gigante”. Provavelmente compartilhando com o editorial do *Publicador Maranhense* a confiança de que o gabinete de ministros estava finalmente disposto a suprimir o tráfico, o poeta encerra o poema confiando que o futuro poderia trazer regeneração: “Se não dormes respeitado/À *sombra do teu passado*/ - Tens um futuro sem fim”³⁹⁷.

³⁹⁶ “O Brasil” in: Trajano Galvão de Carvalho, *Três Lyras*, op. cit., pp. 1-3 Grifos meus.

³⁹⁷ Grifo meu.

Uma reflexão mais amarga aparece no romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, publicado em 1859. Interessante como o texto retoma a representação do senhor de escravos orgulhoso e ganancioso. Trata-se da figura de Fernando P., proprietário da Fazenda de Santa Cruz. Situada em uma colina, havia “renques de coqueiros” e ranchos de escravos ao redor da casa senhorial. O fazendeiro é descrito como senhor cruel que, embrutecido pelas próprias frustrações, descarregava ódio e arbítrio sobre seus escravos. Em sua propriedade, as casas dos cativos andavam arruinadas “porque os desgraçados escravos do comendador, espectros ambulantes, não dispunham de uma só hora no dia que pudessem dedicar em benefício de suas moradas”. Trabalhavam à noite “ordinariamente até ao primeiro cantar do galo”, “Esfaimados, seminus, espancados cruelmente”, gozavam de apenas “duas ou três horas” de “sono fatigado”³⁹⁸. Em diversos momentos ao longo do romance, Fernando P. protagoniza cenas de raiva e abuso de poder que fazem dele um desenho mais completo do perfil criticado desde os textos do padre Antonio Vieira, passando pelos poemas de Gonçalves Dias, crivado de referências que marcaram os debates antitráfico dos anos 1840. É exemplar, por exemplo, a cena em que o fazendeiro questiona a escrava Susana sobre o paradeiro de Úrsula, a sobrinha que fugiu para evitar o casamento forçado com ele, o tio Fernando P. Imaginando a escrava como cúmplice da moça, o fazendeiro ferve de raiva:

Ao vê-la [Susana], o comendador rugiu como um tigre, os olhos injetaram-se-lhe de sangue, e as artérias intumescidas ameaçavam arrebentar: seu semblante tornou-se roxo de ódio e a fisionomia era medonha, e horripilante:
 – Para onde foi Úrsula – interrogou com voz que horrorizava – Para onde foi Úrsula? fala ou prepara-te para morrer sob o azorrague.
 Não sei, meu senhor, – respondeu humildemente a velha [...].
 [...]

 – Fostes sua cúmplice, hás de pagar-mo.
 – Em nome do céu! – exclamou a mísera [...]
 – Cala-te, atrevida [...]. Confessarás à força de tormentos [...]”³⁹⁹

A seguir, um padre intercede por Susana, tentando dobrar a postura de Fernando P., lembrando-lhe os castigos divinos que seriam enviados a ele: “[...] Pelo céu, meu filho, não mancheis vossas mãos no sangue de vosso irmão! [...]”, ao que o fazendeiro retruca: “Mentes, padre maldito! A vossa doutrina não escutarei nunca. A vingança,

³⁹⁸ Para as descrições da fazenda de Fernando P., cf. Reis, op. cit., pp. 165-166, 186-188.

³⁹⁹ Maria Firmina dos Reis, *Úrsula*. Florianópolis, Ed. Mulheres; Belo Horizonte, PUC Minas, 2009 [1859], p. 190.

desejo-a com ardor, afago-a”. E complementa: “Que me importa a mim a vingança dos mortos! Tancredo, Úrsula não hão de rir do homem a quem ludibriaram”⁴⁰⁰.

O comportamento de Fernando P. lembra muito a postura dos fazendeiros soberbos de Gonçalves Dias em “Passamento” e “Orgulhoso”, crendo-se senhores do mundo à força de um gesto altivo, roídos de raiva com a possibilidade de se tornarem motivo de riso para os considerados subalternos; resistindo às investidas do padre, permanecendo impenitentes, abraçados a seus crimes. Pairavam suspeitas desse tipo sobre o dono da Fazenda de Santa Cruz, como aparece no diálogo entre duas personagens enquanto margeavam a propriedade:

– [...] Oh! vós não conheceis o comendador, e vossa alma generosa terá de repugnar em face das barbaridades, que ele pratica cada dia. Implacável é o seu ódio, e a pobre senhora Luísa B... bem o tem experimentado [...] seu marido foi também um homem cruel, mas a cólera do comendador o seguiu por toda parte, e Deus sabe... talvez ele abreviasse os dias...

– Pois quê?! – interrogou Tancredo – julgas, Túlio, que fosse o comendador o assassino de Paulo B...?

– Não sei, senhor – suspirou o negro. – O comendador nunca procurou justificar-se; e graves suspeitas pesam ainda hoje sobre ele⁴⁰¹.

Antes de encerrar a cena, o narrador diz algo sobre a casa de Fernando P., na fazenda: “bela na aparência, de uma construção sólida e elegante; porém hermeticamente fechada”⁴⁰². Dentro da casa senhorial, um dos feitores se rebela e lhe diz: “banhai-vos no sangue dos vossos semelhantes, juntai crimes horrendos a crimes imperdoáveis”, e por isso desiste de trabalhar para o fazendeiro⁴⁰³. Podendo contar com outros, a certa altura o comendador os reúne para definir seus planos para reaver a sobrinha fugida. Diz-se que Fernando “entrou no seu gabinete, onde deu ordens, que para logo se cumpriram. Dois homens, de hórridas fisionomias foram introduzidos, e o que lhes disse o comendador, só Deus e eles o puderam ouvir”⁴⁰⁴. Mais do que semelhança com os orgulhosos de Gonçalves Dias, a figura de Fernando P. é constituída de elementos que compõem uma imagem crítica do senhor de escravos cuja fortuna se formou durante os anos de ilegalidade do comércio de africanos. Contrastando com o desenho dos “proprietários tranquilos”, respeitáveis, cheios de virtude do marquês de Barbacena no discurso de 1837, Maria Firmina dos Reis rebate com um perfil cujos

⁴⁰⁰ Idem, ibidem, pp. 194-195.

⁴⁰¹ Idem, ibidem, p. 164.

⁴⁰² Idem.

⁴⁰³ Idem, ibidem, p. 186.

⁴⁰⁴ Idem, ibidem, p. 192.

elementos simbólicos retomam os problemas que pairavam ao longo dos debates antitráfico e que se quis esconder: riqueza e elegância externas a custo de um banho de sangue, cuja repercussão se tenta reprimir hermeticamente em discussões secretas nas altas esferas do governo.

Os textos de Trajano Galvão e Maria Firmina dos Reis podem ser lidos como obras de análise crítica sobre o problema da experiência e do legado do contrabando de africanos no Brasil. Embora tenham sido publicados em 1859 e 1862, quando o tráfico estava extinto, é possível que partilhassem de ansiedade existente ao longo da década de 1850 sobre se o tráfico realmente se estancaria, ou se reabriria, haja vista a experiência com a lei de 1831. Nesse sentido, vale lembrar que houve entrada residual de africanos ilegalmente escravizados até o ano de 1856, mesmo que em quantidade consideravelmente menor em relação aos anos da década de 1840⁴⁰⁵. Por outro lado, o estancamento do tráfico atlântico deu força ao tráfico interprovincial de escravos, das províncias do norte, para a região cafeeira do Vale do Paraíba, entre Rio de Janeiro e São Paulo, nas décadas seguintes.

Deste modo, o problema da mão de obra sendo arrastada daqui para lá, obrigada a desligar-se de laços de família e solidariedade estabelecidos, continuou vigente. Ademais, mesmo após a lei antitráfico de 1850, a lei de 1831 continuaria a rondar a classe senhorial, haja vista a atuação de Luiz Gama nas décadas de 1860 e 1870 na tentativa de abrir processos de liberdade com base na constatação da entrada do cativo no Brasil em período ilegal⁴⁰⁶. Ou seja, os indícios sugerem que fazia sentido e que havia motivo político para manter viva na memória do público leitor, de jornais e de literatura, as narrativas da escravização do período da ilegalidade. Nesse sentido, chama atenção a insistência no registro da palavra *crime*. Talvez se possa mensurar a pressão que haveria contra a representação desse tema em poema incisivo que Trajano Galvão não inseriu em *Três Lyras* e que só veio a público postumamente⁴⁰⁷.

Escrito em Olinda, datado de 1852, “O natal” inicialmente parece tematizar as saudades do poeta de sua cidade de origem, ao rememorar os festejos natalinos em Mearim, Maranhão: “N’este tempo, em minha terra,/No meu pátio Meary”, “Tudo lá respira festa/Singelez, ledice, amor”. Porém, aos poucos, ao trazer a presença escrava

⁴⁰⁵ Sobre a entrada de africanos até 1856, cf. Chalhoub, *A força da escravidão...* op. cit., p. 127.

⁴⁰⁶ Elciene Azevedo, *Orfeu de carapinha. A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas, Editora da Unicamp, 1999, cap. 4.

⁴⁰⁷ Cf. Trajano Galvão de Carvalho, *Sertanejas*. Rio de Janeiro, Imprensa Americana, 1898.

para o cenário das festas, o poema torna-se crítico, por fim, amargo. Primeiro, registra-se o direito escravo ao folguedo de natal:

[...]
 A cativa já se apresta,
 Afina à chama o tambor:
 Eis se fecha à vasta roda,
 Já começa à pátria moda,
 Tosco e bárbaro folgar:
 [...]
 D'além os ecos estruge
 Do negro o rude cantar

Mantendo a tradição que quem sabe se iniciou com a Associação Maranhense em torno do *Jornal de instrução e recreio*, Trajano Galvão valoriza as práticas culturais de matriz africana, ainda que consideradas imperfeitas à luz da matriz européia. Assim, interpretava nas danças escravas formas de aliviar a experiência opressora do cativo: “Co’o tambor a mente aturdem,/Esquecem que escravos são:/Que saudades ali surdem/Do tambor ao coração!...”. Tendo essa cena diante de si, o poeta inicia reflexão incômoda sobre o significado daquele cativo:

Folgam, míseros!...nos ferros,
 No seu ríspido desterro,
 Co’o folgar do seu país!...
 Nem sentem no ledro peito
 Tropelado o seu direito
 A pesar-lhe na cerviz!...

A alusão ao “ríspido desterro” faz crítica à escravização e ao tráfico de africanos, ecoando o comentário de Gonçalves Dias sobre “A escrava”, presa a um “ríspido Senhor”. Por sua vez, o relato do sequestro de mãe Susana, em *Úrsula*, acrescentará detalhes e vividez às alusões dos poetas. O alvo da crítica no problema da escravização ilegal se faz na menção ao direito escravo - à liberdade? - atropelado, sugestão que se acirra em estrofe adiante:

E divagam, à rédea solta
 Os crimes à luz do sol,
 Toda terra anda revolta,
 Areada sem farol!...
 Conculca o ímpio sem susto
 A nobre fronte do justo
 [...]
 Já parece que o remorso,
 Que dos vícios anda a corso

Corrompeu-se como vós!!!⁴⁰⁸

Escrito após a aprovação da lei antitráfico de 1850, que, ao estancar o tráfico, anistiou, por outro lado, a propriedade ilegal adquirida até ali, dissipou-se neste poema o que havia de otimista nas estrofes finais de “O Brasil”, de 1850. No contexto da menção ao direito atropelado dos escravos, é sugestivo que os crimes à luz do sol se refiram ao desprazer com que a classe senhorial escravista logrou manter suas posses ilegais com a conivência das altas instituições políticas do império. O resto da estrofe oferece uma análise das consequências deméritas do contrabando na construção das relações sociais, com a depreciação dos valores éticos e a deterioração da noção de reparação. Afinado ao tema religioso do natal e sem confiança nos mecanismos da justiça imperial, o poeta encerra o poema, amargo, lembrando os vates de Gonçalves Dias, apelando à ira divina: “Cospe-nos raios a flux.../Tu, que mil mundos fizeste,/Desmantela, arrasa este,/Evoca um mundo melhor,/Varre, extingue a raça humana/E este mundo que se dana”. Quem sabe Trajano Galvão tenha considerado inserir “O natal” em *Três Lyras*, desistindo, afinal, após considerá-lo excessivamente cáustico e direto. Ou talvez tenha teimado e perdido a questão diante dos dois colegas literatos com quem publicou a coletânea.

Em “Solão”, de 1855, também publicado postumamente, retorna a figura do “senhor de mil escravos”, em cuja fazenda havia rotina de trabalho excessiva, na qual “ao duro lidar do dia/Sucedo o duro serão” ante a checagem constante do feitor, que pesava as arrobas de algodão colhidas, sob pena de açoitamento. Nesse contexto, entra o tema do castigo injusto. Rege o poema o assunto do assédio do senhor, Jovino, a Cezarina, uma cativa ainda muito jovem que se recusa a ceder, procurando esquivar-se ocupando das tarefas: “Vou cumprir minha tarefa:/—Três arrobas de algodão”. Jovino insiste em pressioná-la e seduzi-la prometendo dar-lhe sapatos, sedas e jóias, ao passo que é sempre repellido: “Ai!... triste de mim, coitada,/Que sou negra e sou cativa!”, “Vou cumprir minha tarefa:/—Três arrobas de algodão”. Certa feita, após a pesagem do algodão, Jovino escolhe Cezariana para ser castigada. Ordena virem as cordas e que “Seja o castigo exemplar...”. Segue uma sequência de estrofes que alternam os clamores de Cezarina com a impassibilidade do orgulhoso “senhor de mil escravos”:

⁴⁰⁸ “O natal” in: Trajano Galvão de Carvalho, *Sertanejas*, op. cit., pp. 35-38.

CEZARINA

Meu Senhor, por piedade.
 Por amor do vosso pai!
 Sou castigada sem culpa.
 Meu Senhor, ah! perdoai!

JOVINO

Faceira, esquiva e donzela...
 Ninguém me peça por ela.

CEZARINA

Eu dei conta da tarefa,
 Nunca fiz mal a ninguém.
 Sou humilde e sou criança;
 Tanto ódio, d'onde vem?...

JOVINO

Faceira, esquiva e donzela...
 Ninguém me peça por ela.

.....

As falas de Cezarina esclarecem que é castigada não por ter trabalhado menos, mas por ter resistido às investidas sexuais do senhor sobre ela, tão jovem que poderia ser considerada criança. Em meio à sevícia de Cezarina, seu pai, Antonio, outro escravo de Jovino, lamenta e pede pela filha, ao que o senhor continua impassível e repetitivo. Encerra-se a passagem, abrindo outro episódio do poema. Certa feita, Jovino saiu à caça, com seus cães e seus escravos, até que: “no meio da espessura/Do emaranhado cipó./O senhor de mil escravos/De repente se achou só”. Inquieto com barulhos ao redor, sem discernir de onde vinham, ele pergunta: “Quem vem lá, quebrando o mato?/Olá, quem é que está aí?...”. Quando finalmente alguém responde, Jovino reconhece a voz de Antonio, que lhe tinha fugido e agora era considerado um “calhambola”: “Tu anda após das matas./Mas eu ando após ti...”. Furioso, embora impotente naquela situação, Jovino berra de volta: “Nem mais um passo, ou desfecho/Sobre ti esta pistola”, “Ora, sim, hei de amarrar-te”. Altivo, Antonio replica que bala ele também tinha, enquanto Jovino estava “a descoberto” e ele protegido atrás de um jatobá. Finalmente em condições de desafiar o senhor, completava: “Branco – só vós é que sóis;/Mas, homens – somos nós dois”. Sem melhor recurso, Jovino repete ameaças, enquanto “treme” “de cólera” e “desfecha o tiro” às cegas, ao passo que “O negro risadas dá”. Desta vez, é Antonio que permanece impassível, a repetir o estribilho: “Vós estás a descoberto,/Eu atrás de um jatobá/“Branco – só vós é que sóis;/Mas, homens – somos nós dois”. Encerra-se a passagem de modo macabro, sem

que alguém jamais esclareça o paradeiro de Jovino. Batem o mato a procura do senhor, mas a resposta é sempre a mesma: “– A caça ele saiu,/Nunca mais ninguém o viu”⁴⁰⁹.

Enquanto o tema da morte de “senhor de mil escravos” havia aparecido em Gonçalves Dias, sugerindo alívio por parte da escravaria, Trajano Galvão leva o argumento ao limite, colocando a arma na mão do escravo rebelado, pesadelo senhorial ao longo de todo o século XIX. Talvez animados pelos círculos intelectuais nos quais “rolava a conversa sobre diferentes assuntos de Literatura”, os escritores maranhenses pareciam engajados em não deixar a classe senhorial esquecer-se do crime cometido e de que, portanto, vivia acossada pelo perigo da rebeldia escrava.

⁴⁰⁹ “Solão” in: Trajano Galvão de Carvalho, *Sertanejas*, op. cit. pp. 57-64.

CAPÍTULO 3

Fantasmas e danação na literatura oitocentista sobre a escravidão

Zana

Existe uma personagem escrava interessante no romance *Til*, de José de Alencar. Chama-se Zana, é velha – a carapinha toda grisalha – e frágil; depende de Berta, a mocinha do livro, para comer e receber algum cuidado. O romance é de 1871-1872, saiu nos folhetins do jornal da corte *A república* e depois em volume pela editora Garnier. O parlamento brasileiro havia recentemente aprovado a chamada Lei do Ventre Livre. Alencar, deputado, fizera oposição ao lado de colegas comprometidos com os interesses senhoriais do país. Qualquer personagem escrava que compõe nesses anos está sob a sombra desse contexto. Na mesma câmara de deputados, encontrava-se Perdigão Malheiro, autor da obra célebre *A escravidão no Brasil*, de 1866. Acreditava que era preciso propor alguma lei que regulasse a emancipação, que o Estado deveria atuar nesse processo. Acabou encurralado no esforço de inserir alguma coisa dos interesses e pressões escravas na lei de emancipação em debate: terra; mais opções de liberdade. Seus projetos e aditivos perderam as votações, até que ele próprio cedeu, se opondo à Lei do Ventre Livre, de todo modo, aprovada por outra parcela de deputados⁴¹⁰.

Zana é marcada por um trauma que sofreu, anos antes, no serviço de mucama. Por obrigação de ofício, tornara-se cúmplice das intrigas da vida de sua senhora, Besita, e, partilhando das ansiedades dela ajudou-a a lidar com uma gravidez e um bebê fora do casamento. O marido dela tinha ido viajar e parecia nunca mais voltar. Besita e Zana viviam numa casinha no interior da província de São Paulo, próximo à fazenda das Palmas, que é o centro das ações da trama. O filho do fazendeiro rico havia flertado com Besita, que até correspondera, mas ele não se casaria com moça pobre, e se absteve de afirmar interesse quando outros pretendentes se apresentaram. Porém não deixou de forçar sua presença, pegando a mulher de surpresa numa das noites sem o marido em casa. Meses depois nasceu Berta, sem que mãe ou filha recebessem mais visitas do senhorzinho. Restava Zana vivendo com as duas, absorvendo as preocupações de Besita sobre como explicar a criança ao senhor da casa quando aparecesse, se aparecesse. As

⁴¹⁰ Cf. Dayana Façanha, *Política e escravidão em José de Alencar. O tronco do ipê e os debates em torno da emancipação (1870-1871)*. São Paulo, Alameda, 2017, “O aditivo de Perdigão Malheiro”, pp. 147-159.

mulheres teriam ensaiado uma estratégia, diriam ser filha de Zana. Porque quando o marido afinal retornou, a escrava ninou a criança nos braços, aflita, lhe esfregando carvão na pele até que ficasse negra. A menina foi poupada. Besita acabou morta asfixiada nas próprias tranças, o olhar injetado parecia pedir a ajuda de Zana, que nunca mais esqueceu a cena⁴¹¹.

O eixo da reflexão em *Til* gira em torno de Berta e sua capacidade de reabilitar as relações de dependência no mundo senhorial, levando até mesmo o fazendeiro a um nível de autocrítica. Um jeito de o romance teimar na viabilidade do modelo patriarcal escravista brasileiro como remédio aos próprios males do mundo construído até ali – anos 1870 – e que começava a desmoronar. Eram as ideias de Alencar⁴¹². Com foco nos dramas do capanga João Fera, Zana é apenas mais uma entre as personagens sofridas a serem acolhidas por Berta, e não parece ter ganhado maior atenção do narrador, que, se por um lado, reconhece sua presença no cenário, lhe distingue algum traço, de resto, comporta-se como se soubesse tudo sobre ela, num perfil restrito. Mas isto é precisamente a virtude ou o truque de Zana, cujo instrumental interpretativo inerente a ela traz ao texto, sorrateiramente – porque é o que resta – um viés que ultrapassa e confronta o suposto comentário sábio e informado do narrador sobre escravidão e liberdade no Brasil oitocentista. Veremos.

Zana habitava uma casa em ruínas: “Já tinha desabado metade da parede do sótão e o telhado abatia aos poucos, rompendo os caibros podres”⁴¹³. Isso era final dos anos 1840 no romance. Vinha da cozinha “um som roufenho e soturno, como o grunhido de um porco”:

Acocorada a um canto, com o queixo sobre os cotovelos fincados ao peito cerrando a cara, descobria-se uma criatura humana, dobrada sobre si a modo de trouxa. Era uma preta velha, coberta apenas de uma tanga de andrajos, e que resmoneava, batendo a cabeça com um movimento oscilatório semelhante ao do calangro.

Continua:

⁴¹¹ José de Alencar, *Til*. São Paulo, Ateliê editorial, 2012; conferir os capítulos dos volumes 2 e 3.

⁴¹² Cf. Dayana Façanha, “Política e crítica social em *Til*, de José de Alencar”. Monografia de Bacharelado, Unicamp, 2011; e *Política e escravidão em José de Alencar...* op. cit., caps. 2-3. O ponto de partida para minhas pesquisas sobre os romances escravistas de Alencar e que implica no método e nos resultados apresentados dialoga com: Sidney Chalhoub, *Machado de Assis, historiador*. São Paulo. Companhia das letras, 2003; sobre José de Alencar cf. cap. 4.

⁴¹³ O conjunto das citações a seguir referem-se a: Alencar, *Til*, op. cit., p. 128.

De tempo em tempo desdobrava um dos braços descarnados, insinuava ligeiramente a mão pela espádua, e fazia menção de matar uma pulga que imaginava ter presa entre o polegar indicador.

Por causa do trauma, Zana vivia alheia ao mundo em seu entorno, sozinha, presa à repetição de uma mesma cena. Para conseguir sua atenção quando a visitava, Berta cantava para ela, retomando uma canção de ninar. Enquanto Zana responde à menina, o narrador a explica:

– Bebê!... repougaram os grossos beijos da negra com uma voz que não parecia humana, embora repassada de extrema doçura. Depois arrancou do peito cavernoso a mesma toada do acalanto, cujas palavras truncava por forma que somente se percebia delas a sonância confusa e estranha. Dir-se-ia que ela cantava em algum dialeto africano, tão bárbara era a pronúncia com que se exprimia⁴¹⁴.

Zana era africana?

Na fazenda das Palmas havia indício de africano novo, recém chegado do tráfico, como o cativo Monjolo, isso nos anos 1840. Não seria estranho se Zana tivesse a mesma origem. O narrador não discute esse assunto em momento algum, embora a história que ele conta seja marcada por esses rastros.

Aproximava-se um novo episódio das alucinações da escrava, disparado pelos elementos que, no passado, organizavam o ritmo das suas tarefas diárias. A certa altura, o sol toca a cabeça de Zana à porta da cozinha. Ela esfrega os olhos, levanta e se aproxima do fogão: agachada, “começou a soprar como se houvesse ali nas grelhas algum brasido coberto pelo borralho”⁴¹⁵;

Depois de algum tempo empregado na quimérica operação de acender um fogo ausente, a louca foi à prateleira buscar uns cacos de telha que se afiguravam panelas ou frigideiras; [...] para preparar a comida.

De repente Zana volta a cabeça, “aplicando o ouvido, à guisa de quem escuta um chamado”. Para acudir, diz o narrador, “arrancou do peito um grito áspero e gutural”: “Inhá!...”.

Deixando as coisas da cozinha, ela corre até uma das salas da casa.

⁴¹⁴ Alencar, *Til*, op. cit., p. 129.

⁴¹⁵ Para o conjunto das citações sobre a alucinação de Zana, cf. Alencar, *Til*, op. cit., Volume 2, cap. 3, pp. 130-134.

O narrador tenta construir o contraste entre a vividez da visão de Zana, ligada a um tempo passado, à qual só ela tem acesso, e o silêncio monótono do momento presente. A escrava via e ouvia alguma coisa que acontecia naquela sala.

Zana tinha parado junto à porta, em atitude de escutar outra pessoa, que por ventura ali estivesse a falar-lhe. Os gestos rudes, mas expressivos; os esgares vivos e rápidos, que lhe cambiavam a móvel fisionomia [...]

Eram indícios “das impressões encontradas” ali “que abalavam esse espírito embotado”. Ao mesmo tempo, do lado de fora da mente de Zana, o lugar estava abandonado e quieto: “Não havia aí ninguém”, diz o narrador, “as paredes esboroavam-se; o teto de fasquias de taquara caía aos pedaços, e as taboas do soalho rangiam sobre os barrotes carcomidos”. Berta observava a escrava de perto, seguia-a, tocava-a, mas sem resposta. Ao longo de suas visitas, reparando “na insistência com que a negra repetia os mesmos movimentos, e a ordem em que eles se sucediam”, a menina suspeitou de um mistério. O narrador dá a dica: “Não seria essa pantomima a representação muda de uma cena que ali, naquela casa em ruínas, passara outrora, e abalara a alma da negra a ponto de a subverter e alucinar?”. Zana revivia a tragédia do assassinato de Besita, atendendo aos últimos clamores da senhora, tendo tempo apenas de resgatar o bebê, repetindo cada passo até o final, correndo ao terreiro, aflita, como se ninasse uma criança de colo. A visão terminava, e, da extrema excitação, Zana recaía em profunda apatia. Um último comentário a essa cena finaliza os contornos do perfil da velha escrava nas tintas do narrador. Berta passava horas e horas nas ruínas tentando desvendar “o mistério dessa louca solitária, que ali vivia ao desamparo, completamente esquecida e nutrindo-se de terra e de raízes cruas”, antes que a menina aparecesse para ajudá-la.

No desenrolar da narrativa, num *flashback* sobre o passado da formação da fazenda das Palmas, misturado à história das personagens principais – o senhorzinho Luís Galvão, Besita, João Fera –, o leitor tem acesso à cena na cabeça de Zana, com todas as peças do quebra-cabeça⁴¹⁶. Embora o drama seja importante na construção do perfil culpado do fazendeiro senhor de escravos o qual Alencar precisa tocar em 1871, a escravidão em si, no seu modo de sujeitar os escravizados, não compõe o cerne da crítica. Berta e Besita são as grandes vítimas da situação, ao lado do capanga João Fera, que não tinha origem escrava. Zana fica pairando ao redor, matando pulga, com seu

⁴¹⁶ Cf. Alencar, *Til*, op. cit., volume 3, caps. 1-4.

alheamento e suas visões, quase como se fosse uma vítima das próprias fraquezas em vista dos limites da empatia do narrador em suas descrições. Embora digna em suas ações no passado, responsável pelo resgate e proteção inicial de Berta, dona de uma voz “repassada de doçura”, o perfil da preta velha se estrutura pelo estranhamento: uma “criatura humana” que mais parecia uma trouxa num canto; senhora, quem sabe, “de algum dialeto”, o canto rouco, soturno, como um “grunhido de porco”; “a pobre louca”⁴¹⁷, “esse espírito enfermo”⁴¹⁸, “a louca”, “esse espírito embotado”⁴¹⁹, a “mímica da doida”⁴²⁰.

Outro autor teria atribuído coisas sobrenaturais às visões de Zana? Teria brincado com fantasmas? Zana era atormentada por fantasmas? Ela mesma algum tipo de espectro?

O cenário afastado, em ruínas; a personagem isolada, enlouquecida, andrajosa; o tormento das visões repetitivas, assombrando o lugar: tais elementos costumavam compor o eixo de histórias envolvendo fantasmas em pequenos romances ou poemas ao longo da primeira metade do século XIX. Alguma referência insistente vinha do *Hamlet* de Shakespeare, cuja tensão com o fantasma do pai, pedindo vingança, fundamentava uma tradição literária num repertório compartilhado pelos letrados oitocentistas, dentro e fora do Brasil⁴²¹. Havia também um repertório religioso católico, cuja dimensão é difícil equacionar – sempre reformulado e ajustado aos contextos históricos ao longo de séculos de tradição –, que idealizando um jeito certo de viver, fundamentava, principalmente, um jeito certo de morrer: em comunhão, arrependidos os pecados, rezado por padre e etc., garantindo chegada suave do outro lado. Do contrário, ao que parece, ficava-se a meio caminho, pairando consciente embora sem corpo físico, pagando pena; atormentando-se e aos vivos.

Mas a certa altura, o século XIX já não podia levar a sério fantasmas ou assombrações; não entre bacharéis educados nas ciências do tempo. José de Alencar era

⁴¹⁷ Cf. Alencar, *Til*, op. cit., p. 129.

⁴¹⁸ Idem, p. 130.

⁴¹⁹ Idem, p. 131.

⁴²⁰ Idem, p. 132.

⁴²¹ Referências ao universo de Shakespeare, em geral, e a *Hamlet*, em particular, apareceram algumas vezes ao longo das revistas literárias que consultei. Para um dos exemplos mais diretos, com uma epígrafe de *Hamlet* e o tema do fantasma pedindo justiça, cf. “Visão de Carlos XI”, 1829, por Prospero Mérimée. *Jornal de instrução e recreio*, 17 de novembro de 1845, p. 155. Também consultei: Marcia A. P. Martins, “Shakespeare no Brasil: fontes de referência e primeiras traduções”, PUC-Rio, TradRev, s/d.; Kelly A. dos Santos Silva, “Shakespeare e Machado de Assis: das origens do teatro brasileiro à apropriação de *Hamlet*”. Dissertação de mestrado. Universidade de Lisboa, 2013, caps. 1 e 3. Sobre a estética sombria dos românticos: Alfredo Bosi, *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo, Cultrix, 2013, cap. IV, “O romantismo”.

um desses. Não havia fenômeno que seus narradores não explicassem pela demonstração da lógica material mais cotidiana. Foi assim que em *O tronco do ipê*, pouco antes de *Til*, enfrentou o tema do feiticeiro negro, tolerando gestos e penduricalhos, considerados até curiosos, já que considerados inofensivos, vazios de poderes ou coisa que o valha⁴²². Nos romances das fazendas escravistas de Alencar, os fantasmas, quando muito, aparecem como vestígio bobo, risível, de histórias da carochinha contadas por gente simples, sem estudo. Assim tudo se ajustava para harmonizar-se ao entendimento sobre os progressos do século. Lendo devagar se percebe que, assim, as experiências de Zana ficam restritas à afirmação de um estado de loucura, de “espírito enfermo”, que, no contexto, pouco contribuía para a valorização do que quer que ela tivesse a dizer.

O que levou José de Alencar a colocar Zana no papel? Talvez ela nunca existisse em seu romance de 1871 se no Brasil não tivesse havido o tráfico ilegal de africanos por quase vinte anos entre 1831 e 1850; mais: se não tivesse havido conivência das estruturas do Estado imperial e de parlamentares em geral com a afirmação da escravidão ilegal, a manutenção da posse pelos senhores sem as sanções legais previstas.

Zana é irmã de fantasmas e de outras personagens escravas que, distribuídas entre autores e obras variados entre os anos 1840, 1850, 1860, contam a história das tensões e disputas políticas em torno de manter ou abolir a escravidão, insistir ou suprimir o tráfico de africanos, aplicar ou soterrar as leis do país nos anos de formação do Brasil independente. Como ponto de chegada em 1871, Zana conta uma história de derrota política. Mas também de teima e resistência incontroláveis.

⁴²² Cf. José de Alencar, *O tronco do ipê*. São Paulo, Martin Claret, 2006 [1871], volume 1, cap. 1, pp. 14-15 – o narrador desvenda barulhos que pareciam vir miraculosamente do fundo da terra: “Se não fosse meio-dia [...] talvez meu espírito se deixasse levar das superstições que infestavam o lugar. Mas feitiçaria com o sol a pino, e a natureza a sorrir, pereceu-me um contra-senso. Algumas velhas raízes do ipê, ressurgindo à flor da terra [...] tinham sido carcomidas pelo caruncho e formavam brocas profundas que se entranhavam pelo solo. [...] conheci que a voz [vinda do chão] era do preto [que estava dentro de uma caverna] e transmitia-se por um fenômeno natural proveniente da construção geológica do sítio.” Não discuto aqui os sentidos políticos da representação de Alencar especificamente ligados aos debates emancipacionistas que culminaram em 1871. Para isso, cf. Façanha, *Política e escravidão em José de Alencar*, op. cit.

Sombra e escravidão: mal-estar instalado

Haveria mal-estar, em algum lugar, de algum modo, dentro de circunstâncias determinadas. Parece que sempre houve ao mesmo tempo em que, no computo geral, ficava jogado para debaixo do tapete; já que parecia fazer sentido, inculcavam-se justificativas, faziam fortuna, e por aí vai; principalmente sendo tráfico e escravidão problemas que estruturavam as relações macroeconômicas, políticas e sociais do país no século XIX, e numa teia internacional de trocas. Longe de alhearem-se ao problema, os literatos românticos das primeiras décadas do Brasil independente absorviam os debates políticos sobre os destinos da escravidão no país, esbarrando no assunto mesmo quando tentavam contorná-lo. Ao longo da pesquisa, foi possível perceber que o cotejo entre obras literárias variadas e de autores diversos, ao longo das décadas e em diálogo com os debates políticos e sociais sobre tráfico de africanos e escravidão, permitiu desvendar de fato uma ampla preocupação com o tema, às vezes nos detalhes eloquentes.

É interessante observar como o problema da assombração, numa acepção mais ampla do termo, conversa com as questões analisadas até aqui, na tese, na reflexão sobre o lugar do negro na formação do Brasil imperial ainda na dinâmica do tráfico de escravos. Em meio à pressão política dos anos 1840 contra a continuação do comércio de africanos no Brasil, o relato de apresamento de navio negreiro que a revista *Minerva brasiliense* publicou na corte traz os sintomas do que tento explicar⁴²³. A marinha inglesa intercepta uma embarcação que vinha de Moçambique com destino ao Rio de Janeiro, tomando o leme do navio para liberar os escravizados numa região de controle inglês na costa da África ocidental. O barco inglês chama-se *Cleópatra*, o negreiro, *Progresso*; quem narra o caso é o Sr. Hill, um capelão que acompanhava a tripulação britânica.

Depois de dias observando o resgate, desgastado com a experiência precária no navio, principalmente para a população escravizada, ele comenta os obstáculos que se opunham à extinção do tráfico para o Brasil, destacando: “a impunidade de que gozam os contrabandistas de negros”⁴²⁴. Segundo o Sr. Hill, os negreiros não temiam punição nos portos do Rio de Janeiro, mesmo quando apreendidos em flagrante. Assim, “A cobiça destes homens”, disse, “não conhecerá freio que não seja o temor do castigo”.

⁴²³ Cf. “Tráfico da escravatura: cenas terríveis a bordo de uma presa. – É possível a extinção do tráfico?”. *Minerva brasiliense*, exemplares em 15 de novembro e 15 de dezembro de 1844.

⁴²⁴ *Minerva brasiliense*, 15 de dezembro de 1844, p. 33.

Marinheiros com quem Hill conversou foram taxativos: “Antonio pondo o dedo índice junto ao olho sacudiu a cabeça negativamente”; um outro, Sebastião, achava difícil, já que o litoral brasileiro – amplo e difícil de vigiar por completo – favorecia os contrabandistas. Mesmo assim disse “que o governo podia muito, se o quisesse deveras”⁴²⁵. Em uma nota de rodapé que Hill acrescentou quando acabou o apresamento do *Progresso*, ele comenta a insistência da atividade dos negreiros. Afirma que pouco depois de voltar para sua estação em Moçambique, “na altura de Quilimane”, o *Cleópatra* capturou outro navio brasileiro, desta vez sem escravos a bordo⁴²⁶. E disse: “o capitão deste navio negreiro ria-se muito da ideia de ser considerado no Brasil como criminoso”:

Dizia que depois de ter passado algum tempo no Cabo voltaria provavelmente ao Rio de Janeiro para embarcar de novo como comandante n’algum outro navio do tráfico. Tinha sido oficial de marinha no Brasil⁴²⁷.

Em seu relato escrito durante a viagem, o diagnóstico geral de Hill para o fim daquela situação era “tomar medidas enérgicas, e eficazes para que os contrabandistas de negros não continuem a zombar impunemente das leis” e do esforço, como disse, das nações civilizadas⁴²⁸. Mas não parecia otimista na nota de rodapé inserida mais tarde sobre os casos em Quilimane: “Creio que neste país [o Brasil] longe de reputarem o contrabando de negros, como ato criminoso, ou digno de censura o tem na conta de uma carreira própria para os homens atrevidos e empreendedores”⁴²⁹.

Que tipo de experiência a cobiça impune dos negreiros promovia naquele cenário? O capelão do *Progresso* mostra-se incomodado com o que via ao longo do chamado resgate dos escravizados. Uma condição geral de precariedade marcava a experiência naquele navio. Primeiro, permitiram que os em torno de 400 negros aprisionados espremidos no porão subissem ao convés. Veio uma tempestade e, como não podiam controlá-los nem manejar o navio com tanta gente espalhada e pelo chão, enviaram-nos de volta para baixo, com violência. “Façam descer os negros:” gritou o capitão, e assim se fez: mas o tempo estava pesado, e quente, e esses quatrocentos infelizes amontoados [...] começaram a forcejar para voltar ao convés”, amontoando-se

⁴²⁵ *Minerva brasiliense*, 15 de novembro de 1844, p. 6.

⁴²⁶ *Minerva brasiliense*, 15 de dezembro de 1844, p. 34.

⁴²⁷ Idem.

⁴²⁸ Idem.

⁴²⁹ Idem.

na escotilha, a única abertura que fazia entrar algum ar⁴³⁰. Muita gente se feriu, alguns gravemente e alguns morreram. Ao longo dos dias, seguiu-se uma rotina de deixar os escravizados subirem ao convés, forçando-os a descer e permanecer lá quando a navegação ficava ruim, improvisando-se espaços para os doentes e moribundos, tentando separar homens e mulheres⁴³¹. Primeiro o calor asfixiava, e faltavam comida e água, cujos barris os escravizados às vezes tentava acessar, utilizando-se de panos sujos na falta de copos ou cuias, ao que eram açoitados – o que aconteceu mais de uma vez. Depois, ultrapassando a linha do equador, viajando pelo hemisfério norte, veio o frio sem que distribuíssem roupas ou o que pudesse aquecer a população que estava sendo resgatada. Um dia após o outro, ao longo de todo o trajeto, Hill tenta registrar em seu diário a sequência de mortos entre os escravizados, que depois eram jogados ao mar.

Era o período da quaresma e da páscoa, conforme anotava o capelão: “Quinta-feira, 13 de abril, (quinta-feira santa), Sexta-feira, 14 de abril, (sexta-feira santa)” e “Domingo, 16 de abril (domingo de Páscoa)”⁴³². Haveria um aspecto apenas burocrático nessa anotação de Hill, vício de cronista, necessidade de situar a passagem do tempo dentro de marcos culturais reconhecidos mais amplamente. Ao mesmo tempo, o tema da paixão de Cristo, as imagens do Cristo sofredor, haviam se tornado referencial recorrente nos discursos antiescravistas da primeira metade do século XIX⁴³³. Mesmo supondo um observador desatento, ou desengajado, cujas imagens lhe viessem sem querer, quantos e quais pensamentos o conjunto das coisas diante do capelão no *Progresso* evocaria em termos de incômodo com a escravidão? É possível colher informação na escolha de palavras e expressões que o Sr. Hill emprega ao descrever os negros no navio, desde o primeiro dia.

Quando Hill veio do *Cleópatra* para o *Progresso*, os negros estavam espalhados no convés do navio. Parece que duas coisas aconteciam ao mesmo tempo, a tripulação do cruzador inglês favorecia a libertação dos escravizados e eles mesmos haviam “se levantado contra seus senhores”⁴³⁴. Reinava confusão e tumulto, segundo Hill, cuja forma como anotou as coisas criou imagens impressionantes: “Os escravos esfomeados tinha se espalhado pelo navio”, apoderando-se do que podiam. “Uns traziam as mãos

⁴³⁰ *Minerva brasiliense*, 15 de novembro, de 1844, p. 6.

⁴³¹ *Minerva brasiliense*, 15 de novembro de 1844, pp. 6-7.

⁴³² *Idem*, p. 6.

⁴³³ Sobre isso, cf. Robert W. Slenes, “As provações de um Abraão africano: a nascente nação brasileira na Viagem alegórica de Johann Moritz Rugendas”. *Revista de Arte e Arqueologia*, n. 2, 1995-1996, pp. 271-294; e “African Abrahams, Lucretias and Men of Sorrows: Allegory and Allusion in the Brazilian Anti-slavery Lithographs (1827-1835) of Johann Moritz Rugendas”. *Slavery & Abolition*, 23:2, pp. 147-168.

⁴³⁴ *Minerva brasiliense*, 15 de novembro de 1844, p. 5.

cheias de farinha de mandioca, outros levavam grandes pedaços de carne de porco, ou de vaca, alguns tiravam do galinheiro as aves, e as devoravam cruas”; buscavam água e cachaça nos barris do navio⁴³⁵. No convés entulhado entre africanos resgatados e tripulação inglesa em movimento, os barulhos se misturavam: “No meio de clamores” “conhecia-se o estrondo de ferros, que os cativos acabavam de despedaçar”; os clamores, “eu não poderia descrever”, disse Hill, “mas que certamente indicam o delírio do contentamento”. Segundo o capelão, os negros agradecidos “Deitavam-se e arrastavam-se pelo chão para nos abraçarem pelos pés, e beijarem nossos vestidos”; deram “um brado de alegria e triunfo” quando a tripulação do *Progresso*, presa, foi transferida para o *Cleópatra*.

Noite. As anotações do capelão ganham contorno lúgubre. Com mar tranquilo, “os negros dormiam, ou estavam estendidos sobre o convés”: “De tal maneira se enlaçam uns com os outros em um pequeno espaço que à luz incerta do luar mais parecem montão confuso de braços, e pernas do que corpos humanos”. De madrugada veio a tempestade e a violência. O quadro se altera rápido: “caíram algumas gotas de água, e de repente principiou uma cena, cujos horrores não é possível narrar”. Sempre entre corpos amontoados: na escotilha, lutando para respirar; mais tarde, na contagem dos cadáveres, entre mortos “por moléstias” e outros machucados, “cobertos de sangue”: “Antonio [...] contou-me que se encontraram alguns mortos no ato de se estrangularem, apertando ainda a garganta uns aos outros, e lançando a língua fora da boca”, etc., uma sequência descritiva de corpos machucados durante o que o capelão descreveu como “delírio e tortura” causados pela falta de ar. Continua: “Horroroso espetáculo era ver arrojados ao mar um após outro esses corpos torcidos, inteiriçados, manchados de sangue, e de excremento”. Entre os sobreviventes, moribundos, havia gente convulsionando e outro tanto de “multidão confusa, que se agitava, e bramava com furor” na iminência de mais tempestade.

É nessa sequência narrativa que se intercalam as informações: sexta-feira santa, domingo de páscoa. O capelão, cada vez mais sensível aos detalhes, vai expressando incômodo. Na quarta-feira um dos negros morre de indigestão por ter comido farinha e feijões crus, e o cadáver incomoda: “O cadáver lançado ao mar, que estava em calmaria, flutuou mais de meia hora com a face fora d’água junto ao navio, no qual batia de vez em quando.... Outro negro caiu sobre o convés com violentas convulsões, os olhos

⁴³⁵ O conjunto de citações do relato do Sr. Hill a seguir refere-se a: *Minerva brasiliense*, 15 de novembro de 1844, pp. 5-8.

fixos, os lábios contraídos”. Segundo Hill, espalhava-se um “tormento”, fruto de uma “sede ardente”: “Apanham com avidez a água que escorre das velas depois de um aguaceiro: chupam os mastros úmidos”. Sábado, 29 de abril: outra tempestade “cujos efeitos redobravam de horror com os gritos dos doentes, e dos infelizes encerrados no porão”. Faz frio “forte”: “ouve-se a bulha que fazem com os dentes, tiritando”, anota o capelão. Corpos são encontrados de manhã. Acontecem e repetem-se os assaltos aos barris: “os negros furtavam aguardente, e com efeito foram apanhados muitos tirando aguardente e vinagre pelo mesmo modo porque tinham tirado água dos barris”, utilizando farrapos de panos sujos, largando fiapos e sumos nas barricas. Os chamados delinquentes pegos em flagrantes recebem 18 chicotadas, cada, e são colocados em grilhões. Hill se põe a pensar:

Nas coisas deste mundo [...] muitas vezes o fim não corresponde ao princípio. Ao tomar posse da preza tínhamos quebrado os grilhões aos negros, e agora nos vemos constrangidos não só a lançar-lhos de novo, mas ainda a fazer-lhes a adição dos açoites.

Continua:

É na verdade mui desagradável o achar em uma pipa farrapos já delidos, quando se tem necessidade de água pura: porém de outro lado, a não tê-los experimentado, ninguém pode dizer por que tormentos de sede num porão fechado podem passar homens já em grande parte consumidos pelas enfermidades interiores.

Às vezes o capelão anota o dia sem descrever nada: “Domingo, 7 de maio...”⁴³⁶. E na outra semana: “Todas as vezes que o balanço do navio faz cair os negros uns sobre os outros, o clamor dos que ficam maltratados, ouve-se acima do estrondo da tempestade; o que nas horas mortas da noite causa uma sensação terrível”.

Desde os primeiros dias no *Progresso*, Hill percebe o mal-estar: “cenar de tal natureza devem exercer péssima influência sobre a moral dos expectadores”⁴³⁷. Ao final da viagem, reclama do cheiro pesado naquele tipo de navio⁴³⁸ e, podendo partir dali, espera “achar algum sossego de corpo e de espírito”⁴³⁹. Mas e os negros do navio? Não parece trazer muito alívio o que ele consegue imaginar sobre a experiência dos resgatados sobreviventes desembarcando: “O sentimento que mostram os negros ao desembarcar é o de ansiedade, e temor. Julgariam eles preferível o mal presente, mas

⁴³⁶ *Minerva brasiliense*, 15 de novembro de 1844, p. 8.

⁴³⁷ *Minerva brasiliense*, 15 de novembro de 1844, p. 6.

⁴³⁸ *Minerva brasiliense*, 15 de dezembro de 1844, p. 32.

⁴³⁹ *Idem*, p. 33.

conhecido, a outros que não conhecem? Aflige-os porventura algum pressentimento particular? É o que eu não posso saber....”⁴⁴⁰.

No mesmo período, anos 1840, um texto no *Jornal de instrução e recreio*, de São Luís do Maranhão, reproduz imagens incômodas que, num ambiente mais amplo de violência, tocam o cenário da escravidão. Mais interessante nesse caso é a forma inesperada como elas surgem, já que o tema da publicação não pretendia tratar nem de uma coisa nem de outra. É difícil discernir exatamente o gênero do texto. “A amizade”, de José Joaquim Ferreira Vale, pretende ser uma homenagem, poderia ser trecho de uma carta ou de anotações em um diário. Dois amigos se separaram, houve uma despedida e ficaram saudades. Para desafogar, o narrador melancólico resolve fazer um passeio pela natureza, o que dá lugar a divagações sobre amizade e laços de família⁴⁴¹. Ele vai andar de barco pelo rio Itapecuru e acaba embalado pelo canto de um canoeiro africano que o faz pensar no sofrimento dos escravizados arrancados de suas terras e laços familiares originais: “isolados qual flor cortada [...] que só por instantes conserva viço e frescor assim eles sem parentes [...] definham sobre a terra”; e então resolve puxar conversa com o mestre da canoa: “Se cansado de olhar para as árvores [...] e ouvir o gorjear [...] de mil pássaros, e o cantar do mísero africano, a voz dirijo ao mestre da canoa [...], se pergunto que lugar é este, ideias e lembranças de terror a ele sempre se ligam!”:

aqui é... e logo acrescenta neste lugar foi assassinado um pai, que não queria consentir na desonra de sua família; acolá é... aí mataram uma pobre mulher pejada metendo-lhe de cada lado do vazio duas facas de ponta, e abrindo assim a sair o feto!! – mais além abriram a barriga de um homem e lhe meteram dentro um leitão! E outras mil torpezas e barbaridades a que a revolução de 1839 deu causa [...]⁴⁴².

Referindo-se a turbulências políticas no Maranhão, o narrador fala em guerra que assolou a província por dois anos, causando desgraça “a todos os seus lavradores” e cobrindo famílias de luto. O período coincide com a vigência, no local, da Balaiada, a revolta carregada de demandas de escravos e aquilombados, um dos motivos que caracterizaram a violência em sua repressão. Note-se na evocação acima como os relatos sobre a brutalidade ficam às vezes na fronteira entre o real e o imaginário, numa linha tênue de diálogo com as lendas e histórias da carochinha.

As alusões no texto de Ferreira Vale compõem um quadro de reflexão crítica à escravidão que se destacava na imprensa maranhense da primeira metade do século

⁴⁴⁰ Idem.

⁴⁴¹ Cf. *Jornal de instrução e recreio*, 20 de janeiro de 1846, pp. 186-187.

⁴⁴² Idem, p. 187.

XIX, em geral por dentro de obras literárias. De forma mais direta nessa tradição destacam-se os comentários que João Francisco Lisboa publicou ao escrever sobre a vida do padre Antonio Vieira, nos anos 1850⁴⁴³. O interesse do material para a discussão em andamento tem a ver com a forma como o jornalista evoca a memória e o legado do jesuíta na agenda dos problemas de seus contemporâneos. Lisboa é crítico das decisões de Vieira sobre a escravidão no Brasil do século XVII, interpretando-o à luz dos referenciais antiescravistas disponíveis no século XIX; mas não só os referenciais antiescravistas como o próprio contexto da escravidão oitocentista. Lisboa comporta-se às vezes como se precisasse de um acerto de contas com padre Vieira, considerado de alguma forma um ancestral.

No livro de Lisboa a escravidão é descrita como um “princípio funesto”⁴⁴⁴ com o qual não se podia negociar sem ferir “os princípios sagrados da fraternidade cristã, e os direitos imprescritíveis da liberdade humana”⁴⁴⁵. Este era o crivo a interpretar as ações do padre Vieira. Seus esforços contra a escravização de índios teriam sido insuficientes, contando-se os contextos em que contemporizou com práticas e poderes senhoriais seiscentistas no ajuste de acordos graduais para a libertação de índios; “advogado medíocre e habituado às miseráveis tricas do foro”, “enredou-se nas disposições casuísticas das mesquinhas leis que ele mesmo ajudara a promulgar”⁴⁴⁶. Lisboa desconfia de modo geral do possível esforço dos jesuítas contra a escravização de índios igualando-os a outras ordens religiosas interessadas em explorar mão de obra indígena. Vejam-se os termos da indignação do escritor:

O leitor, porém, há de necessariamente convir em que não temos praticado mais do que atos de simples justiça, se vier a conhecer que esse famoso jesuíta, arredada a concorrência dos moradores, e das outras ordens religiosas, procedia à feição de todos os mais⁴⁴⁷.

Além disso, para poupar índios, Vieira tinha tolerado a introdução de africanos escravizados no Brasil, o que, afirma o escritor, “Era simplesmente uma raça sacrificada à outra”⁴⁴⁸. Lisboa não pode tolerar as justificativas do jesuíta para a escravidão dos africanos. Aludindo, provavelmente, aos sermões em que Vieira se dirigiu a

⁴⁴³ João Francisco Lisboa, *Vida do padre Antonio Vieira*. Rio de Janeiro, W. M. Jackson INC., s/d. O texto foi publicado pela primeira vez no *Jornal de Timon*, em São Luís do Maranhão, 1853.

⁴⁴⁴ Lisboa, A vida do padre Antonio Vieira, op. cit., p. 339.

⁴⁴⁵ Idem, p. 343.

⁴⁴⁶ Idem, pp. 343-344.

⁴⁴⁷ Idem, p. 348.

⁴⁴⁸ Idem, p. 356.

escravizados devotos de Nossa Senhora do Rosário, pregando resignação, ele diz: “Assim esse exílio eterno da pátria, e todos esses horrores da travessia a que desde então até hoje foram condenados os míseros africanos, eram uma atenuação do mal e uma verdadeira vantagem, no conceito do missionário jesuíta!”⁴⁴⁹. “Aberrações tão incríveis” não poderiam “recomendar o grande orador à estima e admiração da posteridade”, diz Lisboa⁴⁵⁰.

A posteridade do padre era o hoje do escritor oitocentista, inquieto num raciocínio que parecia questionar: todo o mal da escravidão no século XIX existiria tivessem decidido diferente no passado? “Todos esses horrores da travessia” do Atlântico incomodavam Lisboa porque era um problema vigente – “até hoje” – à sombra da estrutura que sustentou o contrabando ao longo de todo o período do Brasil independente, até os anos 1850, lembrando que o tráfico fora ilegal nas províncias do norte desde 1815. O peso do “até hoje” de Lisboa transparece, por exemplo, quando ele comenta os trâmites de escravização ilegal de índios no Grã-Pará do século XVII. Familiarizando seus leitores com o período, ele explica que, embora houvesse leis para a proteção dos índios, o princípio da escravidão era admitido, dentro de fórmulas específicas – guerra justa, resgate etc. Assim, havia fórmulas para “evitar injustiças, isto é, os cativos chamados ilícitos”⁴⁵¹;

Entretanto a cobiça achava mil meios de iludir essas precauções, em verdade quase sempre vãs, porque admitindo um princípio vicioso e falso como base fundamental da legislação, as consequências haviam necessariamente de participar da sua origem⁴⁵².

Lisboa estava indignado com os modos seiscentistas de fazer vista grossa diante de processos obscuros de escravização. Contou que, em 1655, certo Fr. Antônio Nolasco acompanhou a tropa de um capitão João Bitancor; o “voto de profissão” do padre “era remir cativos”: “mas ele ia para os fazer, como fez, em grande quantidade”. Antônio Nolasco, continua Lisboa, “e outros como ele, interessados em tão infame comércio, nem sequer se davam ao trabalho dos exames, e iam certificando [como] ilícitos quantos cativos se lhes propunham”:

⁴⁴⁹ Idem, p. 357.

⁴⁵⁰ Idem, p. 358.

⁴⁵¹ Idem, p. 339.

⁴⁵² Idem, p. 339.

Deixavam-se ficar nos arraiais, e os línguas ou pombeiros iam comprar as peças por diferentes rios, a largas distâncias, sem que eles vissem nem ouvissem os senhores dos chamados escravos para averiguarem compridamente se com efeito o eram⁴⁵³.

De modo que “toda a verdade e justiça destes cativeiros ficavam na fé dos línguas ou pombeiros”, que, segundo Vieira, a quem Lisboa recorre dessa vez, “eram gente vilíssima, sem alma sem consciência”⁴⁵⁴.

Lisboa estava indignado com os costumes seiscentistas porque o contato com eles jogava luz no faziam e no que se queria encobrir sobre a escravidão brasileira oitocentista. As palavras de Lisboa poderiam se aplicar a um comentário sobre as dificuldades em fazer respeitar a lei antitráfico de 7 de novembro de 1831, no Brasil, quando o princípio da escravidão continuava intacto no país, garantindo sobrevivência ao comércio que, nesse contexto, ganhou o adjetivo “infame”; cujas práticas dependiam de atores intermediários como os “línguas” e de gente que, como os frades do passado, deixassem passar e forjassem papéis de escravidão sem averiguação demorada⁴⁵⁵.

Os textos acima trazem sintomas de um mal-estar social sobre a escravidão brasileira. Ainda que nem sempre externado diretamente, ou organizado de forma ampla – afinal o cativo segue até o final dos anos 1880 –, na verdade, muitas vezes negado, constrói um terreno de experiência comum cujos registros se fixam na produção literária do período, às vezes, ao que parece, em diálogo com elementos das tradições orais em andamento. Num dicionário de época, a palavra fantasma remete a um entendimento cultural amplo sobre o termo, sem, por exemplo, restringir-se ao Brasil oitocentista: imagem que se representa à fantasia; sombras de mortos; representação de figuras medonhas⁴⁵⁶. Já o termo assombração, embora mantenha contornos de representações universais, traz um lastro de sentido que permite afundar pés no pântano das coisas brasileiras: “cheio de sombra por se meter em meio a coisa que impeça a luz”; “algum sítio com árvores bastas e copadas”⁴⁵⁷.

Depois da lei antitráfico de 1831, os portos oficiais de desembarque de africanos foram desativados. Os carregamentos ilegais passaram a ser entregues à sombra, em praias escondidas; os lotes de africanos encomendados por debaixo dos panos eram

⁴⁵³ Idem, p. 342.

⁴⁵⁴ Idem, p. 342; dessa vez Lisboa se apóia em frase dita pelo padre Vieira.

⁴⁵⁵ Sobre a burla à aplicação da lei antitráfico de 7 de novembro de 1871, cf. Sidney Chalhou, A força da escravidão. Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo, Companhia das letras, 2012, cap. 4.

⁴⁵⁶ Antonio de Moraes Silva, *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa, Tipografia Lacerdina, 1813, verbete “Fantasma”, p. 598.

⁴⁵⁷ Idem, verbete “Assombração”, pp. 133-134.

transportados preferencialmente sem luz do dia, à noite, e embrenhados na mata. Nos espaços da política oficial brasileira oitocentista, debates importantes, pontuais, que se ocuparam com os destinos da escravidão no país ou com o contrabando e o desrespeito à lei de 1831 foram fechados em sessões secretas, evitando que circulassem pela imprensa, à luz, arejados por discussões mais amplas. Um jeito de fazer as coisas cuja garantia de certo *status quo* se estabelecendo – da *plantation* senhorial, o país rumo ao progresso – implicava a construção da ordem, da prosperidade, do luxo e das instituições exatamente por cima – como dizer? – do gasto, da extração de energia, do uso literal da carne do corpo de gente sequestrada e materialmente dilapidada pelas circunstâncias, muita gente; por cima de cemitérios feitos de valas comuns mal fechadas⁴⁵⁸. Os ilustrados oitocentistas brasileiros que não acreditavam em fantasmas, por outro lado, eram religiosos católicos, ao menos pela forma como se expressavam, e nesse sentido, contraditoriamente, não podiam estar por inteiro imunes de serem perseguidos – em algum nível – por espectros de algum tipo, segundo as leis do outro mundo, ou segundo a forma como as leis do outro mundo diziam como viver no lado de cá.

É por isso que, no contexto da escravidão brasileira oitocentista, marcada pela ilegalidade, mesmo em textos não ficcionais se encontram elementos pertencentes ao ambiente simbólico das assombrações: barulhos noturnos – ferros e gritos estalando –, cadáveres que ficam na superfície chamando; a recorrência de expressões como “definhar sobre a terra”, “clamores,” “terror”, “delírio”, “horroroso espetáculo”; os corpos famintos, sedentos e maltratados, inteiriçados e manchados de sangue, a cobiça e a impunidade como maldição.

Fantasmas e assombração

Percebe-se que um misto de argumento religioso e de contato com elementos de tradições orais disponíveis é o que constrói o aparecimento de fantasmas em algumas das obras literárias em foco, no cotejo entre Maranhão e Rio de Janeiro entre os anos 1840-1860. Os autores alinham a aparição desses elementos a posicionamentos políticos incisivos críticos à escravidão no Brasil. Com o incômodo das assombrações querem dizer alguma coisa. Um exemplo está no romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis,

⁴⁵⁸ Cf. Carlos Eugênio Líbano Soares, “Valongo” in: Lilia M. Schwarcz e Flávio Gomes (org.), *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo. Companhia das letras, 2018, pp. 419-425.

de 1859, cujos níveis de reflexão social sobre o problema se desdobram. Nos últimos capítulos do livro, o fazendeiro Fernando P. é atormentado por alucinações. Antes dele, aconteceu com a sobrinha Úrsula após assistir ao assassinato do marido Tancredo, mal terminada a cerimônia de casamento dos dois, último golpe do fazendeiro, tio da moça, para tomá-la para si: “Os asseclas do comendador agarraram Tancredo pelas costas, e o covarde comendador embebeu-lhe no peito o punhal que trazia na mão”⁴⁵⁹.

Tudo aconteceu em frente ao convento onde Úrsula andava escondida esperando pelo noivo. Angustitada, abraçada ao corpo do morto, empapada de sangue, ela perde a razão, sendo recolhida de volta ao lugar. Alguém mais assistiu ao que aconteceu? Não fica claro. Quando Fernando chega com os capangas os últimos convidados da cerimônia acabavam de partir, o padre já tinha ido⁴⁶⁰. Houve tiros, além de discussão e do punhal, mas, de repente, a cena é um vácuo de presença exterior. A escuridão da noite destaca – antes do casamento o narrador disse: “a noite começava a povoar de sombras o espaço da terra”⁴⁶¹; “A noite ia já adiantada quando eles franquearam a porta do santuário”⁴⁶² –, alternando, apenas as personagens nas cenas de sangue. Ao menos alguém do convento estaria por perto, mas não se manifesta. Ninguém testemunha contra Fernando P. em favor das vítimas encurraladas, nem se sabe para onde seguem os capangas do fazendeiro, que também desaparecem de cena. Termina um capítulo do livro e vem outro.

As alucinações do fazendeiro surgem da sua obsessão frustrada, já que Úrsula fica inacessível de um modo que ele não consegue reverter. A “alma indômita e malvada de Fernando P.” estava “abrasada” e assim “Ele já não sonhava com vinganças; mas começava a sentir alguma coisa, que lhe rasgava o coração”. “Seriam os espinhos do remorso?”, pergunta o narrador⁴⁶³, que continua:

Fernando até ali sopitara esse castigo do céu, e nunca seu sono fora atribulado. Entretanto agora cada sombra era um espectro pavoroso e ameaçador, que lhe erguia os braços descarnados, e acenava-lhe pelas feridas gotejantes: e ele fechava os olhos e via-o ainda, e sempre, e por toda a parte⁴⁶⁴.

⁴⁵⁹ Cf. Maria Firmina dos Reis, *Úrsula*. Belo Horizonte, Editora Mulheres, 2004 [1859], p. 215.

⁴⁶⁰ *Idem*, pp. 211-212.

⁴⁶¹ *Idem*, p. 198.

⁴⁶² *Idem*, p. 199.

⁴⁶³ *Idem*, p. 217.

⁴⁶⁴ *Idem*, p. 218.

Não se poderiam contar as maldades ao longo da vida do fazendeiro que não tolerava ser questionado, tampouco desobedecido, torcendo as circunstâncias na direção do que preferia, aproveitando-se dos escravos para descontar raiva e frustrações ao longo do livro. No rastro do comportamento de Fernando P. estavam, dentre outros no passado obscuro, o martírio da escrava Susana, o assassinato do ex-escravo Túlio e agora de Tancredo. A experiência da angústia do fazendeiro é acompanhada por comentários alternados entre o narrador e um padre que conduzem a explicação. Dois dias se passaram desde os eventos do casamento de Úrsula “e a tranquilidade não voltava ao espírito do comendador”, que já não dormia à noite⁴⁶⁵. Ele resolve visitar o leito da moça: “Mas o fantasma aí veio persegui-lo; ele fechou os olhos, depois abriu-o para fitá-los sobre a donzela adormecida, e estremeceu”⁴⁶⁶. Segundo o narrador, a presença da menina “era um remorso vivo para o seu coração”: “seus olhos entreabertos, sua respiração curta e anelante parecia repetir-lhe: – Assassino!”⁴⁶⁷. Úrsula fica agitada e tem convulsões durante a visita do fazendeiro. De repente ela se levanta, arregalando os olhos sobre ele e solta um grito “que o fez estremecer de angústia”⁴⁶⁸.

A agonia da moça, como se ela própria se tornasse um espectro, é construída no romance como mecanismo capaz de ativar remorsos e punir Fernando P., que insiste em advogar a própria causa. Úrsula põe-se a “contemplá-lo muda e impassível [...]”: “e depois de alguns momentos levantou-se, deu alguns passos vagarosos e incertos, e voltando-se para Fernando, que a seguia com a vista e com o coração, deixou escapar um sorriso descomposto que o gelou de neve”. Segue o comentário: “E Fernando P... conheceu que estava punido!”⁴⁶⁹. Reconhecendo que Úrsula está louca ele perde as esperanças de conquistá-la e fica prostrado. Para a narrativa é importante apresentar o contraste entre o senhor orgulhoso de antes e a figura abatida atual: “Passou algum tempo nessa posição, e depois esse homem robusto, altivo e feroz e colérico chorou como débil criança”. Diz-se que:

Na sua desesperação ninguém o consolava; porque era mau e cruel para os que o conheciam. Seus escravos olhavam-no com pasmo e não o reconheciam. O remorso o havia completamente desfigurado⁴⁷⁰.

⁴⁶⁵ Idem.

⁴⁶⁶ Idem, p. 219.

⁴⁶⁷ Idem.

⁴⁶⁸ Idem.

⁴⁶⁹ Idem, p. 221.

⁴⁷⁰ Idem.

De volta à fazenda, sentado no jardim, Fernando P. seguia transtornado pela visão de fantasmas: “[...] Fernando P..., aguilhoado pelos remorsos, só via hórridos fantasmas, que o cercavam”⁴⁷¹. O rosto pálido e desfeito, olhos encovados e vermelhos, pisados de insônia; “os remorsos alvejaram-lhe os cabelos”; se transformara num “velho fraco e abatido”⁴⁷².

O arremate do argumento do livro nesse sentido se dá num diálogo final entre o fazendeiro e um padre que atua como voz da consciência; é ele também que liga as coisas ao mundo da escravidão. Ele aponta um cortejo que vai passando levando o corpo da escrava africana Susana à sepultura:

Então Fernando P... estremeceu; porque aos ouvidos ecoou-lhe uma voz tremenda e horrível que o gelou de medo. Era o remorso pungente e agudo, que sem tréguas nem pausa acicalava o seu coração fibra por fibra⁴⁷³.

Ele esconde o rosto, apavorado, e exclama: “Não! não fui eu!”⁴⁷⁴. Ao que o padre insiste:

– Fostes! [...] A infeliz sucumbiu à força de horríveis tratos. Martirizaste a pobre velha, inocente [...] E endureceste o coração ao brado da inocência!... Porque era escrava sobrecarregaste-la de ferros; negaste-lhe o ar livre dos campos, e entretido com novas vinganças, nem dela mais vos recordastes!

E continua:

Assassino de Tancredo, de Túlio, de Paulo e de Susana! Monstro! flagelo da humanidade, ainda não saciastes a vossa vingança? Ah! humilhado e em nome de Deus, pedi-vos mercê para os infelizes; salvação para a vossa alma. Desdenhastes as minhas súplicas! Orgulhosos e vingativo que sóis! E não sentistes que Deus observa os malvados e que os pune ainda na terra.

Qual tipo de punição na terra? Por um lado, o trecho expressa o empenho da narrativa ao longo de todo o romance *Úrsula* de que a escravidão terminasse no Brasil. Possivelmente expressava um desejo da escritora Maria Firmina dos Reis de que algo fosse feito na prática das relações sociais, ela mesma filha mestiça, ligada por laços de

⁴⁷¹ Idem, pp. 223-224.

⁴⁷² Idem, p. 224.

⁴⁷³ Idem, 224-225.

⁴⁷⁴ Idem, pp. 225-226 para a sequência de citações a seguir.

amizade a mulheres escravizadas na família. Mas a punição na terra parece não conseguir passar da experiência do remorso favorecido pelo discurso do padre, sendo ele a única figura disponível para bater martelo sobre a situação no romance. Assim continua o discurso da condenação moral do fazendeiro, entre imagens que fundem problemas sociais e signos religiosos:

[...]
oh! se o arrependimento vos não apagar a nódoa do pecado, os crimes vos despenharão no inferno.
Fernando P...! Deus vela sobre as ações do homem, e o condena pela vaidade estúpida do seu orgulho. Úrsula, o que é feito dela?!
Tremes? Oh! eis o vosso primeiro castigo.⁴⁷⁵

A seguir, a lista do que o fazendeiro poderia fazer para se redimir, incluindo libertar os escravos:

[...]
Vivei a vida de solitário, passai em ardente e fervorosa oração os dias e as noites.
Indenizai os vossos escravos do mal, que lhes hei feito, dando-lhes a liberdade⁴⁷⁶.

O romance segue para o final com Fernando P. insistente na obsessão por Úrsula até o último segundo, mesmo após a morte dela. Não podendo curar-se, ele mesmo se fecha num convento, debaixo do nome de frei Luís de Santa Úrsula, considerado louco por seus rompantes de frenesi, ranger de dentes e desmaios⁴⁷⁷. Resistiu até o final, disputando com os padres a legitimidade de suas ações – “Cometi muitos crimes, e ainda até hoje não serenou-se-me o coração sedento de ódio e de vingança”⁴⁷⁸ – cedendo aos ritos católicos de arrependimento apenas à beira da morte⁴⁷⁹. Não se fala sobre o destino de seus escravos.

A reflexão sobre o sentido do recurso aos fantasmas no romance *Úrsula* ganha profundidade quando se observa a repetição desse aspecto em outras obras do mesmo período. E parece haver um diálogo com o livro abolicionista de Harriet B. Stowe, *A cabana do pai Tomás*, posto a circular em português em 1853, anos antes da publicação de *Úrsula*. Assim como se verá na obra maranhense, o romance de Stowe situa o problema da assombração num contexto específico do mundo da escravidão, no caso,

⁴⁷⁵ Idem, p. 226.

⁴⁷⁶ Idem, p. 227.

⁴⁷⁷ Idem, p. 232.

⁴⁷⁸ Idem, p. 234.

⁴⁷⁹ Idem, p. 236.

uma *plantation* de algodão no “sul profundo” dos Estados Unidos, na propriedade de um senhor orgulhoso e violento. Simon Legree é parente de Fernando P. numa linhagem de semelhantes. Assim como se vê em *Úrsula*, o objetivo de *A cabana do pai Tomás* como um todo é argumentar contra a escravidão, criticando diferentes aspectos do problema. Os fantasmas surgem num ambiente específico de práticas, mesmo ali, consideradas abusivas.

No livro de Stowe, as coisas começam depois que Legree manda aplicar castigo injusto no escravo pai Tomás, sem que ele tivesse cometido falta maior do que irritar o fazendeiro com seu gênio compassivo, já que, cumprindo as próprias tarefas, ainda ajudava e argumentava em favor de companheiros de cativeiro. Durante a tortura, pai Tomás trazia ao pescoço um talismã com uma mexa de cabelo, lembrança de uma criança com quem convivera em outro contexto, que os seus verdugos tiram de seu pescoço e levam para Legree. Acontece que o fazendeiro “era supersticioso, como a maior parte dos homens ímpios e cruéis”⁴⁸⁰, diz o narrador, e quando recebeu o objeto interpretou-o como uma mensagem do mundo dos mortos. As mechas do talismã eram parecidas com mechas do cabelo da mãe de Legree, que ele tinha recebido, anos antes, após a morte dela, e que tinha queimado na lareira, com raiva, tentando apagar aquela presença. A mãe de Legree fora boa senhora e se esforçara por melhorar o gênio do filho, de modo que, a memória dela era um tipo de cutucada no fazendeiro⁴⁸¹.

Começam os tormentos do senhor de escravos, acompanhados de comentários do narrador, que o julga e condena. “Legree teve um pesadelo, em que lhe pareceu ver uma mulher, coberta de um véu, aproximar-se dele, e pôr-lhe sobre o ombro uma mão fina e macia, mas fria como o mármore!”⁴⁸². Ele julgava ver a mãe, os cabelos dela enroscando nele, até o pescoço, asfixiando-o. “Ouvia ao mesmo tempo vozes murmurar a seus ouvidos coisas que lhe faziam arrepiar os cabelos”⁴⁸³. Daí em diante, o terror toma conta do proprietário no dia a dia da fazenda, no trato com seus dependentes e escravizados, tornando-se sua armadilha. Percebendo como o comportamento estranho de Legree se ligava ao medo de ser assombrado por fantasmas, duas de suas escravas, Cassy e Emelina, sujeitas aos abusos sexuais do senhor, formulam um plano de fuga. A agonia do senhor de escravos cada vez mais se estreita às práticas do mundo da

⁴⁸⁰ Cf. Harriet Beecher Stowe, *A cabana do pai Thomaz, ou a vida dos pretos na América*, Paris, 1853, vol. 2, p. 225.

⁴⁸¹ Idem cf. Volume 2, cap. XXXIV.

⁴⁸² Idem, vol.2, cap., pp. 233-234.

⁴⁸³ Idem, vol.2, p. 234.

escravidão. Havia uma crença de que o sótão da casa senhorial era mal assombrado pelo espírito de uma escrava castigada e morta ali: “Diziam que desde então ouviam-se todas as noites na água furtada estrondosos ruídos, imprecções e gemidos que faziam arrepiar os cabelos!”⁴⁸⁴. Cassy, que tinha um quarto na casa senhorial, passa a manipular os medos de Legree, reclamando ela mesma de ouvir barulhos à noite e promovendo estrondos e uivos noturnos no sótão por meio de estratégias variadas:

Os escravos ouviram por vezes esse ruído, esses gemidos sobrenaturais, o que fez reviver em toda a sua força as antigas lendas da água-furtada [do sótão]. Um terror supersticioso se amparou de todos os habitantes da casa [...].⁴⁸⁵

E nem mesmo o fazendeiro escapou dessa atmosfera em dia de tempestade:

Um grito horrível saindo da água-furtada retumbou em toda a casa! Os joelhos de Legree entrechocavam-se, ficando pálido como a morte!⁴⁸⁶

É assim que Cassy e Emelina conseguem fugir. Elas fingem ir embora da fazenda e se escondem no sótão da casa senhorial enquanto duram as perseguições. Qualquer barulho que façam por ali só serve para aumentar o medo do fantasma da água-furtada, afugentando buscas locais. Um dia elas saem à noite, abrem o portão e seguem pela estrada. Vistas à distância, confundidas com sombras de fantasmas, conseguem seguir sem importunações e ficam livres.

Aproximando-se do que se encontra também no romance de Maria Firmina dos Reis, os fantasmas de Stowe surgem na expectativa de acordar e incomodar a consciência senhorial acerca de seus abusos, conforme as falas do narrador: “Ah! Legree! Havia uma virtude inerente a esses cabelos e o poder divino serviu-se delas para despertar o terror e os teus remorsos”⁴⁸⁷; “O elemento moral, que há muito tempo dormia em Legree, foi d’algum modo despertado pelas suas relações com Tomás”⁴⁸⁸. Ao mesmo tempo, há distâncias no modo de conceber a assombração entre *A cabana do pai Tomás* e *Úrsula*, o que tem a ver com o viés do registro religioso em cada livro. A forma protestante em Stowe dita uma exiguidade de possibilidades em torno da circulação dos fantasmas na fazenda escravista. Se de um lado favorece a estratégia de

⁴⁸⁴ Idem, vol.2, p. 260.

⁴⁸⁵ Idem, vol.2, p. 262.

⁴⁸⁶ Idem, vol. 2, p. 266.

⁴⁸⁷ Idem, vol. 2, p. 229.

⁴⁸⁸ Idem, vol.2, p. 262.

Cassy e Emelina, de outro, a narrativa é guiada por uma preocupação constante e moralizante em desmascarar a figura dos fantasmas, a não ser como construção maligna nas cabeças fora do padrão religioso do livro. Às vezes parece que a veiculação da mensagem religiosa em si, do romance, é mais importante que a discussão dos temas sociais em foco. São nesse sentido os julgamentos do narrador sobre o medo de Legree – “Não há ninguém tão profundamente supersticioso como o ímpio”, ao passo que o cristão estaria protegido⁴⁸⁹ –, sendo também isso o que conduz, a cada passo, uma explicação para desvendar os efeitos que produziam a ideia de fantasmas: Cassy “introduziu um buraco [...] por onde o vento passava, simulando [...] gemidos”⁴⁹⁰; “Cassy tinha aberto d’antemão a trapeira da água-furtada [...]”⁴⁹¹ etc.

Ligado a uma tradição católica, os fantasmas em *Úrsula* têm alguma permissão a mais para circular. Mesmo concebidos como alucinações de algum tipo, mantêm uma possibilidade de existir como conteúdo que atua em algum sentido; como vetores dentro de um universo de símbolos nos jogos de interpretação dentro de universos sociais específicos. Um diálogo com o tema em poemas de *Lendas e canções populares*, de 1865, do escritor cearense Juvenal Galeno aprofunda o contato com referenciais familiares ao livro de Maria Firmina dos Reis. O texto “A cruz do vale”, por exemplo, pode ser lido como uma descrição de mecanismos que faziam girar a engenhoca das assombrações. A certa altura, na beira de uma estrada, havia uma cruz fincada no chão; começava a anoitecer e os passantes tinham medo de andar por ali. A história era repassada oralmente por gente mais velha com conhecimento mais antigo sobre os eventos: “Sentados junto à fogueira/Quase todos a fumar [...]/Na cansada voz do velho/Ouvem coisas de assombrar; Entre os sustos, os terrores,/ Do cachimbo ao fumegar”⁴⁹². A cruz deveria servir de alerta e memória para os vivos, pois no local onde estava fincada aconteceu “um crime atroz”⁴⁹³. Com intenção de transmitir lição de moral, conta-se uma história de adultério: Antonio se apaixona por Francisca, que oscila entre parecer aceitar e rejeitar suas aproximações; ela acaba se casando com outro homem. Tempos depois Francisca e Antonio se reencontram e cedem ao amor antigo, encontrando-se embaixo do chamado “sombrio arvoredor”; o marido traído descobre o caso e persegue os amantes armado de punhal. Na briga, a “esposa infiel” é a primeira a

⁴⁸⁹ Idem.

⁴⁹⁰ Idem.

⁴⁹¹ Idem, p. 266.

⁴⁹² Juvenal Galeno, *Lendas e canções populares*. Fortaleza, UFC, 1965 [1865], p. 246.

⁴⁹³ Idem.

cair; os dois homens lutam até cansar, caem no chão e morrem dos ferimentos adquiridos. Um viajante que passa enterra os corpos e finca a cruz. O lugar fica mal assombrado:

Desde esse dia, alta noite,
Quando geme a viração
No vale se escuta um brado,
Um brado de compaixão.

E depois o som das armas,
Da fera luta o rumor,
Da vingança irados gritos,
Da morte logo o estertor.

O que ali se passa,
Quem pode presenciar?
Três vultos brancos... dois homens,
Formosa dona a expirar...

Três vultos que representam
Sem descanso a cena atroz,
Um deles bradando – infame!
Naquela luta feroz.

Té que o galo bate as asas,
E canta terceira vez...
Todos logo desaparecem...
De repente... todos três⁴⁹⁴.

O poema termina pouco adiante num incentivo para que os viajantes não tenham medo e sigam caminho, pois já havia acabado o espetáculo das almas penadas. Todo o livro de Juvenal Galeno é informado por um interesse moralizante das relações sociais, conforme régua religiosa católica expressa por meio de comentários ao longo dos poemas, espelhando opiniões e projetos que o autor discute na introdução da obra. “A cruz do vale” distingue como mal social o adultério, penalizando as personagens. Percebe-se que a assombração é construída como ferramenta pedagógica do poema, brincando com apreensões e incômodos sociais ligados a lugares de violência, com o objetivo de inculcar medos para afastar o leitor da prática dos mesmos eventos. Como coisa em si, a assombração surge na forma de almas penadas que aparecem sempre no mesmo lugar – no caso, embaixo de uma árvore, durante a noite até o amanhecer. O que elas fazem ou dizem tem alguma história para contar e precisa incomodar os viventes. O castigo das almas penadas de “A cruz do vale” é repetir continuamente o mesmo gesto que as condenou: o encontro à beira da estrada, a briga e as mortes, começando pelo

⁴⁹⁴ Idem, pp. 250-251.

sacrifício da mulher. O efeito da fantasmagoria é garantido por barulhos noturnos mais ou menos identificáveis como gritos e gemidos na viração, além da visão de vultos no lusco fusco da noite. Um repertório que Juvenal Galeno, em parte, deve ter colhido nas tradições orais disponíveis, já que defendia o contato e a observação de grupos sociais como método para sua produção de escritor⁴⁹⁵.

No poema “O malassombrado” a alma penada aparece no mar como um tipo de castigo para o pescador que, contrariando o conselho da esposa, saiu para pescar em pleno domingo, dia santo⁴⁹⁶: “– Em que pensas, meu homem, me conta,/Por que fitas teus olhos no mar?”, “– Tu não vês, mulher, as vagas/Como ora estão a gemer?/Da praia não vês na areia/Um fantasma a espairecer?...”. Ao mesmo tempo a aparição carrega um significado próprio, pois vinha com o intuito de pedir rezas: “Era uma alma do outro mundo,/Pobrezinha... a padecer!.../Não a vês?... Me pede um terço”. A mulher fica sempre na dúvida, pois, naquele contexto, não partilha a visão do pescador; porém sente-se, ainda assim, impelida a atuar dentro de um código previsto. Sem saber se morre de susto ou se o marido delira – “Tu me assustas agora... deliras!” –, cede ao cumprimento das rezas: “Vem, marido, rezemos o terço,/Vamos, vamos uma alma salvar.../E depois haverás o descanso,/Já sem medo co’os olhos no mar!...”. Ou seja, verdadeira ou não, tendo visto a coisa ou só ouvido falar dela, na dúvida, o melhor era seguir as regras – sociais, religiosas – que apaziguavam e afastavam as assombrações.

No poema “A escrava” o mau agouro se constrói numa condenação incisiva da escravidão, evidenciada num processo gradativo de dilapidação física e mental imposto a uma africana escravizada. O objetivo do texto é denunciar as mazelas escravidão: sequestro, desterro, separação de famílias, brutalidade contra mãe e crianças escravas, exploração física sem descanso. A sequência de abusos, culminando na morte do filho da escrava Maria a leva à loucura:

Ficou só... ardendo em febre,
Só... no leito... a delirar...
Se ao longe chorava o filho,
Ela com força a gritar:
– “Meu filho! Corre, filhinho...
“Vem nos meus peitos mamar!

De enfermo... talvez de fome...
Um dia o filho morreu;
Ninguém lho disse... mas tudo

⁴⁹⁵ Cf. Juvenal Galeno, *Lendas e canções populares*, op. cit., Introdução.

⁴⁹⁶ Idem, pp. 264-265 para o conjunto de citações a seguir.

Ela soube... e emudeceu;
 Não falou um dia inteiro...
 N'outro dia enlouqueceu!⁴⁹⁷

O acontecimento envolve uma aura de mistério e prodígio na experiência de Maria, já que ninguém sabia explicar como ela ficara sabendo da morte do filho: “É mistério.../Houve quem visse um clarão/No seu leito... e no momento/Coisa a modo de visão”. Ou então seria assunto que coração de mãe é capaz de adivinhar, diz a narradora, uma velha que fuma cachimbo em volta de uma fogueira. Ela conta a história de sofrimentos que teria ouvido da própria escrava em seus lamentos na senzala. Entendida como a louca na senzala, a africana vai se tornando um tipo de espectro pelos gritos e pela aparência maltratada – “Sempre a gritar, a gemer:/ “Ai, filho destas entranhas.../“Tenho leite... vem beber”. A narradora diz que o estado de Maria causava dó, desenhando uma imagem incômoda:

Presa n'um duro grilhão...
 Só tinha na pele os ossos...
 A carne fugira então;
 E nos olhos... dois buracos...
 Em cada um... um tição!

A imagem é cada vez menos humana e mais fantasmagórica, agravada pelo fato de que a escrava morre sozinha e sem cuidados. A velha narradora diz ainda ouvir no vento os gritos e queixas de Maria: “Inda escuto... quando chora/Alta noite a viração,/Como ouvia na senzala [...]/ Quando a infeliz recordava/ Seus males... presa ao grilhão”⁴⁹⁸. Diferente do que se encontra em *A cabana do pai Tomás e Úrsula*, dentre outras obras, como se verá, a escrava de Juvenal Galeno não aparece perturbando o sono do senhor cruel, que, embora personagem fundamental, aparece muito de relance no poema. Parece-me que em parte isso é uma limitação no olhar ou na escolha política do escritor cearense para criticar a escravidão, pois ao enfatizar as mazelas do cativo ele esmaga, no peso delas, qualquer possibilidade de o escravizado forçar ou virar o jogo por qualquer que fosse a estratégia. Este é um enredo comum a outros personagens de *Lendas e canções populares*, como “O escravo” e “O escravo suicida”. De forma mais ampla, a tentativa de Juvenal Galeno é atrair a atenção dos legisladores ao longo dos

⁴⁹⁷ Idem, p. 317.

⁴⁹⁸ Idem, p. 309.

poemas, pressionando por leis contra a escravidão: “– Homens das leis... vinde vê-la [a escrava],/Ai vê-la... como expirou!”⁴⁹⁹.

Quem considerava escravo como objeto a ser manipulado era Selmo, um fazendeiro do romance *Os envenenadores*, de José Ferreira de Menezes. Publicado em 1865, em São Paulo, como folhetim do *Correio Paulistano*, o texto traz um perfil de senhor de escravos que se afina com o que, até então, se via principalmente na literatura maranhense crítica à escravidão. Selmo era um tipo orgulhoso, proprietário de muitas fazendas e “inúmeros [...] escravos”, que não tolerava contrariedades nem confrontos ao seu poder⁵⁰⁰. Segundo o narrador: “Ninguém em seus domínios falava mais alto do que ele”, que, “aos inferiores não admitia um *porém*, sequer balbuciado: o que dizia era uma ordem, o que ordenava era logo cumprido”⁵⁰¹. Um autêntico parente do comendador Fernando P. Apenas entre gente da sua classe se mostraria afável, amistoso, até mesmo dócil, segundo a própria filosofia. Outro elemento chave no perfil de Selmo está na origem de sua fortuna, fruto das transações do tráfico de africanos no Brasil: “era o mais rico dos comendadores da sua província”, dono de uma “fortuna colossal” “cujo valor ele próprio não poderia dizer ao certo”, “ganha[...] no tráfico de escravos” e aumentada depois. Tal informação vem logo nas primeiras linhas do romance como peça fundamental do que caracterizava a riqueza de Selmo. O eixo do texto, a seguir, tem a ver com uma reflexão sobre o comportamento de um tal fazendeiro dentro de seus domínios *versus* a contrapartida dos escravizados, exatamente o elemento que ele tenta negar. A tensão entre as partes dentro do universo de símbolos religiosos e referências literárias que informam o texto dá lugar a fantasmas e assombrações como revide inevitável na economia daquelas relações.

Há um mês alguma coisa estava errada na fazenda, atacando-se o coração da riqueza local. Havia envenenamento entre os negros, com vítimas em sequência sem que se pudesse detectar a origem ou a causa: “um poder misterioso derrubava os

⁴⁹⁹ Idem, p. 319.

⁵⁰⁰ “Orgulhoso” refere-se a um perfil literário e político de crítica à escravidão, vide discussão ao longo do capítulo 2 desta tese. Para a citação de *Os envenenadores*, cf. *Correio paulistano*, 14 de dezembro de 1865, p. 3. Meu contato prévio com o romance de Ferreira de Menezes vem da leitura de fontes da pesquisa de mestrado em diálogo com o trabalho de colega do CECULT – Centro de pesquisa em história Social da Cultura (IFCH/UNICAMP). Cf. Façanha, *Política e escravidão em José de Alencar*, op. cit. cap. 3; Ana Flávia Magalhães Pinto, “Fortes laços em linha rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2014.

⁵⁰¹ Para o conjunto de citações a seguir, cf. “Os envenenadores”, *Correio Paulistano*, 14 de dezembro de 1865, p. 3.

escravos um por um” sem que a ajuda do médico pudesse resolver⁵⁰². Todos temiam a comida da fazenda. Diz-se que Selmo “escumava de ódio”, nem tanto pelas perdas, como por não poder castigar, sem saber de onde vinha o ataque. Nada funcionava para fazer os negros falarem: “Parecia que entre eles tinha havido a decisão de um suicídio geral”. Certo dia de manhã, antes da partida dos escravos para o trabalho na lavoura, enfileirados diante do senhor, Selmo oferece liberdade e dinheiro para que o envenenador apareça e vá embora. Ninguém se move. O comendador “freme” de raiva e destaca, da fileira, um alvo aleatório, um escravo velho, para pagar por todos. O cativo tem comportamento humilde, segundo o narrador, pedindo para morrer por não aguentar mais a escravidão. O fazendeiro testa sem sucesso seu nível de credibilidade entre os presentes, perguntando se ele não quer a liberdade, e tendo que ouvir: “O senhor não a dá”; “Nem palavra, nem gemido, nem olhos súplices: o escravo partiu impenetrável e resignado”. Após mais buscas infrutíferas na senzala, a escravaria de pé, firme, muda, do lado de fora, o fazendeiro ordena o martírio.

Vem uma sequência de açoites, gemidos, sangue escorrendo, o feitor contando as chicotadas, uma lágrima do escravo caindo no chão, num arranjo narrativo de detalhes evidenciando a tristeza que o próprio narrador sentia com aquilo. Selmo permanece impassível enquanto o escravo, já sem consciência, respondia aos açoites apenas com espasmos. O narrador comenta: “Selmo! Seja-te o senhor um dia misericordioso!”⁵⁰³. O escravo morre e o fazendeiro inclemente desce uma ordem que pode parecer contraditória com seu comportamento até ali; ainda com raiva, grita que levem o morto, enterrem e: “orem logo por seu repouso”. Um nível de simbologia religiosa é compartilhado pelo narrador que se apressa em afirmar que, afastado do horror sob o julgo do fazendeiro, em outro lugar, “o morto gozava já da bem-aventurança”.

A roda da fortuna girou.

Num sermão do século XVII, dirigido a devotos de Nossa Senhora do Rosário, mirando um público de senhor de escravos, o padre Antonio Vieira tenta refrear comportamentos abusivos, alertando sobre uma roda da fortuna que girava na hora da morte. A sombra de um tal mecanismo deveria inspirar paciência e piedade nas relações cotidianas das pessoas, de olho nos destinos após a morte, que poderiam alterar

⁵⁰² Para o conjunto de citações a seguir, “Os envenenadores”, *Correio Paulistano*, 15 de dezembro de 1865, p. 3.

⁵⁰³ Para o conjunto de citações a seguir, “Os envenenadores”, *Correio Paulistano*, 16 de dezembro de 1865, p. 3.

drasticamente, do conforto (na terra) para a desgraça profunda (no além) e vice-versa⁵⁰⁴. O sermão de Vieira não precisa ser a fonte específica para a orientação do narrador de Ferreira de Menezes, porém o raciocínio, sim, compõe o repertório do juízo e do castigo que se constrói sobre o orgulho de Selmo e que estaria inoculado em medos secretos do próprio fazendeiro.

Os seus escravos, em fila, passam pelo morto e se despedem. Um deles, de semblante fechado, duro, sem chorar: “Debruçou-se sobre o cadáver, beijou-lhe os lábios que vertiam sangue e murmurou rouquenho: meu pai!”⁵⁰⁵. Segundo o narrador, o morto “tinha os olhos abertos e parecia fitá-lo e recomendar-lhe o sangue que levava no beijo”⁵⁰⁶. As coisas nunca mais serão as mesmas para o senhor de escravos, cujos tumultos internos se transmitem no romance pela chegada de uma tempestade pesada, personificada, ela mesma, como alguma entidade fúnebre:

ouve-se o trovão, o surdo ramalhar das árvores, o tétrico rugir dos ventos e os gritos e os gemidos de toda a natureza. Ao cair dos raios, incendeiam-se as matas [...]

O clarão dos relâmpagos rompia “as trevas de noite tão medonha”. “A sombra e o horror povoam os vales e os montes”, diz o narrador, que volta o olhar para Selmo. Sentado à janela, o senhor de escravos observa a mudança na paisagem: “Selmo está só!”, “contempla tão pavoroso quadro e murmura palavras sem sentido, e tão sutis e tão brandas que ele próprio não as ouve”... “Olha a tempestade e ri-se dela...”. “Mais horrível é a que lhe embate o cérebro; mais densas do que aquelas sombras do vale, são as que lhe encobrem o peito”. Segundo o narrador, Selmo adquiriu uma companhia para o resto da vida, o remorso, cuja experiência se constrói na afirmação de uma aura macabra: “Secava-se-lhe a seiva: aquele ardor, aquela pertinácia no trabalho perdera-os ele”. “Pálido, descarnado, a cabeça pendida como à procura do túmulo”; passava longas horas assim. E morre.

Num outro momento do romance, uma personagem explica a causa da morte de Selmo como envenenamento pelos escravos da fazenda. Porém, ao mesmo tempo, permanece na descrição da agonia do fazendeiro a figura do senhor roído por remorsos, acossado por fantasmas e visões. “Que horror”, “Os cabelos ainda se me eriçam ao

⁵⁰⁴ Cf. Padre Antonio Vieira. *Essencial*. São Paulo, Penguin Companhia das Letras, 2011, pp. 237-341.

⁵⁰⁵ Para o conjunto de citações a seguir, cf. “Os envenenadores”, *Correio Paulistano*, 16 de dezembro de 1865, p. 3.

⁵⁰⁶ Outra referencia aqui parece ser o *Hamlet*, de Shakespeare..

pensar na noite que precedeu ao dia de sua morte!”, diz Fernando, marido da filha de Selmo⁵⁰⁷:

Olhos fitos em seu fantasma, que ele supunha ver – o pobre velho extorcia-se num martírio horrível, volvia-se em todos os sentidos e não achava repouso. Agitava com as mãos – como para expelir alguma coisa que o perseguia.

E continua:

Fecha-me os olhos, dizia-me ele [Selmo], sem poder fazê-lo. Fecha-me os olhos – fecha-me os ouvidos – que aquela luz me cega, que aquelas vozes falam-me do inferno. Eu [Fernando] cobria-lhe os olhos, falava-lhe; era em balde... [...].

Selmo procurava forma de apacar as culpas, as responsabilidades. Ele pedia: “A imagem [...], dá-me a Imagem, a minha Imagem da Virgem; eu quero pedir-lhe perdão”; “e extorcia-se e lacrimejava e parecia sempre ver nos olhos abertos, rasgados, secos, o fantasma aterrador”. Na voz de Fernando, em carta ao amigo Luiz, vem a consciência dos abusos cometidos na escravidão:

Meu pobre tio, cometeu em sua longa vida, em sua lide com os negros, atos de uma crueldade sem nome, dos quais o último foi o horroroso castigo que ele inflingiu a um escravo para terror dos parceiros envenenadores. Foi mau, meu Luiz: mas eu nunca supus que se pudesse sofrer tanto – que o remorso fosse um martírio tão longo e pertinaz.

O problema dos envenenamentos na fazenda de Selmo ainda duram algum tempo, terminando apenas quando cai o feitor, e quando finalmente o escravo Jacques cessa de ver, ele mesmo, um fantasma, que era o espírito do pai a pedir vingança. Num diálogo tenso com Fernando, ele explica que os envenenamentos começaram como resposta a abuso anterior do senhor, quando mandou açoitar e matar uma menina, criança da senzala⁵⁰⁸.

Fora *A cabana do pai Tomás* como referencia geral que circulou o mundo nos anos 1850, adentrando debates antiescravistas variados na política e na literatura⁵⁰⁹, não

⁵⁰⁷ Para o conjunto de citações a seguir, cf. “Os envenenadores”, *Correio Paulistano*, 17 de dezembro de 1865, p. 3.

⁵⁰⁸ “Os envenenadores”, *Correio Paulistano*, 18 de dezembro de 1865, p. 3. Em seu trabalho, Ana Flávia Magalhães Pinto, caracteriza o recurso ao maravilhoso em *Os envenenadores*, em diálogo com outros textos de Ferreira de Menezes, como um tipo de literatura fantástica. Cf. “Fortes laços em linhas rotas”, op. cit, p. 30.

⁵⁰⁹ Cf. Para um primeiro contato com uma reflexão sobre a circulação oitocentista do romance de H. B. Stowe, cf. Hélio Seixas Guimarães, “Pai Tomás no romantismo brasileiro”. *Teresa, revista de literatura brasileira*. [12] [13], pp. 421-429, 2013. Comecei a colher as primeiras informações nesse sentido a partir

suponho que os autores mencionados necessariamente leram uns aos outros atentando especificamente aos mesmos pontos – embora possam ter lido, principalmente na rede de diálogo entre autores das províncias do norte do Brasil. E por isso mesmo a relação entre as obras interessa, situando, mais do que associação entre escritores, uma percepção compartilhada, problemática em cada contexto, sobre determinado assunto disperso na cultura e nas relações sociais. Um mal-estar geral sobre as práticas da escravização de africanos é algo que se espalha e se aprofunda internacionalmente ao longo do século XIX por linhas cruzadas entre as vivências sociais, políticas, literárias e artísticas como um todo.

No contexto brasileiro, a experiência de mais de vinte anos de desrespeito impune a tratados e leis que proibiam o comércio de escravos, ao longo de partes ou de todo o país, na primeira metade do século XIX, deve conferir característica particular ao mal-estar que recorria a fantasmas e assombrações nos textos literários. Talvez sem querer – num aspecto do texto que o narrador não discute, embora comente compulsivamente tudo que se passa no livro –, o romance *Úrsula* registre uma característica subterrânea aos demais textos críticos das práticas de fazendeiros abusivos que tem exatamente a ver com um engasgado aprendizado social sobre a impunidade dos figurões. O senhor de escravos, o ser patriarcal perseguidor de mulheres, faz e desfaz, atocaia, tortura, mata em segredo, conluio, ou mata na rua; chega pelas costas, manda segurar para atacar, grita, atira, faz o seu show, apunhala, faz poça de sangue no chão... todo mundo sabe, mas parece que ninguém vê. Nos eventos da noite de casamento de *Úrsula* e Tancredo é chocante como um ambiente de cenário e instituições sociais fica nulo diante do berreiro de Fernando P. com seus capangas; não há denúncias, nem perseguições policiais, não há sequer medo de precisar se esconder⁵¹⁰. O fazendeiro permanece nos seus lugares de sempre, entra e sai do convento, resolve virar frei de alguma coisa. E assim restam os discursos do padre e o juízo religioso sobre as práticas abusivas. No vácuo de instituições e práticas sociais que disciplinassem o mundo da escravidão, num ambiente hegemonicamente conivente com ela, mesmo sob tensão, o recurso aos fantasmas tenta um mecanismo capaz de arbitrar e punir.

do primeiro ano de doutorado, em 2015, em reuniões de pesquisa, no CECULT/IFCH/UNICAMP, com colegas dedicados ao estudo do tema da escravidão em obras literárias brasileiras do século XIX.

⁵¹⁰ Minha percepção sobre esse problema vem, em parte, do aprendizado na leitura do romance *Til*, de José de Alencar, que destaca o problema do desmando dos fazendeiros pelo interior do país.

Senhores de escravos com remorsos?

Não parece. A base da indignação e da tentativa de denúncia nas obras brasileiras analisadas se faz exatamente por um diagnóstico de ausência de revisões senhoriais em suas práticas cotidianas, a não ser no final da vida e muito a contragosto; tem a ver com uma reflexão sobre a tolerância a práticas ilícitas de enriquecimento no amplo ambiente do contrabando de africanos. Veja-se, por exemplo, o caso da fortuna dos irmãos José e Joaquim de Sousa Breves. Alguns de seus elementos mais característicos estabelecem relações com o ambiente que viceja fantasmas. Proprietários de diversas fazendas no vale do Paraíba fluminense a partir dos anos 1830, a expansão da riqueza dos irmãos, junto aos investimentos no café, tem estreita relação como o comércio de africanos durante o período ilegal. Segundo Thiago Campos P. Lourenço, o tráfico “impulsionou [...] a construção do patrimônio dos Sousa Breves, ao mesmo tempo em que os transformou nos maiores proprietários de africanos do Brasil Imperial”⁵¹¹.

Entremeando as atividades de fazendeiros escravistas a instâncias da política imperial ao longo de décadas, com vários mandatos na Assembleia Provincial do Rio de Janeiro, permaneceram atentos às discussões do parlamento⁵¹². José Breves foi um dos que assinou petição pela derrogação da lei antitráfico de 1831, enquanto ambos os irmãos mantinham atividades no contrabando – ao longo dos anos 1830 e 1840 seus nomes aparecem em denúncias e autos de investigação contra o tráfico ilícito⁵¹³. Segundo Thiago Lourenço, não se sabe exatamente qual função os Breves ocupavam naqueles negócios, mas há evidências de que seriam mais do que apenas compradores de africanos, podendo manter navios ou agenciar o contrabando, cuidando dos desembarques, por exemplo, nas fazendas da Marambaia e de Santa Rita do Bracu⁵¹⁴. Os irmãos se destacavam pela resistência a terminar o tráfico mesmo a partir de 1850, quando a lei Eusébio de Queiroz sela um acordo que, silenciando sobre a lei de 1831, passa a levar a sério a repressão ao contrabando a partir de então⁵¹⁵. Em 1851, por exemplo, Joaquim Breves participa de um bate-boca no *Jornal do Commercio* com o

⁵¹¹ Cf. Thiago Campos P. Lourenço, “O império dos Sousa Breves no Oitocentos: política e escravidão nas trajetórias dos comendadores José e Joaquim de Sousa Breves”. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2010, p. 26.

⁵¹² Idem; cf. cap. 2.

⁵¹³ Idem, pp. 128-129.

⁵¹⁴ Idem, p. 129.

⁵¹⁵ Sobre isso, cf. Chalhoub, *A força da escravidão*, op. cit., cap. 5.

chefe de polícia da corte, mostrando-se indignado com incursões à fazenda da Marambaia em busca de africanos adquiridos após a lei de 1850. Trata-se de um caso em que a polícia entrou e levou mais de quarenta negros para averiguações na delegacia. Negando participar de manobras recentes do tráfico ilegal, o fazendeiro questiona Bernardo Azambuja, o chefe de polícia: “[...] com que justiça me arrebatou esses escravos, só porque não sabiam falar o idioma português?”⁵¹⁶. Segundo sua justificativa, enquanto alguns aprendiam rápido, havia africanos que, mesmo depois de décadas, mal falavam uma palavra em português:

Aí mesmo na Marambaia posso eu apresentar comprado talvez há mais de quarenta anos, por nome Domingos, de nação Congo que não fala uma só palavra do português, enquanto porém que outros tenho visto, comprados há dois anos, que falam melhor que muitos crioulos [...]⁵¹⁷.

Com a segurança de um Selmo ou de um Fernando P., Joaquim Breves mantém uma postura inflexível sobre seu direito de posse sobre africanos recentemente desembarcados no Brasil. Segurança, como mostra Thiago Lourenço, ligada aos acordos de silêncio estabelecidos com as altas esferas da administração imperial, também implicadas na aquisição ilegal de africanos ao longo das décadas, como deixa vazar um defensor de Breves na imprensa. Belizário A. B. Barbas retoma o ambiente parlamentar de 1850, destacando a figura do então chefe do Gabinete de Ministros, Eusébio de Queiroz:

O Sr. Eusébio prometeu na sessão secreta de 1850 e assegurou à câmara dos deputados que o passado não se resolveria com pesquisas inquisitoriais, garantindo afontamente [afoitamente?], que nessa parte os juizes não haviam de cumprir a lei⁵¹⁸.

O texto coloca em português claro, a circular na imprensa, os termos do acordo discutido em sessão secreta, de que, aprovando e aplicando a lei antitráfico de 1850, não puniriam as práticas do contrabando de africanos de 1831 até ali: “Pelo menos assim se mandou dizer aos homens da lavoura que são eleitores para os tranquilizar”, completou Barbas⁵¹⁹. Daí vinha a reclamação sobre as ações recentes de Azambuja, como se quebrasse o combinado, quando o chefe de polícia mirava os desembarques mais

⁵¹⁶ Apud Thiago Lourenço, “O império os Sousa Breves...” op. cit., p. 145.

⁵¹⁷ Apud, idem.

⁵¹⁸ Apud, idem, p. 147. Sobre o papel de Euzébio de Queiroz nessa questão, cf. Sidney Chalhoub, *A força da escravidão...* op. cit.

⁵¹⁹ Apud, idem.

recentes. Mais do que isso, o auge da argumentação do amigo de Joaquim Breves era assegurar a proximidade das autoridades imperiais ao quadro do fazendeiro da Marambaia quando o assunto era posse ilegal de africanos. Supondo que a polícia vasculhasse com o mesmo cuidado as fazendas de certos ministros e até mesmo a propriedade do chefe de polícia: “Acredita o Sr. Azambuja que SS. EE. sairão mais airosos que os Breves? [...] O que há de ser do chefe de polícia?”⁵²⁰.

Briga de cachorro grande entre gente importante da administração e da política imperial e fazendeiros de extensas propriedades no sudeste. Não é à toa que, nas obras literárias, as perspectivas críticas mais duras contra a escravidão e o contrabando de africanos se dirigem a um tipo senhorial específico: o grande proprietário, “orgulhoso senhor de mil escravos”. Curioso como esse foi o traço que marcou, de forma meio lendária, o perfil dos irmãos José e Joaquim de Sousa Breves em relatos de viajantes e cronistas, além de estudos, a partir da segunda metade do século XIX⁵²¹. Destacando a fazenda do Pinheiro, propriedade de José, um diplomata francês, em 1876, diz: “A família Breves é dona em conjunto de um pequeno número de doze mil escravos apenas! O dono do Pinheiro só por si possui três mil”⁵²²; em visita nos anos 1860, o casal Luís e Elizabeth Agassiz anotaria um número menor, ainda assim na casa do milhar: “Contam-se nesta propriedade cerca de dois mil escravos, dos quais uns trinta empregados no serviço doméstico”⁵²³. Pesquisas ao longo do século XX mantiveram entre seis e quatro mil o número de escravos de um ou de outro irmão⁵²⁴.

Conhecida pela suntuosidade, a fazenda do Pinheiro tornou-se um referencial. Constava em mapas do vale do Paraíba do século XIX⁵²⁵, atuando como lugar de parada para viajantes ilustres, mesmo na ausência do comendador José Breves. A casa de vivenda senhorial se destacava pelo luxo e conforto, cercada por muralhas e jardins. Segundo descrição de Thiago Lourenço, havia uma “sala nobre” na casa composta por cadeiras de tipos variados, espelhos, vasos de porcelana, candelabros de prata e um lustre grande ao centro⁵²⁶. Uma “alcova nobre” se destinava aos visitantes da fazenda, que seriam convidados a desfrutar do piano, num cômodo separado, além da sala de

⁵²⁰ Apud, idem, pp. 147-8; conferir a dissertação citada de Thiago Lourenço para acompanhar o modo como as declarações de Barras se posicionam nos debates políticos entre conservadores e liberais.

⁵²¹ Thiago Lourenço, “O império dos Sousa Breves...”, op. cit., p. 41.

⁵²² Apud, idem, p. 41.

⁵²³ Apud, idem, p. 59.

⁵²⁴ Idem, pp. 41-42.

⁵²⁵ Idem, p. 59-60.

⁵²⁶ Idem, p. 73.

baile⁵²⁷. Na sala de jantar havia quarenta lugares, os móveis em mogno, os utensílios em prata⁵²⁸. Orgulhoso de sua situação, o comendador José Breves mantinha na fazenda uma banda de música composta por escravos especializados que se apresentavam em dias de festas e para as visitas, elemento que distinguia a propriedade das outras ao redor. Enchendo os olhos de viajantes e curiosos, a ostentação senhorial das “bandas de pretos” tinha também o objetivo de lustrar a escravidão de civilidade⁵²⁹. Um conjunto que tinha a ver com orgulho e afirmação, sem aparente sombra de hesitações, remorsos ou coisa parecida.

Ainda assim se podia encontrar na casa do comendador os símbolos que, nas obras literárias, serviam de gatilho, senão para exames de consciência, para rondas de fantasmas e assombrações. Anexa ao quarto do comendador havia uma capela, rica em imagens – com vinte e um quadros pequenos e quatro maiores⁵³⁰. Do lado de fora, na fazenda, a capela era tão grande que talvez pudesse ser considerada uma igreja, com: harmonia, pia de mármore, imagens sacras em tamanhos variados, cálice, crucifixo de marfim, confessionário etc⁵³¹. No hospital da fazenda havia mais objetos religiosos: crucifixo, oratório, confessionário, uma imagem de Santa Rita⁵³². No trabalho de Lizandra Ferraz, ao analisar percepções e visões de mundo ao longo de testamentos de senhores de escravos, existe um trecho interessante num codicilo de 1837, da época em que circulava no parlamento brasileiro a possibilidade de haver derrogação da lei antitráfico de 1831⁵³³. Ao longo de sua vida, o senhor Antônio Machado de Campos havia adquirido pelo menos dois africanos ilegalmente escravizados, ainda vivos quando ele escreveu seu testamento, doente, aos sessenta anos. Sob a perspectiva da morte, algum mecanismo atuava na cabeça do senhor e ele se punha disposto a

⁵²⁷ Idem, p. 74.

⁵²⁸ Idem.

⁵²⁹ Idem, pp. 60-61. Lilia Swarcz também comenta essa característica sobre as bandas de música de escravo, cf. *As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, Companhia das letras, 2006. Para uma análise do tema no romance de José de Alencar, cf. Façanha, *Política e escravidão em José de Alencar*, op. cit., cap. 3.

⁵³⁰ Thiago Lourenço, “O império dos Sousa Breves...”, op. cit., p. 74.

⁵³¹ Quem fica impressionada com o tamanho da capela, dizendo que poderia ser considerada uma igreja é a professora Martha Abreu no documentário produzido pelo grupo de pesquisa do LABHOI da Universidade Federal Fluminense: “Passados presentes: memória negra no sul fluminense”. Recolhi o passo a passo das descrições da capela do Pinheiro em Thiago Lourenço, “Os império dos Sousa Breves...” op. cit., p. 74.

⁵³² Thiago Lourenço, “O império dos Sousa Breves...”, op. cit., p. 75-76.

⁵³³ Cf. Lizandra M. Ferraz, “Entradas para a liberdade: formas e frequência da alforria em Campinas no século XIX”. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 2010. Encontrei a citação do trecho pela primeira vez em Chalhoub, *A força da escravidão*, op. cit., pp. 80-81, que observava justamente como os senhores acompanhavam os debates parlamentares e estariam interessados em saber se haveria derrogação da lei de 7 de novembro de 1831.

reconhecer e reparar o erro. Quer dizer, mais ou menos. Caso o parlamento brasileiro decidisse revogar a lei de 1831, aí tudo ficava normal e os africanos ficavam mantidos na escravidão mesmo. Vale a pena checar na íntegra:

por ignorância e por me dizerem algumas pessoas que o podia fazer comprei dois africanos depois da lei que tais compras proíbe e porque unicamente desejo salvar a minha alma e em matéria de consciência toda a cautela é pouca determino que meu testamenteiro logo entregue os sobreditos herdeiros até se educarem e se batizará em tempo marcado, mas nunca como escravos. Desta sorte hei por findo este meu codicilo o qual quero que se cumpra como nele se declara ajustando somente que se houver alguma lei que determine que os africanos ora existentes devam ser escravos então os dois a respeito dos quais eu fiz a declaração acima ficarão pertencendo a meus herdeiros como cativos.⁵³⁴

Pareceria que sim, na hora final, os senhores fariam exames de consciência e, quanto ao contrabando, quereriam reparar mal feitos. O trecho ao menos sugere uma relação de afinidade entre símbolos e práticas disponíveis nas transações sociais do mundo escravista e a solução crítica que obras literárias contra a escravidão escolheram ao punir os senhores com remorsos e fantasmas. Porém, na prática, os termos do codicilo de Antônio Campos Machado acabam por reafirmar o traço orgulhoso de Breves, Selmos e Fernandes P. em busca de manter a administração do poder até o final, levantando justificativas cabíveis ou incabíveis para suas práticas de enriquecimento, mantendo a interpretação sobre a exploração de escravizados no chão duro das coisas brasileiras, sem intervenção de esferas além. Um entendimento de que não havia revisões de consciência de qualquer tipo entre negreiros e proprietários de africanos ilegalmente escravizados aparece nas *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, na interpretação de Sidney Chalhoub⁵³⁵. Para o autor, trata-se de um romance estruturado pela reflexão – com a distância e a perspectiva da década de 1880 – sobre como o tráfico ilegal de africanos incidiu na configuração das relações sociais do Império do Brasil⁵³⁶. Chalhoub observa como, apropriando-se do tema literário oitocentista do adultério, Machado de Assis maneja o formato a fim de espelhar, na relação adúltera entre Virgínia e Brás Cubas, alegres e despreocupados, os elementos constitutivos da sociedade brasileira conivente com o tráfico: duplicidade, corrupção generalizada, leveza moral, insensibilidade social⁵³⁷.

*

⁵³⁴ Apud Lizandra M. Ferraz, “Entradas para a liberdade...” op. cit., pp. 75-76.

⁵³⁵ *A força da escravidão*, op. cit., cap. 10.

⁵³⁶ Idem, p. 278.

⁵³⁷ Idem, pp. 484-485.

Úrsula, de Maria Firmina dos Reis; *Lendas e canções populares*, de Juvenal Galeno; *Os envenenadores*, de José Ferreira de Menezes. São obras publicadas e postas a circular na década de 1860⁵³⁸, cuja reflexão crítica sobre a escravidão insiste em tocar na ferida do tráfico de escravos. Firmina e Galeno, principalmente, enfatizam o assunto pelos temas do sequestro, da separação de famílias etc. O contrabando, afinal, terminara em meados dos anos 1850, datando de 1856 um último registro de desembarque ilegal. Percebe-se que essas obras compõem um quadro mais amplo de manifestações contra a escravidão que vai ganhando espaço e configuração própria na década de 1860, pressionando o país pela aprovação de alguma lei de emancipação; debates que se acirram no final da década, ganhando corpo após o fim da guerra do Paraguai, culminando na aprovação da Lei do Ventre Livre em 1871. Nesse ambiente, retomando elementos do cenário dos anos 1830, 1840 e 1850 da história da escravidão brasileira, as obras literárias analisadas insistem em manter viva a memória do contrabando, desde 1831, que o acordo parlamentar de 1850 atuou para obscurecer e cujo veto de silêncio guiava as principais vozes ligadas ao governo nos anos 1860. A marca dos debates em torno da Lei do Ventre Livre é a de uma luta parlamentar pela garantia dos direitos senhoriais adquiridos, de propriedade e força moral sobre africanos e descendentes⁵³⁹. Um esforço amplo, com a força da dimensão institucional, de negação do passado.

O livro célebre de Perdigão Malheiro, *A escravidão no Brasil*, de 1866, é marcado por tais ambiguidades. Texto jurídico fruto de estudos e reflexão, como enfatiza o autor, pretende contribuir às discussões emancipacionistas no Brasil. Recompondo uma história da escravidão local, munido de documentos diversos, se empenha em garantir que uma inclinação contra o cativo marcava o país desde a Independência, inventando um desenvolvimento linear do processo, passando ligeiro por 1831 e demorando-se numa celebração de 1850 como se fosse um momento livre de ambivalências: “Honra ao Governo! honra ao Poder Legislativo! honra aos Brasileiros! Hosana ao Deus Onipotente!”, ele diz⁵⁴⁰. Evocando linguagem religiosa, de fato, um dos empenhos do jurista num capítulo do livro era afirmar o papel do cristianismo na

⁵³⁸ *Úrsula* é de 1859, mas ainda em 1862 circulam anúncios da publicação em jornais maranhenses.

⁵³⁹ Cf. Robert Conrad, *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1975; Sidney Chalhoub, *Machado de Assis, historiador*, op. cit.; Dayana Façanha, *Política e escravidão em José de Alencar*, op. cit. cap. 2.

⁵⁴⁰ Cf. Perdigão Malheiro, *A escravidão no Brasil. Ensaio histórico-jurídico-social*. São Paulo, Edições Cultura, 1944, parte 3, p. 64. Para discussões mais aprofundadas sobre o livro, bem como a postura política de Perdigão Malheiro, cf. Eduardo Spiller Pena, *Pajens da casa imperial. Jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Campinas, CECULT, 2001; e Sidney Chalhoub, *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, Companhia das letras, 2011, cap. 3.

desconstrução da legitimidade da escravidão desde o final do século XVIII⁵⁴¹. Percepções religiosas e escolhas políticas sobre a escravidão toda hora se esbarravam nesses textos oitocentistas.

Depurado de outras vozes exaltadas de denúncia, o texto de Perdigão Malheiro está fadado a armadilhas interpretativas à medida que se prende à afirmação de uma índole benevolente para o Brasil. Dizendo que “a abolição real do tráfico” não era fácil de executar “Apesar da índole reconhecidamente compassiva e humanitária dos brasileiros, apesar da modificação dos costumes em favor dos escravos, apesar da predisposição mais favorável” ao fim do comércio de africanos⁵⁴², jogando para as sombras os entendimentos mais difíceis. Resta no livro a representação de uma consciência mal resolvida, por exemplo, quando escapa, no meio de um parágrafo ou outro, uma sequência persistente de imagens sobre os horrores do comércio de africanos. Sobre a pressão antiescravista dos anos 1830, afirma que visava conseguir “a cessação desse ignóbil comércio de homens, falando à razão, à consciência, em nome da Religião, da filosofia, da humanidade:

e evitar que continuassem os míseros Africanos a ser assaltados para reduzirem à escravidão, e desapiadadamente dizimados na captura, no transporte, enchendo de cadáveres seus as terras e as profundezas do oceano; [...]”⁵⁴³.

E em outro momento:

O modo bárbaro de fazer o comércio de negros, apreendê-los e caçá-los em África, de acomodá-los a bordo dos navios como verdadeira carga, aglomerado e em número espantoso em cada navio, o tratamento desumano havido para com eles quase nus, mortos à fome e de moléstias, e até por batizar, o fato ainda mais desumano e revoltante de serem lançados ao mar ou alijados em ocasião de perigo da navegação ou quando perseguidos os negreiros pelos cruzeiros, as guerras na África por causa do tráfico no intuito de fazer escravos [...]”⁵⁴⁴.

Tudo teria contribuído, finalmente, para indispor “os espíritos” contra o tráfico, diminuindo sua aceitação. A sequência acelerada de fatos densos de história, encadeados um atrás do outro, sugere que o autor teria refletido muito sobre o problema e precisava enunciar tudo que lhe parecia indispensável, ao mesmo tempo tendo que ser breve, encerrar logo o parágrafo e não falar demais.

⁵⁴¹ Cf. Perdigão Malheiro, *A escravidão no Brasil*, op. cit., parte 3, Título II, cap. 1.

⁵⁴² Idem, p. 62.

⁵⁴³ Idem, p. 46.

⁵⁴⁴ Idem, p. 59.

O cúmulo da negação nesse contexto aparece em manifestações de José de Alencar, cujas opiniões políticas sobre a escravidão guardam um viés particular de conservação do *status quo* escravista. No final dos anos 1860 até 1871, quando ninguém mais defenderia o tráfico de africanos, ele diz, por exemplo: “Também não havia outro meio de transportar aquela raça à América, senão o tráfico. Por conta da consciência individual correm as atrocidades cometidas. Não carrega a ideia com a responsabilidade de semelhantes atos [...]”, “O tráfico, na sua essência, era o comércio do homem; a *mancipatio* dos romanos”⁵⁴⁵. Depois teimou e teimou de novo, no parlamento e na literatura, numa interpretação geral acerca da vigência de relações harmoniosas entre senhores e escravos no Brasil, advogando a fórmula, espalhando imagens de sinhas boazinhas atendendo escravos e vice-versa numa relação de troca. No fundo, tratava-se de um pensamento enredado pela moda de imaginar, desde então, o Brasil como o mais promissor dos países de colonização ibérica, em passo avançado de civilização, haja vista suas instituições, caracterizado pela boa índole, nesse quesito ganhando até dos Estados Unidos, cuja prosperidade era invejada.

A violência que enlouquece a escrava Zana no romance *Til*, de 1871-1872, está necessariamente ligada à sua condição de mulher escravizada sujeita às condições de vida e trabalho na casa de Besita. Mas essa não é uma reflexão que se faz diretamente no romance. Note-se que, em diálogo com outras obras críticas à escravidão publicadas no Brasil desde os anos 1840, o motivo que leva a escrava à loucura está deslocado, tirando o foco das consequências ligadas à condição imposta de sujeição. Zana parece frágil em si mesma, suas alucinações como um efeito colateral da violência, que a cativa testemunhou, aplicada à senhora. Faz parte do processo de negação do abuso em Alencar desviar a lente dos lugares escravos de sofrimento, como o tronco, a vivência na senzala, os espaços de abuso sexual etc. nos romances de 1871-1872. Gostaria de observar, entretanto, que a estrutura do sofrimento da Zana enlouquecida mimetiza, talvez sem querer, os elementos presentes nas narrativas em que fantasmas e assombrações criticam a escravidão, condenando agentes e práticas da violência também no contexto do comércio de escravos. A repetição infinita de uma mesma cena, num mesmo lugar, sempre na mesma hora, cravando sinal de maldição num lugar específico carregado com erros do passado; o olhar perdido ou vidrado da personagem; o medo de espectros do passado por meio das alucinações. Zana enquanto personagem

⁵⁴⁵ José de Alencar, *Cartas de Erasmo*. José Murilo de Carvalho (org.), Rio de Janeiro: ABL, 2009, p. 289.

ficcional é propriedade da liberdade criativa de Alencar; enquanto escrava, porém, constrói-se de elementos do mundo conhecido do autor e exatamente de um problema social grave sobre o qual ele formulava, formulava e expressava opiniões, o que tornava mais difícil filtrar apenas e somente o que ele gostaria de apresentar. Lida num cotejo com as histórias de outras personagens e vivências escravas ao longo da primeira metade do século XIX, percebe-se as duas coisas: como Zana é diferente e como é parecida com as demais. Por um lado, esvaziada do potencial de denuncia que o autor quisesse fazer; mas não poderia em vista dos comprometimentos políticos que assumiu. Mas, sendo assim, nem precisaria ter trazido ao seu texto “A escrava” sofrida presente em tantas outras obras. O fez, mesmo sem planejar, pela força da personagem e da história disruptiva que carrega. À revelia do autor, registra a memória marcada por abusos, assassinatos e todo tipo de violência tolerada sem reparação.

A demanda dos fantasmas

Histórias de fantasmas e assombrações ligados ao mundo da escravidão brasileira mantiveram-se vivos para além da abolição em 1888. Numa coletânea de relatos ligados a Recife, organizada por Gilberto Freyre em 1951, encontram-se histórias de antigos senhores de escravos atormentados⁵⁴⁶. Diziam que certo casarão senhorial chamado solar do Pombal era assombrado pelo velho Suassuna. Segundo a tradição, em vida, fora Visconde de Suassuna, um patriarca duro e inflexível que “justiçava ele próprio os escravos na casa do Pombal [...] à revelia da justiça do Império”, enterrando os mortos no próprio jardim, “para fecundarem as terras de onde, na verdade, rebentavam as mais belas rosas do Recife”, que depois o visconde distribuía⁵⁴⁷. Em forma de alma penada, o velho Suassuna aparecia na antiga propriedade, arrependido, pedindo missa e perdão a seus escravos:

Dizia-se que pelos corredores da casa e pelos restos de jardim outrora opulento e, segundo os inimigos do visconde, de terras fecundadas não só com suor como também com sangue de negro, costumava vagar um fantasma de velho alto e muito branco: a alma do próprio visconde a pedir perdão a escravos que maltratara. Também a pedir missa.

⁵⁴⁶ Gilberto Freyre, *Assombrações do Recife Velho*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2000.

⁵⁴⁷ Idem. Para as citações a seguir, cf. “o velho suassuna pedindo missa?”, pp. 113- 115.

Missas para tentar salvar a alma “de rico arrependido dos pecados contra os negros”: “Chegava a visagem a fazer sinal com os dedos para indicar com precisão matemática aos vivos o número de missas que desejava”. O solar do Pombal foi depois transformado em fábrica, destruindo-se o jardim. Dizia-se, então, que o fantasma do velho, passara a surgir em casas das imediações:

Garantiu-me um médico ilustre e homem fleumático, o Dr. R. C., que a pessoa de seu íntimo conhecimento, moradora do Pombal, o velho misterioso apareceu certo dia, com toda a sua brancura de neve, pedindo com os dedos, longos e finos, três missas. Nem mais nem menos do que três⁵⁴⁸.

Outro caso narra o destino agoniado de um perfil de “senhor orgulhoso” na história de um barão perseguido pelo diabo⁵⁴⁹. Seu erro fora afrontar a entidade com a mesma confiança que aplicava no dia a dia quando precisava se livrar de outros tipos considerados desagradáveis: “Diz-se que fizera um pacto com o Cornudo pensando em desembaraçar-se do chamado Príncipe das Trevas com a facilidade com que se desembaraçava de outros entes incômodos”. O barão vivia como queria, mas de tempos em tempos acabava tendo que obedecer ao malvado. Recebia um sinal para encontrá-lo à noite “sozinho nas brenhas” para reafirmar o trato “que levianamente fizera”:

Era então visto a galope pelos ermos, montado num cavalo que ninguém sabia se era deste mundo, se do outro. Cavalo levado do diabo. E quando voltava do encontro com o Maldito, durante oras parecia o barão ia botar a alma pela boca de tão mortalmente fatigado.

Nessas ocasiões o barão ficava prostrado e pálido como um defunto. Seus olhos arregalados ficavam horrorizados “do que tinha visto” ou “envergonhados do que tinham sido obrigados a ver”, diz o narrador. Todas as tentativas de amigos e escravos para acalmá-lo eram inúteis. A dor e o abatimento no corpo e no espírito do barão podia ser comparada a um açoite terrível, como se “tivesse apanhado mais que todos os negros de seu eito”. O mal-estar passava com o tempo, até que, meses depois, houvesse novo chamado, e, assim até o final de sua vida: “Forçado pelo diabo a encontrá-lo nas brenhas como que para prestar contas de sua vida ao Canhoto, muito mais seu senhor que Pedro II”. A narrativa recolhida por Gilberto Freyre menciona outro caso

⁵⁴⁸ A história da assombração de Suassuna como castigo ao antigo senhor violento aparece no texto como uma das versões em torno do caso, talvez inventada por inimigo do visconde cf. pp. 114-115.

⁵⁴⁹ Para as citações a seguir, cf. Freyre, *As assombrações do Recife Velho*, op. cit., “um barão perseguido pelo diabo”, pp. 103-106.

semelhante, que acontecia com um visconde e que, quando morreu, segundo dizia-se, teve tanto o corpo quanto a alma confiscados pelo diabo: “para fingir enterrá-lo em Santo Amaro, a família tivera que encher o caixão de pedra”.

No prefácio à edição dos anos 2000 da coletânea de Freyre, Mary del Priori fala da função social do fantástico, do maravilhoso e do milagre contido nas histórias de assombração: “Servem para compensar as vicissitudes da vida cotidiana, acolhendo favoravelmente os desejos mais secretos dos homens, fazendo justiça entre bons e maus e passando avisos e mensagens”⁵⁵⁰. Como personagens ligados a culturas e povos em determinados contextos, fantasmas e assombrações podem ser interrogados acerca dos significados que carregam, de suas articulações com o mundo social que os engendra⁵⁵¹. As histórias do velho Suassuna e do barão perseguido pelo diabo, colhidas na primeira metade do século XX, repetem personagens e cenários da escravidão oitocentista. Como indícios, sugerem contas ainda a serem acertadas; parece afirmar um senso de justiça ainda ressentido com a insuficiência do governo imperial – de d. Pedro II – para intervir em casarões e jardins senhoriais e disciplinar o poder pessoal dos senhores de escravos. Parecido com o que se podia encontrar em obras literárias críticas à escravidão, impõe-se um esforço em fazer castigar os senhores, até de um modo que os fizesse sentir o peso sobrecarregado de todos os açoites que já mandaram aplicar, embora recorrendo apenas a elementos dentro do universo mágico.

Assim, quando os fantasmas ou os personagens assombrados representam antigos senhores de escravos, podem realizar um sentimento de desforra na memória afrodescendente. Em artigo de Matthias Röhrig Assunção, dedicado à memória oral da escravidão maranhense, encontram-se registros de almas penadas como punição para a violência senhorial: “[...] Que a pessoa maluca/Que tinha no Maranhão/ Era Ana Jansen/ Ela já morreu/No tempo da escravidão”, “A alma dela hoje vive arrependida/Implorando a salvação”[...]”⁵⁵². O autor reconhece a construção de relatos e lendas nesse sentido como forma de resistência⁵⁵³. Um trecho em que um ex-escravo brinca de assustar o senhor: “‘Quando o preto ficou liberto, gostava de botar um susto no branco. Falava perto da casa do branco ou deitava em cima do jirau como se fosse senhor: ‘50 negros pra cá, 50 negros pra trabalhar acolá’. [O branco]: Oh Meu Deus!

⁵⁵⁰ Cf. Mary del Priori, Prefácio, in: cf. Freyre, *As assombrações do Recife Velho*, op. cit., “um barão perseguido pelo diabo”, p. 13.

⁵⁵¹ Idem, pp. 14, 17.

⁵⁵² Cantiga recolhida com Raimunda Pio, Fazendinha, Santa Quitéria, apud Matthias Röhrig Assunção, “A memória do tempo de cativo no Maranhão”, n. 29. *Tempo*, s/d.

⁵⁵³ Assunção, “A memória do tempo...”, op. cit., p. 100.

Esse negro me mata do coração!’[...]”⁵⁵⁴. A certa altura, Assunção registra: “A maldição do senhor ‘ruim’ ou ‘malvado’ aparecia com frequência na memória oral. Atesta o sentimento de justiça dessa memória. Da morte o senhor também não escapava. A morte aparece então como a grande niveladora para o consolo do escravo”⁵⁵⁵.

Analisando o legado da escravidão no sul dos Estados Unidos, por dentro da trilha do que se chama “turismo de assombração”, Tiya Miles faz observações que também ajudam a pensar o contexto brasileiro⁵⁵⁶. Por um lado, a autora desvia das abordagens exóticas dos lugares “turísticos” considerados assombrados por fantasmas, cuja exploração do tema permanece acrítica acerca dos sentidos históricos da experiência negra, em geral, surda a vozes e interpretações afrodescendentes⁵⁵⁷. Por outro, enfatiza a característica dos fantasmas como portadores de mensagens, reveladores de demandas e narrativas⁵⁵⁸. Aprofundando a abordagem, Miles leva a pensar que fantasmas e assombrações podem funcionar como uma forma de fazer história, atuando como um tipo particular e peculiar de memória social; uma forma de narrativa disruptiva, trazendo à tona elementos incômodos muitas vezes suprimidos ou obscurecidos das interpretações dominantes⁵⁵⁹, principalmente quando as assombrações encenam o sofrimento de escravos injustiçados. Como mensageiros de notícias ruins, apontam para feridas culturais não curadas⁵⁶⁰. Conclusão que retorna e parece não acabar de assombrar.

⁵⁵⁴ Idem, apud, p. 101.

⁵⁵⁵ Idem, p. 104.

⁵⁵⁶ Tiya Miles, *Tales from the Haunted South. Dark Tourism and Memories of Slavery from the Civil War Era*. s/c, University of North Carolina Press, 2015.

⁵⁵⁷ Para um caso brasileiro de reencenação acrítica do mundo da escravidão, cf. <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/05/mpf-quer-o-fim-do-turismo-da-escravidao-em-fazenda-no-interior-do-rio-de-janeiro/>; <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2016/12/turistas-podem-ser-escravocratas-por-um-dia-em-fazenda-sem-racismo-834/>; <https://theintercept.com/2016/12/06/turistas-podem-ser-escravocratas-por-um-dia-em-fazenda-sem-racismo/>

⁵⁵⁸ Miles, *Tales from the Haunted South*, op. cit., p. 15

⁵⁵⁹ Idem.

⁵⁶⁰ Idem, pp. 16-17.

Comentário final

A tese traz uma contribuição geral em dois sentidos. O primeiro diz respeito às pesquisas sobre escravidão e literatura brasileira na área de História Social, evidenciando uma intensa relação entre um conjunto de obras literárias e a experiência histórica dos debates sobre escravidão e tráfico de escravos desde as primeiras décadas do Brasil independente. O testemunho histórico presente nos romances e poesias estudados oferece um espaço de reflexão histórica acerca de uma luta de trincheiras sobre os rumos da escravidão e da população escravizada no país, tendo como calcanhar de Aquiles o legado da escolha política pela manutenção do comércio ilegal de africanos, mantendo homens e mulheres injustamente escravizados e anistiando fazendeiros. A leitura conjunta dos textos de Gonçalves Dias, Trajano Galvão de Carvalho, Maria Firmina dos Reis e Juvenal Galeno mostra o desenvolvimento de um descontentamento que se expressa como crítica política e se transforma em frustração e reafirmação dos males após 1850. Uma trilha de disputas que, quando chega nos romances que José de Alencar escreveu em torno da Lei do Ventre Livre em 1871, evidencia os limites de uma construção literária, de algum modo em diálogo com a tradição anterior, marcada pelo desejo político de silenciar o passado, ao mesmo tempo parecendo hipnotizada ou presa a seus vestígios.

O segundo aspecto da contribuição da tese está no esforço de estudar as obras e os autores selecionados em conjunto, explorando suas conexões e redes, explorando textos ligados politicamente entre si e à experiência histórica dos debates sobre escravidão e tráfico de escravos desde as primeiras décadas do Brasil independente. O trabalho traz um mapa geral que percebe linhas cruzadas de conversas ligando diferentes regiões do país e da Europa (Inglaterra, França e Coimbra, em Portugal), centrando entre Rio de Janeiro e Maranhão, mas passando mesmo que rapidamente por outros pólos de discussões. Uma rede ampla de autores e obras que constrói sua coerência por meio de afinidades internas aos textos em diálogo com os principais debates políticos e sociais sobre a escravidão brasileira entre 1830-1871. Ao mesmo tempo, trata-se de um esforço em discernir as particularidades e incoerências entre as obras, evidenciando seus contextos regionais, assim como posições e possibilidades políticas divergentes entre os escritores.

Nesse cenário, a tese enriquece os debates acerca da atuação antiescravista do poeta Gonçalves Dias, unindo a interpretação da sua *Meditação* à sua coletânea inicial

de poemas, os *Primeiros Cantos*, argumentando em favor do engajamento crítico à escravidão também da sua poesia, por fim, ligando ambas as obras ao cerne dos debates sobre o tráfico de escravos na década de 1840. Outro conjunto importante de resultados que o trabalho traz está em torno da romancista Maria Firmina dos Reis. Centrando a análise no romance *Úrsula* e nas questões políticas em torno dele, dos anos 1850 e 1860, sobre a escravidão, a tese insere o livro da autora numa rede de interlocução em construção desde os anos 1840. A partir de vestígios da biografia de Firmina e reunindo registros pontuais que ligam sua obra literária a um círculo de escritores no Maranhão nos anos 1860, o trabalho traça um quadro inicial sobre conexões e diálogos da autora naquele contexto. Um conjunto de resultados que se materializa por meio da insistência da aplicação de referenciais e métodos da História Social ligados à reconstrução das redes sociais, políticas e culturais da literatura, assim como da experiência social e política de um escritor. É nesse sentido que, diante de uma ênfase na retomada da figura de Maria Firmina dos Reis em outros estudos, destacando-se seu pioneirismo antiescravista, assim como a especificidade de sua capacidade de publicação sendo mulher num meio predominante de homens, a tese busca pelas redes de relações da autora, embora sem esquecer as peculiaridades de sua trajetória.

Respondendo às perguntas iniciais da pesquisa, o trabalho apresenta uma rede de relações entre literatos e obras literárias, mostrando que os textos de José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo sobre a escravidão, entre 1869 e 1871, eram também caudatários de uma rede mais ampla de pensamentos sobre escravidão e liberdade no Brasil. Desenvolvendo-se ao longo de décadas e se transformando de acordo com contextos regionais e políticos em andamento, destaca-se uma vertente mais hostil a africanos e descendentes, centrada no Rio de Janeiro e na miragem de um Brasil europeu, em contraste a vertentes mais inclusivas, arraigadas em argumentos monogenistas. Por meio do conjunto de textos maranhenses em particular, a tese analisa a vigência de um antiescravismo arraigado em argumentos de base cristã católica num universo de diálogo que percorre desde o legado de sermões do Padre Antonio Vieira, no Brasil, alcançando propostas radicais do padre Felicité de Lamennais, na França da primeira metade do século XIX.

Explorando as décadas entre 1830 e 1860, os resultados obtidos destacam a centralidade da vigência e do legado do contrabando de africanos como problema incontornável nas obras literárias, por mais que se tentasse desviar do assunto, com destaque para o tom de denúncia dos maranhenses. Juntando-se ao esforço inicial de

Sidney Chalhoub em analisar a reflexão sobre o tema nas *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, com o distanciamento dos anos 1880⁵⁶¹, a tese evidencia o modo como outros literatos enfrentaram o problema no calor das discussões. Nesse sentido, o Rio de Janeiro ocupa o lugar de centro político dos debates parlamentares e na imprensa sobre contrabando, escravidão e desrespeito à lei antitráfico de 7 de novembro de 1831. Observando o modo como as discussões se irradiavam pelas demais regiões do Brasil por meio da imprensa – às vezes via Recife –, e das preocupações regionais com uma questão cujos efeitos políticos e sociais afetavam o país de modo geral, o trabalho resgata os argumentos e as estratégias críticas dos maranhenses. Nesse sentido, destaca-se a construção literária do perfil do “orgulhoso senhor de mil escravos” como forma de criticar os abusos senhoriais na experiência brasileira de desmandos e crimes diante da lei de 1831. Um contexto que não se resolve por completo em 1850 com a nova lei antitráfico, já que, contra uma minoria de vozes indignadas, ela fecha os olhos para os abusos da escravização ilegal até ali, fechando o parlamento em sessões secretas no processo de construção da lei de 1850. Segredo que na verdade conduzia uma realidade conhecida por todos e que lançava uma sombra de desconforto, desconfiança, revolta e negação que, por sua vez, condiciona o espalhamento de fantasmas e assombrações a aterrorizar senhores de escravos impenitentes na literatura e até certo ponto fora dela.

⁵⁶¹ Cf. Sidney Chalhoub, *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo, Companhia das letras, 2012, cap. 10.

Bibliotecas e arquivos

Arquivo Edgard Leuenroth – AEL / Universidade Estadual de Campinas

Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin / Universidade de São Paulo

Biblioteca Nacional de Portugal

Biblioteca de Obras Raras “Fausto Castilho” / Universidade Estadual de Campinas

Ernst Mayr Library, Museum of Comparative Zoology / Harvard University.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Houghton Library / Harvard University.

Widener Library / Harvard University.

Fontes

Obras literárias

- ALENCAR, José de, *Mãe*. Drama em quatro atos. Rio de Janeiro, Tipografia de F. de Paula Brito, 1861.
- _____, *Til*. São Paulo, Ateliê editorial, 2012 [1872].
- _____, *O tronco do ipê*. São Paulo, Martin Claret, 2006 [1871].
- CARVALHO, Trajano Galvão de, A. Marques RODRIGUES, G. H. de Almeida BRAGA, *Três Lyras*. s/c. Tipografia do Progresso, 1862.
- _____, Trajano Galvão de Carvalho, *Sertanejas*. Rio de Janeiro, Imprensa Americana, 1898.
- DIAS, Gonçalves, *Primeiros cantos*. Rio de Janeiro, Eduardo e Henrique Laemmert, 1846.
- GALENO, Juvenal Galeno, *Lendas e canções populares*. Fortaleza, UFC, 1965 [1865].
- MACEDO, Joaquim Manuel de, *As vítimas-algozes. Quadros da escravidão*. Rio de Janeiro, Casa Rui Barbosa, 1991.
- MENEZES, José Ferreira de, “Os envenenadores”, *Correio Paulistano*, 1865.
- REIS, Maria Firmina dos Reis, *Úrsula*. Belo Horizonte, Editora Mulheres, 2004 [1859].
- _____, Maria Firmina dos Reis, *Cantos à beira mar*. São Luís, s/e, 1976, edição fac-similar de 1871.
- STOWE, Harriet Beecher, *A cabana do pai Thomaz, ou a vida dos pretos na América*, Paris, 1853.

Textos políticos, panfletos, relatos de viagem

- ALENCAR, José de, *Cartas de Erasmo*, José Murilo de Carvalho (org.), Rio de Janeiro, ABL, 2009.
- ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de, “Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravidão” in: SALGADO, Graça (org), *Memórias sobre a escravidão*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1988.
- CLARKSON, Thomas, Os gemidos dos africanos, por causa do Tráfico da Escravidão, ou Breve exposição das injúrias e dos horrores que acompanham este tráfico homicida. Londres, Harvey & Darnton, 1823.
- HUMBOLDT, A. Von, *Relation historique du voyage aux region équinoxiales du nouveau continent (1799-1804)*. Stuttgart, F. A. Brockhaus Komm, Abt. Antiquarium, 1970, Tomo III, “Chapitre XXVII”, “Livre X”.
- VIEIRA, Padre Antonio. *Essencial*. São Paulo. Penguin Companhia das letras, 2011.

Dicionários

- HOUAISS, Antonio, *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2009.
- SILVA, Antonio de Moraes, *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira, s/d, Tomo I.

Jornais

- A coalizão*, MA, 1862.
- Archivo: jornal científico e literário*, MA, 1846.
- Jornal de instrução e recreio*, MA, 1844-1845.

Jornal do Commercio, RJ, 1850.
Minerva brasiliense, RJ, 1844-1845.
Niterói brasiliense, Paris, 1836.
Publicador Maranhense, MA, 1850, 1865.
Revista acadêmica: jornal literário e científico. Coimbra, 1845.

Bibliografia

- ABREU, Márcia, *O caminho dos livros*. Campinas, Ed. da Unicamp, 2003.
- _____, “Livros ao mar – circulação de obras de Belas Letras entre Lisboa e Rio de Janeiro ao tempo da transferência da corte para o Brasil”. *Tempo*. Revista do departamento de história da UFF, v.12, pp. 74-97, 2008.
- ASSUNÇÃO, Matthias Rörig, *De caboclos a bem-te-vis. Formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão, 1800-1850*. São Paulo, Annablume, 2015.
- _____, “A memória do tempo de cativo no Maranhão”. *Tempo*, n. 29, S/D.
- AUSTEN, Ralph A. and SMITH, Woodruff, “Images of Africa and British slave-trade abolition: the transition to an imperialist ideology”, *African Historical Studies*, Vol.2. n. 1 (1969), pp. 69-83.
- AZEVEDO, Elciene, *Orfeu de carapinha. A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas, Editora da Unicamp, 1999, cap. 4.
- BALABAN, Marcelo, *Poeta do lápis. Sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil imperial (1864-1888)*. Campinas, Editora da Unicamp, 2009.
- BARROSO, Daniel Souza Barroso e LAURINDO Jr., Luiz Carlos, “À margem da segunda escravidão? A dinâmica da escravidão no vale amazônico nos quadros da economia-mundo capitalista”. *Revista Tempo*, vol. 23, n. 3, Set./Dez. 2017.
- BERBEL, Márcia, MARQUESE, Rafael, Tâmis, PARRON, *Escravidão e política. Brasil e Cuba, 1790-1850*. São Paulo, Hucitec, 2010.
- BETHEL, Leslie, *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: Grã-bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869*. Rio de Janeiro e São Paulo, Expressão e cultura: USP, 1976.]
- BEZERRA, João Clímaco, *Juvenal Galeno. Poesia*. Rio de Janeiro, Agir, 1959.
- BOIME, Albert, *The Art of Exclusion. Representing Blacks in the Nineteenth Century*. Washington&London, Smithsonian Institution Press, 1990.
- BOSI, Alfredo, “Antônio Vieira: Vida e obra. Um esboço” in: Padre Antonio Vieira. *Essencial*. São Paulo. Penguin Companhia das letras, 2011.
- BOWMAN, Frank Paul, *Le christ des barricades, 1789-1848*. Paris, Les éditions du CERF, 1987.
- CANDIDO, Antonio, *Formação da literatura brasileira. Momentos decisivos*. São Paulo | Rio de Janeiro. Ouro sobre azul, 2009.
- CARVALHO, José Murilo de, *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2012.
- CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (org.), *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- CHALHOUB, Sidney, *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, São Paulo, Companhia das letras, 1990.

- _____, *Machado de Assis, historiador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- _____, *A força da escravidão. Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- _____, “Literatura e escravidão” in: Lilia M. Schwarcz e Flávio Gomes, *Dicionário da escravidão e liberdade. 50 textos críticos*. São Paulo. Companhia das letras, 2018.
- CONRAD, Robert, *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1975.
- _____, *World of Sorrow. The African Slave Trade to Brazil*, Baton Rouge and London, Louisiana State University, 1986.
- COUTINHO, Afrânio Coutinho (org.), *A polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro, Edições Tempo brasileiro, 1965.
- CURTIN, Philip, *The Image of Africa. Brithish ideas and actions, 1780-1850*. Madison, University of Winsconsin Press, 1964. 2 Volumes.
- DIOGO, Luciana, “Da sujeição à subjetivação: a literatura como espaço de construção da subjetividade, os casos das obras Úrsula e A escrava de Maria Firmina dos Reis”. Dissertação de mestrado. USP (IEB).
- DUARTE, Eduardo de Assis “Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira” in: REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Florianópolis, Ed. Mulheres; Belo Horizonte, PUC Minas, 2009.
- DUARTE, Eduardo de Assis e Maria N. S. FONSECA (org.), *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica. História e Polêmica*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014. Vol. 4.
- FAÇANHA, Dayana, “Política e crítica social em Til, de José de Alencar”. Monografia de bacharelado, Unicamp, 2011.
- _____, *Política e escravidão em José de Alencar: O tronco do ipê, Sênio e os debates em torno da emancipação (1870-1871)*. São Paulo, Alameda, 2017.
- _____, “Raça e consagração literária no Brasil: notas sobre a FLIP de 2017”. *Transition. The magazine of Africa and the Diaspora*. N.127, 2019.
- FARIA, Regina Helena Martins de, *Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista: os descaminhos da liberdade*. São Luís, Edufma, 2012.
- FERRAZ, Lizandra Meyer, “Entradas para a liberdade: formas e frequência da alforria em Campinas no século XIX”. Unicamp, dissertação de mestrado em história, 2010.
- GOMES, Flávio dos Santos, *Histórias de Quilombolas. Mocambos e comunidades de senzala no Rio de Janeiro imperial, século XIX*. São Paulo, Companhia das letras, 2006.
- GOMES, Heloisa Toller, *O negro e o romantismo brasileiro*. São Paulo, Atual, 1988.
- Goya Order and Disorder*, MFA Publications, Museum of Fine Arts, Boston, s/d.
- GINZBURG, Carlo, CASTELNUOVO, Enrico Castelnovo e PONI, Carlo, *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa, Rio de Janeiro, DIFEL: Bertrand Brasil, 1989.
- GINZBURG, Carlo, *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo, Companhia das letras, 2002.
- _____, *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo, Companhia das letras, 2002.
- _____, *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*. São Paulo, Companhia das letras, 2004.
- _____, *O queijo e os vermes. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo, Companhia de bolso, 2006.

- _____, *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das letras, 2011.
- _____, *História Noturna. Decifrando o Sabá*. São Paulo, Companhia de bolso, 2012.
- GRINBERG, Keila, *O fiador dos brasileiros. Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 2002.
- GUIMARÃES, Hélio Seixas, “Pai Tomás no romantismo brasileiro”. *Teresa, revista de literatura brasileira*. [12] [13], pp. 421-429, 2013.
- História Social. Revista dos pós-graduandos em História da Unicamp*, Dossiê “Literatura nos arquivos”. n. 22/23, 2012.
- HAWTHORNE, Walter, *From Africa to Brasil. Culture, Identity and Atlantic Slave Trade, 1600-1830*. Cambridge. Cambridge University Press, 2010.
- HOBBSBAWM, E., *Sobre história*. São Paulo, Companhia de bolso, 2013 [original 1979].
- HONOUR, Hugh, *The Image of Black in Western Art*. Vol. IV, From the American Revolution to World War I. Cambridge, Harvard University Press.
- KODAMA, Kaori, “Os debates pelo fim do tráfico no periódico *O philantropo* (1849-1852) e a formação do povo: doenças, raça e escravidão”. *Revista Brasileira de História*. N. 28 (2008), pp. 407-430.
- KURY, Lorelai (org.), *Comissão científica do Império, 1859-1861*. Rio de Janeiro, Andrea Jakobson, 2009.
- LAJOLO, Marisa, “Gonçalves Dias” in: DUARTE, Eduardo de Assis (org), *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2011.
- LARA, Silvia H. & PACHECO Gustavo, *Memórias do jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein. Vassouras, 1949*. Rio de Janeiro, Folha seca; Campinas, CECULT, 2007.
- LARA, Silvia H. Lara, “Blowin’ in the wind”: Thompson e a experiência negra no Brasil”, *Projeto História*, 12 (out. 1995).
- _____, “Escravidão cidadania e história no Brasil”, *Projeto História*, 16 (1998).
- LEAL, Antonio Henriques, *Pantheon Maranhense. Ensaaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1874. Tomo III.
- _____, Antonio Henriques, *Pantheon Maranhense. Ensaaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos*. Rio de Janeiro, Alhambra, 1987. Tomo 1.
- LEVI, Giovanni, *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- _____, Giovanni Levi, “Sobre a micro-história” in: BURKE, Peter, *A escrita da história*. São Paulo, Ed. da Unesp, 1992.
- LIMA, Valéria, J.-B. Debret, *historiador e pintor. A viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1816-1839)*. Campinas, Editora da Unicamp, 2007.
- LOBO, Luiza, “Maria Firmina dos Reis” in: DUARTE, Eduardo de Assis *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2011.
- MACHADO, Maria Helena P. T., “Maria Firmina dos Reis: invisibilidade e presença de uma romancista negra no Brasil do século XIX ao XXI” in: REIS, Maria Firmina dos, *Úrsula*. São Paulo, Penguin Companhia das letras, 2018.
- MAIA, Ludmila, “Páginas da escravidão: raça e gênero nas representações de cativos brasileiros na imprensa e na literatura oitocentista”. *Rev. Hist.* (São Paulo), n.176, 2017.
- MAMIGONIAN, Beatriz, *Africanos livres. A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo, Companhia das letras, 2017.

- MARQUES, João Pedro, *Os sons do silêncio: o Portugal de Oitocentos e a abolição do tráfico de escravos*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1999.
- MANÇANO, Regiane, “Livros à venda: a presença de romances em anúncios de jornais”. Dissertação de mestrado. IEL/UNICAMP, 2010.
- MARQUES, Wilton José, *Gonçalves Dias, o poeta na contramão. Literatura e escravidão no romantismo brasileiro*. São Paulo, Edufscar, 2010.
- MARQUESE, Rafael e TOMICH, Dale, “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX” in: Keila Grinberg e Ricardo Salles, *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2009. Vol.2.
- MONTELLO, Josué, *Gonçalves Dias na Amazônia. Relatório e diário da viagem ao Rio Negro*. Rio de Janeiro, ABL, 2002.
- MARTINS, Gerald, “A literatura, a música e a arte na América Latina da Independência até 1870” in: Leslie Bethell (org.), *História da América Latina. Da independência a 1870*. São Paulo, Edusp, 2014, vol.3, pp. 852-853.
- MORAES FILHO, Nascimento, *Maria Firmina: fragmentos de uma vida*. São Luís, s/e, s/d.
- MUAZE, Mariana, *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil império*. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.
- MUDIMBE, Y. V., *The invention of Africa. Gnosis, Philosophy, and the order of knowledge*. Bloomington; London, Indiana University Press: J. Currey, 1988.
- _____, *The Idea of Africa*. Bloomington Indiana University Press: J. Currey, 1994.
- NABUCO, Joaquim, *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, 2v.
- OLIVEIRA, Joice, “Atando e desatando nós: negociantes e cativos no comércio interno de escravizados, 1850-1888”. Campinas, Universidade Estadual de Campinas. Tese de doutorado, 2019.
- PARRON, Tâmis, *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2011.
- PINTO, Ana Flávia Magalhães, “Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX”. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2014.
- PIROLA, Ricardo Figueiredo, *Senzala insurgente. Malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832)*. Campinas, Ed. da Unicamp, 2011.
- REIS, João José, *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês, 1835*. São Paulo, Companhia das letras, 2003.
- _____, *Domingos Sodré, um sacerdote africano: Escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo, Companhia das letras, 2008.
- RICUPERO, Bernardo, *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo, Martins Fontes, 2004.
- RAMOS, Ana Flávia C., *As máscaras de Lélío: política e humor nas crônicas de Machado de Assis (1883-1886)*. Campinas, Editora da Unicamp, 2016.
- RODRIGUES, Jaime, *O infame comércio. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas, Ed. Unicamp, CECULT, 2000.
- ROMERO, Silvío, *História da literatura brasileira*, Rio de Janeiro: Imago Ed.; Aracaju, SE:Universidade federal de Sergipe, 2001, Tomo II.
- ROSENTAL, Paul-André, “Construir o ‘macro’ pelo ‘micro’: Frederik Barth e a ‘microhistória’” in: REVEL, Jacques (org.) *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

- SALLES, Ricardo, *E o Vale era escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2008.
- SAMPAIO, Gabriela, *Juca Rosa, um pai de santo na corte imperial*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2009.
- SAYERS, Raymond, *The Negro in Brazilian Literature*. New York, Hispanic Institute in the United States, 1956.
- SCHWARCZ, Lilia, *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo, Companhia das letras, 1993.
- _____, *As barbas do imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
- SCHWARZ, Roberto, *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo, Duas Cidades, 1992.
- SCOTT, Rebecca J.; HÉBRARD, Jean M., “Rosalie nação Poulard: liberdade, direito e dignidade na era da Revolução Haitiana”. *Afro-Ásia*. N. 46, 2012.
- _____, *Provas de liberdade. Uma odisseia atlântica na era da emancipação*. Campinas, Editora da Unicamp, 2014.
- SILVA, Daniel B. Domingues da, “The Atlantic Slave Trade do Maranhão, 1680-1846: Volume, Routes and Organizations”. *Slavery and Abolition*. Vol. 29, No 4, December 2008.
- SILVA, Régia Agostinho da, “A escravidão no maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre a escravidão e mulheres no Maranhão da segunda metade do século XIX”. Tese de doutorado. USP, 2013.
- SILVA, Silvia C. M. Souza, “Ideias encenadas: uma interpretação de O demônio familiar”. Dissertação de mestrado, Unicamp, 1996
- SILVEIRA, Daniela, *Fábrica de contos. Ciência e literatura em machado de Assis*. Campinas, Editora da Unicamp, 2010.
- SKIDMORE, Thomas, *Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. São Paulo, Companhia das letras, 2012.
- SLENES, Robert W., “Malungo, ngoma vem! África coberta e descoberta no Brasil”. *Revista USP* (12), 1992.
- _____, *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil, Sudeste, século XIX*. Campinas, Ed. da Unicamp, 2011.
- _____, ‘Senhores e subalternos no oeste paulista’, In: Luiz Felipe de Alencastro (org.). *História da Vida Privada no Brasil*, São Paulo, Cia. das Letras, 1997. Vol. 2.
- _____, “As provações de um Abraão africano: a nascente nação brasileira na Viagem alegórica de Johann Moritz Rugendas”. *Revista de Arte e Arqueologia*, n. 2, 1995-1996, pp. 271-294.
- _____, “Overdrawn from life: Abolitionist Argument and Ethnographic Authority in the Brazilian ‘Artistic Travels’ of J. M. Rugendas, 1827-35”. *Portuguese Studies*, vol.22, n. 1 (2006), pp. 55-80.
- _____, “African Abrahams, Lucretias and Men of Sorrows: Allegory and Allusion in the Brazilian Anti-slavery Lithographs (1827-1835) of Johann Moritz Rugendas”. *Slavery & Abolition*, 23:2, pp. 147-168.
- _____, “Peasants into precarious masters: Hard Bargaining and Frequent Manumission in Brazilian Small Slave Holdings, c. 1750-1850”, Texto inédito.
- SOUZA, Gilda de Melo e Souza, *O espírito das roupas. A moda no século XIX*. São Paulo, Companhia das letras, 1987.
- STEIN, Stanley, *Vassouras: um município brasileiro do café*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.

SÜSSEKIND, Flora. “As vítimas-algozes e o imaginário do medo” In: MACEDO, Joaquim Manuel de, *As vítimas-algozes, quadros da escravidão*, São Paulo, Scipione [1991?].

THÉRENTY, Marie-Ève, *La littérature au quotidien. Poétiques journalistiques au XIX siècle*. Paris, Éditions du seuil, 2007.

TOMICH, Dale, *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo, Editora da USP, 2011.

THOMPSON, E. P., *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Terra e paz, 2002-2004.

_____, *Costumes em comum*. São Paulo, Companhia das letras, 1998.

_____, *A miséria da teoria, ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*, Rio de Janeiro: Zahar, 1981 [1978].

VERÍSSIMO, José, *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1998.

XAVIER, Regina C. Lima, *Religiosidade e escravidão, século XIX: mestre Tito*. Porto alegre, Editora da UFGGS, 2008.

YOUSSEF, Alain El, *Imprensa e escravidão. Política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*. São Paulo, Intermeios, 2016.